



EXERCÍCIO 2024

BALANÇO GERAL - CONSOLIDADO



SUMÁRIO

BALANÇO GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS - CONSOLIDADO

1.1	Apresentação	11
1.2	Termo de Homologação das Peças do Balanço Geral do Estado	12
1.3	Demonstrações Contábeis Consolidado e Poder Executivo	
1.3.1	Balanço Orçamentário e Quadros anexos	
1.3.1.1	Balanço Orçamentário - Consolidado	14
1.3.1.2	ANEXO 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados (Consolidado)	16
1.3.1.3	ANEXO 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados (Consolidado)	16
1.3.1.4	Balanço Orçamentário - Executivo	17
1.3.1.5	ANEXO 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados (Executivo)	19
1.3.1.6	ANEXO 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados (Executivo)	19
1.3.2	Balanço Financeiro e Quadro anexo	
1.3.2.1	Balanço Financeiro - Consolidado	20
1.3.2.2	Balanço Financeiro - Quadro anexo (Consolidado)	24
1.3.2.3	Balanço Financeiro - Executivo	25
1.3.2.4	Balanço Financeiro - Quadro anexo Executivo	29
1.3.3	Balanço Patrimonial e Quadros anexos	
1.3.3.1	Balanço Patrimonial - Consolidado	30
1.3.3.2	Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	32
1.3.3.3	Quadro das Contas de Compensação	33
1.3.3.4	Quadro do Superávit / Déficit Financeiro	34
1.3.3.5	Balanço Patrimonial - (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO) (Executivo)	39
1.3.3.6	Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO) (Executivo)	41
1.3.3.7	Quadro das Contas de Compensação (Executivo)	42
1.3.3.8	Quadro do Superávit / Déficit Financeiro (Executivo)	43
1.3.4	Demonstração das Variações Patrimoniais	
1.3.4.1	Demonstração das Variações Patrimoniais - (Consolidado)	48
1.3.4.2	Demonstração das Variações Patrimoniais - (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO) (Executivo)	52
1.3.5	Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa (Anexo16) - Geral do Estado	56
1.3.6	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17)	
1.3.6.1	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17) (Consolidado)	58
1.3.6.2	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17) (Executivo)	59
1.3.7	Demonstração do Fluxo de Caixa e Quadros anexos	
1.3.7.1	Demonstração do Fluxo de Caixa - Consolidado	60
1.3.7.2	Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas (Consolidado)	61
1.3.7.3	Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função (Consolidado)	62
1.3.7.4	Quadro de Juros e Encargos da Dívida (Consolidado)	63
1.3.7.5	Demonstração do Fluxo de Caixa (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO) - (Executivo)	64

1.3.7.6	Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas (Executivo)	65
1.3.7.7	Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função (Executivo)	66
1.3.7.8	Quadro de Juros e Encargos da Dívida (Executivo)	67
1.3.8	Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis	68
1.4	Anexos da Lei 4.320/64 e Informações Complementares	136
1.4.1	Anexo 10 -Comparativo da Receita Prevista com a Realizada (Sem fonte - Com Deduções Detalhadas - Consolidado)	137
1.4.2	Anexo 10 -Comparativo da Receita Prevista com a Realizada - Consolidado (Fonte)	143
1.4.3	Anexo 10 -Comparativo da Receita Prevista com a Realizada (Fonte /Vinculação)	155
1.4.4	Relatório Gerencial do Comparativo da Receita Prevista com a Realizada (Consolidado)	163
1.4.5	Anexo 2 -Comparativo da Despesa Orçada, Autoriz. e Realizada	169
1.4.6	Relatório de Despesa Orçada e Autorizada	172
1.4.7	Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica (IMPBY)	176
1.4.8	Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Consolidado (Anexo 9)	179
1.4.9	Demonst. da Desp. Realiz. por Funções, Subfunções, Progr., Proj., Ativ., Fontes de Rec. e Categ. Econ. (Anexo 9A)	180
1.4.10	Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Restos a Pagar	193
1.4.11	Anexo 6 - Demonstrativo da Despesa Realizada por Programa de Trabalho (Consolidado)	194
1.4.12	Anexo 7 - Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos e Atividades	197
1.4.13	Demonstrativo de Conferência por Naturezas de Despesas do Fluxo Caixa (Consolidado)	212
1.4.14	Ativos e Passivos Financeiros	214
1.4.15	Ativos e Passivos Patrimoniais	218
1.4.16	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11)	225
1.4.17	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11) Por Fonte	330
1.4.18	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11) Por Fonte/Vinculação	332
1.4.19	Validações Contábeis - CONTROLE DDR POR FONTE	340
1.4.20	Demonstrativo para conferência do Caixa e Equivalente de Caixa	342
1.4.21	Relatório do Saldo da Conta Contábil (237110301)	343
1.4.22	Relatório do Saldo da Conta Contábil (237110401)	356
1.4.23	Relação dos Empenhos Estornados no Último Bimestre	358
1.4.24	Balancete Geral do Estado - Mês 12 (Consolidado)	521
1.4.25	Balancete Geral do Estado - Mês 13 (Consolidado)	569
1.4.26	Balancete Geral do Estado - Mês 14 (Consolidado)	615
1.4.27	Balancete Geral do Estado - Mês 12 (Executivo)	656
1.4.28	Balancete Geral do Estado - Mês 13 (Executivo)	702
1.4.29	Balancete Geral do Estado - Mês 14 (Executivo)	747



EXERCÍCIO
2024

BALANÇO GERAL DO ESTADO

SUMÁRIO

2. BALANÇO GERAL POR GESTÃO

2.1	Demonstrações Contábeis - Administração Direta (Lei 4.320/64)	
2.1.1	Balanco Orçamentário e Quadros anexos	
2.1.1.1	Balanco Orçamentário	790
2.1.1.2	ANEXO 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados	792
2.1.1.3	ANEXO 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	792
2.1.2	Balanco Financeiro e Quadro anexo	
2.1.2.1	Balanco Financeiro - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	793
2.1.2.2	Balanco Financeiro - Quadro anexo	797
2.1.3	Balanco Patrimonial e Quadros anexos	
2.1.3.1	Balanco Patrimonial - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	798
2.1.3.2	Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	800
2.1.3.3	Quadro das Contas de Compensação - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	801
2.1.3.4	Quadro do Superávit / Déficit Financeiro	802
2.1.4	Demonstração das Variações Patrimoniais UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	802
2.1.5	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17)	809
2.1.6	Demonstração do Fluxo de Caixa e Quadros anexos	
2.1.6.1	Demonstração do Fluxo de Caixa UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	810
2.1.6.2	Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas	811
2.1.6.3	Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	812
2.1.6.4	Quadro de Juros e Encargos da Dívida	813
2.1.7	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada	815
2.1.8	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada (Fonte)	821
2.1.9	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada (Fonte/Vinculação)	833
2.1.10	Relatório Gerencial do Comparativo da Receita Prevista com a Realizada	838
2.1.11	Anexo 2 -Comparativo da Despesa Orçada, Autoriz. e Realizada	845
2.1.12	Relatório da Despesa Orçada e Autorizada	849
2.1.13	IMPBY - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica	852
2.1.14	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11)	854
2.1.15	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11) Por Fonte	943
2.1.16	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11) Por Fonte/Vinculação	944
2.1.17	Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções	947
2.1.18	Anexo 9A - Demonst. da Desp. Realiz. por Funções, Subfunções, Progr., Proj., Ativ., Fontes de Rec. e Categ. Econ.	948
2.1.19	Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Restos a Pagar	963
2.1.20	Anexo 6 -Demonstrativo da Despesa Realizada por Programa de Trabalho	964
2.1.21	Anexo 7 -Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos e Atividades	966
2.1.22	Demonstrativo de Conferência por Naturezas de Despesas do Fluxo Caixa - FLUXO-ND	976
2.1.23	Ativos e Passivos Financeiros	978
2.1.24	Ativos e Passivos Patrimoniais	982
2.1.25	Validações Contábeis - CONTROLE DDR POR FONTE	987
2.1.26	Demonstrativo para conferência do Caixa e Equivalente de Caixa	988
2.1.27	Balancete Administração Direta – Mês 12	989
2.1.28	Balancete Administração Direta – Mês 13	1031
2.1.29	Balancete Administração Direta – Mês 14	1070

2. BALANÇO GERAL POR GESTÃO

2.2.	Demonstrações Contábeis - Autarquia (Lei 4.320/64)	
2.2.1	Balanco Orçamentário e Quadros anexos	
2.2.1.1	Balanco Orçamentário	1105
2.2.1.2	ANEXO 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados	1107
2.2.1.3	ANEXO 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	1107
2.2.2	Balanco Financeiro e Quadro anexo	
2.2.2.1	Balanco Financeiro - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1108
2.2.2.2	Balanco Financeiro - Quadro anexo	1112
2.2.3	Balanco Patrimonial e Quadros anexos	
2.2.3.1	Balanco Patrimonial - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1113
2.2.3.2	Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1115
2.2.3.3	Quadro das Contas de Compensação - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1116
2.2.3.4	Quadro do Superávit / Déficit Financeiro	1117
2.2.4	Demonstração das Variações Patrimoniais UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1118
2.2.5	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17)	1122
2.2.6	Demonstração do Fluxo de Caixa e Quadros anexos	
2.2.6.1	Demonstração do Fluxo de Caixa UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1123
2.2.6.2	Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas	1124
2.2.6.3	Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	1125
2.2.6.4	Quadro de Juros e Encargos da Dívida	1126
2.2.7	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada	1128
2.2.8	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada (Fonte)	1131
2.2.9	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada (Fonte/Vinculação)	1135
2.2.10	Relatório Gerencial do Comparativo da Receita Prevista com a Realizada	1139
2.2.11	Anexo 2 -Comparativo da Despesa Orçada, Autoriz. e Realizada	1141
2.2.12	Relatório da Despesa Orçada e Autorizada	1144
2.2.13	IMPBY - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica	1147
2.2.14	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11)	1149
2.2.15	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11) Por Fonte	1177
2.2.16	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11) Por Fonte/Vinculação	1178
2.2.17	Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções	1180
2.2.18	Anexo 9A - Demonst. da Desp. Realiz. por Funções, Subfunções, Progr., Proj., Ativ., Fontes de Rec. e Categ. Econ.	1181
2.2.19	Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Restos a Pagar	1187
2.2.20	Anexo 6 -Demonstrativo da Despesa Realizada por Programa de Trabalho	1188
2.2.21	Anexo 7 -Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos e Atividades	1189
2.2.22	Demonstrativo de Conferência por Naturezas de Despesas do Fluxo Caixa	1195
2.2.23	Ativos e Passivos Financeiros	1197
2.2.24	Ativos e Passivos Patrimoniais	1199
2.2.25	Validações Contábeis - CONTROLE DDR POR FONTE	1202
2.2.26	Demonstrativo para conferência do Caixa e Equivalente de Caixa	1203
2.2.27	Balancete Autarquia – Mês 12	1204
2.2.28	Balancete Autarquia – Mês 13	1233
2.2.29	Balancete Autarquia – Mês 14	1260



SUMÁRIO

2. BALANÇO GERAL POR GESTÃO

2.3. Demonstrações Contábeis - Fundações (Lei 4.320/64)

2.3.1	Balanco Orçamentário e Quadros anexos	
2.3.1.1	Balanco Orçamentário	1284
2.3.1.2	ANEXO 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados	1286
2.3.1.3	ANEXO 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	1286
2.3.2	Balanco Financeiro e Quadro anexo	
2.3.2.1	Balanco Financeiro - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1287
2.3.2.2	Balanco Financeiro - Quadro anexo	1291
2.3.3	Balanco Patrimonial e Quadros anexos	
2.3.3.1	Balanco Patrimonial - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1292
2.3.3.2	Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1294
2.3.3.3	Quadro das Contas de Compensação - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1295
2.3.3.4	Quadro do Superávit / Déficit Financeiro	1296
2.3.4	Demonstração das Variações Patrimoniais UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1297
2.3.5	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17)	1301
2.3.6	Demonstração do Fluxo de Caixa e Quadros anexos	
2.3.6.1	Demonstração do Fluxo de Caixa UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1302
2.3.6.2	Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas	1303
2.3.6.3	Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	1304
2.3.6.4	Quadro de Juros e Encargos da Dívida	1305
2.3.7	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada	1307
2.3.8	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada (Fonte)	1308
2.3.9	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada (Fonte/Vinculação)	1309
2.3.10	Relatório Gerencial do Comparativo da Receita Prevista com a Realizada	1312
2.3.11	Anexo 2 -Comparativo da Despesa Orçada, Autoriz. e Realizada	1313
2.3.12	Relatório da Despesa Orçada e Autorizada	1314
2.3.13	IMPBY - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica	1315
2.3.14	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11)	1316
2.3.15	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11) Por Fonte	1318
2.3.16	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11) Por Fonte/Vinculação	1319
2.3.16	Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções	1321
2.3.17	Anexo 9A - Demonst. da Desp. Realiz. por Funções, Subfunções, Progr., Proj., Ativ., Fontes de Rec. e Categ. Econ.	1322
2.3.18	Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Restos a Pagar	1323
2.3.19	Anexo 6 -Demonstrativo da Despesa Realizada por Programa de Trabalho	1324
2.3.20	Anexo 7 -Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos e Atividades	1325
2.3.21	Demonstrativo de Conferência por Naturezas de Despesas do Fluxo Caixa	1326
2.3.22	Ativos e Passivos Financeiros	1327
2.3.23	Ativos e Passivos Patrimoniais	1328
2.3.24	Validações Contábeis - CONTROLE DDR POR FONTE	1330
2.3.25	Demonstrativo para conferência do Caixa e Equivalente de Caixa	1331
2.3.26	Balancete Fundação – Mês 12	1332
2.3.27	Balancete Fundação – Mês 13	1348
2.3.28	Balancete Fundação – Mês 14	1361

2. BALANÇO GERAL POR GESTÃO

2.4. Demonstrações Contábeis - Fundos (Lei 4.320/64)

2.4.1	Balanco Orçamentário e Quadros anexos	
2.4.1.1	Balanco Orçamentário	1372
2.4.1.2	ANEXO 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados	1374
2.4.1.3	ANEXO 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	1374
2.4.2	Balanco Financeiro e Quadro anexo	
2.4.2.1	Balanco Financeiro - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1375
2.4.2.2	Balanco Financeiro - Quadro anexo	1379
2.4.3	Balanco Patrimonial e Quadros anexos	
2.4.3.1	Balanco Patrimonial - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1380
2.4.3.2	Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1382
2.4.3.3	Quadro das Contas de Compensação - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1383
2.4.3.4	Quadro do Superávit / Déficit Financeiro	1384
2.4.4	Demonstração das Variações Patrimoniais UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1388
2.4.5	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17)	1392
2.4.6	Demonstração do Fluxo de Caixa e Quadros anexos	
2.4.6.1	Demonstração do Fluxo de Caixa UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	1393
2.4.6.2	Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas	1394
2.4.6.3	Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	1395
2.4.6.4	Quadro de Juros e Encargos da Dívida	1396
2.4.7	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada	1398
2.4.8	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada (Fonte)	1410
2.4.9	Anexo 10 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada (Fonte/Vinculação)	1424
2.4.10	Relatório Gerencial do Comparativo da Receita Prevista com a Realizada	1430
2.4.11	Anexo 2 -Comparativo da Despesa Orçada, Autoriz. e Realizada	1437
2.4.12	Relatório da Despesa Orçada e Autorizada	1441
2.4.13	IMPBY - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica	1444
2.4.14	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11)	1446
2.4.15	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11) Por Fonte	1489
2.4.16	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária (Anexo11) Por Fonte/Vinculação	1490
2.4.16	Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções	1493
2.4.17	Anexo 9A - Demonst. da Desp. Realiz. por Funções, Subfunções, Progr., Proj., Ativ., Fontes de Rec. e Categ. Econ.	1494
2.4.18	Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Restos a Pagar	1502
2.4.19	Anexo 6 -Demonstrativo da Despesa Realizada por Programa de Trabalho	1503
2.4.20	Anexo 7 -Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos e Atividades	1505
2.4.21	Demonstrativo de Conferência por Naturezas de Despesas do Fluxo Caixa	1510
2.4.22	Ativos e Passivos Financeiros	1512
2.4.23	Ativos e Passivos Patrimoniais	1515
2.4.24	Validações Contábeis - CONTROLE DDR POR FONTE	1519
2.4.25	Demonstrativo para conferência do Caixa e Equivalente de Caixa	1520
2.4.26	Balancete Fundos – Mês 12	1521
2.4.27	Balancete Fundos – Mês 13	1555
2.4.28	Balancete Fundos – Mês 14	1587



SUMÁRIO

BALANÇO GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS		
3.	Relatórios Gerenciais	
3.1	Termo de Conferência - Conciliação Bancária	1621
3.2	Demonstrativo Geral da Conciliação Bancária	1622
3.3	Termo de Conferência - Conciliação Almojarifado	1674
3.4	Demonstrativo da Posição do Almojarifado	1675
3.5	Relatório Sintético - Almojarifado	1680
3.6	Termo de Conciliação - Bens Patrimoniais Móveis	1681
3.7	Demonstrativo da Posição dos Bens Móveis - Por Conta Contábil - Adm. Direta	1682
3.8	Demonstrativo da Posição dos Bens Móveis - Por Conta Contábil - Autarquias	1693
3.9	Demonstrativo da Posição dos Bens Móveis - Por Conta Contábil - Fundações	1698
3.10	Demonstrativo da Posição dos Bens Móveis - Por Conta Contábil - Fundos	1699
3.11	Relatório Sintético de Entrada e de Baixas/Saídas de Bens Móveis Ativos por Modalidade e por Órgão	1700
3.12	Demonstrativo Sintético de Bens Móveis por Órgão - Todos os Órgãos	1701
3.13	Inventário Sintético de Intangíveis	1702
3.14	Inventário Sintético de Bens Imóveis por Proprietário	1703
3.15	Informações Complementares à Nota Explicativa	1704
3.16	Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa	1724
3.17	Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos	1725
3.18	Arrecadação de ICMS do Estado do Tocantins	1727
3.19	Arrecadação de IPVA do Estado do Tocantins	1728
3.20	Arrecadação de ITCD do Estado do Tocantins	1729
RELATÓRIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL)		
3.21	Demonstrativo do Balanço Orçamentário	1731
3.22	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	1738
3.23	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	1743
3.24	Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias e das Receitas e Despesas Associadas às Pensões e Inativos Militares	1744
3.25	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	1750
3.26	Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (Anexo 7)	1754
3.27	Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	1755
3.28	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	1761
3.29	Projeção Atuarial do Reg. Próprio de Previdência dos Servidores e das Pensões e Inativos Militares - Plano Previdenciário	1762
3.30	Projeção Atuarial do Reg. Próprio de Previdência dos Servidores e das Pensões e Inativos Militares - Plano Financeiro	1764
3.31	Projeção Atuarial do Reg. Próprio de Previdência dos Servidores e das Pensões e Inativos Militares - Inativos e Pensionistas	1766
3.32	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	1768
3.33	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1769
3.34	Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas	1773
3.35	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	1774
3.36	Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo	1776

3.37	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	1777
3.38	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	1779
3.39	Demonstrativo das Operações de Crédito	1780
3.40	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Poder Executivo	1781
3.41	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	1782
3.42	Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal	1783
3.43	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Consolidado	1784
3.44	Demonstrativo Simplificado Consolidado do Relatório de Gestão Fiscal	1785
3.45	Demonstrativo dos Créditos Adicionais Abertos (Anexo 11 A)	1786
3.46	Cronograma Mensal de Desembolso	1856
3.47	Limites Constitucionais e Metas Estabelecidas na LDO	1862
3.48	Demonstrativo dos Precatórios	1873
3.49	Participação Acionária do Estado em 31 de Dezembro de 2024	1965
3.50	Resultados Alcançados Pelas Medidas Adotadas na Forma do Estabelecido no Art. 13 c/c Art. 58 da Lei Complementar 101/2000	1969
3.51	Análise da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado	1973
4.	RELATÓRIO DE GESTÃO	
4.01	Mensagem da Gestão	1997
4.02	Realizações do Governo nas Principais Áreas de Políticas Públicas	2005



EXERCÍCIO 2024

RELATÓRIO DE GESTÃO



**EXERCÍCIO
2024**

BALANÇO GERAL DO ESTADO

MENSAGEM Nº 3.

Palmas, de 4 de fevereiro de 2025.

Em conformidade com o disposto no inciso V do art. 40 da Constituição Estadual, apresento a essa Ilustre Casa de Leis e a todos os tocantinenses, por ocasião da abertura dos trabalhos do Poder Legislativo, o relatório de gestão do Governo do Tocantins relativo ao exercício financeiro de 2024.

Inicialmente, reafirmo o compromisso com a manutenção do diálogo institucional e democrático que estabelecemos com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Defensoria, a União, outros Estados e os Municípios, que se confirma pela relação de cooperação que norteia nossas ações.

Ainda em linhas iniciais, é fundamental analisar o contexto global e nacional para compreender as perspectivas do Tocantins. A desaceleração econômica mundial, aliada às incertezas geopolíticas, impõe desafios significativos.

O cenário geopolítico atual é marcado por conflitos prolongados, como a guerra na Ucrânia, e por crises intermitentes, a exemplo dos confrontos no Oriente Médio. Essa escalada de tensões tem provocado crises humanitárias, fragilizado a segurança global e intensificado disputas por recursos estratégicos, como energia e alimentos. Paralelamente, políticas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos e a possibilidade de reivindicações territoriais têm ampliado a volatilidade dos mercados, com impactos negativos sobre as exportações brasileiras.

A intensificação das mudanças climáticas, evidenciada por eventos extremos, como incêndios florestais, secas prolongadas e inundações, agrava ainda mais esse panorama. Tais fenômenos resultam não apenas em perdas humanas e econômicas, mas também comprometem a produção de alimentos, a biodiversidade e a segurança hídrica.

Esse contexto de instabilidades dificulta previsões precisas sobre o comportamento da economia brasileira e seus impactos sobre o Tocantins.



Apesar desse cenário desafiador, há avanços importantes. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), extraídos do Sistema de Indicadores Sociais, indicam uma expressiva redução do número de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, tanto em âmbito nacional quanto estadual. Em 2023, o Brasil e o Tocantins registraram os menores índices de extrema pobreza desde 2012. No Tocantins, a taxa de pobreza apresentou queda de 14,2%, evidenciando o avanço do Estado na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sob a ótica ambiental, destaco o compromisso do Estado com um futuro mais sustentável, impulsionado pela comercialização de créditos de carbono no mercado internacional. Como pioneiros nesse setor no Brasil, já realizamos as primeiras negociações e estimamos arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão em 2025.

A receita arrecadada com a comercialização de créditos de carbono será aplicada em iniciativas estratégicas, distribuídas da seguinte forma: 25% serão destinados às comunidades tradicionais e ribeirinhas, em reconhecimento à sua importância na preservação ambiental; 25% serão direcionados ao agronegócio, para fomentar práticas sustentáveis; e 50% serão investidos em infraestrutura, educação e saúde, promovendo melhorias na qualidade de vida da população.

Além dos investimentos planejados, o governo também precisou lidar com desafios imprevistos que exigiram respostas rápidas e eficazes. A exemplo do trágico desabamento da Ponte Juscelino Kubitschek, que interligava os municípios de Aguianópolis/TO e Estreito/MA, ocorrido no período natalino de 2024, uma tragédia de repercussão nacional que demandou ação imediata.

Para enfrentar a gravidade da situação, mobilizamos uma força-tarefa integrada por equipes especializadas do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Militar, da Marinha do Brasil e de outros Estados. Essas equipes, equipadas com tecnologia de ponta, atuaram nas operações de resgate e salvamento, demonstrando o compromisso do Governo do Tocantins com a segurança e o bem-estar da população.



Os esforços emergenciais para lidar com a tragédia reforçaram a necessidade de investimentos contínuos na infraestrutura do Estado. Nesse sentido, destaca-se a entrega histórica da nova Ponte de Porto Nacional, em junho de 2024, evidenciando o empenho do governo na modernização e ampliação da malha viária tocantinense.

Além disso, o Governo do Tocantins tem priorizado políticas de desenvolvimento sustentável com vistas ao desenvolvimento regional, por meio de ações voltadas à capacitação, geração de oportunidades e melhoria da qualidade de vida dos tocantinenses. Esse compromisso tem refletido diretamente no desempenho econômico do Estado, com destaque para o expressivo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins, que, em 2022, cresceu 6%, passando de R\$ 51,8 bilhões para R\$ 58,2 bilhões, um aumento de R\$ 6,4 bilhões. Esse crescimento posicionou o Tocantins como o quarto Estado com maior avanço econômico no período, superando a média nacional.

Essa conquista histórica representa, pela primeira vez desde o início da série histórica em 2002, a ascensão do Tocantins no ranking nacional do PIB, passando da 24^a para a 23^a colocação. Esse resultado decorre da implementação de ações estratégicas conduzidas pelo Governo em parceria com a iniciativa privada e a sociedade civil. O crescimento econômico do Estado foi impulsionado, principalmente, pelos setores agropecuário, industrial e de serviços, com os seguintes destaques:

I – setor agropecuário, crescimento de 6,9% em volume, com destaque para a soja, que contribuiu com 12,3% do resultado total, e a pecuária, que apresentou um acréscimo de 6,28%.

II – setor industrial, crescimento expressivo de 6,9%, impulsionado pelos setores de energia elétrica (9,4%) e indústria de transformação (5,1%). Destaco, ainda, o desempenho da indústria de extração mineral, que registrou um crescimento de 33% em 2022, evidenciando o potencial mineral do Estado.

III – setor de serviços – responsável por 63,8% do valor agregado da economia tocantinense, apresentou um crescimento de 4,2% em 2022.



Ao comparar o desempenho econômico do Tocantins com um crescimento de 4,2% em 2022, e, ao compararmos nosso PIB com os demais Estados da Amazônia Legal, constata-se uma posição de destaque: o Tocantins ocupa o terceiro lugar no ranking, superando economias expressivas da região e demonstrando robustez no crescimento econômico.

O aumento do número de empresas ativas no Estado reflete essa solidez. Em novembro de 2024, o Tocantins alcançou 142.780 empresas registradas, um marco para o setor produtivo. A modernização dos processos de abertura de empresas foi determinante para esse avanço, reduzindo o tempo médio de 84,2 horas em 2019 para 17,5 horas em 2024. Entre 2010 e 2024, mais de 12 mil novas empresas foram abertas e 90 mil empreendedores formalizados, contribuindo significativamente para a geração de empregos e renda.

Mesmo diante dos desafios econômicos projetados para os próximos anos, o Governo do Estado adotou uma postura proativa, antecipando-se às adversidades e garantindo a continuidade do desenvolvimento. Para isso, estruturamos uma carteira robusta de investimentos com recursos externos, com início previsto para 2025. Esses investimentos visam fortalecer a infraestrutura, impulsionar a economia e melhorar a qualidade de vida da população, por meio dos seguintes projetos:

1. Pro-Gestão Tocantins – Com um investimento de US\$ 55 milhões, o projeto tem como objetivo modernizar a gestão pública estadual, otimizando processos e ampliando a eficiência na aplicação dos recursos. A implementação de sistemas integrados de gestão fiscal, financeira e patrimonial impactará diretamente diversas áreas do Estado. Essa iniciativa proporcionará maior transparência, agilidade e controle nas operações governamentais, resultando em uma administração mais eficiente e eficaz.

2. Tocantins Produtivo – Com um investimento de US\$ 150 milhões, o projeto tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico de forma sustentável e inclusiva. Ao fortalecer a agricultura familiar e o turismo, contribuirá para a geração de renda, preservação ambiental e redução das desigualdades sociais. Além disso, contempla melhorias na infraestrutura de transporte, fundamentais para garantir o acesso a mercados e serviços, beneficiando tanto a população rural quanto urbana.



3. Tocantins Sustentável – Com um investimento de US\$ 125 milhões, o projeto busca consolidar o Estado como um polo de desenvolvimento sustentável. Para isso, prevê a atração de investimentos privados, a promoção do comércio exterior e o fortalecimento do turismo sustentável, gerando emprego e renda, além de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. O projeto também contemplará melhorias na infraestrutura logística e capacitação dos produtores rurais, aumentando a produtividade e a competitividade do setor agrícola.

Na perspectiva macroeconômica, conforme os relatórios do Boletim Focus, do Banco Central, observa-se grande volatilidade nas projeções econômicas. A taxa Selic, inicialmente prevista para queda, encerrou 2023 em 12%, com projeção de 15% para 2025. O PIB, por sua vez, deve crescer 2,02% em 2025, mantendo-se nesse patamar nos anos subsequentes.

Em 2024, o Estado superou suas metas de arrecadação, atingindo R\$ 11,30 bilhões em receitas ordinárias, um crescimento de 13,60% em relação a 2023, quando totalizou R\$ 9,95 bilhões. Esse resultado positivo foi impulsionado principalmente pelo aumento na arrecadação de tributos, que cresceu 18,38% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 5,12 bilhões (já deduzida a cota de 25% destinada aos municípios tocaninenses). Além disso, a receita do Fundo de Participação dos Estados (FPE) registrou um incremento de 9,66% em relação a 2023.

Em dezembro de 2024, o Tocantins conquistou um importante avanço na avaliação da Capacidade de Pagamento (CAPAG), elevando sua nota de B para B+, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional. Essa classificação reflete a gestão fiscal responsável adotada pelo Estado, demonstrando sua capacidade de honrar compromissos financeiros e atrair novos investimentos. A nota B+ permitirá ampliar os investimentos em áreas essenciais, como educação, saúde e infraestrutura, promovendo melhorias na qualidade de vida da população.

A concessão de progressões horizontais e verticais aos servidores, prevista na Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, foi implementada de forma equilibrada, sem comprometer a saúde financeira do Estado. Os dados indicam que, mesmo com esse investimento no funcionalismo público, a despesa com pessoal permaneceu abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), correspondendo a 46,32% da Receita Corrente Líquida no segundo quadrimestre de 2024.



O Programa de Atendimento ao Cidadão – PronTO segue em expansão, com unidades físicas em Araguaína, Gurupi e Porto Nacional. Além da ampliação da infraestrutura física, o programa tem investido na oferta de serviços digitais, proporcionando mais agilidade e comodidade aos cidadãos. Atualmente, são disponibilizados mais de 350 serviços, incluindo emissão de documentos, pagamentos e consultas, em parceria com 25 órgãos públicos e privados. Em 2024, foram realizados mais de 444 mil atendimentos e prestados 830 mil serviços, com uma taxa de satisfação de 99,53%. Esses números evidenciam a relevância do programa no acesso facilitado aos serviços públicos e na melhoria da qualidade de vida da população.

Na saúde pública, o Estado do Tocantins atingiu um marco histórico em 2024. Por meio da Secretaria de Estado da Saúde, foram realizadas 17.144 cirurgias eletivas, o que representa um crescimento de 71,44% em relação à meta inicial de 10 mil procedimentos. Desse quantitativo, 71% foram feitas em hospitais estaduais, enfatizando que, apesar da elevada demanda, 81,38% dos pacientes aguardaram menos de 100 dias. Além disso, foram realizados 70 transplantes de córnea, totalizando 416 procedimentos desde a criação do Banco de Olhos, em 2016. No fortalecimento da formação profissional, foram ofertadas 33 novas vagas em programas de Residência Médica e aprovadas 55 vagas em Residência Multi e Uni Profissional.

O Estado avançará também na ampliação da infraestrutura hospitalar, com a construção do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, que contará com 210 leitos e um aumento de 60% na capacidade de atendimento, além da nova Casa da Gestante, Bebê e Puérpera em Augustinópolis, voltada a gestantes de alto risco.

Na segurança pública, o Tocantins conquistou um marco nacional ao reduzir em 66,7% os crimes violentos entre 2018 e 2024, alcançando o 2º lugar no ranking de redução da criminalidade no país. Foram realizadas 102 operações policiais no primeiro semestre de 2024, resultando na apreensão de drogas e na prisão de líderes de facções.

A gestão estadual investiu fortemente na modernização das forças de segurança, com a implantação do Sistema Automatizado de Identificação Biométrica (ABIS) e do Aplicativo Lince, uma ferramenta que utiliza geolocalização via GPS para identificar e mapear áreas de risco no Estado, além da aquisição de 64 caminhonetes, viaturas, drones e novos equipamentos de TI.



Também houve reforço na segurança escolar por meio de cooperação com a Seduc e na proteção às mulheres, com o lançamento da Rede Integrada de Proteção à Mulher.

A capacitação das forças de segurança foi ampliada, com novos cursos em inteligência cibernética, operações táticas e intervenção em crises. Essas iniciativas consolidam o compromisso do Estado em fortalecer a segurança e a qualidade dos serviços prestados à população.

O Programa de Impulsionamento da Indústria, Comércio e Serviços (PICS), aliado a outras iniciativas do Governo, como incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura, foi decisivo para a criação de mais de 16 mil novas vagas de trabalho em 2024. O programa também permitiu a revitalização do Parque Agrotecnológico Engenheiro Agrônomo Mauro Mendanha, onde é realizada anualmente a Agrotins, com um investimento de R\$ 23 milhões.

o setor de infraestrutura, foram aplicados R\$ 600 milhões em obras viárias, recuperação asfáltica e implantação de novas rodovias. Entre as quais, destaco:

I – Ponte de Porto Nacional – Prefeito Antônio Poincaré de Andrade, com investimento de R\$ 210 milhões;

II – Pavimentação da rodovia TO-247, no trecho de 50 km entre Lagoa do Tocantins e São Félix do Tocantins, corredor estratégico para o Jalapão;

III – Reconstrução da TO-335, entre Colinas do Tocantins e o entroncamento da TO-010, em Palmeirante, garantindo acesso ao Terminal Integrador de Palmeirante da VLI, que atende o Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), com um investimento de R\$ 56 milhões.

Na educação, o ano de 2024 foi marcado por avanços significativos na melhoria dos indicadores de aprendizagem, fortalecimento da gestão escolar e valorização dos profissionais da educação. Foi implantado o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Tocantins (Saeto), que analisou o desempenho de mais de 111 mil alunos, orientando ações de recomposição



**EXERCÍCIO
2024**

BALANÇO GERAL DO ESTADO

da aprendizagem. A capacitação dos educadores também foi prioridade, com mais de 20 mil profissionais qualificados por meio de formações continuadas e da Política de Bem-Estar Profissional (Probem).

O Estado investiu R\$ 49 milhões na modernização tecnológica das escolas, entregando 15 mil chromebooks a estudantes e 14 mil notebooks a professores, além de equipar unidades de ensino com laboratórios científicos e espaços makers. O Programa de Fortalecimento da Educação (PROFE) consolidou-se como instrumento essencial na redução da evasão escolar, beneficiando 7.500 alunos por meio da Bolsa Presente PROFE. Além disso, avançou-se na infraestrutura escolar com a construção de centros profissionalizantes e a entrega de novas unidades de ensino, garantindo um ambiente mais estruturado e adequado ao aprendizado.

Para aprimorar a infraestrutura educacional, foram equipadas 405 unidades escolares, onze reformadas e doze ampliadas, assegurando melhores condições de ensino e aprendizagem.

O Anexo Único a esta mensagem apresenta, de forma sistemática, um compilado das principais conquistas do Estado em 2024, facilitando a consulta e a análise dos dados.

Por fim, conclamo os Poderes, órgãos e instituições do Estado do Tocantins pela manutenção da relação institucional harmônica e colaborativa, em prol da modernização, inovação e transparência dos projetos e ações públicas, pactuando prioridades e gerando resultados para o desenvolvimento do Estado, de forma transparente e participativa.

Assim, reitero o respeito e reconhecimento pelo trabalho desta Augusta Casa de Leis em prol do nosso Estado, agradecendo a toda a equipe do Governo pela dedicação e empenho, e a todos os tocaninenses pelo apoio.

Muito obrigado! Que Deus abençoe a todos.

Atenciosamente,

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado



EXERCÍCIO 2024

REALIZAÇÕES DO GOVERNO NAS PRINCIPAIS ÁREAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Anexo Único à Mensagem nº 3, de 4 de fevereiro de 2025.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

A Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins PGE/TO é uma instituição de natureza permanente, essencial à Justiça e à Administração Pública Estadual, sendo a unidade de representação do Estado para fins judiciais e extrajudiciais, consultoria e assessoramento jurídicos ao Chefe do Poder Executivo e aos demais órgãos do Poder Executivo.

Além disso, cabe também à PGE/TO a orientação do pensamento jurídico do Poder Executivo, mediante a fixação de entendimentos jurídicos ou súmulas administrativas, devidamente atualizadas.

Este relatório detalha as principais ações empreendidas pela PGE/TO, por meio de suas especializadas, a saber: Gabinete, Subprocuradoria-Geral, Corregedoria, Subprocuradoria de Consultoria Especial, Subprocuradoria do Centro de Estudos, Subprocuradoria de Patrimônio Imobiliário, Subprocuradoria Judicial, Subprocuradoria Administrativa, Subprocuradoria Fiscal e Tributária, Subprocuradoria de Precatórios e Ações Trabalhistas e Subprocuradoria do Estado do Tocantins em Brasília.

A Instituição fecha o ano com 66 procuradores do Estado em atividade, totalizando 445 colaboradores, entre assessores, analistas, estagiários e pessoal técnico - administrativo e de apoio. Desta forma, mantém o alto desempenho contribuindo para o andamento de milhares de atos realizados pela Instituição.

1. Corregedoria

No decorrer deste ano, a Corregedoria concentrou esforços para executar o planejamento de suas metas, cujas ações foram subdivididas em três principais eixos: Estágio Probatório; Gestão Estratégica e Governança, e Processo de Promoção do nível III para o nível IV.

Sob a coordenação deste setor, cerca de 21 processos de estágios probatórios, dos quais 8 encontram-se em processo de finalização, com as avaliações anuais de desempenho sendo conduzidas pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho, em conformidade com os parâmetros normativos.

Quanto ao Planejamento Estratégico e Governança, deu-se continuidade ao cronograma de execução das atividades de consolidação da Gestão Estratégica da PGE, incluindo reuniões de alinhamento com a alta gestão e as equipes

envolvidas nos seis projetos em andamento no órgão: Consultoria 2.0; Tocantins Facilita; PGE Valoriza; Portal do Conhecimento; PGE Digital e O Futuro É Agora.

De forma bem resumida, foi realizado o acompanhamento, assessoramento e análise de gestão estratégica, juntamente com a colaboradora prof^a. Alzemerí Martins, junto aos gerentes dos projetos e o Comitê Interno de Governança Pública. Foram conduzidas pesquisas de clima organizacional através de entrevistas com subprocuradores, diretores da Diretoria Administrativa e Financeira e gerentes dos projetos, assim como o mapeamento do fluxo dos processos judiciais.

Garantindo a transparência, legalidade e eficácia das ações administrativas e buscando aprimorar a Gestão Estratégica da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, foram elaboradas seis portarias instituidoras dos projetos, e publicadas no Diário Oficial do Estado, nº 6595, de 21 de junho de 2024.

Etapa;

- Portaria nº 062, de 19 de junho de 2024: PGE O Futuro é Agora;
- Portaria nº 063, de 19 de junho de 2024: Consultoria 2.0 – Segunda

- Portaria nº 064, de 19 de junho de 2024: Facilita Tocantins;
- Portaria nº 065, de 19 de junho de 2024: PGE Digital;
- Portaria nº 066, de 19 de junho de 2024: PGE Valoriza;
- Portaria nº 067, de 19 de junho de 2024: Portal do Conhecimento.

2. Subprocuradoria do Patrimônio Imobiliário (SPI)

Esta Subprocuradoria buscou promover as medidas judiciais e administrativas pertinentes, manifestando-se em prol dos interesses públicos administrados pelo Estado do Tocantins e suas entidades, procurando, assim, defender, zelar e resguardar o patrimônio público de ações nocivas

No ano de 2024, a Subprocuradoria do Patrimônio Imobiliário (SPI), atuou incisivamente na organização e levantamento técnico de todos os imóveis do Estado do Tocantins ocupados, ou em propriedade de sua Administração Direta e Indireta, juntamente com diversas entidades.

Referente a atuação do setor na esfera judicial, destaca-se o acompanhamento de inúmeras ações de desapropriações em curso, objetivando a

expropriação de áreas destinadas à pavimentação de trechos de rodovias estaduais; implantação e desenvolvimento de projetos agrícolas e outras atividades administrativas de utilidade pública, cujas imissões provisórias na posse – indispensáveis em feitos desta natureza – foram obtidas pela Procuradoria Geral do Estado.

Necessário também apontar o trabalho criterioso e inúmeras reuniões relacionadas à defesa do Estado nas ações civis públicas envolvendo as obras de infraestrutura das quadras 1.007 Sul, 607 Sul, 802 Sul, 107 Norte e 207 Norte, em Palmas – TO.

Atuou na emblemática ação envolvendo a ocupação da área do Antigo Aterro Controlado por Palmas, discutida nos autos do processo proposto pelo Estado do Tocantins, com vistas à reintegração de posse dos lotes 11, 12 e 13 do Loteamento Água Fria.

Registra-se o acompanhamento, consulta e orientação do pensamento jurídico em diversos processos administrativos de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, versando sobre matérias ambientais e direitos reais, bem como garantiu a participação em várias reuniões com representantes do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS, Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias – TOCANTINS PARCERIAS, Secretaria da Infraestrutura, Cidade e Habitação, Agência Tocantinense de Transportes e Obras – AGETO, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

Por fim, internamente, esta especializada atendeu quantidade equivalente a 3.588 intimações em processos judiciais – quase 750 a mais em relação ao ano de 2023 -, e cerca de 617 processos administrativos.

3. Subprocuradoria do Centro de Estudos

Esta Subprocuradoria promoveu diversos eventos na Instituição com vistas a expandir os conhecimentos, a promoção da saúde e o bem-estar do quadro de servidores e procuradores, bem como assegurou a participação em vários cursos, encontros e congressos dentro e fora do Estado.

Promoção dos cursos:

Cálculos Judiciais; Sanções Administrativas e Processo Administrativo Sancionador da Lei 14.133/2021; Planejamento, Orçamento e Gestão de Obras Públicas e Serviços de Engenharia da Lei 14.133/21; Redação Oficial; Gestão do Conhecimento; Reajustamento, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro de

contratos com foco em obras públicas, conforme estipulado pela nova lei de licitações e contratos - Lei Federal nº 14.133/2021.

Eventos:

- Roda de Conversa sobre o Dia Internacional da Mulher, enfocando o protagonismo feminino, com a desembargadora do TJ/TO, Ângela Issa Haonat; com a chefe de Estado Maior e subcomandante-geral do Corpo de Bombeiros do Tocantins, Andreyra de Fátima Bueno; com a vereadora de Palmas, Laudecy Coimbra, e a empresária da rede de Supermercados Quarteto, Maria de Fátima de Jesus;
- Aula de Defesa Pessoal para as mulheres do órgão, ministrada pelo professor e instrutor de artes marciais, Breno Roberto Paes;
- Aula de Yoga, realizada pela professora Anna Thaís;
- Oficina da Rede Simples TOC, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- Treinamento da Plataforma Target, treinamento on-line do sistema de governança aderido pela PGE;
- Oficina de Chat GPT para a Advocacia Pública;
- Oficina sobre Corpo e Mente, ministrada por psicólogo e fisioterapeuta da Junta Médica do Estado;
- Palestra sobre Direito do Trabalho e Advocacia Pública, com as ministras do Tribunal Superior do Trabalho, Morgana Richa e Liana Chaib;
- Palestra motivacional ministrada pela psicóloga Bianca Zortéia Shwan, voltada para todo o quadro funcional da Instituição;
- Comemorações do Dia das Mães; Dia dos Pais; Dia do servidor Público e Confraternização de fim de ano da PGE;
- Adesão às campanhas nacionais sobre “Junho Vermelho” - com doação de sangue dos servidores da PGE para o Hemocentro de Palmas;
- Setembro Amarelo - prevenção ao suicídio - com a palestra Seja Sol e Floresça Vida, ministrada pela psicóloga Luciane Faria;

- Outubro Rosa - prevenção ao câncer de mama - com palestra da médica oncologista clínica, Marina Vasco, arrecadação de lenços para a Liga Feminina do Câncer;
- Novembro Azul - combate ao câncer de próstata- com palestra ministrada pelo médico urologista, Adelmo Negre;
- Destaca-se como evento mais importante, a celebração dos 35 anos da Procuradoria-Geral do Estado, em 21 de agosto, no auditório do Palácio Araguaia, em concorrida solenidade que contou com palestra do presidente da Associação Nacional de Procuradores dos Estados e do Distrito Federal – ANAPE, Marcello Terto, e a presença de diversas personalidades do meio jurídico;
- Na oportunidade, teve a exposição um corredor de memórias com registros marcantes da história da Instituição, bem como realização de homenagens e entrega de medalhas a procuradores, ex-procuradores e servidores do órgão.

Também por meio do Centro de Estudos, vários procuradores participaram de eventos nacionais e estaduais, a exemplo do Fórum Nacional dos Centros de Estudos e Escolas das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal – FONACE; Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal - CONPEG e da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal –ANAPE; Encontro Nordeste da Advocacia Pública; Encontro de Corregedores, e eventos voltados a várias subprocuradorias especializadas.

Lançamento do Guia Rápido de Atualizações Tributárias, editado e realizado pelo Centro de Estudos. O guia aborda entendimentos jurisprudenciais relevantes sobre o tema da responsabilidade tributária em caso de dissolução e sucessão empresarial, compilando informações veiculadas pelo STJ, cuja pretensão é fornecer um conteúdo de fácil acesso e que possa ser utilizado pelos servidores da Instituição no desempenho de suas atividades diárias.

4. Subprocuradoria Administrativa

Em sede de Controle de Legalidade, ressalta-se que a Subprocuradoria Administrativa ao realizar a análise dos processos de licitações, dispensa de licitação, convênios e instrumentos congêneres, atuou em contratações e atos do Poder Executivo Estadual no montante de R\$ 1.379.798.172,14 (um bilhão, trezentos e setenta e nove milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e setenta e dois reais e quatorze centavos).

Com a implementação do Projeto “Consultoria 2.0”, buscando modernizar a consultoria jurídica da PGE, à luz da política de Governança Pública, trazida pelo Decreto Estadual nº 6.395, de 1º de fevereiro de 2022, a SPA está elaborando a minuta de um Parecer Referencial, direcionado ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins-IGEPREV:

- Minuta do PARECER REFERENCIAL “SPA” Nº 01/2024: Isenção do imposto de renda retido na fonte e da imunidade parcial da contribuição previdenciária prevista no art. 40, § 21, da Constituição Federal dos servidores públicos civis e dos seus pensionistas após a Reforma da Previdência Estadual (Emenda à Constituição Estadual nº 52 e Lei Complementar Estadual nº 150).

Foram elaborados 3.164 atos e manifestações administrativas, 1.892 pareceres físicos e digitais, além de 648 despachos da Coordenação envolvendo questões jurídico administrativas.

5. Subprocuradoria Judicial

A atividade fim da maior especializada em volume processual é desenvolvida através de 6 núcleos de trabalho: Especial, Servidores Militares, Servidores Civis, Temático, Saúde e Previdenciário, este último criado no segundo semestre deste ano, diante das peculiaridades da matéria e o aumento do volume de judicialização.

A atuação do setor de contencioso judicial foi marcada por elevado desempenho técnico e estratégico, evidenciado pelo número expressivo de atos processuais realizados.

Processos Judiciais Distribuídos: 106.645 Processos Administrativos Distribuídos: 26
Atos Processuais Realizados: 129.973
Atos Administrativos Realizados: 23.017 Audiências Realizadas: 285

5.1 Destaques Processuais

- Ação de Dissídio Coletivo que ensejou no afastamento da greve de servidores penitenciários em virtude da essencialidade do serviço, cuja estratégia se embasou na argumentação jurídica que destacou o risco à segurança pública em caso de paralisação.
- Ação Civil Pública em defesa da qualidade da água e do tratamento de esgoto em Palmas/TO, com pedido de liminar baseado em relatórios técnicos e reportagens da imprensa que apontaram irregularidades no serviço prestado pela empresa concessionária. O pedido foi acolhido pelo Tribunal de Justiça do Tocantins, garantindo a regularização imediata dos serviços, beneficiando diretamente a população.
- Ações de Cobrança com ajuizamento de ações para recuperação de créditos, na ordem de R\$ 25 milhões. Após levantamento minucioso de dados, foram apontadas informações que subsidiaram a apresentação de execuções de devedores de grandes quantias, na qual sagrou-se exitosa em sentenças de diversas ações.
- Ação Ordinária de suspensão do aumento das tarifas de água e esgoto, em defesa coletiva dos interesses dos usuários. Mediante sustentação da necessidade de se aguardar a definição no debate judicial, em decisão que protegeu os cidadãos contra o aumento na tarifa sem amparo judicial.
- Ação Civil Pública solicitando a validação do Concurso Público para Professores da Unitins. A defesa da legalidade do edital e da continuidade do concurso demonstrou os benefícios sociais para a educação superior do Estado, cuja sentença favorável garantiu a continuidade do certame.
- Ação Ordinária pedindo a garantia do repasse de aproximadamente R\$ 6 milhões ao Ruraltins por meio de emendas parlamentares. A ação fundamentou-se na comprovação de regularidade na destinação de emendas parlamentares. Com vitória em primeira instância, foi assegurado o dinheiro para o aprimoramento dos serviços desenvolvidos pelo órgão estatal.
- Ações de anulação de multas contra o Estado, contestando a aplicação indevida efetivada por entidade de regulação profissional, onde foi demonstrada a ilegalidade das sanções e cobranças para a obtenção de liminares favoráveis ao Estado.

6. Subprocuradoria Fiscal e Tributária

Ao longo do ano de 2024, a Subprocuradoria Fiscal e Tributária, atingiu o montante de R\$ 623.466.722,45 (seiscentos e vinte e três milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos), referentes a créditos ajuizados, e protocolou centenas de petições com vistas à extinção de execuções fiscais, cujas certidões da dívida ativa alcançaram o valor

aproximado de R\$ 73.847.864,54 (setenta e três milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), conforme consta dos ofícios de extinção encaminhados pela SEFAZ.

Registre-se que as petições de extinção, em sua maioria, foram requeridas em razão da quitação dos débitos, mas incluem também créditos extintos por prescrição, anulação por decisão judicial e cancelamento feito pela SEFAZ ou a pedido do órgão de origem.

A partir de relatórios emitidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no período de janeiro a outubro de 2024, houve a expedição de alvarás em favor do Estado do Tocantins no valor total de R\$ 4.288.707,60 (quatro milhões, duzentos e oitenta e oito mil, setecentos e sete reais e sessenta centavos), decorrentes de depósitos judiciais auferidos pelo Estado do Tocantins por força da atuação direta da Procuradoria-Geral do Estado nos respectivos processos onde os alvarás eletrônicos foram expedidos.

Ao longo do ano, nesta especializada, foram distribuídos 68.850 processos e protocoladas 61.752 petições de suspensão e extinção. Dentre esse total de petições protocoladas, 1.103 petições são com requerimento de suspensão em processos de execução fiscal, em decorrência de parcelamento de débito informado pela Secretaria da Fazenda.

Quanto a processos estratégicos e matérias específicas do contencioso fiscal e tributário, a especializada segue atuando nos processos de demandas em massa, relacionadas à discussão sobre a integração das tarifas TUST e TUSD na base de cálculo do ICMS, incidente no fornecimento de energia elétrica, tema de recurso repetitivo que foi julgado pelo STJ esse ano.

Alteração da alíquota do desconto contributivo para o sistema de assistência social dos militares.

Cobrança de diferencial de alíquota de ICMS nas operações e prestações interestaduais.

Ajuizamento de Execuções Fiscais, Cobrança Administrativa e Desjudicialização

- Implementação de mecanismos de cobrança, cuja demanda culminou com a realização de atendimentos a contribuintes para esclarecimentos de dúvidas e auxílio na regularização dos débitos.
- Início a trabalhos de desjudicialização relacionados à identificação de prescrições intercorrentes, à provocação do Poder Judiciário para o reconhecimento de indulto de multas penais inscritas em dívida ativa, nas situações tocantes à assinatura e

execução do Acordo de Cooperação Técnica nº. 8/2024 firmado com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

- Aprimoramento de mecanismos e rotinas de pesquisa patrimonial dos devedores, inclusive anteriormente ao ajuizamento de execuções Atividades desenvolvidas;
 - Concepção e implementação do banco de citações, consistente na disponibilização dos documentos comprobatórios das diligências de citação realizadas nas EFs, com o objetivo de facilitar a localização de devedores ou a realização de diligências inúteis de citação, para consulta anteriormente ao ajuizamento e no curso da execução fiscal);
 - Concepção e implementação de banco de pesquisa de bens, consistente na disponibilização da tela de resultado de consulta de pesquisa de bens de todos os CNPJs e CPFs dos devedores referentes às execuções fiscais ajuizadas pela PGE/TO nos anos de 2020 a maio de 2024, em diversos sistemas de busca;
 - Criação de robôs de automação de processos para a pesquisa de bens dos devedores previamente ao ajuizamento, para instruir as execuções fiscais e, posteriormente, para auxiliar na atividade no Núcleo de Impulso às Execuções Fiscais, com a criação de um banco de pesquisa de bens (atualmente, estão em uso robôs para pesquisa nos seguintes sistemas: DetranNet; Jucetins; E-proc (precatórios); SIDATO (semoventes – ADAPEC); ANAC (pesquisa de aeronaves); Portal de Contratações Públicas (pesquisa de contratos com entes públicos para a penhora de créditos);
 - Criação de robô para gerenciamento de processos no e-Proc dos processos da Subprocuradoria Fiscal e Tributária para os procuradores, de acordo com a listagem de distribuição disponibilizada a cada um; diálogo, revisão de minuta e efetiva assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Tocantins (IEPTB-TO) para o protesto de CDAs;
 - Assinatura de termo de adesão com o Colégio Notarial do Brasil para acesso à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC, à Central de Procurações (CENPROC) e à Central de Atos Notariais Paulista (CANP);
- Tratativas e efetiva adesão a termo com o Banco Central para acesso ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS); diálogo com o Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), para viabilizar o envio eletrônico de solicitações de averbação de penhoras realizadas nas execuções fiscais (implementado), via Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado (SAEC);
- Auxílio na elaboração e discussão da minuta do Acordo de Cooperação Técnica nº. 8/2024 com o TJTO, para o reconhecimento da extinção de execuções fiscais sem resolução de mérito nos casos que se enquadram no art. 1º da Resolução CNJ nº.

547/2024; 21;

- Gestão e execução das atividades do Acordo de Cooperação Técnica que resultou, até o momento, no envio de 1571 processos de execução fiscal para extinção;
- Acompanhamento nas demandas de matérias relativas a ICMS incidente sobre a prestação de serviço de transporte de mercadorias destinadas à exportação ou para a formação de empresa exportadora; contribuição devida ao Fundo Estadual de Transporte – FET e atuação em ações envolvendo o IPM – ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS de São Salvador do Tocantins e Paranã, relativos ao caso da UHE Peixe.
- Atuações em defesa do fisco estadual que culminaram em restrições para emissão de notas fiscais a empresas consideradas “NOTEIRAS” e evitar ou cassar as liminares concedidas em todos os casos que foram encaminhados pela SEFAZ.
- Atuação na cassação da liminar concedida no importante caso “COPAPE” relacionado ao ICMS incidente sobre combustíveis onde havia sido deferido o direito a usufruir de diferimento tributário, um recurso que permite pagar o ICMS na etapa seguinte da comercialização - no seu caso, após a importação de diesel.

7. Subprocuradoria de Consultoria Especial:

A atuação da Subprocuradoria de Consultoria Especial não envolve contencioso judicial, consistindo a sua atuação na verificação da higidez dos processos administrativos e na análise prévia dos procedimentos licitatórios da administração.

No entanto, este ano, foram analisados 3.635 processos administrativos das diversas secretarias, sendo que foram elaborados 544 pareceres, 3.038 despachos e, excepcionalmente, a elaboração de cartilha eleitoral no âmbito desta especializada.

Entre os despachos, os assuntos predominantes foram: regularização fundiária, aposentadoria e pensão, autorizações para escrituração de imóveis, análises de procedimentos licitatórios e contratações diretas, aditamento de contratos, revisões de proventos.

8. Subprocuradoria do Estado do Tocantins em Brasília

Os procuradores do Estado lotados nesta especializada, realizaram, durante todo o ano de 2024, audiências junto aos tribunais federais para tratar de

processos prioritários de interesses do Estado do Tocantins, além de entrega de memoriais. Destacam-se dentre as ações:

- Audiência com o Desembargador Federal Rui Gonçalves, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para tratar do pedido de tutela na Ação Rescisória a fim de suspender o cumprimento de sentença e evitar que a parte contrária recebesse valor que já havia sido depositado pelo IGEPREV.

- Audiências nos gabinetes dos ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin e Gilmar Mendes, no Supremo Tribunal Federal, tendo como o objeto das tratativas, o RE 1426306-TO, Leading Case do Tema 1254 – com o reconhecimento da existência de repercussão geral da questão, fixando-se a seguinte tese favorável ao Estado do Tocantins: “Somente os servidores públicos civis detentores de cargo efetivo (art. 40, CF, na redação dada pela EC 20/98) são vinculados ao regime próprio de previdência social, a excluir os estáveis nos termos do art. 19 do ADCT e os demais servidores admitidos sem concurso público”.

- O propósito das audiências foi expor as razões pelas quais os embargos de declaração opostos pelo INSS mereciam ser rejeitados. Os embargos foram conhecidos e atualmente os embargos de declaração opostos pelo particular estão pendentes de julgamento.

- Atos recebidos: 3.547 (três mil, quinhentas e quarenta e sete) intimações.

- Atos distribuídos: 3.483 (três mil quatrocentos e oitenta e três) atos distribuídos e analisados.

- Atos praticados: 2.507 (dois mil, quinhentos e sete).

9. Subprocuradoria da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos

No segundo ano de funcionamento da Subprocuradoria da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos, foram intermediadas soluções consensuais negociadas de litígios e controvérsias envolvendo o Estado do Tocantins, seus órgãos e suas entidades, através da mediação e da conciliação, com significativos resultados.

Tais soluções permitiram satisfação mútua e legítima dos interesses envolvidos, com ganhos de economicidade aos cofres públicos, redução da litigiosidade, maior celeridade na solução das situações submetidas à negociação, e racionalidade aos trabalhos operacionais das unidades da Procuradoria e do Poder Judiciário.

A economia aos cofres públicos gerada com a atuação desta especializada, alcança a cifra de R\$ 2.642.000,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil reais).

9.1 Mediações

- Solução consensual de litígio entre o Ministério Público e o Estado do Tocantins, relacionado à Ação Civil Pública, na qual a 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional requeria a adoção de diversas medidas administrativas para adequação das deficiências estruturais e logísticas constatadas no Instituto Médico Legal, no Núcleo de Perícias e nas Delegacias de Porto Nacional, Monte do Carmo, Brejinho de Nazaré e Fátima.

Como resultado, a formalização de um acordo que levou ao fim a Ação Civil Pública, gerando economia e racionalização dos trabalhos – e ainda a colaboração financeira do órgão ministerial para o custeio das medidas de estruturação das unidades, mediante a canalização, em favor do Fundo para Modernização da Polícia Civil do Estado do Tocantins – FUMPOL, de recursos provenientes de acordos de não persecução cíveis firmados pelo Ministério Público.

Acordo coletivo entre o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV e o Sindicato dos Servidores Ativos e Inativos do Poder Legislativo do Estado do Tocantins – SINDLEGIS/TO, com vistas ao cumprimento consensual da sentença condenatória proferida em ação coletiva proposta ainda no ano de 2009.

A conciliação possibilitou a restituição, com deságio de 20% (vinte por cento), de contribuições previdenciárias, recolhidas a maior sobre a remuneração dos servidores, com dispensa do pagamento de honorários advocatícios de sucumbência na fase de execução e do reembolso de custas processuais por parte do IGEPREV.

O acordo coletivo contou com a anuência de 98,86% dos potenciais beneficiários, evitando a propositura de 262 (duzentos e sessenta e duas) ações individuais, gerando aos cofres públicos uma economia estimada na ordem de R\$ 2.642.000,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil reais), conforme o

acolhimento ou não de teses jurídicas sustentadas pelo Estado do Tocantins, assim como a fixação de honorários sucumbenciais entre os patamares mínimo e máximo.

Tentativa de cumprimento consensual de acórdão em ação coletiva, que reconheceu o enquadramento na classe II, da Lei Estadual 1.534 de 2004, de servidores públicos que comprovaram a conclusão do ensino superior e o exercício de cargo público estadual em 01/04/2005, tendo sido realizado, até então, o levantamento da condição dos substituídos, que está sob a análise da Secretaria da Administração, dos advogados do sindicato e da Procuradora vinculada ao caso.

Andamento do procedimento administrativo para resolução consensual de conflito entre o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, o Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS, a Procuradoria Geral do Estado – PGE e a Associação dos Plantadores do Alto do Tocantins – PLANALTO, associação de agricultores da região de Campos Lindos, relacionado à aceitação de áreas de reserva legal alienadas pelo Poder Público a particulares e atualmente ocupada por terceiros.

Os interessados concordaram em celebrar acordo instrumental com o objetivo de dar continuidade às tratativas junto ao Ministério Público Federal – órgão onde o conflito já estava sendo discutido – e à Câmara Técnica Fundiária, a ser eventualmente instaurada no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – TJTO, bem como estabelecer providências que contribuirão para a solução negociada do conflito; restando ainda o prosseguimento dos demais atos necessários à formalização do acordo.

Andamento do procedimento administrativo para resolução consensual de conflito para a tentativa de cumprimento consensual de acórdão em ação coletiva, que condenou o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV a restituir contribuições previdenciárias indevidamente exigidas dos servidores substituídos pelo Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - SINTESC e recolhidas em favor da autarquia previdenciária, incidentes sobre a gratificação de produtividade instituída pela Resolução Administrativa nº 10/2008, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE/TO.

10. Subprocuradoria de Precatórios e Ações Trabalhistas

Atos Praticados: 56.035

Processos Distribuídos: 56.699

Economia: R\$ 29.629.264,01 (vinte e nove milhões seiscientos e vinte nove mil duzentos e sessenta e quatro reais e um centavos).

- RPV'S: 5.909
- Precatórios: 2.434
- Trabalhistas: 1.783

Panorama da Especializada

A ação eficiente da Subprocuradoria de Precatórios e Ações Trabalhista se traduz em uma contribuição substancial à gestão responsável, promovendo um impacto positivo nas finanças públicas.

Em 2024, esta especializada alcançou um significativo êxito em suas atividades, gerando uma expressiva economia ao erário no valor total de R\$ 29.629.264,01 (vinte e nove milhões seiscientos e vinte nove mil duzentos e sessenta e quatro reais e um centavo).

A publicação dos editais nº 289 do Tribunal de Justiça do Estado, visando a abertura de prazos para que os credores manifestem interesse em conciliar créditos decorrentes de precatórios inscritos contra o Estado do Tocantins, resultou em uma significativa economia ao erário no valor total de R\$ 25.876.239,52 (vinte e cinco milhões, oitocentos e setenta e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Esses editais permitiram a redução do montante de precatórios, gerando uma economia substancial para o Estado. Ainda em relação a precatórios, após apuração realizada pela Secretaria da Fazenda, o Estado do Tocantins reconheceu uma diferença de R\$ 19.756.121,41 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, cento e vinte e um reais e quarenta e um centavos).

A Subprocuradoria também tem se destacado pela atuação na prevenção da responsabilização subsidiária do Estado do Tocantins nos contratos firmados por ele, especialmente no que diz respeito à fiscalização administrativa nas contratações envolvendo mão-de-obra terceirizada.

No acompanhamento de processos trabalhistas, a especializada obteve uma economia de R\$ 3.753.024,49 (três milhões setecentos e cinquenta e três mil vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos), considerando os processos onde o Estado foi excluído do polo passivo, sentenças absolutórias e desistências.

Considerações Finais

O controle dos gastos públicos é uma das principais demandas do Tocantins. Neste aspecto, o trabalho diário e intenso da Procuradoria-Geral do Estado acarretou, em 2024, a economia total de mais de 700 milhões aos cofres

estaduais. Mais precisamente R\$ 758.873.558,14. (Setecentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quatorze centavos).

Este resultado leva em conta a atuação processual jurídica - quando o Estado vence a causa por conta do acolhimento de teses exclusivamente jurídicas. Mas também a atuação processual das perícias contábeis: cálculos que apontam diferenças entre os valores cobrados pelas partes contrárias e o valor efetivamente devido pelo ente público, segundo a justiça, dentre outros.

Seguramente podemos sustentar que grande parte das metas estabelecidas em 2024 foram alcançadas pela Procuradoria-Geral do Estado.

No âmbito administrativo, reforçamos o acompanhamento dos processos e passamos a planejar a formatação do banco de teses para demandas repetitivas na produção da defesa judicial e extrajudicial do Estado do Tocantins.

Mantivemos o investimento no quadro de pessoal com a contratação de assessores jurídicos para a Instituição e garantimos a produtividade, vigilância e segurança jurídica institucional. Também aplicamos recursos na aquisição de equipamentos tecnológicos mais modernos para maior eficácia e agilidade nos processos.

No ajuste proposto pela Gestão Estratégica, ganhamos motivação, inovação e fôlego com o segundo ano de funcionamento da Subprocuradoria da Câmara da Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos, que obteve, através da mediação, acordos extrajudiciais que evitaram a canalização de demandas ao Poder Judiciário, economizando para os cofres públicos o montante de R\$ 2.642.000,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil reais).

Em termos quantitativos, a PGE, por meio da atuação da Subprocuradoria de Precatórios e Ações Trabalhistas, gerou para o erário do Tocantins uma economia na ordem de R\$ 29.629.264,01 (vinte e nove milhões seiscentos e vinte nove mil duzentos e sessenta e quatro reais e um centavos).

Estimamos para 2025 ainda mais economicidade para os cofres tocantinenses com o ajuizamento de execuções fiscais propostas pela Subprocuradoria Fiscal e Tributária, visando a recuperação de créditos para o Estado.

Neste ano, a especializada atingiu o montante de R\$ 623.466.722,45 (seiscentos e vinte e três milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos)

CASA MILITAR

Dentre as diversas atividades as quais a CAMIL está submetida, principalmente no tocante à segurança pessoal do Exmo. Sr. Governador do Estado, Vice-Governador e seus familiares, respectivamente, abaixo serão apresentadas as atividades realizadas pelo órgão na busca do cumprimento de sua missão, diante das informações dos setores que a compõem, nas áreas administrativa e operacional da pasta.

A Casa Militar (CAMIL) ofereceu aos militares e servidores civis vários cursos no decorrer de 2024. Organizados pela própria instituição, pro meio da Diretoria de Segurança, Diretoria de Gestão Integrada, Gerência de Brigada e Combate a Incêndio, ou com a parceria de outras instituições dentro de for a do estado.

Todos os cursos e instruções estão diretamente ligados ao serviço de escolta do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Tocantins, seu vice e todos os dignitários incluídos na Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019. Os objetivos das formações são capacitar o militar para as diversas situações encontradas nas mais variadas missões, aperfeiçoar os ensinamentos e atualizar as técnicas inerentes ao serviço.

No primeiro semestre foram realizadas 11 (onze) formações, incluindo cursos e instruções. No total de 2016 (duzentos e dezesseis) servidores formados. Das instituições organizadoras, dos cursos e das instruções, temos:

- ✓ Marinha do Brasil - Curso Especial para Tripulação de Embarcações de Segurança Pública (ETSP): 4 (quarto) militares;
- ✓ ETSP



- ✓ Casa Militar – TO - Instrução de Tiro: 59 (cinquenta e nove) militares;
- ✓ Casa Militar – TO - Estágio Avançado de Proteção de Autoridades (EAPA): 32 (trinta e dois) militares;
- ✓ Casas Militares dos estados de Minas Gerais, Piauí e Bahia - Curso de Segurança e Proteção de Autoridades (CSPA): 6 (seis) militares;
- ✓ CSPA



- ✓ Casa Militar – TO - Instrução de APH – Tático: 54 (cinquenta e quatro) militares;

APH – Tático



- ✓ Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública - Curso de APH Tático: 4 (quarto) militares
- ✓ Casa Militar – TO - Curso de Brigada de Incêndio: 20 (vinte) servidores civis, e;
- ✓ Casa Militar – TO - Instrução de Direção OFF – ROAD: 37 (trinta e sete) militares.

Todas as formações organizadas no primeiro semestre foram coordenadas pela Diretoria de Segurança, sob o comando do Cel Heitor. A partir do segundo semestre, com a criação da Diretoria de Gestão Integrada, o Ten Cel Fernando assumiu a organização.

No segundo semestre foram realizadas 12 (doze) formações, com um total de 52 (cinquenta e dois) servidores formados. Dos cursos e instruções, tivemos:

- ✓ Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública - Instrução de Nivelamento de Conhecimento da Força Nacional (INC): 2 (dois) militares;

✓ INC



- ✓ Casas Militares dos estados de Rondônia, Bahia e Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública - Curso de Segurança e Proteção de Autoridades (CSPA): 6 (seis) militares;
- ✓ Marinha do Brasil - Curso Especial para Tripulação de Embarcações de Segurança Pública (ETSP): 10 (dez) militares;
- ✓ Polícia Militar do Estado de São Paulo - Curso de Inteligência Policial para Oficiais: 2 (dois) militares;
- ✓ Polícia Militar do Pará - Curso de Inteligência Estratégica: 1 (um) militar;
- ✓ Casa Militar – TO - Instrução de Manutenção e Manuseio de Arma de Fogo: 17 (dezesete) militares;
- ✓ Manutenção e Manuseio de Arma de Fogo



- Escola de Governo do Tocantins - Redação Oficial: 10 (dez) servidores civis e militares;
- Controladoria Geral do Estado do Tocantins - Ciclo de Estudos Aprofundados – Capacitação de Ouvidorias e Sistema de Informação ao Cidadão: 2 (dois) militares.

Dos cursos oferecidos pela Casa Militar, o Curso de Brigada de Incêndio foi organizado pela Gerência de Brigada e Combate a Incêndio e Emergências (GBCIAE). Para o Curso de Direção OFF – ROAD a CAMIL teve a parceria da Polícia Militar do Tocantins através do Batalhão de Polícia Militar de Rodovias, estradas e Divisas (BPMRED). A instrução de Manutenção e Manuseio de Arma de Fogo teve a parceria da Polícia Militar do Tocantins através do Batalhão de Polícia Militar de Choque (BPCHOQUE).

A equipe do Corpo de Bombeiros que atua na CAMIL, esta é responsável pela manutenção da prevenção contra incêndio e pânico do Palácio Araguaia, permanecendo em prontidão para o atendimento de emergências pré-hospitalares, bem como as competências atribuídas pelo Sr. Secretário-Chefe da Casa Militar na operacionalização dos sistemas de controle de acesso e monitoramento por imagens do Palácio Araguaia, tendo como diretriz principal a segurança das Autoridades e demais ocupantes do Palácio Araguaia assim como a Segurança Institucional do Poder Executivo;

Os militares do Corpo de Bombeiros estão presentes na escolta das autoridades do Poder Executivo em seus deslocamentos em viagens e em outras frentes de serviço, quando necessário, vistoria de segurança das estruturas em eventos institucionais além de outras missões incumbidas à Gerência.

Na Assessoria Jurídica, o objetivo principal é garantir que as ações do órgão estejam em conformidade com a legislação vigente e que os interesses legais sejam devidamente protegidos.

Assessorar ao órgão em assuntos de natureza jurídica e legal, zelar pela observância dos princípios norteadores da Administração Pública e demais ordenamentos jurídicos acompanhar procedimentos judiciais e administrativos internos e externos, em todas as instâncias e áreas relacionadas à Secretaria, supervisionar fatos e atos jurídicos relativos ao patrimônio da Secretaria, emitir pareceres, despachos e informações de caráter jurídico nos assuntos que são submetidos a seu exame, emitir extratos ou resumo dos contratos, convênios e congêneres de interesse da Secretaria, bem como seus aditamentos, obedecendo os prazos legais.

Na Casa Militar as ações deste departamento, estão concentradas na emissão de Portarias diversas, Pareceres Jurídicos, Minutas de Contrato, Orientações gerais.

No decorrer de 2024, a Assessoria Jurídica e Corregedoria da Casa Militar realizaram diversos trabalhos correlatos às suas funções, conforme segue abaixo.

Assessoria Jurídica

Instauraram-se 06 (seis) Portarias Regulamentadoras, dentre elas:

- ✓ Portaria que regulamenta a concessão da Medalha Guardião Araguaia na Casa Militar;
- ✓ Portaria que regulamenta o procedimento administrativo destinado à realização de Contramedidas de Vigilância Técnica (CMVT) no âmbito da Casa Militar do Estado do Tocantins;
- ✓ Portaria que regulamenta o uso de Uniformes por parte dos integrantes militares da Casa Militar.

Expediram-se 03 (três) Instruções Normativas, dispondo sobre:

- ✓ As normas e procedimentos para atuação dos Assistentes III da Casa Militar do Estado do Tocantins;
- ✓ Atos complementares ao Decreto nº 6.829, de 21 de agosto de 2024, a fim de regular o cadastramento e a autorização das empresas, regras de fiscalização, supervisão da fabricação, comercialização e aquisição de fardamento;
- ✓ O rito processual administrativo de apuração de responsabilidade por eventuais infrações praticadas por contratados, pessoas físicas ou jurídicas.

Foram elaboradas junto à Diretoria Administrativa as seguintes Minutas:

- ✓ Minuta de Medida Provisória dos Cargos e Funções da Casa Militar;
- ✓ Minuta de Medida Provisória para inclusão da Casa Militar na Lei do serviço extraordinário;
- ✓ Minuta de Decreto que aprova o Regimento Interno da Casa Militar do Estado do Tocantins;
- ✓ Minuta de Decreto que regulamenta o uso de uniformes da Casa Militar;
- ✓ Minuta de Decreto que dispõe sobre as áreas de segurança estadual;

Foram construídos 29 (vinte e nove) Pareceres Jurídicos dos mais diversos assuntos, tais como: contratações, aditivos de contratos e prorrogações; pedido de reconsideração de ato, reconhecimento de dívidas; revisão de ato administrativo; recurso hierárquico; auxílio-natalidade; pedido de relevação de pena; dispensa de licitação; minutas de lei; bolsa de estudos.

Corregedoria

Instauraram-se até o presente momento 10 (dez) Portarias de Sindicância, que foram devidamente solucionadas, sendo realizados 02 (dois)

Enquadramentos disciplinares. Foram instauradas ainda 02 (duas) Portarias de Inquéritos Policiais Militares – IPM, os quais foram solucionados e encaminhados ao Órgão competente. Emitiu-se 07 (sete) Despachos de PIP.

Assessoria/Corregedoria

Foram confeccionados 78 (setenta e oito) Ofícios expedidos pela Assessoria Jurídica e pela Corregedoria, sendo emitidas ainda 10 (dez) Certidões para SENASP e 16 (dezesesseis) Certidões NADA CONSTA.

Dentre as atividades as quais o Patrimônio e o Almojarifado estão imbuídos, principalmente no tocante ao tombamento, baixa de bens inservíveis, distribuição e controle físico dos bens, assim como estabelecimento de critérios pelo uso, movimentação, guarda, conservação e manutenção, serão relacionadas abaixo as atividades realizadas pelos dois setores na busca do cumprimento de suas obrigações:

Patrimônio da Casa Militar

- ✓ Alimentação do sistema Siga com alterações feitas no sistema;
- ✓ Relatórios mensais de localização e conferência patrimonial;
- ✓ Termos de Responsabilidade;
- ✓ Inventário 2024;
- ✓ Processos de baixas patrimoniais;
- ✓ Processo de Legalização de Material Bélico;
- ✓ Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Reserva de Material Bélico – SIGBEL;
- ✓ Registro de entrada e saída de bens móveis.

Almojarifado da Casa Militar

- ✓ Registro de compras e consumo;
- ✓ Inventário 2024;
- ✓ Fechamento mensal com envio de relatórios para Conciliação Contábil;
- ✓ Controle de requisições e estoque;

O setor de Patrimônio da Casa Militar recebeu equipamentos de informática oriundos do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 001/2023, formalizado entre o Instituto de Terras do Estado do Tocantins, INTERTINS e Secretaria da Administração do Estado do Tocantins – SECAD, devidamente formalizado nos autos do processo 2023/34510/000098, a saber:

- 10 Monitores LED 23,8” AOC 24P1U, Marca Positivo, cor preta;

- 10 Computadores Desktop – Processador (06 núcleos, 12 cabeças de leitura, 12 MB de memória cache), Memória RAM de 16 GB, SSD com capacidade de 256 GB, Sistema Operacional Windows 11 Pro, marca Positivo, cor preta.
- 03 Notebooks – Processador – 04 e 08 núcleos, 16 GB memória RAM e de 100 a 300 GB de armazenamento;
- 01 Notebook – Processador de 06 núcleos, 12 GB memória RAM e 256 GB de armazenamento.

Foi realizada baixa de veículo alienado conforme Edital de Licitação nº 001/2023 Processo 2023/25000/000650:

- 01 Automóvel Marca Volkswagen, Mod. Santana , a gasolina, Ano/Fab/Mod 2005, cor cinza cosmos, placa MWQ-7170.

Em sua estrutura apresentada na Lei 3.421/2019, a CAMIL possui a Gerência de Inteligência. Em todas as regiões percorridas pelo Exmo. Sr. Governador do Estado no ano de 2024, uma equipe especializada realiza um sistemático exame físico e eletrônico de uma determinada área por pessoal propriamente treinado, qualificado e equipado, buscando evitar quaisquer interferências no tocante ao exercício profissional bem como a integridade física da autoridade e demais integrantes que o acompanharam.

O Setor realiza ainda os seguintes serviços:

- ✓ Monitoramento do cenário geopolítico interno e externo;
- ✓ Monitoramento de notícias e redes sociais;
- ✓ Levantamento de informações relativas a alvos que ofereçam riscos à atividade do Exmo Sr. Governador e seus familiares;
- ✓ Observar ambientes e prospectar possíveis riscos à segurança das autoridades;
- ✓ Prevenir possíveis ataques à sede do governo.

Em relação aos documentos administrativos produzidos pela GI/CAMIL são os seguintes: Boletim Geral Reservado, Extrato de BGR, Item para BGR, Ofícios, Processos de Armas, Partes, Relatórios de Inteligência e Relatórios de Viagens.

O Serviço de Saúde da CAMIL foi essencial no apoio e acompanhamento ao seu efetivo militar e civil, bem como no atendimento aos servidores do Gabinete do Exmo. Sr. Governador e das demais Secretarias situadas no Palácio Araguaia, realizando muitas palestras, exames e incentivando os servidores a cuidar de sua saúde física e mental.

Destacam-se as seguintes atividades:

- Aferição de Pressão arterial - 713

- ✓ Teste de Glicemia - 170
- ✓ Teste de Covid-19 - 18
- ✓ Curativo - 24
- ✓ Orientações Gerais - 85
- ✓ Medicação Oral - 217
- ✓ Medicação Injetável - 48
- ✓ Entrega de pedido de exames para os militares - 73
- ✓ Outros atendimentos-viabilização de consultas médicas, odontológicas, atendimento psicológico e com fisioterapia.

No Mês de novembro realizamos uma Campanha de Multivacinação para os servidores onde vacinamos um total de 109 doses.

No mês de outubro, foi realizado a ação de Outubro Rosa, onde os servidores foram orientados quanto a importância do auto exame e diagnóstico precoce, com entregas de lembranças.

No mês de outubro, a casa militar também participou do evento da Primeira-Dama do Estado foi realizado a ação de Outubro Rosa, onde foram realizados atendimentos a mais de 500 mulheres no Jardim Taquari.



Curtido por dcristinagomes e outras pessoas
governodotocantins Mais de 500 mulheres do **Jardim Taquari**, em Palmas, participaram das ações do Outubro Rosa, promovida pelo Governo do Tocantins.

A ação voltada para a conscientização e prevenção, é de iniciativa da primeira-dama e secretária extraordinária de Participações Sociais, Karynne Sotero, e contou com parceiros como o **Hospital de Amor**, que levou a Carreta do Amor e ofertou exames gratuitos de mamografia e papanicolau.

Saiba mais em: to.gov.br

[#OutubroRosa](#) [#SaúdeFeminina](#) [#Prevenção](#) [#HospitalDeAmor](#)

Em setembro participamos da campanha Setembro Amarelo- Mês de Valorização da Vida.



Em novembro foi realizada orientações sobre a importância do diagnóstico precoce com entrega de lembranças em alusão ao “Novembro Azul”, mês de conscientização contra o câncer de próstata e saúde do homem.



No tocante ao Setor de Recursos Humanos- RH, a Casa Militar tem como servidores Policiais e Bombeiros Militares, regidos por legislação própria possuindo ainda como membros da pasta 03 servidores civis (efetivos e comissionado) 32 contratos temporários. O RH buscou administrar de modo eficiente e eficaz todas as obrigações pertinentes a cada servidor e a cada legislação específica, em

consonância com as orientações e determinações dos órgãos de origem dos militares, bem como da Secretaria de Administração do Estado – SECAD.

A Seção rotineiramente segue cronogramas das atividades desempenhas, a saber:

- Publicação de Boletim Geral – BG, de matérias relacionadas a esta secretaria;
- Acompanhamento e controle de férias dos servidores, publicações e assinaturas em livro via sistema Portal PM TO;
- Atualização quanto ao efetivo e emprego, além da movimentação de transferências, PM/CAMIL;
- Inserção e conferências no sistema de gerenciamento da folha de pagamento da SECAD, de férias, designação/dispensa de função comissionada e outros dados afins;
- Produção de documentos (expedientes) atinentes ao RH e do Gabinete do Secretário-Chefe;
- Avaliação Periódica de Desempenho – APED e acompanhamento quantos as fases de designação, avaliação, verificação e homologação, dos policiais militares, além dos servidores civis.

Outras atividades afins no que tange a divulgação de qualificação continuada, além de alimentação via sistema Siga Unicet dos cursos realizados.

A seção de Assessoria de Comunicação desenvolvidas rotineiramente são:

- Atualização do site institucional;
- Divulgação de informações de cunho interno e externo;
- Alinhamento de procedimentos comunicacionais com a Secretaria de Comunicação;
- Organização de eventos internos;
- Postagens no feed do Instagram da Casa Militar;
- Inserção de Matérias no site.

A Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil buscou o cumprimento de suas obrigações utilizando-se de todo seu orçamento, observados os programas e ações de trabalho descritos no PPA.

A CAMIL possui contratos vigentes relacionados a lavagem e locação de veículos oficiais, incluindo veículos blindados, que atendem diretamente o Exmo. Sr. Governador e Vice-Governador do Estado na capital, em todo território nacional e demais missões designadas ao órgão; cartões magnéticos para utilização no abastecimento dos referidos veículos; locação de impressoras para atendimento dos serviços administrativos; locação de rádios transceptores na atuação dos militares nas dependências do Palácio Araguaia José Wilson Siqueira Campos e em missões externas, serviços de telefonia e dados móveis.

A contabilidade, em conjunto com a Secretaria da Fazenda, efetua os lançamentos para que as demonstrações contábeis evidenciem com a maior transparência possível, a aplicação dos recursos estaduais, no atendimento da sociedade do Estado do Tocantins, além disso, mantém as informações solicitadas pela união, pelos órgãos de fiscalização, todas atualizadas.

A parte do Planejamento também é feito pela Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, realizando o acompanhamento do Orçamento. No exercício de 2024, participamos da revisão do PPA 2024/2027, distribuindo o Teto Orçamentário destinado ao órgão, da forma que atenda a Casa Militar no exercício seguinte, Controle da Ordem Cronológica de pagamento dos processos (exigência do TCE), controle dos contratos em Sistema próprio da CGE, e prestando todas as informações solicitadas pelos órgãos de controle. Este setor também é responsável pela Elaboração da Prestação de Contas Annual de Ordenador de Despesas da Casa Militar.

A Sessão de Transporte da Casa Militar é responsável pela coordenação, fiscalização, controle das cautelas, manutenções preventivas e corretivas dos veículos oriundos dos contratos de locações dos quais esta Secretaria é parte, bem como, de outros objetos de contrato entre as locadoras e a Secretaria de Governo, estes cedidos para uso nas diversas missões de competência da Casa Militar.

Os militares desta Sessão são nomeados como fiscais de contrato, tendo a incumbência de fiscalizar e atestar o cumprimento das obrigações contratuais das locadoras CS Brasil LTDA, TB Serviços e Transporte, Locadora Araguaia, contratadas para fornecimento e manutenções corretivas e preventivas dos veículos pertencentes a frota da Casa Militar.

Incumbe ainda o controle, fiscalização e orientação dos motoristas quanto às boas práticas de condução e zelo dos veículos. Realizando ainda o controle dos procedimentos atinentes ao cumprimento das cláusulas contratuais que prescrevem as obrigações da Casa Militar e da locadora, quanto às infrações de trânsito, cometidas pelos militares durante a condução dos veículos. Emitindo memorandos, fiscalizando os recursos administrativos, respondendo ofícios das locadoras e mantendo controle sobre as infrações.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

O ano de 2024 foi marcado pela execução de atividades voltadas ao fortalecimento da governança e pela implementação de políticas que visaram aprimorar a transparência e a gestão dos recursos públicos no Estado.

Inserida em uma nova gestão, a Controladoria-Geral do Estado atuou de forma assertiva, pautada pelos princípios da integridade e responsabilidade, sob as premissas de resultados positivos à gestão governamental estadual, fundamentada em um suporte técnico consistente com objetivo de bem aplicar os recursos.

Primeiramente, é importante mencionar as várias ações realizadas que colaboraram para uma destacada atuação do controle interno, focado nas atividades de fiscalização, inspeção, auditoria e prevenção à corrupção.

Foram emitidos 82 (oitenta e dois) relatórios de auditoria com seus respectivos pareceres, resultado das análises dos processos de prestação de contas dos ordenadores de despesas, bem como elaborado o Relatório das Contas Consolidadas do Governador, com o objetivo de demonstrar, por meio de dados e informações técnicas, os resultados alcançados nas funções, subfunções, programas e ações de Governo, em atendimento ao que preconiza o art. 74 da Constituição Federal.

Ressalta-se, dentre as atividades, a elaboração de 42 (quarenta e dois) Relatórios Panorâmicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que visam identificar possíveis riscos (pontos de criticidade/vulnerabilidade) que podem afetar o alcance dos objetivos estratégicos das respectivas pastas.

Além disso, foram analisados aproximadamente 550 (quinhentos e cinquenta) processos de despesas, resultando, das análises, a emissão de pareceres técnicos e despachos, atendendo às demandas provenientes das unidades gestoras do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão dos gestores estaduais.

Entre essas atividades centrais, o controle interno teve papel significativo no acompanhamento da execução das ações do planejamento plurianual; na execução do orçamento; na elaboração de relatórios do gasto público; bem como na emissão de notas técnicas e consultas técnicas, em auxílio nos mais diversos temas demandados pelo Executivo Estadual, com destaque para os relatórios ligados aos gastos com pessoal e limites constitucionais, dando apoio à gestão estadual, para ajustes e conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destacam-se, ainda, a emissão, a publicação e a atualização dos checklists utilizados como ferramenta de controle, que permitem acompanhar e padronizar rotinas administrativas, a partir da certificação de que as condições de um determinado serviço, produto ou processo estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos pelas normas legais.

No que diz respeito à pauta do controle preventivo, a CGE vem imbuindo esforços para o fortalecimento do Sistema de Controle Interno, ofertando instrutorias, vagas de capacitação técnica e treinamento a servidores externos e internos do Poder Executivo Estadual, fortalecendo, sobremaneira, o controle interno da gestão, com vistas à salvaguarda dos recursos públicos, evitando perdas, mau uso e danos ao erário.

Neste sentido, o controle interno promoveu três edições do “Workshop em Procedimentos de Formalização da Despesa Pública no Executivo Estadual”, com a participação de 2.872 (dois mil e oitocentos e setenta e dois) servidores nos cursos ofertados, e ainda contou com a presença de mais de 1.000 (mil) agentes públicos nas oficinas técnicas, capacitando dessa forma, aproximadamente 4.000 servidores que atuam nas áreas de execução e controle, possibilitando a melhoria na execução de políticas públicas e, consequentemente, o atingimento da finalidade pública.

Já a Corregedoria-Geral do Estado implementou diversas ações para aprimorar a sua atuação em 2024, com destaque para a capacitação proporcionada a 540 (quinhentos e quarenta) participantes, dentre elas, a realização do II Encontro de Corregedorias do Estado do Tocantins, evidenciando o compromisso do Governo do Tocantins com o desenvolvimento profissional de servidores, a prevenção de ilícitos disciplinares e atos de corrupção, e a promoção da integridade e da boa governança. Além disso, foram cerca de 9.712 (nove mil e setecentos e doze) pessoas alcançadas por meio de ações educativas como palestras, rodas de debate e eventos on-line.

Os treinamentos oferecidos abrangem uma variedade de temas relevantes, como técnicas de investigação de irregularidades funcionais, apuração de inexecução contratual e atos lesivos praticados por pessoas jurídicas, prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual, dentre outros. Ademais, foram inovadas as metodologias de ensino-aprendizagem por meio de audiências simuladas e da resolução de casos a partir de processos reais.

A Corregedoria-Geral também participou ativamente de eventos e fóruns nacionais, reuniões, palestras e treinamentos, com vistas ao aprimoramento da jurisprudência administrativa, à modernização de processos de trabalho e à adoção de boas práticas, de modo a cumprir com seu papel de orientação e regulamentação da atividade correicional, disseminando as inovações absorvidas às demais unidades de corregedoria do Poder Executivo Estadual.

Quanto ao controle social, a Ouvidoria realizou o “Ciclo de Estudos Aprofundados - Capacitação do Sistema Estadual de Ouvidorias e Sistema de Informação ao Cidadão”, com 263 (duzentos e sessenta e três) participantes das unidades setoriais de ouvidoria, assessorias jurídicas, corregedorias e gerências de sindicância. A iniciativa visou promover a adoção de boas práticas de gestão

transparente, com aprimoramento das atividades de ouvidoria e fortalecimento da proteção e defesa dos usuários de serviços públicos.

No quesito transparência, foram 7.336 (sete mil e trezentos e trinta e seis) manifestações realizadas pelos usuários dos serviços públicos, compreendidas no formato de reclamação, denúncia, elogio, sugestão e solicitação de providências, registradas pela Ouvidoria-Geral do Estado. Para proporcionar agilidade e eficácia no registro de manifestações, foi lançada uma nova ferramenta, a Tocantins Inteligência Artificial (TIA Ouvidora), projeto idealizado pela CGE em parceria com a Agência da Tecnologia da Informação.

O Portal da Transparência é a principal ferramenta de divulgação ativa de informações sobre servidores, convênios, licitações, contratos, obras, viagens a serviço, prestações de contas, receitas e despesas, com atualização diária. Foram implementadas várias melhorias no portal visando facilitar o trabalho da sociedade no acompanhamento dos gastos públicos, a exemplo da sua interface e arquitetura de navegação modificada.

Ainda neste contexto da transparência, visando melhorar os serviços de transparência em 2024, foram retomadas as discussões sobre a elaboração da Carta de Serviços com todos os órgãos e entidades do Executivo Estadual, com a realização de várias reuniões técnicas ao longo do exercício.

Com foco no fortalecimento da transparência e governança pública, foi publicado o Guia de Implementação do Programa de Integridade do Estado, que fornece subsídios para execução do programa nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, baseado nos princípios de capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, prestação de contas, responsabilidade, relações de trabalho humanizadas, transparência e controle social.

Por fim, o nosso objetivo, que também se constitui um desafio, é continuar investindo na qualidade dos serviços prestados pelo Governo do Estado à sociedade, na diretiva da boa governança.

Ao concluir o ciclo de atividades de 2024, é com satisfação que apresento este relatório, que demonstra os principais resultados da gestão e reflete o comprometimento e a dedicação da instituição ao longo do ano. No decorrer deste período, enfrentamos desafios significativos, superamos obstáculos e consolidamos avanços importantes em nossa missão de promover a transparência e a eficiência na Administração Pública.





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

Em conformidade com as Prioridades e Metas para o exercício de 2024, conforme dispõe o Anexo IV da Lei 4.280, de 29 de novembro de 2023, sob a responsabilidade da Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO, apresentamos dos dados abaixo.

1. PRIORIDADES PREVISTAS NA LDO 2024

PRIORIDADE 1: Fomentar políticas de segurança pública intersetoriais, modernizar, ampliar a infraestrutura tecnológica, logística, equipamentos, instalações e aumentar o efetivo das forças de Segurança Pública.

Meta 1 - Ampliar e modernizar os equipamentos e instalações das instituições de segurança pública para o efetivo cumprimento de suas atividades constitucionais.

No intuito de viabilizar a consecução da referida prioridade, a PMTO realizou diversas aquisições de equipamentos e construções e reformas de unidades policiais militares, a saber:

Unidades	Aquisições
Quartel do Comando Geral	Conclusão do Centro Olímpico no QCG; conclusão da 1ª Etapa do Bloco I do Centro de Saúde do QCG; aquisição de 5 camionetes e 2 drones doados pela SSP.

4ª CIPM	Instalações de novos condicionadores de ar na sede da UPM adquiridos pela PMTO.
5ª CIPM	Conclusão da reforma da sede e construção da nova subunidade de Palmeiras do Tocantins -TO através de captação junto a iniciativa privada.
5º BPM	Construção da base da Patrulha Rural através de captação junto a iniciativa privada.
6º BPM	Aparelhamento da academia com 15 novos aparelhos/acessórios com recurso do FUSP; reativação e ampliação de alas de detenção e construção de almoxarifado através de captação junto a iniciativa privada.
7º BPM	Início da construção dos alojamentos da Força Tática e da Patrulha Rural através de captação junto a iniciativa privada.
8º BPM	Construção dos alojamentos da Patrulha Rural e dos Cabos e soldados, e reforma da fachada do prédio através de captação junto a iniciativa privada.
9º BPM	Pavimentação do pátio da 1ª.Companhia através de parceria com o município de Araguatins; finalização da construção da sede da 2º Companhia (Augustinópolis-TO) através de captação junto a iniciativa privada.
11º BPM	Serviço de drenagem e calçamento do pátio interno do BPM através de captação junto a iniciativa privada.
12º BPM	Reforma das instalações e outras melhorias, construção do refeitório, recepção da, garagem e pavimentação parcial da área do BPM através de captação junto a iniciativa privada.
BOPE	Aquisição de dois cães de guarda para a vigilância das dependências internas do BPM doados por particular a PMTO.
BPCHOQUE	Conclusão da obra do muro da sede do Grupo de Operações com Cães – GOC e reforma dos alojamentos das companhias do GIRO, ROTAM e CHOQUE em parceria da SECIJU e captação junto a iniciativa privada; conclusão do campo de futebol Society, contando com arquibancada, iluminação e alambrado; aquisição de 12 (doze) motocicletas de alta cilindrada, sendo 08 (oito) destinadas ao GIRO e 04 (quatro) à Força Tática Motos do 2º BPM; aquisição de equipamentos de proteção individual e aquisição de 01 (um) cão da raça Pastor Belga Malinois por convênio federal.
BPMA	Conclusão da reforma/manutenção predial, da sede da 3ª CIA/BPMA de Gurupi através de parcerias com o MPE, Cepema, parceria com a Naturatins e instituições privadas.
RPMOM	Aquisição de insumos alimentícios com emenda parlamentar estadual, aquisição de 10 (dez) equinos através de emenda parlamentar federal, e parcerias com entes privados.
GRAER	Reforma da sede do GRAER em parceria com entes privados; ampliação da frota de aeronaves tripuladas para 02 (duas) por doação do xxx; ampliação da frota de aeronaves não tripuladas para 06 (seis) drones modernos através de doação da SENASP.

Meta 2 - Integrar e fortalecer as forças de segurança e defesa social quanto à capacitação, análise criminal, operacionalização integrada, valorização dos profissionais, promoção da saúde mental e prevenção do suicídio entre os profissionais de segurança pública.

a. Capacitação e valorização dos profissionais de segurança:

A Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP) realizou capacitações, instruções de nivelamento de conhecimentos e estágios em 2024 e investiu em cursos de capacitação administrativa, a saber:

- ✓ 01 curso de Aperfeiçoamento de Praças – CAP;
- ✓ 01 curso de Aperfeiçoamento de Sargentos – CAS (1ª Etapa);
- ✓ 01 curso de Intervenção em situações de crise com indivíduos mentalmente perturbados;
- ✓ 01 Curso de identificação Veicular da PMTO;
- ✓ 01 Curso de piloto policial de aeronaves remotamente pilotadas;
- ✓ 01 Curso de Atualização de lavratura do TCO pela PMTO;
- ✓ 01 Curso de direção defensiva e evasiva;
- ✓ 01 Atualização do Procedimento Operacional Padrão - POP;
- ✓ 01 Curso Operacional de ROTAM;
- ✓ 01 Curso de Operações Especiais – COESP;
- ✓ 01 Curso de Patrulha Maria da Penha;
- ✓ 01 Curso de Noções Básicas de Lutheria, que possibilitou a restauração de 41 instrumentos musicais que estavam com algum nível de dano e com seu valor deteriorado.

b. Operações realizadas:

A PMTO realizou diversas Operações em todo o Estado, dentre elas:

- ✓ Operação Escola Segura;
- ✓ Semana Santa;
- ✓ Maio Amarelo;
- ✓ Operação Hórus;
- ✓ Operação AMAS;
- ✓ Operação Caminhos Seguros – com 71 prisões e apreensões efetuadas ;
- ✓ Operação Protetor das Fronteiras e Divisas;
- ✓ Operação Nárke – com apreensão de 16,89 kg de drogas e R\$ 4.600,00 em bens;
- ✓ Operação Hagnos – com 9 prisões e apreensões efetuadas e 1,19 kg de drogas apreendidas e 128 vítimas atendidas;
- ✓ Romaria do Senhor do Bonfim;
- ✓ Operação Agrotins 2024;
- ✓ Temporada de férias – Praias 2024;
- ✓ Expo Luzimangues 2024;
- ✓ Enem;
- ✓ Boas festas 2024;
- ✓ Narco Sentinela, dentre outros.

2. OUTRAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO

- ✓ **Escolinha de Futebol do 1º BPM** atendeu 730 crianças entre 06 e 15 anos de forma gratuita nos polos esportivos QCG e 1º BPM. O projeto visa o trabalho de prevenção à violência e à criminalidade, tornando-se referência na iniciação esportiva, na inclusão e no desenvolvimento social, priorizando crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social na capital tocaninense;
- ✓ **PROERD** realizou 15.557 atendimentos entre crianças, adolescentes e pais distribuídos em 26 cidades tocaninenses, a saber: Palmas, Araguaína, Itacajá,

Gurupi, Cariri, Aliança, Porto Nacional, Presidente Kennedy, Colméia, Guaraí, Dianópolis, Almas, Porto Alegre, Xambioá, Cristalândia, Tocantinópolis, Nazaré, Angico, Aguiarnópolis, Palmeiras, Itapiratins, Lizarda, Formoso, Dueré e Sucupira;

- ✓ 5º BPM - Realização da 3º Corrida Amigos de Aço;
- ✓ **RPMON** - Foi iniciado o serviço de equoterapia, que tem a capacidade de atendimento a 18 (dezoito) crianças portadoras do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e neurodivergências afins. A equoterapia realizou 72 (setenta e dois) atendimentos no ano de 2024;
- ✓ **DSPS** – Serviços de saúde para policiais militares e dependentes de forma itinerante em várias cidades do interior do estado, tais como: Programa Odontomóvel, que realizou 1.153 atendimentos odontológicos; serviços médicos e de nutrição ampliados, totalizando 45 cidades atendidas;
- ✓ PM3 – Foram investidos cerca de R\$ 6.698.899,60 no reforço operacional policial em todo o território tocantinense;
- ✓ CMTOs - Atendimento de cerca de 14 mil alunos; atendimento de cerca de 40 mil pessoas ao todo;
- ✓ Corpo Musical - O Corpo Musical realizou um total de 209 apresentações em 2024, por meio dos seus diversos formatos como Banda de Música, Sexteto 190, Camerata, etc.;

Outras ações e projetos sociais visando estreitar o relacionamento com a sociedade e aumentar sua confiança na PMTO. São elas:

- ✓ 1ª Corrida da Força Tática em Proteção à mulher
- ✓ Evento em comemoração ao Dia das Crianças;
- ✓ Blitz no dia das mulheres;
- ✓ Ação De Homem pra Homem;
- ✓ Passeio ciclístico da Integração com arrecadação de alimentos para serem doados a famílias carentes;
- ✓ Distribuição cestas básicas;
- ✓ Apoio a Campanha “Papai Noel dos Correios”.

As parcerias para captação de recursos realizadas pela PMTO foi uma estratégica para contornar as limitações orçamentárias e permitir fazer inúmeras entregas, com criatividade, voluntariedade e dedicação, proporcionando melhores condições de trabalho através das entregas ao efetivo e consequentemente tornando o atendimento à sociedade mais eficiente e eficaz.

Assim, verifica-se que a instituição procurou atender com o máximo de eficiência a crescente demanda social por segurança pública, cumprindo assim o seu importantíssimo papel constitucional de manutenção da ordem pública e da paz social.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

2024: ano de grandes desafios foi também marcado por avanços estruturais e novos bombeiros militares no efetivo do CBMTO.

Operação Rio Grande do Sul mostrou a capacidade operacional e técnica; Crescimento veio com mais viaturas, equipamentos, cursos e nova Companhia Independente

O ano se encerra com o Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins bem maior, tendo em seus quadros novos soldados e oficiais incluídos, uma nova turma de cadetes em pleno curso de formação e uma frota de viaturas mais robusta para atender a sociedade tocantinense em todas as situações - se necessário. E não é só. Em 2024, além das atividades de rotina, o CBMTO executou uma série de ações em apoio a outros órgãos e, com a ajuda da comunidade, como foi na Operação TO pelo RS, em que todos se juntaram na grande Campanha Humanitária para arrecadação de alimentos, roupas, calçados, água e outros donativos para o Rio Grande do Sul, atingido pela catástrofe climática, em maio. O governador Wanderlei Barbosa e a primeira-dama Karynne Sotero encabeçaram os trabalhos, juntamente com o coronel Peterson Queiroz de Ornelas, comandante-geral do CBMTO.

E tudo isso só foi possível graças ao trabalho conjunto de cada militar e servidor civil que se dedicaram em suas funções.

Uma das iniciativas que mais marcaram a história do Corpo de Bombeiros Militar foi o início do Curso de Formação de Oficiais (CFO), ofertado pela própria Academia de Formação de Bombeiros Militares (AFBM), em Palmas. Os 20 novos cadetes da turma inédita foram recebidos para a aula inaugural, dia 08 de abril, pelo coronel Peterson Queiroz de Ornelas, para os primeiros passos na formação de dois anos focada em gestão, comando e operações.

Essa conquista se deu por meio da autorização do governador Wanderlei Barbosa, que autorizou ainda a convocação dos 107 aprovados no Concurso Público para o Curso de Formação de Praça (CFP). O governador sempre deixou claro o foco de sua gestão na ampliação do efetivo e no fortalecimento da estruturação do CBMTO. “Convocamos os aprovados pensando na segurança da população e na importância de mais oficiais na corporação”, afirmou.

O coronel Ornelas frisou que o novo formato na formação do CFO fortalece a estruturação da corporação e muda a forma como os oficiais são formados. “Antes, nossos bombeiros precisavam se deslocar para outras regiões. Agora temos a primeira turma sendo preparada em nossa própria Academia, o que fortalece nossa identidade e estrutura”, ressaltou.

Ao passo que uma turma começava a ser formada, outra chegava do Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, em maio, após dois anos no CFO das Academias de Formação de Bombeiros Militares das respectivas corporações. Eram 23 militares, que já faziam história por ser a maior turma aberta no Concurso Público e por romper um período de dez anos sem certame para a função no CBMTO.

Com seus biomas diferentes entre si, mas igual entre o Distrito Federal e o Tocantins, com cerrado, as duas regiões contribuíram de forma gigante na formação das turmas. “Tivemos a oportunidade de conhecer outra realidade de corporação, uma corporação em grande ascensão, tivemos contato com outros biomas e adquirimos muita experiência”, relatou Léia Santos Nazareth, que se formou no CBMMS, onde o bioma é o Pantanal.

Viaturas, embarcações e equipamentos

Na continuidade das ações de estruturação e modernização do CBMTO, o ano foi marcado também pela chegada de seis novas viaturas para Salvamento (Camionetes), cinco Unidades de Resgate (para atender as unidades de: 2º BBM/Araguaína, 1ª CIBM/Taquaralto, 1º GBM/Miracema), um caminhão Auto-Bomba Tanque (7ª CIBM/Guaráí), seis jet skis (CIB/Palmas; 2º BBM/Araguaína; 3º BBM/Gurupi; 3ª CIBM/Porto Nacional; 4ª CIBM/Colinas; 5ª CIBM /Araguatins; e uma viatura; específica para Salvamento com Cães (CIBS/Palmas). Inclusive, o desenho com as especificações deste veículo leva assinatura da Companhia Independente de Busca e Salvamento (CIBS), que estruturou com o fabricante, um modelo pensando no conforto e na segurança dos cães nas viagens. Outras unidades no Brasil já estão adotando o mesmo formato.

A lista das conquistas da corporação ainda consta de 10 MacBooks (Computadores) e 12 drones (01 unidade 1º BBM/Palmas; 01 unidade 2º BBM/Araguaína; . 01 unidade 3º BBM/Gurupi; 01 unidade 1ª CIBM/Taquaralto; 01 unidade 2ª CIBM/Paraíso do Tocantins; 01 unidade 3ª CIBM/Porto Nacional; 01 unidade 4ª CIBM/Colinas do Tocantins; 01 unidade 5ª CIBM/Araguatins; 01 unidade 6ª CIBM/Dianópolis; 01 unidade 7ª CIBM/Guaráí; 01 unidade CIBS/Palmas; 01 unidade Academia de Formação Bombeiro Militar/AFBM)



Camioneta adaptada para busca com cães



ABT entregue à comunidade de Guaraí



Novas unidades de resgate



Novos jet-skis



Entrega de 10 Macbooks Air



Mas o Governo do Tocantins, por meio do CBMTO tem muito mais. Está em andamento, a parceria com o BNDES visando a aquisição de 2 Postos de Comando, 11 viaturas Auto-Bomba Taque Florestal (ABTF), 18 caminhonetes, 18 kits pickups, 584 kits de incêndios florestais e 20 drones.

A infraestrutura predial como um todo também cresceu. Em Guaraí, às margens da rodovia federal BR-153, o Governo do Tocantins, por meio do Corpo de Bombeiros Militar, implantou a 7ª Companhia Independente de Bombeiros Militar, e ajudou na construção da sede da Unidade Operacional, que foi inaugurada em julho, e atende a 16 municípios da região, com mais de cem mil habitantes. A Prefeitura da cidade foi parceira na obra e os investimentos passam de R\$ 1 milhão.

Em Palmas, o CBMTO ganhou seu primeiro Centro Aquático, inaugurado pelo governador Wanderlei Barbosa em meados de novembro, em grande cerimônia. O espaço é mais que uma piscina, pois serve também como ambiente para treinamento, formação de bombeiros militares, guarda-vidas civis e crianças do Projeto Bombeiro Mirim.

Um pouco mais ao lado, outra obra está em pleno andamento. É a construção do Centro de Treinamento e Reabilitação Funcional do CBMTO, que recebe investimentos da ordem de R\$ 698,106,16, oriundos do Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins. A obra foi iniciada em agosto e tem previsão de conclusão em abril de 2025.





Inauguração da Piscina

Cursos de formação

Ao longo de 2024, dezenas de cursos foram ofertados: formação de 94 guarda-vida civis; Curso de especialização para pilotos de aeronaves remotamente pilotadas; Formação 105 novos Praças; Curso de Formação de Oficiais com 22 cadetes; Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos com um curso concluído e outro em andamento; Curso de Aperfeiçoamento de Praças com desenvolvimento técnico; Curso de Habilitação de Oficiais da Administração (CHOA) com um já concluído e outro em andamento; Curso Superior de Bombeiros com formação acadêmica especializada na área; Capacitação em Assessoria Parlamentar com formação promovida pela LIGABOM; Prevenção ao Assédio - Treinamentos sobre assédio sexual, moral e discriminação; I Workshop de Boas Práticas de Comando - Promoção de boas práticas na corporação; Curso Flashover - Aprimoramento de habilidades específicas; Curso de Instrutor de Flashover - formação para capacitar instrutores na metodologia Flashover; Curso de Atividades Técnicas (CAT/2024) - capacitação em serviços administrativos e operacionais do CBMTO, com 28 alunos, duração de 45 dias, focando em padronização, ética e profissionalismo.

I Workshop de Boas Práticas de Comando - Promoção de boas práticas na corporação:

Ainda no eixo Desenvolvimento Profissional o CBMTO qualificou 30 de seus militares com o curso de piloto de Aeronaves Remotamente Pilotáveis - ARP



No eixo de Melhoria Profissional e Acompanhamento Social o CBMTO também executou uma série de atividades, como: Operação Praias Mais Seguras Projeto Bombeiro Mirim - programa educacional para crianças de 12 a 14 anos; Parceria para Fortalecimento Socioemocional com colaboração do Instituto Recriar Vida para apoiar o desenvolvimento emocional das crianças do Bombeiro Mirim, para militares e suas famílias; Fortalecimento Socioemocional em Colégios Militares: Apoio emocional e psicológico para alunos; Ações Humanitárias com respostas a enchentes no Rio Grande do Sul e envio de bombeiros para combater incêndios florestais na Amazônia e Pantanal; Avaliação da Saúde Mental: Levantamento psicológico para atender às necessidades dos militares; Mapeamentos Geológicos: Parceria com o Serviço Geológico do Brasil na região Sudoeste do Tocantins.

Avanço no combate aos Incêndios Urbanos

O CBMTO concluiu mais uma etapa de aprimoramento técnico com a formação de 19 militares no Curso de Instrutor Flashover, voltado para o combate a incêndios urbanos pelo método ofensivo. Com 180 horas de treinamento intensivo, a capacitação uniu teoria e prática, abordando comportamento do fogo, uso de equipamentos de proteção e técnicas avançadas em cenários simulados.

A iniciativa, autorizada pelo governador Wanderlei Barbosa, é um marco na preparação da corporação, ampliando sua capacidade técnica e operacional para atender a sociedade com mais segurança e eficiência. Além de qualificar os participantes, o treinamento prepara os bombeiros para atuar como multiplicadores do conhecimento, assegurando que a excelência operacional seja disseminada em toda a corporação.



Também foram distribuídos para as unidades operacionais diversos equipamentos de proteção individuais, tais como: roupas de aproximação, capacetes de combate à incêndios, botas de incêndio, luvas de proteção e equipamentos de proteção respiratória autônoma – EPRA, recebidos por meio de convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e aquisições próprias pelo Fundo de Segurança Pública – FUSP.

Ações no combate aos incêndios florestais

Em um ano marcado pela maior seca dos últimos 50 anos, o Governo do Tocantins, por meio da Defesa Civil Estadual e do Corpo de Bombeiros Militar, apresentou o relatório final sobre o combate aos incêndios florestais. A força-tarefa, composta por 28 instituições, trabalhou de forma integrada para enfrentar desafios inéditos, com o objetivo de minimizar os impactos ambientais e proteger as áreas vulneráveis. Durante o período crítico de março a outubro, o Corpo de Bombeiros Militar realizou *2.792 atendimentos*, destacando a intensa mobilização de esforços no combate aos incêndios.

O Plano de Ação 2024, coordenado pelo Comando de Ações de Defesa Civil (CODEC), envolveu ações de prevenção, mitigação, preparação e resposta. O projeto Foco no Fogo, liderado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), sensibilizou mais de 15 mil pessoas em 71 municípios. Além disso, 908 brigadistas foram capacitados para fortalecer a resposta local, e 500 queimas prescritas foram realizadas pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) em Unidades de Conservação para proteger áreas vulneráveis.

Apesar dos esforços, o Tocantins registrou um aumento significativo na área queimada, de 1,2 milhão para 3 milhões de hectares. Propriedades privadas foram as mais afetadas, representando quase metade da área destruída. O superintendente da Defesa Civil, Coronel Erisvaldo Alves, destacou que a

colaboração de instituições federais, estaduais e municipais foi fundamental para o sucesso da operação, garantindo uma resposta mais eficaz e coordenada frente aos desafios impostos pela seca e pelos incêndios.

Esportes, saúde e integração

Em 2024, o Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins reafirmou seu compromisso com a integração entre militares, famílias e sociedade, promovendo eventos esportivos marcantes que destacaram hábitos saudáveis e incentivo ao esporte.

A 17ª Corrida do Fogo, maior e mais tradicional corrida de rua de Palmas, reuniu mais de três mil pessoas no dia 30 de junho, com percursos de 3 km, 5 km e 10 km. Além da competição, os participantes desfrutaram de massagens, sorteios e música com DJ, consolidando a prova como um marco de integração e organização. O comandante-geral da corporação, Coronel Ornelas, celebrou o recorde de inscritos e destacou a importância do evento na promoção da saúde e do bem-estar.

Iniciando uma nova tradição, a 1ª Corridinha do Fogo envolveu 200 crianças e adolescentes, de 3 a 15 anos, em percursos de até 1.500 metros, no dia 29 de junho. O evento foi elogiado pela organização e integração familiar, prometendo entrar para o calendário oficial do CBMTO. A participação superou as expectativas, reforçando o papel do esporte como ferramenta de socialização e cuidado com a saúde.

Já o 12º Bombeiro de Aço, realizado em Guaraí, trouxe competidores de seis estados em desafios simulando resgates e combate a incêndios. Pela primeira vez no interior do Tocantins, a competição também contou com o “Bombeirinho de Aço”, reunindo mais de 150 crianças em um circuito exclusivo. O evento destacou o esforço dos participantes, como um casal de Minas Gerais que viajou 1.800 km para competir e elogiou a organização.

Segurança nas Praias

A Operação Praias Mais Segura, promovida pelo Governo do Tocantins, aconteceu durante cinco finais de semanas, iniciando em 06 e 07 de julho, e encerrando em 03 e 04 de agosto. Em média, participaram por final de semana 73 bombeiros militares e 32 guarda-vidas civis, abrangendo cerca de 15 praias em todo o estado.

Ao longo da operação, foram realizadas 14.369 orientações ao público, que somou aproximadamente 150.230 pessoas durante o período. A ação teve como objetivo garantir a segurança dos banhistas, orientando sobre limites das áreas de banho, prevenindo comportamentos de risco e promovendo a conscientização. O saldo foi extremamente positivo, com pouquíssimas ocorrências e finais de semanas marcados por diversão segura e tranquilidade.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

1 – GESTÃO DE PESSOAS

1.1 – LRF

Desde que assumiu o Governo do Estado, em outubro de 2021, o Governador tem se esforçado para manter as despesas de pessoal dentro das margens da LRF. Até 2024 o Governo do Estado incorporou e pagou diversos direitos dos servidores do Poder Executivo em face do disposto na Lei 3.901/22. Mesmo com a incorporação desses direitos aos vencimentos dos servidores, o limite de despesa com pessoal se manteve abaixo do limite máximo da LRF, que é de 49,00%. O índice atual está em 46,71% segundo quadrimestre de 2024 (DOE 6.670) da Receita Corrente Líquida.

1.2 – Concursos (LDO)

O Governo do Tocantins, atentando-se para uma melhor gestão do Executivo Estadual e à continuidade dos serviços prestados à sociedade, vem realizando concursos públicos para possibilitar o aumento do quadro de pessoal efetivo nos órgãos e entidades.

Em relação aos quadros da Saúde e Segurança Pública: foi concluído o levantamento de vagas a serem ofertadas, e serão iniciados os procedimentos necessários à realização do certame. **Concurso da Segurança Pública autorizado pelo Governador.**

Foram constituídas, ainda, as comissões para estudo de viabilidade dos concursos da Policial Penal, Profissionais do RURALTINS, Profissionais do NATURATINS, Profissionais da ADAPEC e Quadro Geral do Poder Executivo.

1.3 – Estruturas Organizacionais

Em 2024 a SECAD trabalhou de modo a garantir que uma estrutura moderna que visa tanto economicidade, quanto eficácia nas entregas à sociedade buscando atender suas demandas. Para tanto destacamos as seguintes realizações:

- ✓ Criação da Secretaria da Igualdade Racial, Secretaria Extraordinária de Participações Sociais, Secretaria de Assuntos Institucionais e Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Palmas (LEI Nº 4.379 DE 14 DE MARÇO DE 2024 E LEI Nº 4.440, DE 25 DE JUNHO DE 2024);

- ✓ Criação de Cargos: Assessor Especial - NATJUS e Funções de Confiança – NATJUS 6501 (LEI Nº 4.379 DE 14 DE MARÇO DE 2024) e Agente de Contratação DAS-4 na AGETO, SES E SEDUC (LEI Nº 4.440, DE 25 DE JUNHO DE 2024);

✓ Criação de ressarcimento de 30% do vencimento ou subsídio global do cargo em comissão a título de indenização em substituição ao pagamento de despesas relacionadas com o transporte e hospedagem dentro do Estado do Tocantins aos ocupantes dos cargos de provimento em comissão no nível de Cargos de Chefia, Direção e Assessoramento Superior (DAS-4 a 6) e Cargos de Chefia, Direção e Assessoramento Intermediário (DAI-1). (Lei 4.379, de 14 de março de 2024). Altera valores cargos em comissão com porcentagem de 3,71%. Lei 4.399, de 8 de maio de 2024.

1.4 – Oportunidade Jovem

O Programa Oportunidade Jovem – Estágio para Jovens de Talento é uma iniciativa do Governo do Estado, gerida pela Secretaria da Administração, que desde 2019 transforma a realidade de jovens, promovendo sua inserção no mercado de trabalho e a aplicação prática do conhecimento adquirido nas instituições de ensino.

Em 2024 o programa atendeu **495 jovens**, distribuídos em **18 órgãos estaduais**.

ORD	ÓRGÃO DE LOTAÇÃO	QTD
1	AGÊNCIA DE METR., AVAL. DA CONFORM.E, INOV.O E TEC.A DO ESTADO - AEM	1
2	AG. TOC.SE DE REGUL, CONT.LE E FISC. DE SERV. PUBLICOS -ATR	4
3	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS	10
4	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE	2
5	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN	64
6	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA - FAPT	2
7	INST. DE DESENV. RURAL - RURALTINS	15
8	INSTITUTO DE GESTÃO PREV. - IGEPREV	38
9	INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS	58
10	POLÍCIA MILITAR (COLÉGIOS MILITARES)	44
11	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE	52
12	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SECAD	48
	SERVIR	3
13	SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA -SECIJU/PROCON	110
14	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRIGOS - SEMARH	13
15	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN	7
16	SECRETARIA DA SAÚDE - SES	19
17	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - SICS	2
18	INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS - ITERTINS	3
TOTAL		495

1.5 – Capacitações

No exercício de 2024 foram emitidos pela SECAD/EGOV, demais órgãos e parceiros cerca de 16.840 (dezesseis mil, oitocentos e quarenta) certificações, sendo:

- Por meio da Plataforma Virtual de Aprendizagem (Moodle), 30 cursos, desse total, foram emitidos 1.793 certificados pela Escola de Governo do Tocantins;
- Outros órgãos do Poder Executivo Estadual, com dotação própria, 499 cursos, que totalizaram 14.907 certificados emitidos.
- As entidades parceiras, realizaram 6 cursos, na qual emitiram 140 certificações.

O Governo do Estado publicou o DECRETO Nº 6.842, de 12 de setembro de 2024, DOE Nº 6.654, que institui a Política Pública Estadual de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores públicos do Estado do Tocantins e criada a Escola de Governo do Tocantins - Egov-TO.

Assim, o referido Decreto dispõe sobre as diretrizes e objetivos da Política supramencionada bem como estabelece seus instrumentos (art. 5º), que compreendem: os planos anuais de capacitação, os relatórios de execução dos planos e o Sistema de Gestão de Capacitação dos Servidores. Tais instrumentos buscam organizar e/ou aprimorar os processos de capacitação quanto à realização de diagnóstico e planejamento de forma integrada e convergente, além de promover a gestão e transparência das ações de capacitação no âmbito da Administração Pública Estadual.

Foram realizadas em outubro e novembro reuniões com todos os Órgãos do Poder Executivo Estadual para a construção do Plano de Capacitação Anual 2025, o qual será consolidado pela Escola de Governo do Tocantins e previsto para aprovação em janeiro/2025.

1.6 – Junta Médica Oficial do Estado

1.6.1 – *Licenças médicas avaliadas*

No período de 2024 (com dados registrados até 11 de dezembro de 2024), foram analisadas 10.307 (dez mil trezentas e sete) Licenças Médicas.

1.6.2 – *Acolhimento Psicossocial*

Realizado pelos profissionais da Psicologia e do Serviço Social, o serviço de Acolhimento Psicossocial da Junta Médica Oficial do Estado tem o objetivo fornecer escuta qualificada, acolhimento de angústias e orientação administrativa ao servidor convocado para perícia presencial na sede da instituição. Ao todo, foram realizados 698 (seiscentos e noventa e oito) acolhimentos, sendo que destes 180 foram conduzidos pelo Serviço Social e 518 pelos profissionais da Psicologia. No ano de 2024 o acolhimento psicossocial também teve seu reconhecimento no Congresso Nacional da Administração Pública, ganhando premiação entre os 10 melhores trabalhos apresentados no congresso.

1.6.3 – Serviço Social e Visitas Domiciliares

Ao longo do ano de 2024 o Serviço Social emitiu 165 Relatórios com Parecer Social, os quais foram produzidos a partir da realização de 155 visitas domiciliares, 6 atendimentos remotos e 4 escutas realizadas na sede da Junta Médica. Quanto às visitas domiciliares, cabe registrar que 74% ocorreram, em sua maioria, em municípios localizados no interior do estado do Tocantins e cidades fronteiriças nos estados do Maranhão e Goiás. Outro dado relevante é a intervenção multidisciplinar no universo das visitas domiciliares, onde apontam-se 13 atendimentos conduzidos pelo Serviço Social em conjunto com a Fisioterapia, Nutrição e Psicologia, a fim de oferecer maior robustez à opinião técnica.

1.6.4 – Fisioterapia

Os atendimentos realizados pela profissional de fisioterapia da Junta Médica Oficial do Estado têm como objetivo oferecer cuidados individualizados aos servidores da SECAD e anexos. No total, foram realizados 172 atendimentos, dos quais 143 foram para mulheres e 29 para homens.

Atendimentos Individuais de Fisioterapia				
SECAD	JMOE	PATRIMÔNIO	UNISSET	GARAGEM
90	41	38	2	1
TOTAL				172

A Ginástica Laboral (GL) é uma prática voltada à melhoria da saúde e bem-estar dos trabalhadores, promovendo a prevenção de doenças ocupacionais e a redução do estresse. Consiste em exercícios de baixo impacto, realizados durante o expediente, para aliviar as tensões do dia a dia e prevenir lesões. Entre agosto e dezembro de 2024, foram realizados 25 encontros, com intervenções específicas em cada setor da SECAD e anexos, com foco na promoção de uma melhor qualidade de vida e maior disposição dos servidores no ambiente de trabalho.

1.6.5 – Nutrição

Os atendimentos individuais realizados pela profissional da Nutrição têm o objetivo de estimular os servidores a terem autonomia para fazerem escolhas saudáveis na rotina, fornecendo suporte no emagrecimento, ganho de massa muscular, reeducação alimentar e controle de doenças. Além do atendimento com plano alimentar individualizado, são fornecidos materiais como receitas saudáveis e lista de compras para auxiliar no suporte da mudança dos hábitos. No total, foram realizados 51 atendimentos, sendo 47 para mulheres e 4 para homens.

Atendimentos individuais de Nutrição

JMOE	SECAD	ARQUIVO	PATRIMÔNIO
27	13	3	8
TOTAL			51

Outra forma importante na promoção da saúde foram as rodas de conversas realizadas nos diversos eixos que envolve alimentação saudável como por exemplo na prevenção do estresse, na prevenção do câncer de mama, no controle da fibromialgia e na busca por mais qualidade de vida no ambiente de trabalho e fora dele. Em 2024, foram realizadas 10 rodas de conversas, dentre elas na Junta Médica Oficial do Estado, na Secretaria de Administração, no Arquivo e no Serviço de Atendimento ao Cidadão - Unidade do Pronto em Porto Nacional.

1.6.6 – Espaço Azul

O Espaço Azul, localizado na Junta Médica, tem como objetivo principal acolher crianças, especialmente autistas, que acompanham seus responsáveis em perícias presenciais. Em 2024, o Espaço Azul desempenhou um papel significativo no fortalecimento da comunidade autista e na promoção do bem-estar das famílias atendidas, consolidando-se como referência em cuidado especializado.

Entre as principais ações realizadas, destacam-se:

- Participação no Primeiro Encontro de Pais de Autistas: O Espaço Azul esteve presente neste evento pioneiro, onde se responsabilizou pelo acolhimento das crianças enquanto os responsáveis se engajavam em outras atividades programadas;
- Campanha "Abraço Azul": Voltada às mães de crianças autistas que são servidoras públicas estaduais, a campanha ofereceu uma experiência de cuidado onde as mães puderam escolher o serviço que melhor atendia às suas necessidades, enquanto seus filhos eram acolhidos no Espaço Azul, garantindo segurança e conforto. Durante a campanha, foram disponibilizados atendimentos como: Consultas com nutricionistas, Sessões de massagem fisioterapêutica, Atendimento psicológico e Atendimento odontológico;
- Aprovação e Apresentação de Artigo no Congresso CONSAD: Um importante marco para o Espaço Azul em 2024 foi a aprovação de um artigo sobre suas atividades e impacto social no Congresso CONSAD, um dos maiores eventos sobre gestão pública do país. Este reconhecimento reforça a relevância do projeto e sua contribuição para a inclusão de espaços como este em instituições públicas.

1.7 – Gestão do Teletrabalho (LDO)

Os trabalhos desta Pasta resultaram na sanção da Lei nº 4.137, de 12 de janeiro de 2023, que estabelece diretrizes e objetivos para as ações relativas à regulamentação do Trabalho Remoto e dá outras providências. Esta lei foi

regulamentada pelo Decreto nº 6.795, de 29 de maio de 2024, permitindo que os servidores do Poder Executivo passem a exercer o teletrabalho. Dando continuidade aos trabalhos foi publicada RESOLUÇÃO/CAST Nº 01, DE 17 DE OUTUBRO DE 2024 que dispõe sobre normas complementares à implementação do teletrabalho na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

No que concerne à implementação da Plataforma de Teletrabalho, o Decreto nº 6.795 delegou tal competência à ATI, que já desenvolveu o Sistema de Gestão do Teletrabalho e já está em fase de capacitação dos órgãos para utilização do mesmo quando os órgãos passarem a permitir a realização do teletrabalho, mediante a expedição portarias para tal fim.

2 – VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

2.1. – Progressões e Data Base

No exercício de 2024 foram concedidas cerca de 17.456 progressões horizontais/verticais, conforme preconizado na Lei Nº 3.901/22, advinda dos esforços conjuntos do Governador em conjunto com a Assembleia Legislativa, atendendo servidores dos diversos quadros do Poder Executivo.

2.2. – Clube de Benefícios do Servidor

Em parceria com a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços relançamos o programa do clube de benefícios do servidor que oferta descontos exclusivos para os servidores ativos e inativos, incluindo os comissionados e contratados. Em constante expansão nos municípios do Estado, o programa beneficia os servidores com descontos em farmácias, faculdades, escolas, hotéis, postos de combustíveis, restaurantes, oficinas, óticas, clínicas médicas, entre outros. O programa já conta com mais de 100 empresas parceiras distribuídas em 20 municípios do Tocantins.

2.3. – Auxílio Fardamento - PMTO

O Governo do Estado concedeu aos militares do Estado do Tocantins o auxílio fardamento, através do Decreto nº 6.829, de 21 de agosto de 2024 que regulamentou o artigo 68, caput, inciso III, alínea “v”, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, cujas regras e pagamento foram parametrizados no Sistema de Controle de Pessoal e de Folha de Pagamento – Ergon.

2.4. – Indenização para despesas relacionadas com o transporte e hospedagem dentro do Estado do Tocantins.

Implementação de indenização no percentual de 30%, para servidores que possuam cargo em comissão, a título de indenização em substituição ao pagamento de despesas relacionadas com o transporte e hospedagem dentro do Estado do Tocantins, conforme Medida Provisória nº 03, de 30 de janeiro de 2024, alterando a Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019.

2.5. – Concessão de indenização para servidores do PROCON, Fiscais de Trânsito e do RURALTINS

Foram concedidas indenizações para servidores lotados no PROCON com atribuição diretamente ligada à fiscalização e para os Fiscais de Trânsito no valor de R\$ 800,00, conforme Lei nº 4.297, de 14 de dezembro de 2023.

Os Extensionistas e Técnicos em Extensão Rural do RURALTINS também foram contemplados com indenização no valor de R\$ 800,00, conforme Lei nº 4.402 de 10 de maio de 2024.

2.6. – Contribuição patronal IGEPREV

Implementação do ajuste da Contribuição Patronal, no percentual de 20,20%, do Estado, no Plano Previdenciário e de 28%, do Estado, no Plano Financeiro, conforme a Lei Estadual nº 4.505 de 11 de setembro de 2024, que altera a Lei Estadual nº 3.736, de 18 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – RPPS-TO.

2.7. – Adequação do Redutor Constitucional

Foi aprovada pela assembleia legislativa a Lei nº 4.075 de 26 de dezembro de 2022, que trouxe aumento de 16% no salário do governador, passando de R\$ 24.117,00 pra R\$ 28.000,00, que permaneceu até 29 de abril de 2024.

Em 15 de janeiro de 2024, a Lei nº 4.367 de 8 de janeiro de 2024, fixa o subsídio do governador em R\$ 30.100,00, com vigência a partir de 30 de abril de 2024, que trouxe aumento de 7,5% no salário.

Em 15 de maio de 2024, a Lei nº 4.414, de 13 de maio de 2024, fixa o subsídio do governador em R\$ 31.216,71, com vigência a partir de 1º de maio de 2024, que trouxe aumento de 3,71% no salário (data-base). Os aumentos acumulados perfazem um percentual de 29,44%.

3 – SERVIR

3.1 Beneficiários e Prestadores

SERVIR termina o ano de 2024 com cerca de **81.000** de segurados ativos, sendo **32.808 titulares** e **48.428 dependentes diretos e indiretos**.

Para atender essa gama de beneficiários contamos hoje com uma carteira de mais **490** credenciados, a qual engloba pessoas jurídicas e físicas, cooperativas de profissionais de saúde e de anestesiólogistas, além de corpo clínico cadastrado em diversas especialidades médicas. Ao todo, somando cerca de **1.000** prestadores, distribuídos em várias regiões do estado do Tocantins, assim como, nos demais estados de abrangência do Plano.

A elevação da confiabilidade dos prestadores em relação ao Plano foi impulsionada, entre outros fatores, pelo acordo firmado em março de 2022, que visou a quitação do passivo acumulado nos anos de 2019 e 2020. Essa **dívida totalizava R\$ 75.673.017,84**. Desde então, já foram **pagos R\$ 66.990.685,18**, correspondente a

88,51% do montante, demonstrando o comprometimento da gestão com a regularização financeira e o fortalecimento das relações com os prestadores.

3.2 – Procedimentos realizados

Neste exercício, ocorreu uma **ampliação dos serviços de Atendimento 24h de Urgência e Emergência** com o credenciamento de novos hospitais, a exemplo do Instituto Neurológico, além da **realização do exame oncológico PET- CT** através da parceria firmada com o Instituto de Medicina Nuclear- IMEN, ambos prestadores localizados em Goiânia-GO.

Importante enfatizar novamente a **inclusão dos serviços de terapias multidisciplinar no rol de coberturas do Plano**, voltado para os portadores de Transtorno do Espectro Autista – TEA e outros Transtornos de Desenvolvimento e Neurodesenvolvimento que permanece sendo um relevante avanço na democratização do atendimento aos beneficiários do Servir.

Ademais, o Plano dispõe do **Programa de Acompanhamento de Paciente Crônicos** que neste ano de 2024 admitiu 119 beneficiários e monitora hoje um total de 291 segurados com comorbidades como diabetes, por meio dos serviços de telemedicina que dispõe de profissional de psicologia, nutricionista e médico clínico para atendimentos a distância.

Ressalta-se ainda o **serviço de Atendimento Domiciliar Gerenciado – ADG**, conferindo ao Plano um dos grandes diferenciais, vez que essa forma de atenção à saúde é oferecida na moradia do paciente e caracteriza-se pela humanização do atendimento por meio de equipe de profissionais que prestam assistência de 6h,12h a 24h por dia a 207 pacientes, dependendo do seu quadro clínico.

E por fim, o **serviço de tratamento odontológico** que permanece sendo muito utilizado no corrente ano, prestando atendimento em mais de 20 cidades do Tocantins, contabilizando mais de 9 mil realizações de procedimentos odontológicos em diferentes localidades do estado.

Desta forma, foram autorizadas cerca **1.000.000 (um milhão)** de guias de procedimentos, consulta e exames médicos em 2024.

4 – ATENDIMENTO AO CIDADÃO - PRONTO

Desde a implantação do antigo É PRA JÁ, em 2008, até então, contando apenas com duas unidades, O Pronto, agora conta com **03 (três)** Unidades de Atendimento, localizadas em Araguaína, Gurupi, e a recém-implantada, em Porto Nacional, além de atualmente contar com uma política de expansão de unidades físicas e serviços digitais. Nas unidades encontram-se 25 parceiros, somando cerca de 350 serviços disponibilizados ao cidadão, como por exemplo: emissão de identidade, emissão e renovação de CNH, cartão SUS, emissão de DARE, IPVA, emissão de GTA, entre outros.

4.1 Resultados de Atendimentos e Satisfação

Durante o exercício de 2024, as Unidades em conjunto, consolidaram cerca de **444.360** atendimentos com mais de **830.000** serviços realizados, obtendo o desempenho em satisfação (ótimo e bom) do cidadão de **99,53%** do total avaliado.

O Governo do Estado incluiu os serviços da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização (ATR) na unidade de Araguaína, visando atender uma demanda do Órgão em levar à população da região norte do Estado melhor qualidade no atendimento e fiscalização, principalmente quanto aos serviços de água e esgoto, uma vez que a ATR não possuía escritório naquela região. Também foram adicionados os serviços do Sine, Ruraltins e Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional. Já a nova Unidade de Araguaína, está em fase de obras e ficará localizada dentro do Shopping da cidade.

Em agosto desse ano, o Governador inaugurou a Unidade de Porto Nacional, com 11 órgãos parceiros e diversos serviços para a população portuense. Além disso, promoveu a economicidade, desalugando 3 prédios para realocar os órgãos estaduais dentro da unidade do Pronto.

Por fim, obedecendo a determinação de buscar a transformação digital, além do Portal de Serviços Pronto Digital, que contém 700 serviços online para o cidadão, também foram inseridos terminais de autoatendimento com computadores novos, dentro das unidades Pronto, proporcionando ainda mais inclusão digital para os usuários.

Vale ressaltar que o Pronto não é apenas um local de atendimentos centralizados, mas um projeto de transformação digital dos serviços públicos, promovendo agilidade no atendimento, principalmente com a implantação dos serviços na plataforma <https://servicos.to.gov.br/> que oferecerá também todos os serviços de forma digital.

4.2 Meta de Implantação (LDO)

Com relação a meta de implantação de unidades, ressalta-se que foi alcançado 33,33% do proposto, considerando que apenas uma das 3 unidades previstas foi implantada. O alcance parcial da meta justifica-se devido ao acúmulo de grandes processos simultâneos, dentre eles as obras da nova unidade de Araguaína e adaptação do prédio da Unidade de Porto Nacional.

A nova unidade do PRONTO implantada em Porto Nacional está realizando uma média de 500 atendimentos por dia, beneficiando a população portuense e toda a região. Para expansão do alcance da meta, estão sendo realizados estudos para abertura de uma nova unidade na região do bico do papagaio.

4.3 Valorização dos Servidores do Pronto

Após 15 anos sem reajuste no auxílio financeiro devido aos servidores efetivos que atendem no Pronto, o Governo do Estado instituiu a IDIPRONTO, Indenização reformulada com valores atualizados, que hoje beneficia mais de 160 servidores, com um aumento médio de 41% entre todas as faixas de indenização.

5 – TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

5.1 – ESocial

O eSocial é um sistema de escrituração digital que unifica o envio de informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos órgãos públicos em uma única plataforma. No contexto do Governo do Estado do Tocantins, o eSocial é utilizado para centralizar e automatizar a gestão dessas informações, promovendo maior eficiência, transparência e segurança nos processos administrativos.

As informações enviadas pelo eSocial incluem dados sobre folha de pagamento, vínculos empregatícios, contribuições previdenciárias, impostos, comunicações de acidente de trabalho, entre outros aspectos relacionados à saúde e segurança do trabalhador. Isso abrange desde os registros de admissão e desligamento de funcionários, até a declaração de afastamentos e a execução de eventos periódicos, como a remuneração dos servidores e pagamentos de tributos.

5.1.1 – Gestão e Normatização do eSocial em 2024

Atualmente, a gestão do eSocial no Estado do Tocantins é realizada pela Secretaria da Administração, por meio da Diretoria de Gestão de Escrituração Digital. Em 2024, visando normatizar as demandas do eSocial, foram publicados importantes atos normativos que fortalecem a operacionalização do sistema:

Decreto nº 6.747, de 15 de fevereiro de 2024: Este decreto dispõe sobre a utilização do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual. O decreto estabelece diretrizes claras para a implementação e uso do eSocial, assegurando a conformidade e padronização das informações enviadas;

Instrução Normativa nº 2/2024/GASEC, de 27 de fevereiro de 2024: Esta instrução normativa estabelece os procedimentos para a operacionalização do envio unificado de informações através do eSocial. Ela detalha as etapas e responsabilidades envolvidas no processo, garantindo que todas as unidades administrativas sigam um protocolo padrão para a transmissão de dados.

Essas normatizações foram elaboradas pela Secretaria da Administração com o intuito de adequar os procedimentos de envio do eSocial, assegurando que todas as informações sejam transmitidas de forma eficiente e conforme as exigências legais. Com a implementação dessas normas, o Estado do Tocantins reforça seu compromisso com a modernização administrativa e a melhoria contínua dos processos internos.

5.1.2 – Impactos e Benefícios para a Gestão Fiscal

Com a adoção do eSocial e da DCTFWeb, a Secretaria da Administração desempenha um papel fundamental na manutenção da regularidade fiscal do Estado. A integração desses sistemas permite um acompanhamento rigoroso dos pagamentos das guias previdenciárias de todos os servidores e prestadores de serviços, garantindo a conformidade com as obrigações fiscais e evitando inconsistências nos registros financeiros.

Além disso, a centralização das informações facilita a geração de relatórios detalhados e a realização de auditorias internas, promovendo maior transparência e controle sobre os recursos públicos. A automação dos processos reduz significativamente o risco de erros humanos e otimiza o tempo dedicado às atividades administrativas, permitindo que a equipe da Secretaria da Administração se concentre em tarefas estratégicas que agregam valor à gestão pública.

Os avanços na implementação do eSocial no Estado do Tocantins refletem um compromisso contínuo com a eficiência, transparência e modernização da administração pública. Através da gestão eficaz pela Secretaria da Administração e das recentes normatizações, o eSocial se consolida como uma ferramenta essencial para a gestão fiscal e trabalhista, contribuindo para uma administração mais organizada e responsável.

6 – GESTÃO DE TRANSPORTE

6.1 – Gestão de Frota e Abastecimento

O contrato de manutenção e fornecimento de combustíveis do Governo estadual, com gestão desta Pasta, entrega descontos de 16% (serviços de manutenção) e 4,7% (combustível).

O custo geral com fornecimento de combustíveis no período de Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024 foi de R\$ 50.522.762,71 em seu valor bruto e, R\$ 48.148.192,86 no valor líquido, representando assim uma economia de R\$ 2.374.569,85 aos cofres públicos do Estado. Para atender a frota do Poder Executivo, o consumo nesse período foi de 8.007.040 litros e média mensal de 727.912,72 litros. Temos 180 postos credenciados em todo o Estado do Tocantins.

O custo geral com a manutenção no mesmo período teve seu valor bruto de R\$ 17.171.634,07 e no valor líquido R\$ 16.364.567,27, representando uma economia com manutenção de R\$ 807.066,80.

É importante salientar que além do desconto contratual, uma das maiores vantagens deste contrato é a ampla rede de estabelecimentos credenciados em todo o Território Nacional. O que garante dessa forma, agilidade, praticidade e economia de tempo, principalmente em relação as manutenções realizadas. No passado era necessário abrir um processo para que cada veículo fosse consertado, com essa abrangência da rede, os veículos, dependendo do ocorrido, são consertados e entregues no mesmo dia.

Durante todo o período contratual foram realizados acompanhamentos mediante a rede de postos de combustíveis, oficinas e lava-jatos credenciadas pelo sistema de gestão da frota na cidade de Palmas, que prestam serviço ao Governo do Estado do Tocantins, averiguando se as taxas aplicadas estão de acordo com as praticadas pelo mercado, como também atestar a qualidade dos serviços prestados, apresentando aos gestores de transporte o resultado no intuito de nortear aos estabelecimentos que fornecem as melhores condições e a melhor qualidade na prestação de serviços.

A Gestão de Transporte e Logística realiza acompanhamentos diários dos saldos e limites contratuais do consumo de combustível e manutenção de cada

órgão individualmente suprimindo suas necessidades, conforme rege os princípios da administração pública, eficácia e economicidade.

6.2 – Locação de veículos

A SECAD tem agido de forma a melhorar a gestão de transporte do Poder Executivo, em 2021 foi assinado atual contrato de locação de veículos, proporcionou uma renovação de toda a frota, assegurando maior segurança aos usuários e economia ao erário. Podemos dividir os veículos em dois grandes grupos:

- **Veículos de uso Administrativo**, que representam cerca de 713 veículos, com um custo anual de R\$ 34.199.659,92;
- **Veículos de uso Operacional**, que englobam cerca de 592 veículos e viaturas, com custo anual de R\$ 40.894.608,12 (veículos utilizados pela PM, Bombeiros e Sistema Prisional).

Dentre as principais vantagens deste contrato, podemos citar seguro total, rastreamento e monitoramento, assim como a manutenção e troca dos veículos de tempos em tempos, com isso a frota contará sempre com veículos prontos para uso.

Conforme regido pelo contrato, toda a frota citada acima passa a ser renovada ao longo deste ano de 2024, o que proporciona economicidade aos cofres públicos, além de segurança aos usuários dos veículos.

Por fim, no último dia 04 de setembro, o Governo do Tocantins por meio da SECAD, reforçou as ações de combate aos incêndios florestais em todo o Tocantins, com a entrega de 25 veículos ao NATURATINS.

7 – COMPRAS CORPORATIVAS

As Compras Corporativas buscam viabilizar a obtenção de custos mais vantajosos por meio de ganho de escala, visando estabelecer uma relação custo-benefício mais favorável para atender às demandas dos órgãos, levando em consideração a vantajosidade, agilidade e desburocratização dos processos administrativos, voltados para a aquisição de bens e serviços de uso comum para o Poder Executivo Estadual.

A Secretaria da Administração atuou em diversas ações, das quais destacamos a atuação nos processos corporativos, tendo em vista que é competência da mesma formalizar processos de aquisição corporativa de materiais e contratação de serviços de uso comum aos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, dos quais relacionamos os processos a seguir:

OBJETO	ÓRGÃOS ATENDIDOS	SITUAÇÃO
Agenciamento de viagens.	Poder Executivo Estadual	Concluído
Serviço de gerenciamento de frotas, com uso de cartões, incluindo o fornecimento de combustíveis e manutenção veicular.	Poder Executivo Estadual	Em andamento
Locação de veículos.	Poder Executivo Estadual	Em andamento
Aquisição de materiais de consumo/gêneros alimentícios (café e açúcar)	Poder Executivo Estadual	Em andamento

Vale-transporte municipal (Agência de Transporte Coletivo de Palmas – ATCP).	Poder Executivo Estadual	Em andamento
Vale-transporte intermunicipal nos trechos de Palmas – Luzimangues.	Poder Executivo Estadual	Em andamento

7.1 – Plano de Contratações Anual – PCA

O Plano de Contratações Anual - PCA é uma ferramenta de governança que consolida todas as compras e contratações que o órgão ou entidade pretende realizar ou prorrogar no ano subsequente, racionalizando as contratações por meio de compras centralizadas e compartilhadas, garantindo o alinhamento com o seu planejamento estratégico e elaboração das respectivas leis orçamentárias, evitar o fracionamento de despesas e sinalizar intenções ao mercado fornecedor.

Conforme o Art. 45, do Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023, o PCA será elaborado pelos gestores de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta por meio do Plano de Compras no SIGA-TO, gerenciado pela Secretaria da Administração, que possibilitará a gestão centralizada das atividades administrativas relacionadas às contratações públicas.

Vale ressaltar que após a regulamentação da Lei 14.133/2021, por meio do Decreto retromencionado, esta Secretaria de Estado da Administração elaborou no ano de 2023 o PCA para o exercício de 2024, o qual está em execução.

Ressaltamos ainda que o PCA para o exercício de 2025, está em fase de elaboração com previsão de finalização e envio ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP para o dia 31/12/2024.

8 – GESTÃO PATRIMONIAL

Ao longo do exercício de 2024, a SECAD desempenhou um papel estratégico e técnico na gestão do patrimônio estadual, garantindo a padronização, controle, atualização normativa e capacitação de gestores e servidores no uso eficiente dos sistemas administrativos.

Buscamos fortalecer a governança patrimonial por meio de publicações normativas relevantes, como manuais de procedimentos, portarias e instruções normativas que atualizam práticas de controle e registro de bens móveis, imóveis, almoxarifado e intangíveis, em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

Além disso, a migração e atualização do SIGA-TO, proporcionou melhorias funcionais significativas, assegurando maior eficiência no acompanhamento dos ativos públicos.

Entre os principais resultados, destacam-se:

- A realização de mais de 5.000 atendimentos relacionados ao módulo de almoxarifado, promovendo resoluções e orientações técnicas;
- A incorporação de 214.146 bens móveis, acompanhada de treinamentos e workshops voltados à capacitação de gestores;
- O cadastro de 236 imóveis no sistema SIGA-TO, além da elaboração do Manual de Procedimentos de Bens Imóveis;
- O fortalecimento da integração entre as áreas contábil e patrimonial, por meio da criação de comissões técnicas e capacitações específicas;
- A promoção de práticas ambientalmente sustentáveis no uso e destinação de ativos, em conformidade com o Decreto N° 6.831/2024.

Investimos também na qualificação de servidores, realizando cursos especializados que contribuíram para o alinhamento das práticas de gestão patrimonial com as exigências da Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Tais ações foram fundamentais para aprimorar a eficiência administrativa e reforçar a transparência e a responsabilidade no uso dos bens públicos.

SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS

O presente relatório apresenta a descrição das ações prioritárias e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Parcerias e Investimentos no ano de 2024 relacionado ao Programa de Parcerias e Investimentos – TOCANTINS PPI.

O TOCANTINS PPI foi criado pela Lei Estadual nº 3.666, de 13 de maio de 2020, com a finalidade de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de Parcerias e Concessões, além de outras medidas de desestatização.

A lei que instituiu o Programa criou, na Administração Estadual, o Conselho do PPI (CPPI).

O Conselho é o órgão colegiado vinculado ao Governador que qualifica os projetos que integrarão o TOCANTINS PPI, decidindo sobre temas relacionados à execução dos contratos de parcerias e desestatizações.

A Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI) atua diretamente na execução do Programa em apoio às demais Secretarias e às Agências Reguladoras, para a execução das atividades vinculadas ao TOCANTINS PPI.

Os empreendimentos que forem qualificados no Programa de PPI serão tratados como prioridade na administração pública. Os órgãos e entidades envolvidos devem atuar para que os processos e atos necessários à estruturação, liberação e execução do projeto ocorram de forma eficiente e econômica.

Prioridade: Implementar o Programa de Parcerias e Investimentos no Estado do Tocantins.

Meta: *Parceria com a iniciativa privada para implantação e operação de MINIUSINAS DE ENERGIA SOLAR para atender as unidades do Poder Executivo do Estado do Tocantins por meio de PPP.*

Fase Atual: Contrato (Em execução)

A execução contratual iniciou em janeiro de 2024. Nessa primeira fase do contrato, que leva em torno de 12 meses, o Consórcio Energia Tocantins está preparando o projeto Executivo das minis usinas solares, bem como estruturando o planejamento financeiro para implementação da obra. A expectativa é que até o final de 2024 todas as fases preliminares às execuções das obras sejam finalizadas e aprovadas.

Foi instituído o Comitê de Monitoramento e Gestão - CMOG, para fiscalização dos Contratos nº 055/2023, 056/2023, 057/2023 por meio da Portaria AGETO Nº 0018/2024, de 09 de fevereiro de 2024 composto com representantes da AGETO, SEFAZ e SPI, com o objetivo coordenar, controlar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução do contrato, possuindo caráter deliberativo e consultivo.

Em razão de solicitação do Consórcio para que a estruturação da garantia de pagamento da futura contraprestação fosse vinculada ao FPE, aguarda-se que as normas sejam editadas para que o andamento do projeto passe para fase de instalação das miniusinas.

Objetivo e Responsabilidades:

O objetivo central desta parceria é a implantação, operação e manutenção de miniusinas de energia fotovoltaica para atender as unidades do Poder Executivo do Estado do Tocantins. Sob a coordenação da SPI/TO, e colaboração da Tocantins Parcerias, o consórcio Energia Tocantins assume a responsabilidade de gerar uma significativa redução nos custos de energia elétrica nas instalações da administração pública estadual.

Impacto Econômico e Investimento:

O contrato prevê um investimento estimado em mais de R\$ 150 milhões ao longo dos 25 anos da concessão, com projeção de economia de R\$ 600 milhões para os cofres públicos, posicionando o Tocantins como pioneiro em uma PPP de Energia Solar de abrangência estadual.



Meta: *Parceria com a iniciativa privada para implantação, operação e manutenção de Serviços Lotéricos do Estado do Tocantins por meio de Concessão.*

Fase Atual: Contrato (Em execução)

O Governo do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Parcerias e Investimentos e Tocantins Parcerias, em conjunto com a Tocantins Parcerias e a Secretaria da Fazenda, avançou significativamente em sua meta prioritária de estabelecer uma parceria estratégica com a iniciativa privada para a implantação, operação e manutenção de serviços lotéricos no Estado.

No dia 06 de março de 2024 foi realizada a sessão pública nas dependências do Auditório da Escola de Gestão Fazendária, com critério de maior

outorga fixa paga pelo concessionário ao poder concedente. O certame teve como vencedor o consórcio Lototins. O Contrato foi assinado no dia 13 de agosto de 2024 após o pagamento da outorga fixa ao Estado no valor de R\$ 16.640.934,56.

Após a assinatura do contrato com a Concessionária, Consórcio Lototins, inicia-se a fase preliminar com previsão de duração de 6 meses, onde a Concessionária apresenta os planos de gestão e operação, contrata o verificador independente, e o Poder Concedente após análise detalhada e aprovação emiti sinal verde para início da Operação da Loteria.

Acompanhamento e Fiscalização:

Para o acompanhamento da execução contratual, o Poder Concedente instituiu por meio de Portaria nº 853/2024/GABSEC/SEFAZ, publicada no dia 6 de setembro de 2024, no DOE nº 6.650 o Comitê Integrado de Monitoramento, Gestão e Fiscalização – CIGEM, com a finalidade acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução do Contrato nº 15/2024 de Concessão do Serviço Público Lotérico no Estado do Tocantins, denominado Lototins.

O CIGEMF é composto por servidores da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Parcerias e Investimentos e terá o papel fundamental de zelar do contrato e garantir a qualidade dos serviços autorizados via Concessão. Espera-se que a Lototins inicie sua operação no primeiro mês de 2024, gerando emprego e renda e recursos adicionais a área social, por meio das outorgas variáveis pagas pelo Concessionário.

HISTÓRICO

Consulta Pública e Participação Ativa da Sociedade:

A etapa de Consulta Pública, aberta até o dia 23 de abril e encerrada no dia 24 de maio, representou uma oportunidade para a sociedade conhecer e contribuir com sugestões ao projeto. O debate aberto e transparente com a sociedade civil é essencial antes da implantação do projeto. No dia 03 de julho foi publicado no site da SPI o relatório consolidado da Consulta e Audiência Pública, contendo todas as contribuições e respostas.

Audiência Pública: Diálogo com a Sociedade e Apresentação Detalhada:

A Audiência Pública, realizada no dia 9 de maio de 2023, representou um passo fundamental no diálogo aberto e direto com a sociedade. O secretário Thomas Jefferson, ao apresentar o projeto, destacou as condições necessárias para a viabilização da concessão dos serviços públicos lotéricos em todo o Estado. Ele enfatizou as vantagens desse modelo, que não apenas incorpora a expertise do setor privado, mas também atrai capital financeiro significativo para impulsionar os investimentos públicos. A participação diversificada incluiu representantes de secretarias estaduais, autarquias, companhias públicas, lideranças municipais, parlamentares, a sociedade civil, o judiciário e o setor privado.



Foto: Audiência Pública de apresentação do projeto de Loteria

Roadshow Virtual: Potencialidades e Diálogo com Investidores:

O Roadshow, conduzido pela Secretaria de Parcerias e Investimentos do Tocantins, proporcionou um fórum virtual para interação com investidores de diversas regiões do país. Sob a liderança do secretário Thomas Jefferson, as potencialidades do projeto de Loteria Estadual foram apresentadas, e informações cruciais sobre as condições e vantagens da concessão foram compartilhadas. Este evento virtual buscou agregar segurança e credibilidade ao projeto, possibilitando a construção de uma referência no setor e visando atender tanto às expectativas do Governo quanto da iniciativa privada.

Resultados Esperados e Próximos Passos:

O projeto de Loteria Estadual representa uma oportunidade de fomentar o desenvolvimento do Tocantins, gerando empregos diretos e indiretos, regulamentando e combatendo apostas ilegais, impulsionando investimentos, estimulando a economia e aumentando as receitas públicas. As sugestões feitas durante o Roadshow e a Audiência Pública serão avaliadas e incorporadas, conforme necessário, à versão final dos documentos destinados à licitação.

Conclusão e Perspectivas Futuras:

A condução eficaz dessas etapas iniciais coloca o projeto de Loteria Estadual em um caminho sólido para a próxima fase, que será a licitação, determinando a empresa ou consórcio responsável pela execução do processo de implantação, operação e manutenção dos serviços lotéricos no Tocantins. O Governo do Tocantins reitera seu compromisso com a transparência, credibilidade e desenvolvimento sustentável, e seguirá trabalhando em parceria com a iniciativa privada para concretizar este projeto de relevância estadual. O relatório detalhado do Roadshow estará disponível em breve no site oficial: www.to.gov.br/parcerias.

Meta: **Parceria com a iniciativa privada para implantação e operação do Hospital da Mulher e Maternidade Estadual por meio de PPP.**

Fase Atual: Contrato (Em fase de assinatura)

O Governo do Tocantins, através da Secretaria de Parcerias e Investimentos e Tocantins Parcerias, em colaboração com a Tocantins Parcerias e a Secretaria da Saúde, realizou um significativo avanço na meta prioritária de estabelecer uma parceria estratégica com a iniciativa privada para a implantação e operação do Hospital da Mulher e Maternidade Estadual. Este empreendimento visa atender às demandas de assistência especializada nos eixos do parto e nascimento, atendimento em ginecologia, obstetrícia e atenção neonatal, promovendo a qualidade e a acessibilidade nos serviços de saúde disponibilizando uma nova e moderna infraestrutura hospitalar com oferta de 210 leitos, e um rol de novos serviços assistenciais à saúde da mulher.

A Sessão pública da licitação ocorreu na Bolsa de Valores B3 em São Paulo no dia 13 de agosto de 2024, utilizando o critério de menor preço da contraprestação mensal a ser paga pelo poder concedente ao concessionário. A vencedora do Leilão foi a empresa Opy Health, com deságio de 1% do valor máximo da contraprestação projetada, ficando estabelecido uma contraprestação no valor de R\$ 7,885 milhões mensais.



Foto: Governador Wanderlei Barbosa, Secretários e Equipe no Leilão do Hospital na B3 em São Paulo

Após o Leilão, ocorreu a etapa de habilitação técnica da licitante, com a publicação do julgamento da licitação ainda em setembro de 2024. Na sequência,

será publicada a homologação da licitação, seguindo para fase de assinatura de contrato.

HISTÓRICO

Diálogo com Servidores - Fundamento para o Desenvolvimento:

Em uma reunião realizada no dia 19 de maio 2023, no auditório do Palácio Araguaia, o Governo do Tocantins convocou os servidores da Secretaria Estadual de Saúde e do Hospital Maternidade Dona Regina (HMDR) para um diálogo sobre o projeto destinado à construção da nova unidade hospitalar. O encontro, que contou com a presença de representantes de diversas categorias de servidores, foi marcado pela transparência e pela troca de informações técnicas e conceituais.

Na oportunidade o Secretário de Parcerias e Investimentos, Thomas Jefferson, destacou a importância desse diálogo direto, considerando-o uma etapa vital para o aprimoramento do projeto. O encontro proporcionou uma oportunidade valiosa para ouvir as contribuições dos colaboradores, direta e indiretamente envolvidos nas atividades do hospital, fortalecendo a visão atrativa e visionária do projeto.

O Diretor Geral do Hospital Dona Regina, Iatagan Barbosa de Araújo, expressou satisfação com a interação, ressaltando a importância desse momento para a continuidade dos trabalhos em direção à realização da obra.

O projeto não apenas visa suprir as atuais demandas do Dona Regina, mas também propõe o aumento de leitos e a expansão de programas de referência, como o Banco de Leite Humano, Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (Savis) e a melhoria da Casa da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP). Essa expansão e melhoria serão realizadas mantendo o atendimento 100% público destinado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).



Foto: Apresentação do projeto para os servidores do Hospital Dona Regina

Diálogo com diversos atores:

O projeto foi aprovado no Conselho Estadual de Saúde - CES em 13 de abril, destacando a ampliação dos serviços assistenciais e da capacidade de atendimento qualificado à mulher e ao recém-nascido, mantendo o serviço 100% público.

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB/TO) recebeu a equipe de governança do projeto em 20 de abril, onde foi apresentado os destaques do projeto visando oferecer atenção integral à saúde da mulher nos eixos parto e nascimento, ginecologia, obstetrícia e neonatal.

Reuniões regulares com pastas de governo, instituições públicas e órgãos de controle social foram realizadas para fortalecer o projeto.

O Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos do Tocantins aprovou o projeto em 27 de abril.

Consulta e Audiência Pública - Participação Ampliada da Sociedade:

O processo de consulta pública, iniciado em 4 de maio e com duração de 30 dias, oportunizou a participação de toda sociedade para contribuir com avaliações, opiniões e sugestões. A participação também pode ser feita online, fortalecendo o compromisso do governo com a transparência e a inclusão.

A Audiência Pública presencial, realizada no dia 24 de maio no auditório do Palácio Araguaia, foi outro passo fundamental para ampliar e aprimorar o diálogo com a sociedade em geral e os setores interessados.

Finalizada a fase de diálogo público, as sugestões da população foram avaliadas e integradas ao projeto. No dia 24 de julho foi publicado no site da SPI o relatório consolidado da Consulta e Audiência Pública, contendo todas as contribuições e respostas.

Próximos Passos - Licitação e Concretização do Projeto:

A etapa seguinte envolverá a análise da Controladoria Geral do Estado – CGE, Procuradoria Geral do Estado – PGE e do Tribunal de Contas do Estado – TCE, sendo que logo após a liberação dos órgãos de controle o mesmo poderá ir para licitação para determinar a empresa ou consórcio responsável pela construção, gestão, manutenção e operação do novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina.

O governo reafirma seu compromisso em construir uma das principais unidades hospitalares especializadas na assistência ao público feminino e neonatal do norte do país. O projeto visa oferecer uma estrutura de qualidade, ampliando significativamente a capacidade de atendimento e otimizando os serviços oferecidos. A sociedade é convidada a participar ativamente desse processo, garantindo que suas contribuições sejam consideradas na construção deste importante marco para a saúde do Tocantins.



Foto: Imagem do fundo do novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina

Meta: ***Parceria com a iniciativa privada para implantação e operação da Marina Estadual no Lago de Palmas por meio de Concessão de Direito Real de Uso.***

Fase Atual: Modelagem (reestruturando a modelagem)

A estruturação do projeto encontra-se atualmente comprometida para sua finalização em razão da necessidade de regularização do uso de solo das áreas sob domínio do município de Palmas, bem como definições da Prefeitura de Palmas sobre parte da área do projeto que pertence ao município.

O projeto também está passando por uma reformulação após ter sido entregue pela estruturadora ao Estado, sendo necessário a readequação do uso público destinado a população da área contígua a Marina.

Focos Estratégicos:

A concepção do projeto da Marina está alinhada com as políticas nacionais e estaduais de infraestrutura turística, como o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022, instrumento de planejamento das políticas públicas que documenta a estratégia, as diretrizes, os programas e as ações para o setor que deu origem ao Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur), o qual enfatiza a importância da infraestrutura turística para impulsionar o turismo, incluindo a infraestrutura de acesso e mobilidade, como as orlas fluviais.

No âmbito estadual, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) para o Polo Palmas é o instrumento que direciona o desenvolvimento turístico, apoiado pelo Ministério do Turismo através do Prodetur. O PDTIS destaca a ampliação da praia da Graciosa e a diversificação da infraestrutura da orla como prioridades para o desenvolvimento do turismo sustentável na região. O projeto também está alinhado com o projeto Observatório do Lago, instituído pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins, que monitora e gerencia o Lago de Palmas.

A nível municipal, não há um plano formal publicado para o desenvolvimento do turismo em Palmas, mas a Lei Complementar nº 155/2007

estabelece as margens do lago e suas praias como Zonas Especiais de Interesse Ambiental do Município no Plano Diretor. A falta de um plano municipal específico para o setor é uma preocupação, pois pode haver desalinhamento com as políticas públicas de desenvolvimento do município.

Em resumo, a implantação da Marina Estadual em Palmas promoverá o desenvolvimento socioeconômico, a infraestrutura turística e o aproveitamento do terreno na orla. O projeto está em conformidade com as diretrizes do Prodetur e do PDTIS, buscando fortalecer o turismo na região de forma sustentável. É importante considerar a necessidade de um plano municipal para garantir a integração adequada com as políticas locais de desenvolvimento.



Foto: Maquete Eletrônica da Marina Náutica Estadual

Impacto Econômico e Investimento:

O projeto da Marina Náutica trará diversos benefícios para a sociedade. Além de proporcionar lazer, cultura e entretenimento, essenciais para a qualidade de vida e bem-estar da população, também trará benefícios econômicos e tributários significativos. Durante a fase de construção, estima-se que serão gerados cerca de R\$ 4.7 milhões em impostos para o Estado e um incremento na arrecadação municipal de aproximadamente R\$ 2.6 milhões. Durante a operação, a geração anual de ICMS, principalmente sobre combustíveis, representará um valor de R\$ 2.3 milhões. Além dos impostos, a concessionária também pagará mais de R\$ 170 milhões em tributos diretos.

O projeto também trará benefícios patrimoniais, pois ao final da concessão, a infraestrutura construída será devolvida ao Poder Concedente, em condições plenas de utilização. Isso garante que a infraestrutura seja preservada e beneficie o Estado.

Em termos sociais, a implantação do projeto gerará empregos de qualidade, tanto na fase de construção com cerca de 400 empregos diretos e 596 empregos indiretos, além de diversos postos de trabalho diretos na fase de

operação. Esses empregos terão impacto significativo no PIB do Estado do Tocantins, estimado em R\$ 60 milhões durante a fase de construção.

A etapa seguinte envolverá uma articulação política e técnica entre o Estado do Tocantins e o município de Palmas para possibilitar a finalização das modelagens técnicas, econômica e jurídica tendo em vista os riscos de projetos presentes atualmente.

Identificou-se como condições externas dentre as quais os desenvolvedores do projeto terão pouco ou nenhum controle, e que pode afetar a continuidade do projeto:

- ✓ a necessidade de regularização dos imóveis, bem como a alteração da lei de ocupação do solo do Município de Palmas;
- ✓ a necessidade de aprovação por órgãos federais competentes, como a Marinha e a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), para exploração do Lago de Palmas, haja vista ser formado pelo Rio Tocantins, que é um rio federal;
- ✓ a existência de interesses locais, seja de comunidades indígenas ou povos originários e, ausência de participação no projeto de representantes ou canal de oitiva;
- ✓ a necessidade de mapeamento e avaliação das possíveis restrições relacionadas as áreas de preservação ambiental e população indígena, haja vista a vasta relação de áreas de preservação indicadas no documento Indicadores Socioeconômicos do Tocantins, elaborado pela Secretaria do Planejamento e Orçamento.

Meta: *Parceria com a iniciativa privada para a construção e operação do Campus Universitário de Augustinópolis – UNITINS por meio de PPP.*

A etapa seguinte é definir uma estruturadora parceira para modelar o projeto técnico, econômico-financeiro e jurídico do projeto. Ressalta-se que houve uma tentativa inicial que não prosperou em razão do desalinhamento de perspectiva para o projeto, sendo cancelado para escolha de um novo projetista.

Meta: *Estruturação do Projeto de parceria com a iniciativa privada para implantação da Rede Estadual de Banda Larga e projetos associados por meio de PPPs.*

A estruturação do projeto foi descontinuada em razão da manifestação da Agência de Tecnologia da Informação – ATI de que o modelo de PPP não é o mais adequado e viável para este projeto em específico.

Meta: *Estruturação do Projeto de parceria com a iniciativa privada para implantação e gestão do Parque Tecnológico do Tocantins*

O projeto está sendo conduzido pela Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias do Estado do Tocantins – Tocantins Parcerias e a Secretaria de Indústria e Comércio.

Hospital Geral de Araguaína

(Parceria com a iniciativa privada para implantação e operação do HGA)

Foi publicado o Decreto nº 6.800, de 5 de junho de 2024, dispõe sobre a inclusão e qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - Tocantins - PPI, do projeto do Hospital Geral de Araguaína, com vistas à realização de estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos, aptos a viabilizar parcerias com a iniciativa privada.

O projeto encontra-se em fase de definição e preparação para identificar um parceiro para realização da modelagem. Considera-se um grande desafio identificar um parceiro qualificado que possa estruturar o modelo do projeto de uma forma atrativa para o mercado, uma vez que já existe um projeto da obra do Hospital que se encontra em execução pelo poder público.

Rede Estadual de Diagnóstico de Imagem

(Parceria com a iniciativa privada para implantação e operação da Rede)

Fase Atual: Definição e preparação

Foi publicado o Decreto nº 6.800, de 5 de junho de 2024, dispõe sobre a inclusão e qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - Tocantins - PPI, do projeto da Rede de Diagnóstico de Imagem do Estado do Tocantins, com vistas à realização de estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos, aptos a viabilizar parcerias com a iniciativa privada.

Concessão de Serviços Turísticos

(Estudo da viabilidade da concessão de serviços turístico nas Dunas. Serra do Espírito Santo e Fazenda Triagro (Cachoeira da Velha)

Fase Atual: Definição e preparação

No dia 17 de novembro de 2023 foi publicado no DOE uma Portaria Conjunta que institui o Grupo de Trabalho interinstitucional com a finalidade de promover o diálogo sobre o desenvolvimento socioeconômico dos três atrativos turísticos que são de responsabilidade do Poder Estadual no território do Jalapão, sendo eles: Serra do Espírito Santo, Dunas, e Cachoeira da Velha/Fazenda Triagro.

Seguindo a premissa de envolver ativamente a comunidade local na tomada de decisões e no planejamento de qualquer projeto que venha a ser destinado ao Jalapão, o grupo denominado GT- Atrativos Turísticos Públicos no Jalapão tem como uma de suas principais atribuições viabilizar mecanismos de comunicação eficazes com as instituições, representações e comunidades

tradicionais da região, levando em consideração a integração com o turismo e atividades já existentes.

Em agosto de 2023 ocorreu, em Palmas, o Fórum Diálogo sobre o desenvolvimento do Jalapão com as lideranças quilombolas. Esse encontro, “proposto a partir de uma reunião prévia entre o Governo do Tocantins, o Ministério Público Federal (MPF/TO), integrantes das comunidades jalapoeiras, pesquisadores e instituições que desenvolvem ações em defesa do território” (TOCANTINS, 2023), pode ser entendido como o momento inicial do processo de diálogo com a sociedade.

Nesse contexto que foram iniciadas as rodadas de diálogos envolvendo as comunidades quilombolas, municípios e o trade turístico da região, para avaliar a possibilidade de se pensar em parcerias com o setor privado relacionadas à visitação dos atrativos turísticos, sob a responsabilidade do poder público e criar mecanismos de incentivo de desenvolvimento para a região. Trata-se, portanto, de uma etapa de análise inicial (coleta de informações e esclarecimentos) para subsidiar a tomada de decisão quanto ao início de estudos técnicos relativos às parcerias para os atrativos turísticos públicos no Parque Estadual do Jalapão (Dunas e Trilha da Serra do Espírito Santo) e na Área de Proteção Ambiental do Jalapão – APA (Cachoeira da Velha/Fazenda Triagro).

Nesta etapa a metodologia utilizada consistiu em reuniões realizadas nas cidades de Palmas (14.11.23), São Félix do Tocantins (28.11.23), Mateiros (28.11.23) e Ponte Alta do Tocantins (02.12.23), além de reuniões realizadas nas comunidades quilombolas: a) Boa Esperança, Borá; Mumbuquinha, Capão do Mudesto e Rapadura e Pedra (29.11.23); b) Prata (29.11.23); c) Carrapato, Formiga, Mata e Ambrósio (30.11.23); d) Mumbuca (30.11.23); e) Rio Novo, Riachão e Rio Preto (01.12.23).



Foto: Reunião com comunidades quilombolas em Mateiros/TO

Ao todo 265 pessoas participaram das 10 reuniões realizadas.

Está sendo preparado um contrato entre o Naturatins e o BNDES com a finalidade de realizar novos estudos para alternativas de desenvolvimento dos serviços turísticos nos atrativos públicos no Jalapão.



Foto: Reunião com comunidades quilombola do Boa Esperança

SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Ao longo de 2024, a Secretaria da Agricultura e Pecuária realizou e apoiou diversas atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável em benefício da sociedade tocantinense, por meio da formulação de políticas públicas que contribuíram para o crescimento do setor agropecuário no Estado.

Feira de Tecnologia Agropecuária do Estado do Tocantins – AGROTINS/2024

A Feira de Tecnologia Agropecuária do Estado do Tocantins (Agrotins) tem como objetivo promover o desenvolvimento do setor agropecuário, destacando as potencialidades do agronegócio, assim como apoiar e divulgar as ações de pesquisa, adaptação, validação, divulgação e transferência de tecnologias para o setor produtivo.

Para a realização da 24ª Edição do Evento foi realizada a celebração do Termo de Execução Descentralizada nº 001/2024 entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins - FAPT e a Secretaria da Agricultura e Pecuária, via execução orçamentária e financeira no montante de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais).



No tocante aos dados, segue abaixo relação de quantitativos relevantes.

5 DIAS DE EVENTO (14 A 18/05/2024)			NUMEROS 2024
EXPOSITORES PARCEIROS		Expositores / Parceiros, participantes do evento	1.096
Público		Público visitante durante os 05 dias do evento	232.000
		Municípios com participação oficial no evento	139
CAPACITAÇÃO	Auditórios / Vitrines de Campo	Palestras/Cursos/Encontros/Reuniões	11
		Público	260
Caravanas de pequenos produtores viabilizadas pela Seagro e parceiros		Pequenos produtores das Caravanas	1.220
		Quantidade de Caravanas	40
		Organizações Sociais atendidas	80
Movimentação De Negócios		Negócios realizados durante o evento (propostas de financiamento e venda direta)	4.240.000.000,00

Fortalecer o agronegócio – Mais Genética Tocantins

Trata-se de Programa que visa melhoramento genético bovino tocanntinense a partir de distribuição de sêmen e orientação por meio de protocolo de fármacos. Realiza execução de transferência de tecnologia, visando potencializar atividades voltadas para a promoção do setor agropecuário, de forma a proporcionar oportunidades mais eficientes de negócio, fortalecer a pecuária dos pequenos e médios produtores rurais das regiões, disponibilizando sêmens e hormônios para adoção de Protocolo de Inseminação Artificial em Tempo fixo (IATF) de forma a melhorar a genética bovina de corte e leite para produção de animais com características produtivas específicas e agregadoras de valores ao

produto final através do Programa “Mais Genética Tocantins”, com objetivo de fortalecer as cadeias produtivas, da pecuária bovina de corte e do leite do Estado do Tocantins.

Foi adquirida uma câmara fria, com a proposta de armazenar um dos produtos utilizados no Programa “Mais Genética Tocantins”, o qual fornece hormônios e sêmen para produtores do Estado do Tocantins, cujo objetivo principal é promover ações estratégicas para o desenvolvimento destas cadeias produtivas de carne e leite e dos pequenos negócios rurais, através de transferência de tecnologia para o melhoramento genético do rebanho tocaninense.

Está em andamento a aquisição de sêmen bovino, hormônios para protocolos de IATF (Inseminação Artificial em Tempo Fixo) e teste rápido para identificação de leite A2 na modalidade de triagem, com a proposta de fomentar produtores do Estado do Tocantins, tanto de corte como de leite, por meio do fornecimento destes produtos, incentivando o melhoramento genético e seleção do rebanho, promovendo a geração de renda e melhoria na qualidade de vida, cujo objetivo principal é promover ações estratégicas para o desenvolvimento destas cadeias e dos pequenos negócios rurais, através de transferência de tecnologia para o melhoramento genético do rebanho tocaninense; bem como a aquisição de nitrogênio líquido irá garantir a sobrevivência e a qualidade do material genético, que visa atender prioritariamente os pequenos e médios produtores do Estado do Tocantins, que possuam rebanho com aptidão para a cadeia produtiva de corte ou/e de leite.

Implementação do Plano +ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

O **ABC+TO**, Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária Tocantinense, é um Plano de Estado que dá continuidade à política setorial nacional de enfrentamento das mudanças climáticas no setor agropecuário, com vigência de 2020 a 2030. Seu objetivo é promover a adaptação às mudanças climáticas e o controle das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na agropecuária, buscando aumentar a eficiência e a resiliência dos sistemas produtivos por meio de uma gestão integrada da paisagem.

O desenvolvimento das atividades da ação está sendo realizado, objetivando otimizar os recursos e atividades para a realização de eventos de difusão e transferência de tecnologia de agricultura de baixa emissão de carbono. Foram realizadas diversas reuniões técnicas com as entidades parceiras e participação em eventos técnicos específicos, visando otimizar, divulgar e capacitar o público-alvo (Grupo Gestor e produtores).

Dentre as reuniões e eventos realizados no período, destacamos as ações de Recuperação e Conversão de Pastagens Degradadas, com base no mapeamento das áreas de pastagens degradadas, no diagnóstico de aptidão agrícola e no potencial de conversão das áreas em sistemas agropecuários sustentáveis.

Ademais, realizou-se a 3ª edição da Rota da Pecuária apresentando o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) por meio do sistema de produção aplicado na Fazenda Boa Esperança, no município de Paraíso do Tocantins.

Houve também a realização de oficina sobre as “Ações de Recuperação e Conversão de Áreas Degradadas”, contribuindo para a implementação do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD), em convergência com o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária 2020 2030 (Plano ABC+).

Por conseguinte, destaca-se também a visita Técnica feita à Unidade de Referência Tecnológica – URT, fazenda Araguanã, município de Araguatins, para treinamento e capacitação continuada de supervisores técnicos do programa ABC corte.

Associativismo e Cooperativismo

Ao longo do ano de 2024 a Gerência de Associativismo e Cooperativismo (GAC) realizou diversas atividades para apoiar associações, cooperativas e pequenos produtores do estado do Tocantins. A maior atividade desenvolvida ocorreu durante a Agrotins 2024, para a qual foram mobilizadas 40 caravanas das quais 22 foram contempladas com pernoite em hotel e jantar por conta da longa distância viajada.

O transporte dos interessados foi realizado por meio de locação de ônibus, o que corroborou com a participação dos agricultores familiares das associações, cooperativas, comunidades agrícolas e técnicos, expositores e estudantes de escolas agrícolas de diversos assentamentos no entorno de Palmas, bem como distritos da capital e de outros 36 municípios do Estado.

No total, foram apoiados com alimentação, transporte e/ou hospedagem um total de 1.260 pessoas do público-alvo supracitado englobando 80 organizações sociais.

Em relações aos convênios, no ano de 2023 foi celebrada parceria entre Seagro e a Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Sampaio, com recursos provenientes de emenda parlamentar do deputado Eduardo do Dertins no valor total de R\$ 100.100,00 (cem mil e cem reais), cujo objeto é a aquisição de veículo com carretinha para transporte de fertilizantes e defensivos agrícolas, além da produção da associação, fortalecendo a agricultura familiar do município e melhorando a renda dos associados.

Ademais, foi celebrado, ainda, Colaboração com o Instituto Verde Novo de Desenvolvimento Humano, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com recurso proveniente de Emenda Parlamentar de autoria do Deputado Estadual Zé Roberto.

Sociobiodiversidade

A Gerência de Sociobiodiversidade (GSBIO) participou da 24ª edição da Agrotins 2024, com o tema “BIOECONOMIA – VIDA PRODUZINDO VIDA”, realizada no Parque Agrotecnológico Eng. Agrônomo Mauro Mendanha. O trabalho da GSBIO visou melhorar o atendimento do público geral da Agrotins, no que se refere à implementação das instalações do restaurante e do setor da praça de alimentação, bem como supervisionar os Food trucks, o cardápio do restaurante e tickets de alimentação.

Nessa seara, ainda, na 24ª edição da Agrotins, a Gerência de Sociobiodiversidade, em colaboração com a Gerência de Fomento à Agroindústria da Seagro, marcou presença no pavilhão de desenvolvimento da Secretaria de Indústria e Comércio (SICS), com o lançamento do “Empório Produtos da Terra”. Esse espaço físico foi dedicado à promoção da cadeia da sociobiodiversidade e contou com a participação de quatro produtores, sendo três da agricultura familiar e agroextrativistas, além de uma microempreendedora que utiliza insumos provenientes da sociobiodiversidade. No total, foram apresentados 18 produtos, modificados com ingredientes como baru e pequi, além de inovações e aprimoramentos de produtos já existentes.

Ademais, destaca-se que a Gerência de Sociobiodiversidade e Gerência de Fomento à Agroindústria (GSBIO) realizou cooperação técnica com a Secretaria de Indústria e Comércio no desenvolvimento das atividades do Programa de Impulsão da Indústria, Comércio e Serviços - PICS, por meio do subprograma “Produtos da Terra”, que tem como uma das cadeias prioritárias a sociobiodiversidade.

Por meio do mencionado programa, estão sendo estimuladas novas formas de comercialização de produtos do Cerrado, respeitando a sustentabilidade e a preservação ambiental.

Por conseguinte, destaca-se que a Gerência de Sociobiodiversidade também tem atuado juntamente com a Gerência de Fomento à Agroindústria, no sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte – SUSAF, onde 17 municípios já aderiram e 39 municípios estão em fase de adesão. A adesão ao SUSAF permitiu as associações e os produtores acessarem o mercado de todo o estado do Tocantins. Com estas ações a GSBIO apoiou 1512 famílias no estado do Tocantins.

Parque Agrotecnológico do Tocantins Engº Agrônomo Mauro Mendanha

A Gerência do Centro Agrotecnológico tem por objetivo administrar e apoiar as entidades públicas e privadas do setor de agronegócio que desenvolvem trabalhos de pesquisas e difusão tecnológica no Parque Agrotecnológico Engenheiro Agrônomo Mauro Mendanha.

A ação de implantação e ampliação de centros e parques de difusão agrotecnológica está sendo executada através da captação de recursos via

parcerias com órgãos do setor público, visando construir novas estruturas no intuito de melhorar as condições operacionais do Parque Agrotecnológico.

Assim, destaca-se que estão sendo realizadas obras de reforma dos galpões metálicos, pavimentação, rede de água e drenagem da água pluvial, ampliação da rede de energia elétrica, terraplanagem e aterro, montagem e instalação de 04 conjuntos de banheiros (masculino e feminino).

Pontua-se que tais obras, incluindo as de manutenção, estão dotando o parque de estrutura mais adequada para realização de eventos de divulgação de tecnologias agropecuárias, destacando, portanto, a Agrotins como a maior feira agrotecnológica da região norte do Brasil.

Fomento à Agricultura e Pecuária

No tocante ao Fomento à Agricultura e Pecuária, no ano de 2024 houve a realização de diversos eventos com fins de apoiar a participação de pequenos e médios produtores rurais do Estado.

EVENTO	PÚBLICO
4º Show Tecnológico do Cerrado	530
Workshop da CACAUCULTURA e Roda de conversa Crédito Rural para Safra 2024/2025	200
11º Seminário do Arroz e o 2º da Cadeia de Grãos do Tocantins	100
6º Whorshop de Fertilizantes	300
6º Whorshop de Fertilizantes	250
1º Rota da Fruticultura	500
28º Expoagro – Exposição Agropecuária de Pedro Afonso e a 7º FestSoja,	500
Projeto Pão da Terra	70
3ª edição da Rota da Pecuária	180
3ª edição do Café no Campo na Fazenda Ressaca	200
2ª edição do Meat Day na Fazenda Vera Cruz	250

Ademais, houve a aquisição de 105 mil doses de sêmen bovino, sendo 100 mil doses para corte e 5 mil doses para leite e aquisição de 105 mil protocolos (hormônios) para realização de inseminação artificial em tempo fixo (IATF).

Realizamos a entrega de 11.291 kits (sêmen e protocolos) de IATF para 75 pequenos e médios produtores.

Ainda durante a Agrotins 2024, no Pavilhão da Pecuária, teve a presença de 39 pecuaristas que trouxeram consigo 590 animais de diferentes raças, incluindo bovinos das raças Nelore, Nelore Pintado, Tabapuã, Gir, Girolando e Jersey, além de ovinos, caprinos e equídeos.

Em suma, além de promoção de eventos e distribuição de kits em apoio a agricultura do Estado, realizamos também a fiscalização de 20 tanques de resfriamento de leite distribuídos nos municípios de Chapada da Areia, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Miracema, Guaraí, Paraíso do Tocantins, Divinópolis e Colméia.

Fomento à Agroindústria

A Gerência de Sociobiodiversidade (GSBIO) e Gerência de Fomento a Agroindústria realizou uma cooperação técnica com a Secretaria de Indústria e

Comércio no desenvolvimento das atividades do Programa de Impulsionamento da Indústria, Comércio e Serviços - PICS, por meio do subprograma “Produtos da Terra”, que tem como uma das cadeias prioritárias a sociobiodiversidade. Com este programa está sendo estimuladas novas formas de comercialização de produtos do Cerrado, respeitando a sustentabilidade e preservação ambiental.

A GSBIO também tem atuado juntamente com a Gerência de Fomento a Agroindústria, no sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte – SUSAF onde 17 municípios já aderiram e 39 municípios estão em fase de adesão. A adesão ao SUSAF permitiu às associações e os produtores acessarem o mercado de todo o Estado do Tocantins.

Ademais, houve o apoio direto 55 agroindústrias, por meio da elaboração de projetos agroindustriais, elaboração e avaliação de rótulos de embalagens, implantação de programas de controle de qualidade, apoio ao licenciamento e/ou registro sanitário, bem como apoio à ampliação da barreira de comercialização de produtos da Terra com o Selo do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) através da reativação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e Pequeno Porte – SUSAF TO.

Por conseguinte, faz-se necessário ressaltar que, várias atividades são desenvolvidas no sentido de impulsionar a implantação de novas agroindústrias no Estado e assim promover o fortalecimento agroindustrial do Estado, contudo, a decisão de implantar ou não fica a cargo dos empreendedores.

Agroenergia e Florestas

A agroenergia e floresta da Seagro objetiva estruturar e incentivar a produção agroenergética no Estado, bem como Incentivar florestas plantadas, incentivo à produção de biocombustíveis e Biomassa e Resíduos Energéticos.

Nessa seara, no ano de 2024, houve a realização do dia técnico sobre as tecnologias sustentáveis no meio rural, “Uso do Biodigestor em Pequenas Propriedades” na fazenda Buritizal em Taquaruçu, Palmas - TO, com participação de 40 pessoas.

Ademais, procedeu-se a participação na FENASUCRO & AGROCANA – Feira Mundial da Bioenergia, em Sertãozinho – SP, onde foram realizados um total de 169 atendimentos.

Por conseguinte, realizamos, ainda, visita técnica junto à Secretaria do Meio Ambiente - SEMA – MT, Federação da indústria do estado do Mato Grosso e visita técnica à usina de etanol de milho – FS Agrisolution, com o objetivo obter experiências e condução de normativas técnicas e legais da atividade, com fins, sobretudo de subsidiar o projeto de reformulação da lei estadual de licenciamento ambiental.

Agrometereologia

Gravação e divulgação da resenha do tempo: A Resenha do Tempo é gravada semanalmente, nos estúdios da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS. Os vídeos são elaborados e apresentados pelo meteorologista José Luiz Cabral que transmite a previsão das condições do tempo e clima para diversas regiões do estado do Tocantins. As edições dessa Resenha podem ser acessadas pelo endereço <https://agrometeorologia.seagro.to.gov.br/>.

Realização do 9º Encontro para apresentação das tendências agroclimatológicas do Estado do Tocantins: Toda e qualquer atividade relacionada à agricultura depende das condições climáticas da região, além de aspectos como qualidade do solo e outros. É com essa preocupação que a Secretaria da Agricultura e Pecuária, e parceiros promovem, anualmente, este Encontro para Apresentação das Tendências Agroclimatológicas do Estado do Tocantins que conta com a participação de renomados palestrantes.

O elevado grau de assertividade das previsões apresentadas nos eventos anteriores muito nos motiva e, neste ano, realizou sua 9ª edição. O evento foi no dia 29 de agosto do corrente ano, das 19h00 às 22h00, no auditório do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas-TO, com a palestra sobre “Previsões Climáticas para a Safra 2023/2024” e a palestra “Clima: Perspectivas para 2023 – 2024, Tendências para 10 – 15 anos”. O evento foi transmitido ao vivo, pelo canal da Seagro e EGEFAZ no YouTube. Participaram do evento, de forma presencial, 341(trezentos e quarenta e um) pessoas. Até o momento, registramos 288 (duzentas e oitenta e oito) visualizações desse Encontro, nos canais da SEAGRO e EGEFAZ no YouTube. Tivemos a colaboração dos seguintes parceiros: COAPA, OCB-SESCOOP, EGEFAZ, EMBRAPA, Superintendência Federal da Agricultura – SFA, FRÍSIA, SICRED, FAET/SENAR e SEBRAE; Coordenação das atividades diárias de coleta, compilação e envio dos dados meteorológicos das estações climatológicas do Estado para o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET/TO, em Goiânia-GO, para subsidiar a elaboração das previsões do tempo e clima para o Estado. Existem 22(vinte e duas) estações do INMET no TO; Validação do Zoneamento Agrícola de Risco Climático da cultura do Gergelim para o Estado do Tocantins, ano-safra 2022/23, coordenada pela EMBRAPA, em Palmas-TO.

Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF é um conjunto de ações e projetos de reordenação fundiária e de assentamento rural, complementares à reforma agrária, promovidos por meio do crédito fundiário, oriundo dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, destinados ao acesso à terra e aos investimentos básicos e integrado pelo Subprograma de Combate à Pobreza Rural.

O PNCF tem como objetivo principal o acesso à terra, contribuindo para a redução da pobreza rural, gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar, alicerçando na melhoria da qualidade de vida, geração de renda, segurança alimentar e sucessão no campo para os agricultores familiares.

Além da terra, os recursos financiados podem ser utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura.

O Programa no estado do Tocantins totaliza 346 projetos contratados beneficiando um total de 4.023 famílias. Sendo que, no exercício de 2024, a Diretoria realizou atividades de acompanhamento, monitoramento, regularização, individualização e vistorias para validação de avaliações de terras no âmbito do PNCF, além de orientações para implantação das bancadas de expositores, onde cerca de 40 produtores/empreendedores puderam expor e comercializar seus produtos. Na oportunidade foi totalizada a comercialização de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) em produtos exclusivamente da Agricultura Familiar.

A Unidade Técnica Estadual – UTE em sua meta de atender a famílias beneficiadas pelo PNCF realizou acompanhamento em 42 municípios tocaninense. As atividades foram executadas em 74 Projetos, beneficiando um total de 800 famílias para com esclarecimentos sobre renegociações de dívidas, regularização de quadro societário, individualização, acompanhamento e vistorias de validação de imóveis aptos à contratação. Com o objetivo de efetuar novas contratações no estado do Tocantins, a UTE concluiu a contratação de 123 projetos de aquisição pelo PNCF. Sendo que mais 73 projetos se encontram em análise federal para contratação.

Após o acesso à terra, por meio da assinatura do contrato de financiamento, Subprojeto de aquisição de Terras – SAT, as famílias iniciam a implantação do Subprojeto de Investimento Básico – SIB, Norma de Execução de SIB, (RESOLUÇÃO Nº 01, de 23 de agosto de 2018, (Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário) e OFÍCIO-CIRCULAR Nº 03/2022/DECRED/SAF/MAPA); Norma de Prestação de Contas; Modelo de Documentos; Decreto 6678/2008. No ano de 2024 foram atendidas 52 famílias com o total de SIB liberado de R\$ 643.083,35 (seiscentos e quarenta e três mil, oitenta e três reais, trinta e cinco centavos).



Fomento da Agricultura Familiar no Estado do Tocantins

Projeto Mesa Farta

Consiste em um programa de distribuição de itens (sementes, calcário, hortaliças e frutas) para agricultores familiares, para estimular e fomentar a Agricultura Familiar na produção de alimentos saudáveis e que componham a base alimentar tocanntinense e promovam a geração de novas oportunidades no campo, contribuindo para fomentar o plantio de produtos básicos como arroz, feijão e milho, através da distribuição de sementes e insumos; gerar emprego e renda e contribuir com desenvolvimento socioeconômico das famílias tocanntinenses; e promover o combate à fome e garantir o fortalecimento da segurança alimentar dos beneficiários.

Palestra de Quintais Produtivos

Realização de Palestra Quintais Produtivos e Plantas Medicinais na COMSAUDE em Porto Nacional, ministrada pela Engenheira Agrônoma da SEAGRO Francisca Marta Barbosa, com roda de conversa com agricultores familiares e moradores da cidade de Porto Nacional, com o fortalecimento no uso das plantas medicinais e seus quintais produtivos. Esclarecimentos sobre o Projeto Fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade. Mesa Farta e Farmácia Viva foram atendidas 50 famílias.

Plenária do Fórum Estadual de Economia Solidária - 26/04/2024

Participação do Fórum estadual de Economia Solidária no dia 26, no município de Porto Nacional, para ministrar uma palestra sobre "Economia Solidária e sociobiodiversidade," na programação da I Plenária Estadual de Economia

Solidária/2024. A realização dessa palestra foi de suma importância para o fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária, instituições de assessorias e apoio a Economia Solidaria no estado do Tocantins. Foram atendidas 80 famílias.

SECRETARIA DA CULTURA

A SECULT tem como finalidade implementar políticas públicas de cultura que garantam o acesso da população tocaninense à cultura e as artes, bem como a preservação da memória e do patrimônio material e imaterial em todo o território tocaninense.

1. Prioridades e Metas

As Prioridades e Metas da Secretaria da Cultura do Tocantins para 2024, conforme o Anexo IV da Lei 4.280, de 29 de novembro de 2023, são as seguintes:

PRIORIDADES	METAS
Preservar, valorizar e dar visibilidade ao patrimônio cultural material e imaterial do Tocantins	Iniciar a recuperação de bens tombados de valor histórico para o Tocantins
Elaborar e implementar as políticas públicas culturais	Executar recursos das Lei Paulo Gustavo e Política Nacional Aldir Blanc

1.1. Preservar, valorizar e dar visibilidade ao patrimônio cultural material e imaterial do Tocantins

Sob responsabilidade da Gerência de Acervos e Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, subordinada à Superintendência de Fomento e Incentivo à Cultura, a prioridade consiste na execução de ações de fomento, salvaguarda e divulgação de espaços de memória, bens de valor histórico e manifestações tradicionais relacionadas aos costumes, saberes e fazeres culturais do povo tocaninense. Bem como em ações de preservação e conservação de edificações consideradas de valor histórico para o Tocantins.

Artesãos participam de feiras nacionais com apoio do Governo do Estado



1.1.1. Iniciar a recuperação de bens tombados de valor histórico para o Tocantins

- 1.1.1.1. Ação viabilizada com recursos do Fundo Estadual de Cultura no valor anual de R\$ 4.387.500,00. O processo licitatório foi concluído no final do primeiro semestre de 2024, quando foi assinado o contrato com a empresa vencedora e iniciadas as tratativas com a Agência de Transportes e Obras (Ageto) para dar início aos trabalhos, começando pela reforma do Memorial Colunas Prestes, interditado desde o final de novembro para a realização das obras.
- 1.1.1.2. Programa de revitalização do Teatro de Bolso do Memorial Coluna Prestes, que incluiu, em 2024, a reforma completa do palco e a substituição da cortina boca de cena, no valor de R\$ 100.000,00 com recurso do Fundo Estadual de Cultura (em execução no mês de dezembro de 2024).

Secretário Tião Pinheiro visita obra de reforma do Memorial Coluna Prestes



- 1.1.1.3. Conclusão da edificação anexa ao Museu Histórico Palacinho, construído com recursos de quase R\$ 2 milhões do Fundo Estadual de Cultura; inicialmente destinado a receber exposições de artes visuais permanentes (acervo da Secult) e temporárias (Salão de Artes Visuais do Tocantins), além de espaço administrativo. Por determinação do Governo do Estado, o prédio passou à gestão da Associação Amigos do Museu Palacinho juntamente com a gestão do museu.
- ### 1.1.2. Outras ações relacionadas à Prioridade descrita no item 2.1:
- 1.1.2.1. Elaboração do Dossiê sobre a manifestação cultural de Congos e Taieiras do município de Monte do Carmo, por meio de convênio firmado com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) com interveniência da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (Fapto). Ação custeada com recurso do Fundo Estadual de Cultura.
 - 1.1.2.2. Mapeamento do fazer cultural da cachaça artesanal na região Sudeste do Tocantins, por meio de convênio firmado com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) com interveniência da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (Fapto). Ação custeada com recurso do Fundo Estadual de Cultura.

- 1.1.2.3. Realização do 1º Seminário de Arquivos Históricos Documentais do Tocantins – Memória e Cidadania. Esta foi a primeira ação voltada para a estruturação de uma rede estadual de arquivos documentais.
- 1.1.2.4. Edital de Arquivos e Acervos 2024, no valor de R\$ 880.000,00 com recurso do Fundo Estadual de Cultura, sendo contemplados 11 projetos voltados para instalação, manutenção, restauração ou preservação de acervos históricos, artísticos e culturais pertencentes a arquivos em todo o Tocantins. O pagamento aos contemplados foi realizado em dezembro de 2024, para execução dos projetos em 2025.
- Governador Wanderlei Barbosa, Pinheiro e senadora Dorinha nos 35 anos do TO



1.2. Elaborar e Implementar as políticas públicas culturais

Esta prioridade é executada principalmente por meio de editais de fomento a projetos culturais e de premiações como reconhecimento a fazedores de cultura e mestres das culturas tradicionais e populares.

1.2.1. Executar recursos da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

- 1.2.1.1. O Tocantins foi o **primeiro estado brasileiro a atingir quase 100%** de execução dos recursos da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo – LPG). Foram R\$26,5 milhões pagos em 2024 para mais de 500 fazedores de cultura contemplados nos cinco editais de projetos e premiações culturais. Esse valor inclui o rendimento da aplicação financeira do recurso transferido pelo Ministério da Cultura, em junho de 2023, à Secretaria da Cultura. O saldo residual nas respectivas contas bancárias ficou abaixo de R\$10 mil, menor valor pago nos editais, motivo pelo qual não foi possível chegar a 100% de execução.
- 1.2.1.2. A exemplo do excelente desempenho do Governo do Estado na execução dos recursos da LPG, a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) não ficou atrás. Ao longo de 2024, a Secult realizou todas as consultas públicas e capacitações descentralizadas, rodou mais de 19 mil quilômetros com a busca ativa aos povos originários e comunidades tradicionais e populares – numa parceria inédita envolvendo todas as instituições de ensino superior, encabeçada pela Secult e Universidade Federal do Tocantins (UFT) – e lançou 13 editais de projetos e premiações, incluindo os da Política Nacional de Cultura Viva (Pontos e

Pontões de Cultura). Desses, oito foram pagos no mês de dezembro a 359 contemplados, com recursos exclusivamente da PNAB, somando R\$15.641.903,86 injetados na economia estadual ainda em 2024. Os cinco editais restantes (R\$4,5 milhões) serão pagos em fevereiro de 2025, logo após a abertura do Exercício Financeiro do ano, sendo parte com o Fundo Estadual de Cultura.



Senador Eduardo Gomes destinou emenda para apoiar os artistas

1.2.2. Outras ações relacionadas à Prioridade descrita no item 2.1:
Busca ativa e capacitação no interior do estado; lançamentos dos editais da PNAB



- 1.2.2.1. Capacitação de mais de 500 fazedores de cultura em captação de recursos e elaboração de editais culturais, durante oficinas realizadas nas cinco regiões do estado, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO).
- 1.2.2.2. Realização do 1º Seminário de Livro, Leitura e Escrita do Tocantins, inserindo na pauta estadual da cultura a reestruturação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais e implementação de uma rede de espaços e atividades voltadas para o fomento e difusão do livro, da leitura e da escrita.
- 1.2.2.3. Realização do 1º Seminário de Economia Criativa para fomentar o debate e a troca de conhecimentos e experiências acerca das cadeias produtivas dos diversos segmentos criativos, como os artísticos e culturais.



Secult em audiência com ministra da Cultura em Brasília

- 1.2.2.4. Incentivo às artes em suas diversas linguagens por meio de uma extensa programação cultural durante o 1º Seminário de Economia Criativa, realizado pela Secult, e na programação do Natal de Luz promovido pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria Executiva da Governadoria. Foram 42 atrações no total, das quais 38 somente com artistas regionais, sendo 26 atrações bandas e grupos musicais de diversos gêneros e 12 apresentações de grupos culturais representantes de manifestações tradicionais e populares e das artes cênicas e visuais, somando quase R\$ 1 milhão investidos na cultura local. Inicialmente prevista para ocorrer dentro da 1ª Feira de Negócios do Artesanato (Fenartto) – adiada em razão de contingenciamento do Governo do Estado –, a programação cultural era objeto do Convênio nº 905667/2020 assinado com o Ministério da Cultura, ainda em 2020, com recursos de emenda parlamentar do Senador Eduardo Gomes. Apesar dos esforços da Secult para executar o convênio, não foi possível em razão da suspensão das emendas federais por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). Mesmo assim, a Secult decidiu manter a execução do objeto (a programação cultural) com recursos do Fundo Estadual de Cultura.

1º Seminário de Economia Criativa do Tocantins



- 1.2.2.5. Apoio à participação de artesãos e entidades representativas de artesãos em seis feiras nacionais de artesanato – Fenearte (Olinda-PE); Salão do Artesanato (Brasília e São Paulo); Salão do Artesanato de Turismo (Rio de Janeiro); Fenacce (Fortaleza-CE) e na feira internacional Expoartesanías, na Colômbia, onde o Tocantins foi representado por duas mulheres artesãs com suas peças em capim dourado, por meio da Apex Brasil. O Programa de Fortalecimento do Artesanato do Tocantins também contou com dezenas de ações de cadastro e emissão da Carteira Nacional do Artesão – PAB, perfazendo em 2023/2024 um total de 1.500 carteiras emitidas.
- 1.2.2.6. Aquisição de um equipamento de cultura itinerante – MOVCEU, um veículo tipo van adaptado com estúdio audiovisual, biblioteca, palco, equipamento de som e telão para exibição de filmes, no valor de R\$615.000,00, sendo R\$100 mil contrapartida do Governo do Estado e R\$515 mil do governo federal.
- 1.2.2.7. Assinatura dos Termos de Compromisso com a Caixa Econômica Federal para construção de duas unidades de CEU da Cultura – Novo PAC, em Palmas e Araguatins, no valor total de R\$3.900.000,00.

Artesãs tocantinenses recebidas pelo Presidente Lula em Brasília; primeira-dama do Tocantins comanda reunião de alinhamento das ações da Cultura



O ano de 2024, o segundo da recém-criada Secretaria da Cultura, após mais de uma década de hiatos na gestão pública de cultura, foi um ano satisfatório, em que pesem as dificuldades naturais de todas as pastas em início de gestão, como quadro insuficiente de servidores, especialmente os mais qualificados e ausência ou insuficiência de infraestrutura mínima – espaço adequado, veículos e equipamentos.

Em termos financeiros, a Cultura injetou na economia do Estado mais de R\$46.000.000,00 ao longo de 2024, entre editais de fomento e premiações culturais, pagamento de cachês a artistas regionais e ações estruturantes das políticas públicas voltadas às diversas linguagens artísticas, impactando diretamente centenas de fazedores de cultura e indiretamente outras centenas de trabalhadores das áreas técnicas ligadas às atividades culturais.



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Em 2024 as ações desta Pasta pautaram-se nos indicadores de aprendizagem, na necessidade premente de uma educação de território, no fortalecimento da gestão escolar, na valorização profissional, na formação continuada, na inovação tecnológica, bem como no fortalecimento socioemocional e na recomposição das aprendizagens, o culminou com a publicação da Lei 4220 de 28 de agosto de 2023 na implantação do Programa de Fortalecimento da Educação (PROFE).

Esta Secretaria possui 497 escolas, com cerca de 150 mil estudantes matriculados e atendidos por 13.200 mil professores, ao todo são 24.458 profissionais lotados na Educação.

Bolsa “Presente Profe” é para incentivar a permanência na escola, nos anos considerados críticos em índices de evasão, beneficiou 7.500 estudantes, o valor mensal é de R\$ 100,00 e parcela única R\$ 1 mil na conclusão do ano letivo, mediante o cumprimento das condicionantes previstas pelo programa, como ser beneficiário do CadÚnico, ter frequência mínima de 80% e aproveitamento escolar maior ou igual a sete, investimento no valor R\$ 7.941.419,98.

Investimento em Tecnologia com recursos destinados de R\$ 49.000.000,00 para a aquisição de equipamentos tecnológicos e na formação dos servidores da rede estadual de ensino. Foram entregues 15.000 *chromebooks* para estudantes e 14.000 *notebooks* para professores da Rede Estadual de Ensino.

O titular da SEDUC, professor Fábio Vaz, destacou que o programa tem o propósito educacional e que a intenção do Governo do Estado é ultrapassar o número de 50 mil máquinas entregues, além dos laboratórios de química, física e biologia e os Espaços *Makers*, universalizando o acesso às tecnologias na rede estadual de educação.

Ressalta-se que a Execução Orçamentária por categoria econômica no exercício na Dotação Inicial de: R\$ 2.132.147.131,00 (dois bilhões cento e trinta e dois milhões cento e quarenta e sete mil cento e trinta e um reais) com o valor autorizado divididos em despesa correntes de R\$ 671.765.274,00, despesa de capital de R\$ 162.209.374,00 e despesa pessoal de R\$ 1.298.172.483,00 com um percentual de execução de 83,15%.

AÇÃO	NOME DA AÇÃO	EMPENHADO (executado)	% EXECUÇÃO
1086	Construção, Reforma e Ampliação de Unidade Escolar do Ensino Fundamental	R\$ 33.755.292,94	79,15%
1107	Construção, Reforma e Ampliação de Unidade da Educação Profissional	R\$ 13.468.540,67	69,80%
1136	Implementação de Ações Educativas Mediadas	R\$ 14.832.511,11	22,27%

	pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação		
2007	Aparelhamento de Unidade Escolar	R\$ 70.060.145,22	55,21%
2062	Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	R\$ 5.653.098,00	33,90%
2086	Implementação da Avaliação da Aprendizagem	R\$ 1.339.967,50	43,79%
2114	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar	R\$ 84.383.896,24	81,07%
2384	Promoção da Saúde dos Profissionais da Educação	R\$ 39.935,50	79,87%

1. Aparelhamento de Unidade Escolar

Foram aparelhadas em média 405 (quatrocentos e cinco) unidades escolares com os seguintes equipamentos: conjunto aluno, conjunto professor, fogão, condicionadores de ar, mesas, armários, lousas branca, cadeiras, eletrodomésticos e utensílios de cozinha contemplando assim: escolas de tempo integral, ensino fundamental, ensino médio, escolas indígenas, dentre outras modalidades de ensino ofertadas por esta Pasta.

Destacamos que a Secretaria da Educação se empenhou em atender com prioridade as demandas das unidades escolares, adquirindo e enviando mobiliários, equipamentos e utensílios adequados, considerando as peculiaridades de cada modalidade de ensino. Segue UEs abaixo:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL	MUNICÍPIOS
Araguaína	Ananás, Aragominas, Araguaína, Araguanã, Babaçulândia, Barra do Ouro, Campos Lindos, Carmolândia, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia, Xambioá.
Araguatins	Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Esperantina, Praia Norte, Sampaio, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins.
Arraias	Arraias, Aurora do Tocantins, Combinado, Lavandeira, Novo Alegre, Paranã.
Colinas do Tocantins	Arapoema, Bandeirantes do Tocantins, Bernardo Sayão, Brasilândia do Tocantins, Colinas do Tocantins, Itapiratins, Juarina, Palmeirante, Pau D'arco, Tupiratins.
Dianópolis	Almas, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Taguatinga, Taipas do Tocantins.
Guaraí	Colméia, Couto Magalhães, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Guaraí, Itaporã do Tocantins, Pequizeiro, Presidente Kennedy.

Gurupi	Aliança do Tocantins, Alvorada, Araguaçu, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Jaú do Tocantins, Palmeirópolis, Peixe, Sandolândia, São Salvador do Tocantins, São Valério, Sucupira, Talismã.
Miracema do Tocantins	Dois irmãos do Tocantins, Lizarda, Miracema do Tocantins, Miranorte, Riodos bois, Tocantínia.
Palmas	Aparecida do Rio Negro, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Mateiros, NovoAcordo, Palmas, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins, São Félix do Tocantins.
Paraíso doTocantins	Abreulândia, Araguacema, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Lagoa da Confusão, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Pium, Pugmil.
Pedro Afonso	Bom Jesus do Tocantins, Centenário, Itacajá, Pedro Afonso,Recursolândia, Santa Maria do Tocantins, Tupirama.
Porto Nacional	Brejinho de Nazaré, Chapada da Natividade, Fátima, Ipueiras, Monte do Carmo, Natividade, Oliveira de Fátima, Pindorama do Tocantins, Ponta Alta do Tocantins, Porto Nacional, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Silvanópolis.
Tocantinópolis	Aguiarnópolis, Angico, Cachoeirinha, Darcinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, Tocantinópolis.

2. Manutenção do Programa de Alimentação Escolar

A ação 2114 foi executada a contento, atendeu a “meta física” de estudantes da educação básica com alimentação por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contemplando estudantes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), Indígena, Quilombola, EJA, Ensino Fundamental e Médio, da rede de ensino dos 139 municípios do Estado do Tocantins.

Principais atividades desenvolvidas pela ação 2114 (Manutenção do Programa de Alimentação Escolar) em 2024:

ITEM	ATIVIDADE	PÚBLICO ALVO	SITUAÇÃO
01	Formação sobre a operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar.	Técnicos da Alimentação Escolar e Assessores de Apoio Escolar das SRE'S	Realizada em cada Superintendência Regional de Educação no período de Agosto a Novembro de 2024.
02	Formação para o Conselho de Alimentação Escolar para atualização da legislação e alinhamento sobre programa de alimentação escolar.	Conselheiros do PNAE-TO	Realizada em 06 de março de 2024.
03	Capacitação do sistema sobre a execução do Programa de Alimentação Escolar e cartão PNAE	Técnicos das SRE'S.	Não realizada

04	Capacitação de manipuladores de alimentos e concurso das melhores receitas (master chef da alimentação escolar) será realizada pela equipe técnica das 13 SRE.	Manipuladores de alimento das Unidades Escolares.	Não realizada.
05	Atendimento com alimentação escolar aos alunos da educação básica da rede Estadual de Ensino, através de Recurso Federal e Complementação do Tesouro Estadual para o Programa Nacional de Alimentação Escolar: AEE Indígena, Quilombola, EJA, Fundamental e Médio.	Aluno	Realizada.
06	Monitoramento, avaliação e orientação da execução física, nutricional e pedagógica do programa nacional de alimentação escolar.	Aluno	Realizada pela Gerência de Alimentação Escolar e as 13 SRE'S.
07	Reunião de trabalho no FNDE sobre Alimentação Escolar.	Técnicos da Gerência de Alimentação Escolar.	Não realizada por não haver demanda.
08	Distribuição de manual para operacionalização do programa de alimentação escolar.	Unidades escolares, Superintendência Regionais de Educação, CAE - TO, CONSEA - TO.	Encontra-se na Diretoria de Comunicação para finalização.

3. Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica

As ações foram executadas de acordo as demandas solicitadas e em conformidade com os recursos previstos no PPA. Pela ação 2062 foram qualificados **20.013** profissionais da Educação Básica, nas formações continuadas ofertadas em 2024:

AÇÃO 2062		
ITEM	FORMAÇÕES	SERVIDORES QUALIFICADOS
1	Formação continuada dos profissionais das SREs e escolas do Programa de Fomento ao ensino médio em tempo integral.	5
2	Segunda etapa de formação do Centro Colaborar de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais	58

	da Região Norte (Cecampe-Norte).	
3	Curso de Formação Continuada de Professores para Implementação Curricular da Educação Ambiental a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em Brasília.	4
4	Formação dos coordenadores pedagógicos e coordenadores de área da rede estadual de ensino no curso de aperfeiçoamento em mentoria no âmbito das quatro dimensões da gestão escolar garantidos no projeto político pedagógico.	2
5	Formação dos professores que atuam na educação especial e educação básica com as temáticas voltadas para os estudantes da educação especial.	4
6	Formação continuada com os profissionais da Rede Estadual de Ensino, das Áreas de Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.	17
7	Participação no Congresso Interministerial de Educação em Tempo Integral.	1
8	Formação Inicial para a equipe escolar do Colégio Estadual Getúlio Vargas.	24
9	Aula Magna dos Cursos de Formação Inicial e Continuada-FIC, modalidade presencial, do Programa Bioeconomia na Amazônia Legal.	23
10	Seminário de Intersetorialidade na Educação	1
11	Participação no <i>Workshop</i> “Protocolos de Organização, Aplicação e Monitoramento da Avaliação – 2024.	1
12	Projeto Perkins School For The Blind “Toda criança pode aprender: Dimensionamento da mudança sistêmica para crianças com deficiência e deficiência visual na América Latina	1
13	Formação: Promoção da Cultura da Paz e Prevenção da Violência nos Contextos Escolares	66
14	Roda de Conversa com o tema “Políticas Públicas para Educação do Campo e Quilombola no Estado do Tocantins”	1
15	Capacitação para Operacionalização do Novo SGE	22
16	I Encontro Pedagógico Formativo da Educação de Jovens e Adultos	29
17	Círculo de Construção de Paz/Justiça Preparativa na Escola	1
18	Reunião Técnica Formativa da Câmara Temática de Educação Escolar Indígena e Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista	6
19	Formação Continuada dos Profissionais da Educação – Sequência Didática 1	1.140
20	Formação dos professores que atuam na educação especial e educação básica com as temáticas voltadas para os estudantes da educação especial	21
21	Formação Continuada com foco nas Diretrizes para o desenvolvimento das Competências Socioemocionais	375
22	Seminário de Educação em Direitos Humanos	15
23	Intercâmbio Educacional junto à Secretaria de Educação do Estado do Paraná.	2

24	Formação continuada aos profissionais da rede estadual de ensino.	102
25	Encontro de Gestores Estaduais e Distrital da Educação Profissional e Tecnológica (EM-EPT).	2
26	Formação Poder Afro.	274
27	Formação Continuada em Educação Especial – Atendimento Educacional Especializado no Contexto da Deficiência Visual	103
28	Formação Continuada para as equipes multiprofissionais das Unidades Escolares.	119
29	Formação de Professores Formadores ou tutores.	106
30	Lançamento do PROFE Indígena e elaboração da Política de Alfabetização e da Política Estadual de Educação Escolar Indígena.	45
31	II Encontro Formativo com os Profissionais da Rede Estadual de Ensino de Palmas/TO.	54
32	Seminário de Educação em Direitos Humanos.	14
33	Formação Continuada para os Secretários Escolares (SGE/CENSO).	15
34	Participação do Workshop representando a Seduc-TO, que ocorrerá, presencialmente, nos dias 13 e 14 de junho de 2024, em Juiz de Fora /MG.	2
35	I Seminário Regional Norte de Formação do Programa Escola de Tempo Integral/MEC	57
36	Curso de Atualização em Mentoria de Coordenadores Escolares	89
37	Curso Básico de Criação, Roteirização e Produção Audiovisual com <i>Smartphones</i>	17
38	Competências Socioemocionais no Contexto Escolar	63
39	Curso de Formação em Prestação de Contas	452
40	Orientação Técnica para Aquisição de Mobiliário Escolar.	14
41	Curso Formação para uso de ferramentas/recursos do Google Workspace for Education Plus	9.053
42	Projeto Formativo Itinerários Amazônicos	121
43	Encontro de Professores Escritores Indígenas para Produção de Material Didático para a Educação Básica	30
44	As Práticas das Equipes Multiprofissionais e o Desenvolvimento das Competências Socioemocionais	1.244
45	Educação Integral em Tempo Integral em Foco	98
46	Handebol, Vivências e Experiências	120
47	Sequências Didáticas	6.000
TOTAL		20.013

4. Implementação da Avaliação da Aprendizagem

A preocupação com a melhoria em indicadores educacionais de rendimento e desempenho, aliada à necessidade de melhorar a qualidade do processo de ensino aprendizagem, trouxeram a concepção de implantação de uma política pública de avaliação em larga escala. Neste aspecto, o Estado do Tocantins, se propõe a construir um sistema onde serão incluídas as escolas públicas da rede estadual de ensino e as escolas da rede municipal de ensino, percorrendo com uma avaliação externa por todos os 139 municípios e toda a sua rede pública de ensino.

Com o intuito de instruir o Sistema de Avaliação da Aprendizagem do Estado do Tocantins foi publicada (D.O.E. Nº 6.507) a Medida Provisória Nº 4, de 7

de fevereiro de 2024 que dispõe sobre a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Tocantins - Saeto, e adota outras providências.

Para orientar os procedimentos de aplicação das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Tocantins – Saeto no ano de 2024, foi publicado a Portaria – Seduc nº 1.196, de 14 de agosto de 2024 (D.O.E. Nº 6.639), que estabelece as diretrizes para a realização deste sistema.

O SAETO tem como principais objetivos:

I - avaliar a qualidade, equidade e a eficiência da educação oferecida mediante a elaboração dos Índices de Desempenho Escolar do Estado do Tocantins - Ideto, aplicáveis por meio de metodologia participativa, que favoreça a produção de esforços coletivos na efetivação de uma escola de qualidade social e que contribua para a tomada de decisão necessária na área da política educacional de toda a rede pública estadual e municipal de ensino;

II - promover a devolutiva dos resultados a cada uma das unidades escolares estaduais e municipais;

III - contribuir para o desenvolvimento, em todos os níveis educativos, de uma cultura avaliativa, com vistas a promover a melhoria dos padrões de qualidade e de equidade da educação;

IV - fomentar a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, na conformidade das metas estabelecidas pelos Planos Nacional de Educação - PNE e Estadual de Educação - PEE, e nos Planos Municipais de Educação - PMEs.

Os resultados alcançados são realizados através da plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação Básica – Tocantins. As equipes pedagógicas das unidades escolas, Superintendências Regionais de Educação e da Secretaria de Educação realizaram o monitoramento da aprendizagem, conforme os resultados de 111.413 (cento e onze mil quatrocentos e treze) estudantes da educação básica do estado do Tocantins que participaram da avaliação diagnóstica.

Após o monitoramento foram implementadas ações de recomposição da aprendizagem para os estudantes. Este trabalho de recomposição teve foco nas habilidades que demonstraram maiores fragilidades de aprendizagem.

5. Construção, Reforma e Ampliação de Unidade da Educação Profissional

A ação está sendo executada sendo que 02(duas) obras estão em andamento conforme apresentado abaixo:

02 (duas) obras estão em andamento:

- ✓ Palmas – Centro Profissionalizante de Palmas;
- ✓ Guaraí – Centro Profissionalizante de Guaraí.



Centro Profissionalizante de Palmas



Centro Profissionalizante de Guaraí

6. Construção, Reforma e Ampliação de Unidade Escolar

A ação destinada à Construção, Reforma e Ampliação de Unidade Escolar foi executada com sucesso, 2 (duas) **obras foram concluídas**.

- ✓ Paraíso – Escola Estadual Indígena Oytiri – Ilha do Bananal;
- ✓ Tocantinópolis – Colégio Estadual Olavo Bilac.



Escola Estadual Indígena Oytiri – Ilha do Bananal e Colégio Estadual Olavo Bilac

Em andamento, há um total de 04 (quatro) obras, sendo elas:

- ✓ Palmas – Prédio Escolar Padrão – Buritirana
- ✓ Araguaína - Escola Indígena na Aldeia Kyjpekrin Aldeia Nova Krahô – Goiantins
- ✓ Araguaína – Escola Indígena na Aldeia Nova Krahô – Goiantins
- ✓ Araguaína – Colégio Militar do Estado do Tocantins – Jorge Humberto Camargo – CAIC – Araguaína.



Colégio Militar do Estado do Tocantins – Jorge Humberto Camargo – CAIC e Construção de prédio escolar no distrito de Buritirana em Palmas.

Em fase de licitação, há o montante de 2 (duas) obras:

- ✓ Palmas – Novo Prédio em substituição ao antigo CAIC – Palmas
- ✓ Porto Nacional – Construção de Nova Escola de Tempo Integral em Luzimangues – Porto Nacional.

Reforma de Unidade Escolar

No que se refere, á reforma das unidades, um total de 11 (onze) obras com execução direta através da SEDUC foram **concluídas e entregues**, que são:

- ✓ Tocantinópolis – Escola Estadual Indígena Tamkak - Aldeia Bonito – Tocantinópolis;
- ✓ Tocantinópolis - Escola Estadual Indígena Pêpekro - Aldeia Botica - Tocantinópolis;
- ✓ Araguaína – ETI Sancha Ferreira – Araguaína;
- ✓ Dianópolis – Colégio Estadual João D’Abreu – Dianópolis;
- ✓ Colinas – CEM Castelo Branco – Colinas;
- ✓ Pedro Afonso – Colégio Estadual Cristo Rei – Pedro Afonso;
- ✓ Araguaína – CEM Rui Barbosa – Araguaína;
- ✓ Guaraí – Colégio Estadual Serra das Cordilheiras – Colméia;
- ✓ Palmas – Colégio da Polícia Militar Duque de Caxias – Taquaruçu;
- ✓ Palmas – Escola Estadual Santa Fé – Palmas;
- ✓ Palmas – Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto – Palmas;



Escola Estadual Indígena Tamkak - Aldeia Bonito



Escola Estadual Indígena Pêpekro.

Existem 6 (seis) obras de reforma em andamento:

- ✓ Paraíso – Colégio Estadual Presidente Costa Silva – Barrolândia;
- ✓ Gurupi – Escola Estadual Hercília Carvalho da Silva – Gurupi;
- ✓ Paraíso – Escola Estadual São José Operário – Paraíso;
- ✓ Pedro Afonso – Escola Estadual Alfredo Nasser – Bom Jesus do Tocantins;
- ✓ Gurupi – Escola Estadual Professora Maria Guedes – Palmeirópolis;
- ✓ Paraíso – Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves – Barrolândia.



Escola Estadual Alfredo Nasser - Bom Jesus do Tocantins

Em fase de licitação, há 7 (sete) obras relacionadas a reforma, são:

- ✓ Arraias – Colégio Estadual Euclides Bezerra Gerais – Paranã;
- ✓ Gurupi – Colégio Estadual Elesbão Lima – Dueré;
- ✓ Dianópolis – Colégio Estadual Joaquim Francisco de Azevedo – Taipas;
- ✓ Palmas – Colégio da Polícia Militar Unidade I – Palmas;
- ✓ Palmas – Colégio Estadual Duque de Caxias – Taquaruçu;
- ✓ Pedro Afonso – Escola Estadual Recurso I – Recursolândia;
- ✓ Palmas – Colégio Estadual São José – Palmas.

Ressalta-se ainda que, foram concluídas 97 (noventa e sete) obras de reforma de pequeno porte, com execução indireta por meio das associações de apoio às unidades escolares, com recursos repassados através do programa de descentralização extra-obras, atendendo demandas de caráter emergencial e ainda solicitações dos órgãos externos: Vigilância Sanitária, Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE).

Ampliação de Unidade Escolar:

Quanto a ampliação, observa-se que 12 (doze) obras de ampliação com execução diretas através da SEDUC foram **concluídas e entregues**, sendo:

- ✓ Dianópolis – Colégio Estadual Antônio Carlos de França - Ponte Alta do Bom Jesus;
- ✓ Miracema - Escola Indígena Warô – Tocantínia;
- ✓ Miracema - Escola Estadual Indígena Dbatopre - Aldeia Mirassol – Tocantínia;
- ✓ Porto Nacional - Escola Estadual Pedro Ludovico Teixeira - Porto Nacional;
- ✓ Araguatins - Centro Estadual de Educação La Salle – Augustinópolis;
- ✓ Tocantinópolis - Colégio Estadual Dr. José de Souza Porto – Darcinópolis;
- ✓ Miracema - Escola Estadual Indígena Waikarnãse – Aldeia Salto – Tocantínia;
- ✓ Araguatins - Escola Estadual São Miguel - São Miguel;
- ✓ Palmas - Colégio Estadual São José – Palmas;
- ✓ Tocantinópolis - CEM Darcy Marinho – Tocantinópolis;
- ✓ Araguatins - Escola Estadual Manoel Vicente de Sousa – Augustinópolis;
- ✓ Araguatins - Escola Estadual São Miguel - São Miguel.



Colégio Estadual Dr. José de Souza Porto – Darcinópolis e Centro Estadual de Educação La Salle Augustinópolis.

Existem 12 (doze) obras de ampliação em andamento:

- ✓ Porto Nacional - Escola Estadual Brasil - Porto Nacional;
- ✓ Gurupi - Centro Educacional Fé e Alegria Paroquial Bernardo Sayão – Gurupi;
- ✓ Miracema - Escola Estadual Indígena Sakruwe – Aldeia Funil – Tocantínia;
- ✓ Colinas do Tocantins - Colégio da Polícia Militar João XXIII - Colinas do Tocantins;
- ✓ Arraias - Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado – Combinado;
- ✓ Palmas - Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros – Palmas;
- ✓ Arraias - Colégio Estadual Dr. João D'Abreu - Novo Alegre;
- ✓ Gurupi - Colégio Estadual Dr. Joaquim Pereira da Costa – Gurupi;
- ✓ Araguatins - Colégio Estadual Buriti(novo bloco adm.) - Buriti do Tocantins;
- ✓ Araguatins - Colégio Estadual Buriti (refeitório) - Buriti do Tocantins;

- ✓ Dianópolis - CEM Antônio Póvoa – Dianópolis;
- ✓ Araguaína - Escola Estadual Anaídes Brito Miranda - Santa Fé do Araguaia.



Escola Estadual Brasil - Porto Nacional e Colégio Estadual Olavo Bilac Tocantinópolis.

Em fase de licitação, há 5 (cinco) obras relacionadas a ampliação, são:

- ✓ Palmas – Escola Estadual Mundo Sócio do Saber – Palmas;
- ✓ Gurupi – Colégio Estadual Nossa Senhora do Carmo – Aliança do Tocantins;
- ✓ Gurupi – Escola Estadual de Talismã – Talismã;
- ✓ Araguaína – CEM Benjamim José de Almeida – Araguaína;
- ✓ Palmas – CEM Castro Alves – Palmas;

Dificuldades encontradas na Execução dos Projetos

As dificuldades quanto à execução das obras, estão relacionadas à incompatibilização dos projetos, gerada na fase de desenvolvimento, isto ocorre em função da carência de programas e software especializados de forma a atender simultaneamente a engenharia e arquitetura, além disso, há necessidade de investimento em computadores *workstation* que suportem os *softwares* mencionados.

7. Implementação de Ações Educativas mediadas pelas tecnologias digitais de Informação e Comunicação (TDIC)

A ação 1136 está sendo executada a contento conforme o que foi previsto no PPA 2024/2027. Uma dessas implementações são todos os professores efetivos, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e diretores das 502 escolas estaduais do Tocantins que serão contemplados com notebooks.

O PROFE Digital integra o Programa de Fortalecimento da Educação (Profe), que tem como objetivo promover a melhoria das aprendizagens e da qualidade da educação com atuação em oito eixos norteadores com foco na elevação da qualidade do ensino: aprendizagem; educação tecnológica e inovadora; investimentos e infraestrutura; desporto e cultura; educação inclusiva; formação dos profissionais da educação; valorização dos profissionais da educação; e PROFE nos municípios. O Programa tem como objetivo elevar os índices de desenvolvimento da educação básica do Tocantins, considerando a proficiência e a equidade em cada município.



Solenidade de entrega das primeiras 330 unidades reuniu educadores e autoridades , em Palmas - Foto: Cleyton Cristus/ Assembleia Legislativa.

Modernização Tecnológica

Além dos equipamentos para professores e a renovação dos computadores da rede estadual, a meta do Governo do Tocantins é que até 2026 todos os estudantes das escolas estaduais também recebam seus equipamentos. Em 2023, foram entregues 15 mil chromebooks para alunos do ensino médio e outros 14 mil devem ser distribuídos neste ano.



A professora Nayara Batista recebeu o notebook das mãos do secretário Fábio Vaz - Cleyton Cristus/ Assembleia Legislativa

Google For Education

Além dos equipamentos, o governo do Tocantins também fez parceria com a Google For Education, maior plataforma de educação do mundo, para que os estudantes das escolas estaduais de todo o território tocantinense tenham acesso às tecnologias com propósito pedagógico.

“Adquirimos mais de 97 mil licenças da Google For Education e nossos estudantes terão esse amplo acesso ao ambiente virtual, com contato com a Inteligência artificial e muitas ferramentas que vão ser úteis para trilhar os caminhos que vão prepará-los inclusive para o mercado de trabalho”.

8. Promoção da Saúde dos Profissionais da Educação

Probem é uma política pública de bem-estar profissional instituída pelo Governo do Estado do Tocantins, por meio do Decreto Nº 6.857, de 14 de outubro de 2024 republicado para correção no Diário Oficial do Estado, edição nº 6.712. Data em que o Governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, a Senadora da República Federativa do Brasil, Dorinha Seabra Rezende e o Secretário de Estado da Educação, Fábio Pereira Vaz, lançaram a Probem no auditório do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos.

Está preconizada na Lei Estadual nº 4.220, de 28 de agosto de 2023, que institui o Programa de Fortalecimento da Educação - PROFE das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Tocantins e na Lei Federal nº 14.681, de 18 de setembro de 2023, que institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.



Para que se tornasse realidade, a Secretaria da Educação, por meio da Gerência de Atenção ao Bem-Estar dos Profissionais da Educação - GABEPE, mapeou as licenças médicas concedidas na última década (2013-2023) e aplicou dois questionários diagnósticos nas 502 Unidades Escolares - UEs, 13 Superintendências Regionais de Educação - SREs, bem como na sede e anexos da SEDUC.



Com a consolidação dos instrumentos diagnósticos, identificou-se um cenário de adoecimento dos profissionais, passível de construção de uma política pública de enfrentamento e promoção da melhoria da qualidade de vida e bem-estar no trabalho, bem como de valorização dos profissionais da educação.

Por esta razão, Probem tem como propósito promover a saúde integral dos profissionais da educação, estimular o bem-estar no ambiente de trabalho, fortalecimento da rede de apoio para uma vida social saudável, bem como reduzir os índices de faltas ao trabalho e de presenteísmo, decorrentes de problemas físicos ou emocionais como estresse, ansiedade, depressão, entre outros transtornos de saúde mental.

A implementação da Probem será realizada por meio do **Plano de Qualidade de Vida no Trabalho**, construído com base em dados diagnósticos de efetiva participação dos profissionais da educação sobre atenção à saúde e ao bem-estar no trabalho, de modo a contemplar os servidores lotados nas UEs, nas SREs e na sede e anexos da SEDUC.

O Plano de Qualidade de Vida no Trabalho está estruturado no CALENDÁRIO ANUAL DE AÇÕES DA SEDUC - 2025 e no CALENDÁRIO ESCOLAR DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO TOCANTINS - 2025, tendo como referência as metas e estratégias descritas nos eixos temáticos da Probem.

Eixos Temáticos da Probem:

São três eixos temáticos que definem a Política Pública de Bem-Estar Profissional - Probem:

I - atenção ao bem-estar profissional;

II - valorização dos profissionais da educação; e

III - qualidade de vida no trabalho.

A Secretaria Estadual buscou neste relatório de resultados das principais ações, das Prioridades e Metas do exercício de 2024, traduzir o compromisso com a política educacional de governo, primando pela transparência de seus atos. Os esforços correlatos de todas as pastas e respectivos responsáveis das ações prioritárias atuaram de forma veemente no acompanhamento e monitoramento das atividades programadas.

O ponto focal das ações conjuntas considera o direito e o dever na busca por uma política de valorização, reconhecimento, incentivos de boas práticas, oferta de condições de trabalho, que garanta acessibilidade e princípios constitucionais.

– SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA

Desenvolvimento Produtivo, Economia Criativa, Emprego e Renda

Prioridade: Promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura.

Meta: Realizar a Trilha da Piscicultura em Palmas e outros 9 municípios tocantinsenses, com ênfase para aqueles com potencial de desenvolvimento da piscicultura e aquicultura.

Tem por objetivo promover a mobilização e articulação entre gestores municipais, instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, piscicultores e pescadores para fortalecer e desenvolver a piscicultura nos municípios participantes.

Execução:

A execução da ação ocorreu conforme o planejado, atingindo 90% da meta. A Trilha da Piscicultura foi realizada em nove municípios do Tocantins, envolvendo um total de 727 participantes, conforme detalhado abaixo:

- **Miracema:** 73 participantes
- **Lajeado:** 76 participantes
- **Araguatins:** 300 participantes
- **Novo Acordo:** 22 participantes
- **Palmeiras:** 40 participantes
- **Filadélfia:** 38 participantes
- **Muricilândia:** 75 participantes
- **Guaraí:** 45 participantes
- **Couto Magalhães:** 58 participantes

Durante os encontros, foi apresentado o **Programa Trilha da Piscicultura** e, como resultado direto, foram celebrados **Termos de Cooperação Técnica** entre a Secretaria da Pesca e Aquicultura e os municípios participantes. Esses termos foram publicados no **Diário Oficial do Estado (DOE)**.

Foto 1. Trilha da Piscicultura no município de Miracema.



Foto 2. Trilha da Piscicultura no município de Lajeado.



Foto 3. Trilha da Piscicultura no município de Araguatins.



Foto 4. Trilha da Piscicultura no Município de Novo Acordo



Foto 5. Trilha da Piscicultura no município de Palmeiras.



Foto 6. Trilha da Piscicultura no município de Filadélfia.



Foto 7. Trilha da Piscicultura no município de Muricilândia.



Foto 8. Trilha da Piscicultura no município de Guaraí.



Foto 9. Trilha da Piscicultura no município de Couto Magalhães.



Observações: Para esta prioridade há apenas uma Meta, conforme descrito acima. Houve algum equívoco ao ser inserida outra meta com características semelhantes.

Imagens das publicações dos Termos de Cooperação no Diário Oficial do Estado entre a Secretaria da Pesca e Aquicultura e os nove municípios que participaram da Trilha da Piscicultura

Foto 11. Extrato de Termo de Cooperação Técnica com os municípios de Filadélfia e Muricilândia

SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Processo nº 2024/85010/000051 TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 07/2024 SEPEA PARTÍCIPES: SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE FILADÉLFIA. Objeto: Estabelecer a mútua cooperação entre os PARTÍCIPES, visando a execução de ações cooperadas e coordenadas para desenvolver de forma ordenada e sustentável, em sistema de governança, os arranjos produtivos pesqueiros e aquícolas, a fim de transformar essas atividades econômicas em fontes de trabalho, renda e subsistência, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura PND 2022-2032 e o Plano de Desenvolvimento Estadual de Pesca e Aquicultura - 2023-2033, especialmente os programas de Extensão, Sustentabilidade, Gestão e Geração de Dados e Informações Aquícolas, Modernização, Ordenamento, Investimento e Sanidade. Recursos Financeiros: Não haverá repasses financeiros. Data da assinatura: 09/05/2024 Vigência: 02 (dois) anos a partir da data de sua assinatura. Signatários: MIYUKI HYASHIDA, Secretária da Pesca e Aquicultura e DAVID SOUSA BENTO, Prefeito Municipal de Filadélfia.	EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Processo nº 2024/85010/000047 TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 06/2024 SEPEA Partícipes: SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA. Objeto: estabelecer a mútua cooperação entre os PARTÍCIPES, visando a execução de ações cooperadas e coordenadas para desenvolver de forma ordenada e sustentável, em sistema de governança, os arranjos produtivos pesqueiros e aquícolas, a fim de transformar essas atividades econômicas em fontes de trabalho, renda e subsistência, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura PND 2022-2032 e o Plano de Desenvolvimento Estadual de Pesca e Aquicultura - 2023-2033, especialmente os programas de Extensão, Sustentabilidade, Gestão e Geração de Dados e Informações Aquícolas, Modernização, Ordenamento, Investimento e Sanidade. Recursos Financeiros: não haverá repasses financeiros. Data da assinatura: 09/05/2024 Vigência: 02(dois) anos a partir da data de sua assinatura. Signatários: MIYUKI HYASHIDA, Secretária da Pesca e Aquicultura e ALESSANDRO GONÇALVES BORGES, Prefeitura Municipal de Muricilândia.

Foto 12. Extrato de Termo de Cooperação Técnica com os municípios de Palmeiras do Tocantins e Guaraí

49 DIÁRIO OFICIAL Nº 6589 EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Processo nº 2024/85010/000050 TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 08/2024 SEPEA Participes: SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS. Objeto: Estabelecer a mútua cooperação entre os PARTÍCIPES, visando a execução de ações cooperadas e coordenadas para desenvolver de forma ordenada e sustentável, em sistema de governança, os arranjos produtivos pesqueiros e aquícolas, a fim de transformar essas atividades econômicas em fontes de trabalho, renda e subsistência, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura PNDA 2022-2032 e o Plano de Desenvolvimento Estadual de Pesca e Aquicultura - 2023-2033, especialmente os programas de Extensão, Sustentabilidade, Gestão e Geração de Dados e Informações Aquícolas, Modernização, Ordenamento, Investimento e Sanidade. Recursos Financeiros: Não haverá repasses financeiros. Data da assinatura: 09/05/2024 Vigência: 02 (dois) anos a partir da data de sua assinatura. Signatários: MIYUKI HYASHIDA, Secretária da Pesca e Aquicultura e FRANCISCO NOLETO JÚNIOR, Prefeito Municipal de Palmeiras do Tocantins.	SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Processo nº 2024/85010/000054 TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 12/2024 SEPEA Participes: SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI. Objeto: Estabelecer a mútua cooperação entre os PARTÍCIPES, visando a execução de ações cooperadas e coordenadas para desenvolver de forma ordenada e sustentável, em sistema de governança, os arranjos produtivos pesqueiros e aquícolas, a fim de transformar essas atividades econômicas em fontes de trabalho, renda e subsistência, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura PNDA 2022-2032 e o Plano de Desenvolvimento Estadual de Pesca e Aquicultura - 2023-2033, especialmente os programas de Extensão, Sustentabilidade, Gestão e Geração de Dados e Informações Aquícolas, Modernização, Ordenamento, Investimento e Sanidade. Recursos Financeiros: Não haverá repasses financeiros. Data da assinatura: 10/06/2024 Vigência: 02 (dois) anos a partir da data de sua assinatura. Signatários: MIYUKI HYASHIDA, Secretária da Pesca e Aquicultura e MARIA DE FÁTIMA COELHO NUNES, Prefeita Municipal de Guaraí.
--	---

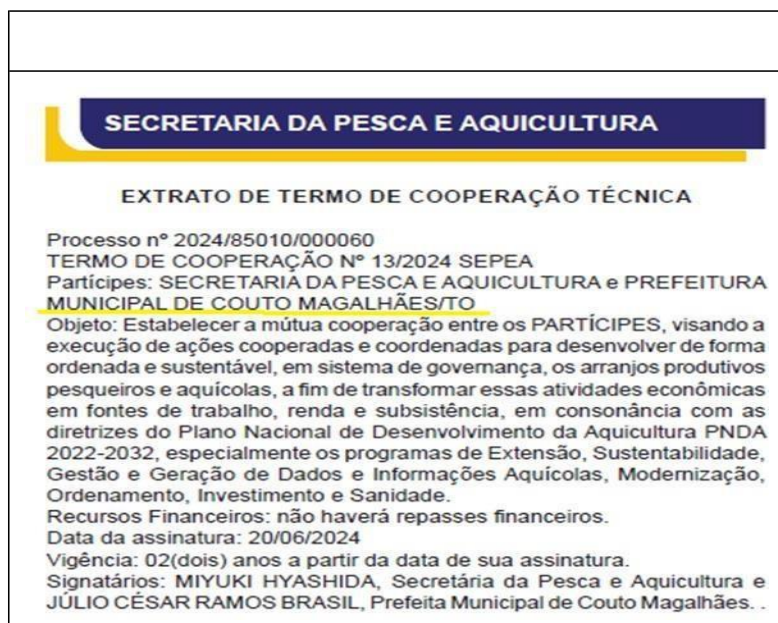
Foto 13. Extrato de Termo de Cooperação Técnica com os municípios de Lageado e Novo Acordo

SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Processo nº 2024/85010/000035 TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 03/2024 SEPEA Participes: SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGEADO. Objeto: estabelecer a mútua cooperação entre os PARTÍCIPES, visando a execução de ações cooperadas e coordenadas para desenvolver de forma ordenada e sustentável, em sistema de governança, os arranjos produtivos pesqueiros e aquícolas, a fim de transformar essas atividades econômicas em fontes de trabalho, renda e subsistência, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura PNDA 2022-2032 e o Plano de Desenvolvimento Estadual de Pesca e Aquicultura - 2023-2033, especialmente os programas de Extensão, Sustentabilidade, Gestão e Geração de Dados e Informações Aquícolas, Modernização, Ordenamento, Investimento e Sanidade. Recursos Financeiros: não haverá repasses financeiros. Data da assinatura: 05/04/2024 Vigência: 02 (dois) anos a partir da data de sua assinatura. Signatários: MIYUKI HYASHIDA, Secretária da Pesca e Aquicultura e ANTÔNIO LUIZ BANDEIRA JÚNIOR, Prefeitura Municipal de Lageado.	EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Processo nº 2024/85010/000034 TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 04/2024 SEPEA Participes: SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ACORDO. Objeto: estabelecer a mútua cooperação entre os PARTÍCIPES, visando a execução de ações cooperadas e coordenadas para desenvolver de forma ordenada e sustentável, em sistema de governança, os arranjos produtivos pesqueiros e aquícolas, a fim de transformar essas atividades econômicas em fontes de trabalho, renda e subsistência, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura PNDA 2022-2032 e o Plano de Desenvolvimento Estadual de Pesca e Aquicultura - 2023-2033, especialmente os programas de Extensão, Sustentabilidade, Gestão e Geração de Dados e Informações Aquícolas, Modernização, Ordenamento, Investimento e Sanidade. Recursos Financeiros: não haverá repasses financeiros. Data da assinatura: 08/04/2024 Vigência: 02 (dois) anos a partir da data de sua assinatura. Signatários: MIYUKI HYASHIDA, Secretária da Pesca e Aquicultura e DEUSANY BATISTA DE CASTRO, Prefeitura Municipal de Novo Acordo.
---	---

Foto 14. Extrato de Termo de Cooperação Técnica com os municípios de Miracema do Tocantins e Araguatins

SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Processo nº 2024/85010/000020 TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2024 SEPEA Participes: SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS. Objeto: Estabelecer a mútua cooperação entre os PARTÍCIPES, visando a execução de ações cooperadas e coordenadas para desenvolver de forma ordenada e sustentável, em sistema de governança, os arranjos produtivos pesqueiros e aquícolas, a fim de transformar essas atividades econômicas em fontes de trabalho, renda e subsistência, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura PNDA 2022-2032 e o Plano de Desenvolvimento Estadual de Pesca e Aquicultura - 2023-2033, especialmente os programas de Extensão, Sustentabilidade, Gestão e Geração de Dados e Informações Aquícolas, Modernização, Ordenamento, Investimento e Sanidade. Recursos Financeiros: Não haverá repasses financeiros. Data da assinatura: 22/02/2024 Vigência: 02 (dois) anos a partir da data de sua assinatura. Signatários: MIYUKI HYASHIDA, Secretária da Pesca e Aquicultura e CAMILA FERNANDES DE ARAÚJO, Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins.	SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Processo nº 2024/85010/000026 TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2024/SEPEA Participes: SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS. Objeto: Estabelecer a mútua cooperação entre os PARTÍCIPES, visando a execução de ações cooperadas e coordenadas para desenvolver de forma ordenada e sustentável, em sistema de governança, os arranjos produtivos pesqueiros e aquícolas, a fim de transformar essas atividades econômicas em fontes de trabalho, renda e subsistência, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura PNDA 2022-2032 e o Plano de Desenvolvimento Estadual de Pesca e Aquicultura - 2023-2033, especialmente os programas de Extensão, Sustentabilidade, Gestão e Geração de Dados e Informações Aquícolas, Modernização, Ordenamento, Investimento e Sanidade. A cooperação que trata o presente instrumento, ter por objeto a construção do Plano Municipal de Pesca e Aquicultura, constituído em conjunto pelos Participes, garantindo a participação das comunidades locais e considerando as prioridades levantadas e aprovadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável - CMDRS, ou, conselho, e ainda a conjunção de esforços para construção de uma unidade de abastecimento de pescado no município. Recursos Financeiros: não haverá repasses financeiros. Data da assinatura: 23/02/2024. Vigência: 02 (dois) anos a partir da data de sua assinatura. Signatários: MIYUKI HYASHIDA, Secretária da Pesca e Aquicultura e AQUILES PERREIRA DE SOUSA Prefeito de Araguatins.
---	---

Foto 15. Extrato de Termo de Cooperação Técnica com o município de Couto Magalhães



Prioridade: Promover o desenvolvimento sustentável da pesca.

Meta: Criar uma unidade demonstrativa de manejos de pesca na Bacia do Rio Araguaia.

A criação de Unidades Demonstrativas tem como objetivo implementar locais estratégicos que sirvam como referência para a demonstração de práticas e tecnologias sustentáveis na pesca e aquicultura, capacitando pescadores artesanais e piscicultores e promovendo o desenvolvimento do setor.

Execução: Não houve a criação da Unidade Demonstrativa na Bacia do Rio Araguaia. No entanto, já foram iniciadas as tratativas com os pescadores artesanais de Araguacema, assim como a prefeitura municipal, para a criação da Unidade Demonstrativa na região do Caiapó, onde atualmente há um projeto de manejo comunitário e participativo da pesca. Devido à publicação da Lei da Trilha da Pesca e Aquicultura apenas no final de setembro de 2024, que prevê a compra e doação de equipamentos e insumos, algumas ações não puderam ser realizadas.

A partir de uma emenda do Deputado Estadual Fabion, foi disponibilizado à Colônia de Pescadores Z-07 de Tocantinópolis, um valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a estruturação da Colônia, a fim de estabelecer uma Unidade Demonstrativa naquele município.

SECRETARIA DA SAÚDE

Prioridade: **Promoção da Saúde Materna e Infantil.**

Meta: Concluir a obra do Bloco da Maternidade do Hospital Regional de Augustinópolis.

Processo nº: 2013/30550/000246 (licitatório/mãe)

2013/37000/000344 (pagamento)

Objeto: Reforma e ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis.

Valor do Contrato: R\$ 18.853.606,95

Valor do Contrato Reajustado: R\$ 23.574.312,37

Executora: Real Construtora e Incorporadora (RECEP)

Evolução Construtiva: 72,74%

Evolução Financeira: Os pagamentos efetuados totalizam R\$ 17.427.839,15

A obra de reforma e ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis contemplou a reforma geral das estruturas existentes, construção do bloco da UTI, construção do bloco administrativo, construção do Centro de Parto Normal (CPN) e construção do bloco da Maternidade.

Atualmente os serviços estão concentrados na conclusão do bloco da Maternidade.



Imagem 01: Execução da Obra de construção do bloco da Maternidade no Hospital Regional de Augustinópolis



Imagem 02: Execução da Obra de construção do bloco da Maternidade no Hospital Regional de Augustinópolis.



Imagem 03: Execução da Obra de construção do bloco da Maternidade no Hospital Regional de Augustinópolis.



Imagem 04: Execução da Obra de construção do bloco da Maternidade no Hospital Regional de Augustinópolis.

Meta: Implantar a Casa da Gestante, Bebê e Puérpera no Hospital Regional de Augustinópolis.

O Hospital Regional de Augustinópolis é uma unidade de Porte II com 82 leitos, representando 5,23% dos 1.568 leitos SUS ofertados na rede hospitalar da Secretaria Estadual de Saúde e realiza anualmente aproximadamente 1.400 partos ao ano (mais de 6% dos partos SUS do Estado).

Tabela 1 – Total de leitos clínicos por especialidade no Hospitais Regional de Augustinópolis, Tocantins, 2024.

Hospital	Cirúrgico	Clínico	Obstétrica	Pediátrico	Outros	Isolamento	Total
Hospital Regional de Augustinópolis	22	29	14	15	0	2	82

Fonte: CNES – Competência agosto de 2024. Consulta em 26/09/2024.

Para suporte a assistência obstétrica foi implantada a Casa da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP) do Hospital Regional de Augustinópolis, admitindo a primeira paciente no dia 16 de setembro de 2024. Até o mês de dezembro, 15 pacientes foram atendidos na Casa.

A CGBP constitui-se uma residência provisória de cuidado à gestação de alto risco. Trata-se de uma unidade de cuidado peri-hospitalar, que acolhe, orienta, cuida e acompanha gestantes, puérpera e recém-nascidos de risco que demandam atenção diária em serviço de saúde de alta complexidade, mas que não exigem vigilância constante em ambiente hospitalar.

A CGBP é destinada para atendimento aos pacientes que, pela natureza do agravo e pela distância do local de residência, não podem retornar ao domicílio no momento de pré-alta.





Imagens da Casa da Gestante, Bebê e Puérpera do Hospital Regional de Augustinópolis.

Meta: Iniciar a Construção do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina e Casa da Gestante, Bebê e Puérpera por meio de Projeto de Parceria Público- Privada (PPP).

Em 13 de agosto de 2024 foi licitada (Edital de Concorrência Nº 1/2024 - Processo Administrativo Nº 2023/75010/000013) na Bolsa de Valores do Brasil – B3, em São Paulo a primeira Parceria Público-Privada (PPP) na área da saúde no Estado para a contratação de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa para construção, gestão, operação e manutenção do Novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina - HMMDR, no Município de Palmas-TO.

A empresa Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S/A, CNPJ Nº 30.914.898/0001-74, vencedora da licitação deve investir R\$ 299 milhões para implantação do hospital.

A Ata de julgamento da licitação foi publicada no DOE Nº 6.646, de 02 de setembro de 2024.

A homologação da licitação foi publicada no DOE Nº 6.678, de 16 de outubro de 2024 (Despacho Nº 1250/2024/SES/GASEC), sendo o valor da contraprestação mensal consignado na proposta comercial de R\$ 7.806.178,00 (sete milhões oitocentos e seis mil cento e setenta e oito reais).

A nova unidade hospitalar contará com 210 leitos em um ambiente moderno e bem equipado. Com a ampliação, também haverá mais leitos de UTI Neonatal e a implantação da UTI Obstétrica e Ginecológica. Além disso, serão oferecidas 20 vagas na nova Casa Gestante, Bebê e Puérpera, proporcionando conforto e segurança para as mulheres e seus bebês. A fim de facilitar o transporte de emergência, o projeto inclui ainda a instalação de um heliponto.

Entre os principais destaques da nova unidade hospitalar, que substituirá o atual Hospital e Maternidade Dona Regina em Palmas, está a ampliação e modernização do Serviço de Atenção às Vítimas de Violência Sexual (SAVIS), que

passará a oferecer suporte psicológico e social em um ambiente especializado, seguro e acolhedor. Além disso, a instalação de banheiras para partos na água representa um importante avanço no parto humanizado, proporcionando maior conforto e reforçando o protagonismo das mulheres.

A inclusão da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Ginecológica-Obstétrica também representa uma grande conquista para a rede estadual de saúde, oferecendo suporte para casos de alta complexidade na própria unidade hospitalar.

A nova unidade hospitalar terá 25.000 m² e ampliará a capacidade de atendimento em mais de 60%, contando com instalações e equipamentos de última geração, incluindo um heliponto. Quando concluída, a parceria público-privada deve entregar ao Tocantins uma das principais unidades hospitalares especializadas na assistência ao público feminino e neonatal do Norte do País.

As fases pré contratuais estão sendo cumpridas para alinhamentos quanto a assinatura do contrato cujo prazo será de 30 anos e estabelece que a Opy

Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S/A seja responsável pela construção, instalação de equipamentos, manutenção e gestão administrativa do hospital. Já o Governo do Tocantins será responsável pela equipe de profissionais de saúde e os atendimentos serão gratuitos, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

A PPP do Hospital da Mulher e Maternidade Estadual do Tocantins é uma iniciativa do Governo do Tocantins, coordenada pela Secretaria de Parcerias e Investimentos, e representa um potencial transformador na assistência à saúde feminina.

O projeto, que será executado em parceria com a iniciativa privada com previsão de início das obras para o primeiro semestre de 2025, se destaca pelo compromisso com a inovação e a excelência no cuidado integral às mulheres tocaninenses, fortalecendo os serviços de ginecologia, obstetrícia e neonatologia, e promovendo um modelo de atendimento humanizado e de alta qualidade.

O projeto da PPP do Hospital da Mulher e Maternidade Estadual do Tocantins conquistou o primeiro lugar na categoria “Infra Para Elas”, destinada a reconhecer projetos e políticas públicas voltadas para mulheres, na estreia do prêmio Infra Women Brazil 2024. A cerimônia de premiação, realizada na Arena B3, aconteceu durante o Fórum Infra Women 2024, um dos principais eventos do setor de infraestrutura do país.



A empresa Opy Healthcare apresentou a melhor proposta na fase do leilão e, caso toda a documentação técnica esteja correta, poderá assumir a responsabilidade pela execução do projeto - Foto: Antonio Gonçalves/Governo do Tocantins

Fonte:

<https://www.to.gov.br/noticias/governador-wanderlei-barbosa-bate-o-martelo-na-b3-em-sao-paulo-para-construcao-do-hospital-da-mulher-e-maternidade-estadual/5j6m0m1ptwa7>

Meta: Construir o Bloco da Maternidade no Hospital Regional de Porto Nacional para sediar o Hospital Tia Dedé.

Encontra-se em fase de aprovação nos órgãos de controle os Projetos do bloco que contemplará a Maternidade de Porto Nacional. A previsão é que a edificação tenha cerca de 4.783,70 m² construídos.

A Unidade contará com: Recepção e acolhimento, ambulatório, área para realização de exames, serviço social, savis, brinquedoteca, laboratório, atendimento de urgência e emergência, centro cirúrgico obstétrico, centro de parto normal, dentre outros.

O projeto arquitetônico do Hospital Materno de Porto Nacional foi elaborado de acordo com as legislações do Ministério da Saúde, e será construído através dos novos recursos do novo PAC.

A previsão é que a abertura do Processo ocorra no primeiro semestre de 2025.

Meta: Implantar o Ambulatório Especializado de Gestação de Alto Risco em Gurupi.

O Ambulatório Especializado de Gestação de Alto Risco em Gurupi não foi implantado no ano de 2024.

Meta: Elaborar a Linha de Cuidado Materno infantil para implantação nos 139 Municípios.

A elaboração da Linha de Cuidado Materno Infantil foi iniciada ainda no ano de 2023 sob a coordenação da Diretoria de Atenção Primária e com o apoio de profissionais do “Projeto Estratégia para a Redução da Mortalidade Materna e Neonatal no Estado do Tocantins e município de Palmas” executado pelo Instituto Fernandes Figueira / IFF / FIOCRUZ/MS sob a Coordenação Geral de Saúde das Mulheres e Coordenação Geral de Saúde da Criança do Ministério da Saúde.

Concomitante a proposta desta Linha de Cuidado está sendo elaborado o Plano de Vinculação da Gestante ao Local de Parto no Estado do Tocantins. Ambos os documentos têm por objetivo orientar os serviços de saúde e assegurar o cuidado materno infantil em suas necessidades.

O conteúdo da Linha de Cuidado Materno-infantil encontra-se em processo de construção de forma integrada com debates no Grupo Condutor da Rede Cegonha, atualmente denominada Rede Alyne.

No dia 03 de dezembro de 2024, a primeira versão do documento da Linha de Cuidado Materno-infantil foi debatida no Grupo Condutor Temático Rede Alyne com a presença de representantes municipais e setores da secretaria e como encaminhamento aguardando a devolutiva por parte dos setores e instituições com as sugestões de alteração/inclusão para uma nova agenda.

Prioridade: Promoção, prevenção e controle das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis.

Meta: Elaborar a Linha de Cuidado da Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus para implantação nos 139 municípios.

A elaboração da Linha de Cuidado da Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, sob a coordenação da Diretoria de Atenção Primária está em fase de iniciação, tendo sido concluído em 2024, apenas o projeto de sua elaboração.

Meta: Implantar Telemedicina para fortalecer e estruturar as Linhas de Cuidado da Urgência IAM e AVC na atenção primária, ambulatorial e hospitalar, com interconsultas.

A Telemedicina para fortalecer e estruturar as Linhas de Cuidado da Urgência IAM e AVC foi incluída na prioridade do Plano de Ação do Programa SUS

Digital, sendo contemplado com recursos na ordem de R\$3.049.268,50 para ofertar serviços de teleconsulta, teleinterconsulta e telemonitoramento, e a garantia de emenda parlamentar federal no valor de R\$10 Milhões destinada a atenção especializada, a qual foi programada também para este projeto.

Prioridade: **Promoção, prevenção e controle das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis.**

Meta: **Expandir o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) para melhorar resolutividade e tempo/resposta do serviço.**

Em 2023/2024 foi amplamente discutida a ampliação da Rede de Atenção às Urgências, tendo sido elaborado os Planos de Ação Regional - PAR da Macrorregião Norte e Macrorregião Centro Sul, obtendo-se a aprovação do PAR da Macrorregião Norte.

Conforme estes planos, foi previsto implantar no ano de 2024 o SAMU 192 em 4 municípios - Araguaína, Filadélfia, Santa Fé do Araguaia e Guaraí - cada um com uma Ambulância USB (Unidade de Suporte Básico).

Ao final do exercício o SAMU 192 foi implantado em 3 municípios: Filadélfia, Santa Fé do Araguaia e Guaraí.

Macrorregião Norte - Proposta de Ampliação do SAMU 192						
Região de Saúde	Município	População de Referência	Tipo de Unidade de Suporte	Município sede da CRU	Cronograma de implantação	
					2024	2025
Bico do Papagaio	Tocantinópolis	22.820	USB	Araguaína		x
	Araguatins	36.573	USB			x
Médio Norte Araguaia	Araguaína	186.245	USB		x	
	Aragominas (base) + Muricilândia	9.328 (5.705 + 3.623)	USB			x
	Filadélfia	8.874	USB		x	
	Goiatins	13.169	USB			x
	Pau D`Arco (base) + Arapoema	11.475 (4.885 + 6.590)	USB			
	Santa Fé do Araguaia	7.678	USB		x	
	Xambioá	11.500	USB			x
Cerrado Tocantins Araguaia	Bandeirantes do Tocantins (base) + Nova Olinda	15.645 (3.631 + 12.014)	USB			x
	Colinas	36.271	USB			
	Guaraí	26.165	USB		x	

Legenda: USB – Unidade de Suporte Básico; CRU – Central de Regulação Única.

Macrorregião Centro Sul - Proposta de Ampliação do SAMU 192						
Região de Saúde	Município/ Sede	Pop.	Tipo de Unidade de Suporte	Município o sede da CRU	Cronograma de Implantação	
					2024	2025
Amor Perfeito	Porto Nacional Distrito de Luzimangues	53.316	USB	Palmas		x
	Ponte Alta do Tocantins	8.192	USB			x
Ilha do Bananal	Formoso do Araguaia	18.358	USB	Gurupi		x
Sudeste	Dianópolis	22.704	USB			X

Legenda: USB – Unidade de Suporte Básico; CRU – Central de Regulação Única

Meta: Intensificar a coleta de citologia do colo do útero para rastreamento na população feminina na faixa etária de 25 a 64 anos para atingir melhores índices de cobertura de exames citopatológicos.

No Estado do Tocantins a Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS no 2º quadrimestre de 2024 (dados do sistema SISAB – Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - parciais, pois o 3º quadrimestre ainda não está disponível no SISAB) foi de 28%, índice similar ao da Região Norte do Brasil e 1% menor que o índice nacional.

Embora o estado ainda não esteja dentro do parâmetro que é de 40%, observa-se a melhora crescente, visto que saiu de 15% no 1º quadrimestre de 2022 para 28% no 2º quadrimestre de 2024.

Os exames do material de coleta de citopatológico de 119 municípios do Estado são realizados no LACEN-TO e dos demais 20 municípios, Araguaína, Palmas e 18 municípios da Região de Saúde Ilha do Bananal são realizados respectivamente pelos gestores municipais de saúde de Araguaína, Palmas e Gurupi.

Parâmetro:



Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS								
Região	1º Quad. 2022	2º Quad. 2022	3º Quad. 2022	1º Quad. 2023	2º Quad. 2023	3º Quad. 2023	1º Quad. 2024	2º Quad. 2024
Tocantins	15%	17%	20%	22%	24%	27%	28%	28%
Norte	15%	17%	19%	22%	25%	27%	28%	28%
Brasil	17%	19%	21%	23%	26%	27%	29%	29%

Fonte: SISAB – acesso em 09/01/2025, em <https://sisab.saude.gov.br/paginas/acessoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicadorPainel.xhtml>

Com isto também houve melhora no indicador de Razão de exames citopatológicos do colo do útero na população-alvo (população feminina de 25 a 64 anos), população IBGE censo 2022, alcançando o índice de 0,35 em 2024, conforme dados parciais de janeiro a novembro do SIASUS, acessados em 09/01/2025. Em 2023 a Razão de exames citopatológicos foi de 0,34.

Meta: Intensificar a oferta de mamografia para rastreamento na população feminina na faixa etária de 50 a 69 anos para atingir melhores índices de cobertura de prevenção do câncer de mama.

A Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população foi de 0,7 em 2024, menor que no ano de 2023 que foi de 0,08.

Quando comparado o número de exames de mamografia de rastreamento realizado na população feminina nos anos de 2023 e 2024, observa-se:

- 44 municípios aumentaram o nº de exames em 2024;
- 58 municípios reduziram o nº de exames em 2024;
- 19 municípios mantiveram o nº de exames em 2024;
- 18 municípios não realizaram exames em 2023 e 2024.

Quantidade apresentada por ano processamento segundo Município
Procedimento: 0204030188 Mamografia bilateral para rastreamento
Faixa etária: 50 a 54 anos, 55 a 59 anos, 60 a 64 anos, 65 a 69 anos - Sexo: Feminino
Período: Jan/2023-Nov/2024

Ord.	Município	2023	2024	Variação	
		4161	3738	Quant.	%
1	171830 PRAIA NORTE	2	17	15	750%
2	172093 TAIPAS DO TOCANTINS	6	24	18	300%
3	170030 AGUIARNOPOLIS	1	4	3	300%
4	171865 RIO DA CONCEICAO	1	4	3	300%
5	171525 NOVO JARDIM	5	18	13	260%
6	171845 PUGMIL	7	20	13	186%
7	171660 PEIXE	5	14	9	180%
8	170240 ARRAIAS	2	5	3	150%
9	170700 DIANOPOLIS	71	174	103	145%
10	171800 PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	7	17	10	143%
11	170555 COMBINADO	6	14	8	133%
12	170290 AXIXA DO TOCANTINS	7	14	7	100%
13	171886 SANTA FE DO ARAGUAIA	0	3	3	100%
14	170650 DARCINOPOLIS	0	2	2	100%
15	170755 FATIMA	0	2	2	100%
16	170830 GOIANORTE	0	2	2	100%
17	171215 LAVANDEIRA	0	2	2	100%
18	171270 MATEIROS	0	2	2	100%
19	171395 MURICILANDIA	0	2	2	100%

Ord.	Município	2023	2024	Variação	
		4161	3738	Quant.	%
20	171630 PAU D'ARCO	0	2	2	100%
21	170100 ANANAS	1	2	1	100%
22	170360 BRASILANDIA DO TOCANTINS	1	2	1	100%
23	170460 CHAPADA DE AREIA	1	2	1	100%
24	171110 ITAPORA DO TOCANTINS	1	2	1	100%
25	171180 JUARINA	1	2	1	100%
26	171889 SANTA RITA DO TOCANTINS	1	2	1	100%
27	170305 BANDEIRANTES DO TOCANTINS	0	1	1	100%
28	170307 BARRA DO OURO	0	1	1	100%
29	171700 PINDORAMA DO TOCANTINS	0	1	1	100%
30	172208 WANDERLANDIA	0	1	1	100%
31	171500 NOVA ROSALANDIA	10	18	8	80%
32	170720 DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	18	28	10	56%
33	171515 NOVO ALEGRE	6	9	3	50%
34	171370 MONTE SANTO DO TOCANTINS	2	3	1	50%
35	171670 COLMEIA	2	3	1	50%
36	170040 ALMAS	10	13	3	30%
37	172049 SAO VALERIO	4	5	1	25%
38	171820 PORTO NACIONAL	17	20	3	18%
39	171320 MIRACEMA DO TOCANTINS	7	8	1	14%
40	170710 DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	19	21	2	11%
41	172090 TAGUATINGA	45	49	4	9%
42	170950 GURUPI	663	708	45	7%
43	172080 SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	26	27	1	4%
44	170820 FORMOSO DO ARAGUAIA	30	31	1	3%
45	170550 COLINAS DO TOCANTINS	8	8	0	0%
46	171070 ITAGUATINS	7	7	0	0%
47	171650 PEDRO AFONSO	6	6	0	0%
48	170625 CRIXAS DO TOCANTINS	3	3	0	0%
49	171330 MIRANORTE	3	3	0	0%
50	171488 NOVA OLINDA	3	3	0	0%
51	172025 SAO SALVADOR DO TOCANTINS	3	3	0	0%
52	170270 AURORA DO TOCANTINS	2	2	0	0%
53	171720 PIRAQUE	2	2	0	0%
54	171780 PONTE ALTA DO BOM JESUS	2	2	0	0%
55	170215 ARAGUANA	1	1	0	0%
56	170230 ARAPOEMA	1	1	0	0%
57	170390 CASEARA	1	1	0	0%
58	170600 COUTO MAGALHAES	1	1	0	0%
59	170900 GOIATINS	1	1	0	0%
60	171420 NATIVIDADE	1	1	0	0%
61	171570 PALMEIRANTE	1	1	0	0%
62	171665 PEQUIZEIRO	1	1	0	0%
63	171850 RECURSOLANDIA	1	1	0	0%
64	170110 APARECIDA DO RIO NEGRO	1	0	-1	-100%
65	170300 BABACULANDIA	1	0	-1	-100%
66	170320 BERNARDO SAYAO	1	0	-1	-100%
67	170770 FILADELFIA	1	0	-1	-100%
68	170825 FORTALEZA DO TABOAO	1	0	-1	-100%

Ord.	Município	2023	2024	Variação	
		4161	3738	Quant.	%
69	171090 ITAPIRATINS	1	0	-1	-100%
70	171195 LAGOA DO TOCANTINS	1	0	-1	-100%
71	171510 NOVO ACORDO	1	0	-1	-100%
72	171870 RIO DOS BOIS	1	0	-1	-100%
73	171888 SANTA MARIA DO TOCANTINS	1	0	-1	-100%
74	171900 SANTA TEREZA DO TOCANTINS	1	0	-1	-100%
75	172000 SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	1	0	-1	-100%
76	172010 SAO BENTO DO TOCANTINS	1	0	-1	-100%
77	172015 SAO FELIX DO TOCANTINS	1	0	-1	-100%
78	172130 TUPIRATINS	1	0	-1	-100%
79	171360 MONTE DO CARMO	2	0	-2	-100%
80	171550 OLIVEIRA DE FATIMA	2	0	-2	-100%
81	171790 PONTE ALTA DO TOCANTINS	2	0	-2	-100%
82	171855 RIACHINHO	2	0	-2	-100%
83	170384 CAMPOS LINDOS	3	0	-3	-100%
84	172097 TALISMA	63	3	-60	-95%
85	171150 JAU DO TOCANTINS	13	1	-12	-92%
86	170025 ABREULANDIA	11	1	-10	-91%
87	171280 MAURILANDIA DO TOCANTINS	9	1	-8	-89%
88	170389 CARRASCO BONITO	45	5	-40	-89%
89	170380 BURITI DO TOCANTINS	26	3	-23	-88%
90	170035 ALIANCA DO TOCANTINS	27	6	-21	-78%
91	170740 ESPERANTINA	21	5	-16	-76%
92	172020 SAO MIGUEL DO TOCANTINS	25	7	-18	-72%
93	170765 FIGUEIROPOLIS	17	5	-12	-71%
94	172030 SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	13	4	-9	-69%
95	171575 PALMEIROPOLIS	3	1	-2	-67%
96	172210 XAMBIOA	3	1	-2	-67%
97	170200 ARAGUACU	33	12	-21	-64%
98	170190 ARAGUACEMA	5	2	-3	-60%
99	170310 BARROLANDIA	12	5	-7	-58%
100	171880 SAMPAIO	16	7	-9	-56%
101	172120 TOCANTINOPOLIS	13	6	-7	-54%
102	170220 ARAGUATINS	25	12	-13	-52%
103	170560 CONCEICAO DO TOCANTINS	2	1	-1	-50%
104	171380 PALMEIRAS DO TOCANTINS	2	1	-1	-50%
105	171620 PARANA	2	1	-1	-50%
106	172065 SILVANOPOLIS	2	1	-1	-50%
107	171190 LAGOA DA CONFUSAO	18	10	-8	-44%
108	170070 ALVORADA	21	12	-9	-43%
109	170210 ARAGUAINA	43	25	-18	-42%
110	170382 CACHOEIRINHA	3	2	-1	-33%
111	170610 CRISTALANDIA	3	2	-1	-33%
112	171750 PIUM	33	22	-11	-33%
113	170255 AUGUSTINOPOLIS	39	26	-13	-33%
114	172085 SUCUPIRA	16	11	-5	-31%
115	171610 PARAISO DO TOCANTINS	702	493	-209	-30%
116	171250 MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	24	18	-6	-25%
117	170930 GUARAI	5	4	-1	-20%

Ord.	Município	2023	2024	Variação	
		4161	3738	Quant.	%
118	170386 CARIRI DO TOCANTINS	39	32	-7	-18%
119	171884 SANDOLANDIA	8	7	-1	-13%
120	170730 DUERE	26	24	-2	-8%
121	172100 PALMAS	1734	1610	-124	-7%

Fonte: SIA/SUS – Acesso em 09/01/2025.

Prioridade: **Promoção, prevenção e controle das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis.**

Meta: **Desenvolver programas de Residência ofertando 51 vagas no ano de 2024.**

Em 2024, foram ofertadas 33 vagas em Programas de Residência Médica desenvolvidos pela ETSUS-TO, em Araguaína, em parceria com a instituição de ensino superior Universidade Tocantinense Presidente Antônio Carlos - UNITPAC, com foco na formação de especialistas para atendimento das necessidades de saúde do território: Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Cirurgia Geral, Reumatologia, Clínica Médica e Anestesiologia. O alcance foi de 60% da meta prevista em 2024, que era de 51 vagas.

Destaca-se que, também foram ofertadas 203 vagas para uso dos nossos estabelecimentos de saúde enquanto Cenário de Práticas para Residência em Saúde para as demais instituições de ensino superior com Termo de Cooperação estabelecido, promovendo a vivência profissional no SUS-TO e a aproximação com as vulnerabilidades e demandas de saúde locais. Este cenário abrange 05 unidades hospitalares de referência sob gestão estadual, situadas nos municípios de: Araguaína, Gurupi, Palmas e Porto Nacional.

No final do interstício, houve a aprovação de 04 Programas de Residência Multi e Uni Profissional, pelo Ministério da Educação – MEC e Ministério da Saúde – MS, nas especialidades: Enfermagem Obstétrica, Urgência e Emergência e Reabilitação Física e Intelectual, para a oferta de mais 55 vagas. Esta é uma perspectiva positiva, pois, assegura o financiamento das bolsas dos residentes envolvidos nestes Programas.

Meta: **Realizar 10.000 cirurgias eletivas na rede hospitalar estadual, municipais e contratadas, que prestam serviços de cirurgias eletivas no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins.**

No ano de 2024 foram realizadas 17.144 cirurgias eletivas, conforme dados acessados em 03 de janeiro de 2025 no Sistema de Gerenciamento de Listas de Espera (SIGLE). Um desempenho de 171,44% da meta de realizar 10.000 cirurgias eletivas.

12.200 cirurgias (71%) foram realizadas nos 17 Hospitais Estaduais;
2.919 cirurgias (17%) foram realizadas em 14 Hospitais Municipais;
1.950 (11%) em 11 hospitais privados contratualizados pela SES-TO; e,
75 (0,44%) no hospital federal HDT-UFT contratualizado pela SES-TO.

Em relação ao tempo de permanência dos pacientes na fila de espera, observa-se que 13.952 (81,38%) dos pacientes aguardaram de 01 a 180 dias na fila e 3.192 (18,62%) de pacientes ficaram na fila acima de 180 dias.

Tabela 2 – Tempo de permanência na fila de cirurgias eletivas, Tocantins, 2024.

Tempo de Espera	Quant. de Paciente	Percentual
00 a 100 dias	13.952	81,38%
101 a 180 dias	1.660	9,68%
181 a 365 dias (6 meses até 1 ano)	1.005	5,86%
366 a 732 dias (de 1 a 2 anos)	339	1,98%
> de 733 dias (> 2 anos)	188	1,10%
Total	17.144	100,00%

Fonte: SIGLE – Sistema de Gerenciamento de Listas de Espera - Acesso em 03/01/2025.

Os dois maiores hospitais públicos do Estado, sob a gestão da Secretaria Estadual de Saúde realizaram o maior número de cirurgias no período: Hospital Geral de Palmas realizou 14,90% das cirurgias e o Hospital Regional de Araguaína realizou 8,21%. O terceiro hospital com o maior número de cirurgias foi o Hospital Regional de Miracema, unidade de Porte II na Macrorregião Centro Sul (Região de Saúde Capim Dourado) que realizou 7,80% das cirurgias, conforme dados da tabela abaixo.

Os hospitais municipais também realizaram procedimentos cirúrgicos por meio do Programa de Eletivas de financiamento estadual. Em 2024 foram realizados 2.919 procedimentos (17%). Cinco unidades hospitalares de cinco municípios (Sitio Novo, Colinas do Tocantins, Pium, Pindorama e Araguatins) realizaram 57% dos procedimentos cirúrgicos dos hospitais de pequeno porte/municipais e os outros 43% foram realizados em nove unidades hospitalares de 9 municípios (Tocantinópolis, Taguatinga, Dueré, Cristalândia, Araguacema, Cristalândia, Araguacema, Monte do Carmo, Peixe, Araguaína e Divinópolis).

Tabela 3 – Cirurgias eletivas por unidade hospitalar, Tocantins, 2024.

Unidade Hospitalar	Contratualizada	Municipal	Unidade Própria	Federal	Total	%
HOSPITAL GERAL DE PALMAS			2.555		2.555	14,90%
HOSPITAL REGIONAL DE			1.408		1.408	8,21%

Unidade Hospitalar	Contratualizada	Municipal	Unidade Própria	Federal	Total	%
ARAGUAÍNA						
HOSPITAL REGIONAL DE MIRACEMA			1.338		1.338	7,80%
HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI			1.092		1.092	6,37%
HOSPITAL REGIONAL DE PARAISO			1.059		1.059	6,18%
HOSPITAL REGIONAL DE GUARAI			965		965	5,63%
HOSPITAL REGIONAL DE AUGUSTINOPOLIS			962		962	5,61%
HOSPITAL REGIONAL DE PORTO NACIONAL			567		567	3,31%
HOSPITAL REGIONAL DE DIANÓPOLIS			527		527	3,07%
HOSPITAL REGIONAL DE XAMBIOA			499		499	2,91%
HOSPITAL REGIONAL IRMA RITA			498		498	2,90%
HOSPITAL REGIONAL DE PEDRO AFONSO			234		234	1,36%
HOSPITAL REGIONAL DE ARRAIAS			211		211	1,23%
HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUACU			144		144	0,84%
HOSPITAL PEQ PORTE DE ALVORADA			88		88	0,51%
HOSPITAL E MATERNIDADE DONA REGINA			53		53	0,31%
HOSP MUNICIPAL H B CARDOSO		488			488	2,85%
HOSPITAL MUNICIPAL DE COLINAS		380			380	2,22%
HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE PIUM		322			322	1,88%
HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE PINDORAMA		247			247	1,44%
HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE ARAGUATINS		219			219	1,28%
HOSPITAL MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS		189			189	1,10%
HOSPITAL MUNICIPAL DE TAGUATINGA		188			188	1,10%
HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE DUERÉ		182			182	1,06%
HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE CRISTALÂNDIA		162			162	0,94%
HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE ARAGUACEMA		122			122	0,71%
HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE MONTE DO CARMO		119			119	0,69%
HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO PIRES		115			115	0,67%
HOSPITAL MUNICIPAL DE ARAGUAINA		114			114	0,66%
HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE DIVINÓPOLIS		72			72	0,42%
HOSPITAL COP SAÚDE	208				208	1,21%

Unidade Hospitalar	Contratualizada	Municipal	Unidade Própria	Federal	Total	%
HC OLHOS	207				207	1,21%
HC VISUAL	192				192	1,12%
HOSPITAL ORTOPÉDICO DO TOCANTINS - IOP	103				103	0,60%

HOSPITAL SINAI - UNIDADE PALMAS	74				74	0,43%
MED PLUS	72				72	0,42%
HOSPITAL SÃO LUCAS DE ARAGUAÍNA	62				62	0,36%
HOSPITAL SINAI - UNIDADE ARAGUAÍNA	51				51	0,30%
HOSPITAL DO CORACAO DO TOCANTINS	28				28	0,16%
HOSPITAL PALMAS MEDICAL	7				7	0,04%
HOSPITAL DOM ORIONE	946				946	5,52%
HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS				75	75	0,44%
Total Geral	1.950	2.919	12.200	75	17.144	100,00%
Total %	11%	17%	71%	0,44%	100%	

Fonte: SIGLE – Sistema de Gerenciamento de Listas de Espera - Acesso em 03/01/2025.

As especialidades cirúrgicas eletivas mais realizadas no período foi cirurgia geral 35,93%, seguido da ginecologia com 27,20% e urologia com 7,12%.

Tabela 4 – Cirurgias eletivas realizadas, por especialidade, Tocantins, 2024.

Especialidade	Total de Cirurgia Eletiva	%
CIRURGIA GERAL	6.160	35,93%
GINECOLOGIA	4.663	27,20%
UROLOGIA	1.221	7,12%
ORTOPEDIA	865	5,05%
CARDIOLOGIA	841	4,91%
OFTALMOLOGIA	723	4,22%
CIRURGIA PEDIÁTRICA	604	3,52%
MASTOLOGIA	429	2,50%
OTORRINOLARINGOLOGIA	410	2,39%
CABEÇA E PESCOÇO	387	2,26%
PROCTOLOGIA	213	1,24%
PLÁSTICA	106	0,62%
VASCULAR	94	0,55%
DERMATOLOGIA	84	0,49%
GASTROENTEROLOGIA	75	0,44%
NEUROCIRURGIA	74	0,43%
ODONTOLOGIA	64	0,37%
AMBULATORIAL	62	0,36%
BUCOMAXILOFACIAL	49	0,29%
TORÁCICA	14	0,08%
CLÍNICA DA DOR	6	0,03%

Especialidade	Total de Cirurgia Eletiva	%
Total Geral	17.144	100,00%

Fonte: SIGLE – Sistema de Gerenciamento de Listas de Espera - Acesso em 03/01/2025.

Foram realizados 480 tipos de procedimentos cirúrgicos eletivos, sendo os mais atendidos a Colectistectomia (11% - 1.615 procedimentos), a Laqueadura Tubária (9% - 1.615 procedimentos), a Hernioplastia Inguinal/Crural Unilateral (9% - 1.600 procedimentos), Histerectomia Total (1.182 – 7% dos procedimentos), a Hernioplastia Umbilical (5% - 872 procedimentos) e a Colpoperineoplastia Anterior e Posterior (4% - 674 procedimentos).

Em relação a origem do paciente que realizou a cirurgia eletiva, observa-se que 50% (8.612 pacientes) são de 13 municípios do estado do Tocantins, enquanto os outros 50% (8.500) são de 126 municípios do Estado e de 22 municípios de outros estados (32 pacientes).

Prioridade: **Prevenção e controle das Infecções sexualmente transmissíveis.**

Meta: **Realizar teste rápido em 100% das gestantes no pré-natal e tratar oportunamente e adequadamente as gestantes com sífilis.**

No Estado do Tocantins, a Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV no 2º quadrimestre de 2024 (dados do sistema SISAB – Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - parciais, pois o 3º quadrimestre ainda não está disponível no SISAB) foi de 75%, índice maior que o da Região Norte e do Brasil.

Parâmetro:



Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV								
Região	1º Quad. 2022	2º Quad. 2022	3º Quad. 2022	1º Quad. 2023	2º Quad. 2023	3º Quad. 2023	1º Quad. 2024	2º Quad. 2024
Tocantins	64 %	69 %	68 %	72 %	80 %	75 %	72 %	75 %
Norte	65 %	68 %	72 %	75 %	76 %	77 %	72 %	71 %
Brasil	57 %	62 %	62 %	69 %	73 %	68 %	69 %	69 %

Fonte: SISAB – acesso em 09/01/2025, em <https://sisab.saude.gov.br/paginas/acesoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicadorPainel.xhtml>

Embora o estado esteja dentro do parâmetro da Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV ($\geq 60\%$), ainda existe a necessidade de uma melhora, tendo em vista que os dados registrados pelos municípios no Sistema de Controle Logísticos de Insumos Laboratoriais - SISLOGLAB, nos anos de 2023 e 2024, demonstra a utilização de menos de 50% dos testes rápidos distribuídos.

Proporção de teste de sífilis realizados/distribuídos			
Ano	Distribuídos	Realizados	%
2023	71.050	27.349	38%
2024	51.650	22.645	44%

Fonte: SISLOGLAB.

Os dados da incidência da Sífilis Gestacional e Sífilis Congênita também demonstram a necessidade de aprimoramento nas ações de intervenções para o diagnóstico e tratamento oportuno das gestantes com sífilis, considerando o número de casos registrados de 2020 a 2024.

Sífilis Gestacional

Comparando os resultados do quadriênio, no ano de 2020 foram 636 casos novos de sífilis em gestantes (SG), 2021 foram 643; 2022 foram 760; no ano de 2023 foram 915; e no ano de 2024 716 casos novos. Nota-se um aumento no número de casos no decorrer dos anos em análise.

Sífilis Congênita

Comparando os resultados do quadriênio, no ano de 2020 foram 211 casos novos de sífilis congênita (SC); em 2021 foram 255; em 2022 foram 265; no ano de 2023 foram 371 e no ano de 2024 foram 336 casos novos. Nota-se um aumento no número de casos no decorrer dos anos em análise.

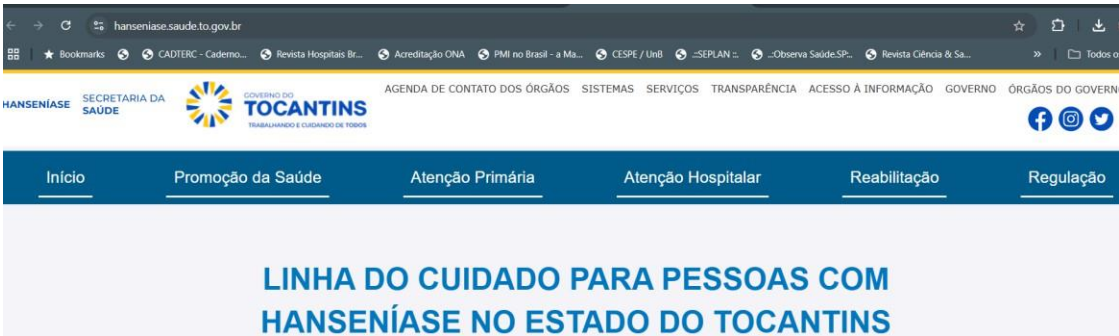
Razão de Número de sífilis congênita por número de Sífilis gestacional			
Ano	Sífilis Congênita	Sífilis Gestacional	Congênita/ Gestacional X 100
2023	371	915	40,54
2024	407	909	44,00

Fonte: SINAN.

Prioridade: Eliminação da Hanseníase no Estado do Tocantins.

Meta: Implantar a Linha de Cuidado para pessoas com Hanseníase nos 139 municípios para a prevenção e controle da doença.

A Linha de Cuidado para pessoas com Hanseníase foi elaborada e está disponível para todos os 139 municípios por meio de um Hotsite com todo o conteúdo da linha de cuidado, disponível no Link de acesso: <https://hanseníase.saude.to.gov.br/>



A Linha de Cuidado para pessoas com Hanseníase foi instituída com a função de orientar e descrever as rotinas do itinerário do paciente com hanseníase, contemplando informações relativas às ações e atividades de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, dos serviços que devem ser acionados e como devem se acionados.

Prioridade: Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em tempo oportuno, de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde.

Meta: Realizar estudos para a reforma e ampliação do Hospital de Referência de Guaraí (HRG).

Processo nº: 2024/30550/005530

Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil com fornecimento de material e mão de obra, para executar a adequação e ampliação do Hospital Regional de Guaraí – TO.

Atualmente, encontra-se em elaboração o Estudo Técnico Preliminar - ETP. A Proposta Arquitetônica já foi concebida e os projetos complementares estão em desenvolvimento. Haverá reforma do Centro Cirúrgico e ampliação do Pronto-Socorro. Os projetos encontram-se validados pela Vigilância Sanitária do Estado.

Meta: Conclusão das obras de construção do Hospital Geral de Araguaína.

Processo nº: 2013/30550/002541.

Objeto: Construção do Hospital Geral de Araguaína com 400 leitos de capacidade, contemplando o ambulatório de especialidades.

Valor do Contrato: R\$: 160.890.000,00

Valor do Contrato Reajustado: R\$: 237.928.614,04

Executora: Construtora LDN

Evolução Construtiva: 69,68%

Evolução Financeira: Os pagamentos efetuados totalizam R\$ 170.107.016,01.

A obra de construção do Hospital Geral de Araguaína (HGA) encontra-se com grande evolução física, foram superadas etapas importantes da obra, como a conclusão da estrutura portante de concreto armado, execução dos fechamentos externos em alvenaria, execução parcial dos fechamentos internos, execução parcial do revestimento de paredes e ainda execução parcial de instalações elétricas, hidrossanitárias e de refrigeração.



Imagem 01: Fachada Sul do bloco de internação do Hospital Geral de Araguaína – HGA



Imagem 02: Fachada Leste do HGA



Imagem 03: Fachada Norte (bloco de Pronto Socorro) do HGA



Imagem 04: Fachada Norte (Bloco do Ambulatório) do HGA



Imagem 05: Fachada Norte (Bloco do Necrotério) do HGA



Imagem 06: Execução da Cobertura do HGA



Imagem 07: Execução da Cobertura do HGA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

O ano de 2024 foi marcado por significativos avanços na área da segurança pública no Estado do Tocantins. A Secretaria da Segurança Pública (SSP/TO) implementou diversas iniciativas que resultaram na redução de crimes violentos, na modernização tecnológica e na capacitação de profissionais. Este relatório apresenta um resumo das principais ações realizadas ao longo do ano, destacando os investimentos, as operações policiais e os projetos de modernização, com base nas prioridades e Metas para o exercício de 2024, conforme dispõe o Anexo IV da Lei 4.280, de 29 de novembro de 2023

Ações alcançadas:

Redução de Crimes Violentos

O Estado do Tocantins se destacou nacionalmente ao conquistar o segundo lugar no ranking de redução de crimes violentos, com uma diminuição de 66,7% entre 2018 e 2024. Os crimes violentos, que incluem feminicídio, homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, passaram de 724 ocorrências em 2018 para 241 em 2024. Esse resultado reflete o esforço conjunto das forças de segurança, com destaque para a Polícia Civil do Tocantins, que conduziu investigações ágeis e eficazes, desarticulando organizações criminosas e promovendo operações de combate ao tráfico de drogas e outros delitos graves. Ainda, segundo o Ministério da Justiça

Investimentos em Tecnologia e Modernização Sistema Automatizado de Identificação Biométrica (ABIS)

A SSP/TO iniciou a implementação do Sistema Automatizado de Identificação Biométrica (ABIS), que representa um avanço significativo para a população tocantinense. O sistema permitirá a emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN) com reconhecimento biométrico, eliminando o uso de tinta e papel no registro das informações. A nova tecnologia, fornecida pela empresa Griaule, possibilita a captura de impressões digitais e o cadastro facial, além da comparação de todas as biometrias coletadas, sem gerar filas e garantindo mais agilidade e segurança.

O investimento total de R\$ 20 milhões, oriundos da bancada federal, foi destinado à contratação do sistema e à aquisição e implementação do data center Tier III. A estimativa é de que o tempo de entrega da CIN caia pela metade, passando de 60 para 30 dias no interior e de 15 para 7 dias na capital. A implementação do projeto piloto do ABIS está prevista para iniciar em breve no posto de atendimento localizado na Assembleia Legislativa, em Palmas, e será gradativamente implementado em outros postos de atendimento.

Equipamentos e Viaturas

O Governo do Tocantins investiu mais de R\$ 1,9 milhão na aquisição de equipamentos e viaturas para a Polícia Civil e a Polícia Científica. Foram entregues 481 computadores, 16 notebooks para o Conselho Superior da Polícia Civil e 50 novas câmeras fotográficas de alta resolução para os Núcleos de Criminalística, Identificação

e Instituto Médico Legal. Além disso, oito novas viaturas equipadas com tecnologia moderna foram entregues, cinco delas doadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e três adquiridas com recursos do Fundo da Segurança Pública do Estado (Fusp).

Aplicativo Lince

A SSP/TO lançou o aplicativo Lince, uma ferramenta que utiliza geolocalização via GPS para identificar e mapear áreas de risco no Estado. O aplicativo permitirá que as forças de segurança, incluindo a Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Guardas Municipais, tomem decisões mais estratégicas e assertivas no combate à criminalidade. O Lince visa integrar as ações das forças de segurança, otimizando recursos e prevenindo crimes.

Capacitação e Treinamento **Curso de Inteligência Cibernética**

Entre os dias 6 e 10 de maio, a SSP/TO realizou a 32ª edição do Curso de Inteligência Cibernética (CIC), em Palmas. O curso capacitou profissionais da área de Inteligência da Segurança Pública para utilizar equipamentos, softwares e técnicas que permitam a descoberta, a aquisição, a preservação e o processamento de dados presentes em ambiente cibernético. O evento contou com a participação de profissionais de vários estados brasileiros e da União, e foi oferecido pelo Ministério da Justiça em parceria com a SSP/TO.

Treinamento para Operar o Sistema ABIS

A SSP/TO iniciou o treinamento operacional do Sistema Automatizado de Identificação Biométrica (ABIS) no Centro Integrado de Comando e Controle Estadual (CICCE). A capacitação incluiu fundamentos de biometria, identificação forense e criminal, produção de carteiras de identidade, digitalização de fichas, além do gerenciamento de sistemas multibiométricos e outros aspectos técnicos. A SSP/TO prevê que todos os núcleos de identificação do Estado sejam capacitados em etapas subsequentes.

Combate ao Tráfico de Drogas

Ao longo do primeiro semestre de 2024, foram realizadas 102 operações policiais em todo o Tocantins, resultando na apreensão de significativas quantidades de drogas e na prisão de líderes de organizações criminosas. Uma das maiores operações foi a incineração de aproximadamente R\$ 5 milhões em substâncias variadas. A prisão do líder de uma organização criminosa responsável pelo tráfico de drogas e pela onda de homicídios que assolou Palmas em 2023 também foi um marco no combate ao tráfico de drogas no Estado.

Enfrentamento à Violência contra a Mulher

A Secretaria da Segurança Pública (SSP/TO) realizou diversas iniciativas para fortalecer o combate à violência contra a mulher. Entre elas, destaca-se o 1º Fórum "Agosto Lilás" em Araguaína, evento que reuniu profissionais da rede de

proteção e promoveu debates sobre desafios e avanços das políticas públicas. Durante o fórum, houve uma roda de conversa e uma palestra enfatizando a conscientização e ação conjunta.

Outro destaque foi o lançamento da Rede Integrada de Proteção à Mulher, com o objetivo de unificar esforços entre Estado, municípios e sociedade civil. A iniciativa prevê a adesão das prefeituras à rede, fortalecendo ferramentas de monitoramento, intercâmbio de informações e desenvolvimento de ações integradas.

A SSP/TO também investiu na aquisição de 64 caminhonetes para auxiliar no atendimento às vítimas e em equipamentos de Tecnologia da Informação. Como resultado, espera-se a ampliação qualitativa e quantitativa dos serviços de segurança pública e a promoção de uma mudança cultural sobre a importância da atuação conjunta.

Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (Pesse)

A SSP/TO, em parceria com o Conselho de Segurança Pública (Conesp/TO), atualizou e entregou o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (Pespe) à Associação Tocantinense de Municípios (ATM) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). O documento define estratégias para reduzir homicídios, crimes patrimoniais e mortes de profissionais de segurança, além de estabelecer metas e diretrizes até 2030.

A atualização do Pespe visa reforçar a articulação institucional e garantir o acesso a recursos federais para a execução de políticas na área de segurança.

Integração do Sistema de Inteligência de Segurança Pública

A SSP/TO ampliou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Tocantins (Sisp/TO) com a adesão de novos órgãos: Agência de Defesa Agropecuária (Adapec), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Natureza do Tocantins (Naturatins) e Marinha.

O Sisp/TO tem como objetivo coordenar e integrar atividades de inteligência nos diferentes níveis institucionais. O fortalecimento da presença do Estado na Região Amazônica para o combate a crimes ambientais também foi abordado durante as reuniões do sistema.

Cooperação para Segurança nas Escolas

A SSP/TO celebrou um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) para fortalecer a segurança nas escolas. O acordo estabelece um ambiente tecnológico para compartilhamento de informações, garantindo uma resposta mais eficaz a possíveis situações de risco.

A cooperação segue as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e busca aprimorar as estratégias de prevenção e resposta a incidentes envolvendo a comunidade escolar.

Modernização do Atendimento ao Cidadão

A SSP/TO implementou a digitalização de boletins de ocorrência, facilitando o acesso e a emissão de documentos de forma ágil e segura. Essa iniciativa visa melhorar a interação entre os cidadãos e as autoridades, tornando os serviços mais acessíveis e transparentes.

Além disso, foram criadas outras unidades de Delegacias Especializadas, ampliando a cobertura e o atendimento especializado a vítimas de crimes específicos.

Valorização do Policial Civil

Progressão Funcional Uma das principais medidas de valorização dos policiais civis do Tocantins é a progressão funcional. O Conselho Superior da Polícia Civil (CSPC), presidido pelo Secretário da Segurança Pública, realiza reuniões ordinárias e extraordinárias para deliberar sobre os processos de progressão, tanto verticais quanto horizontais. Essas progressões são essenciais para o desenvolvimento da carreira dos servidores e refletem o reconhecimento do trabalho desempenhado.

Em 2024, foram concedidas progressões a 845 servidores após análise de 158 processos, sendo 128 individuais e 30 coletivos. Tais concessões visam assegurar o crescimento profissional e motivar os policiais civis na execução de suas funções.

Concurso Público e Adequações Legislativas

Outra medida de valorização em andamento é a realização de concurso público para reforçar os quadros da Polícia Civil. O CSPC tem deliberado sobre o tema e dado continuidade aos trabalhos da comissão responsável pelo certame. Além disso, está em discussão a criação de uma comissão para propor alterações legislativas com o intuito de adequar as normas da corporação à Lei Orgânica da Polícia Civil (Lei 14.735/2023).

Projeto "Saúde em Foco"

A SSP/TO também tem investido na qualidade de vida e bem-estar dos policiais civis através do Projeto "Saúde em Foco". Sob a coordenação da Gerência de Valorização do Policial Civil (GVPC), a iniciativa tem promovido ações voltadas à prevenção de doenças e à promoção da saúde mental e emocional dos servidores.

Durante o mês de setembro, em alinhamento com a campanha nacional Setembro Amarelo, diversas delegacias regionais foram visitadas para a realização de palestras e atividades. O projeto busca fornecer aos policiais ferramentas para o autocuidado e orientação sobre a identificação de fatores que possam afetar seu bem-estar emocional. Ao final de cada evento, materiais informativos são distribuídos, facilitando o acesso dos servidores aos serviços oferecidos pela GVPC.

Conclusão

O ano de 2024 foi um período de grandes avanços para a segurança pública no Tocantins. A redução de crimes violentos, a modernização tecnológica e a capacitação de profissionais foram as principais conquistas da Secretaria da Segurança Pública. Os investimentos em equipamentos, viaturas e sistemas de identificação biométrica, além da implementação do aplicativo Lince, demonstram o compromisso do Governo do Tocantins em garantir a segurança e a tranquilidade da população. As operações policiais e a desarticulação de organizações criminosas reforçam a eficácia das ações implementadas ao longo do ano.

As ações promovidas pela SSP/TO em 2024 reforçam o compromisso com a segurança pública, com iniciativas voltadas à proteção das mulheres, fortalecimento da inteligência de segurança e integração de diferentes órgãos. O desenvolvimento do Pesse e os investimentos em tecnologia e mobilidade operacional demonstram a preocupação com a eficácia e a inovação na execução das políticas públicas de segurança no Tocantins.

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

A Secretaria da Cidadania e Justiça é responsável por implementar e coordenar políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos, proteção da criança e do adolescente, administração do sistema prisional e defesa do consumidor e atua por meio de diversas superintendências, cada uma com objetivos específicos:

1. Superintendência de Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas (SDHPD): Focada na promoção dos direitos humanos e na implementação de políticas sobre drogas, incluindo prevenção, reabilitação e reinserção social.

2. Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SASPDCA): Dedicada à proteção integral de crianças e adolescentes, ao fortalecimento dos conselhos tutelares e à gestão do sistema socioeducativo.

3. Superintendência de Administração dos Sistemas Penitenciário e Prisional (SASPP): Responsável pela gestão do sistema prisional, promovendo a ressocialização dos apenados, assistência social e jurídica, além de alternativas ao encarceramento.

4. Superintendência de Proteção dos Direitos do Consumidor (PROCON): Atua na defesa dos direitos dos consumidores, mediando conflitos e fiscalizando práticas comerciais no estado.

1. PROCON

Atualmente, o PROCON/TO foca na qualidade do atendimento e na solução eficiente das demandas, buscando proteger e defender o consumidor, além de promover a harmonia nas relações de consumo. A meta é que as atividades organizadas atingiram um número ainda maior de consumidores em todos os municípios do estado.

O suporte necessário para garantir a eficácia das ações, seja no atendimento, educação ou fiscalização, é viabilizado pelo trabalho de 11 núcleos localizados em Palmas/Taquaralto, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Gurupi, Dianópolis, Guaraí, Colinas do Tocantins, Araguaína, Tocantinópolis e Araguatins.

Esclarece-se que o PROCON/TO exerce suas atividades através de parcerias com demais órgãos e possui recursos oriundos de arrecadação própria, através de aplicação de multas às empresas. Além disso, em 2023 o Núcleo de Atendimento ao Superendividado celebrou convênio com o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o qual está sendo executado durante este ano.

Como mecanismo de solução para problemas individuais e coletivos em todo o estado, o PROCON atua com rapidez no atendimento às demandas registradas. Os dados apresentados a seguir ilustram os serviços prestados à população, bem como refletem a atuação do órgão por meio de políticas públicas voltadas à concretização dos direitos do consumidor, garantidos pela Constituição Federal e pelo Código de Defesa do Consumidor.

1.1 Implantação e Manutenção dos Núcleos de Atendimento

Para ampliar o acesso da população aos serviços de defesa do consumidor, o PROCON manteve em funcionamento 11 núcleos operacionais e foram realizados 33.727 atendimentos no período de janeiro a 10 de dezembro de 2024. Os recursos investidos, adquiridos através de arrecadação própria, garantiram infraestrutura adequada, logística eficiente e recursos humanos capacitados. Sendo as principais despesas com: materiais de consumo.

1.2 Fiscalização e Ações de Proteção ao Consumidor

No âmbito das Ações de Proteção ao Consumidor, o PROCON executou cinco projetos estratégicos beneficiando 6.132 pessoas: As iniciativas foram:

- PROCON Itinerante;
- PROCON Mirim;
- Consumo Consciente – Direitos Básicos do Consumidor;
- Fornecedor Consciente – Direitos e Deveres Respeitados;
- Planejamento Financeiro e Familiar a Idosos.

Já com relação à fiscalização, os resultados foram expressivos:

- 2.186 estabelecimentos fiscalizados
- 37.584 itens impróprios para consumo apreendidos;
- 937 notificações e 355 autos de infração emitidos;
- 894 relatórios de visita elaborados a fim de documentar as fiscalizações;
- 531 denúncias de consumidores atendidas;
- 363 pesquisas de preços

Durante a Operação Black Friday, **9 empresas foram autuadas** por práticas irregulares, sendo um total de 180 empresas em diversos municípios que foram fiscalizadas e 1.903 produtos analisados.

1.3 Capacitação de Servidores

O PROCON realizou palestras focadas no aperfeiçoamento e qualificação dos servidores públicos dos setores de atendimento, conciliação e cartório. Para isso realizou o **1º Encontro Técnico Integrativo dos Servidores**, com **330 servidores capacitados**, abrangendo os 11 Núcleos distribuídos nos Estados.

As palestras são focadas no aperfeiçoamento e qualificação dos servidores públicos dos setores finalísticos e visam proporcionar conhecimentos específicos para cada setor do PROCON em âmbito estadual, com o objetivo de aprimorar os serviços prestados.

1.4 Atendimentos e Mediações

Entre 1º de janeiro e 29 de novembro de 2024, o PROCON realizou **mais de 30.129 atendimentos**, divididos nos 11 Núcleos que estão distribuídos no Estado. Desses, as principais demandas foram:

- 12.981 atendimentos foram relacionados a serviços financeiros;
- 3.484 a telecomunicações;
- 2.743 aos demais produtos.

Além disso, foram conduzidas **8.927 audiências de mediação** entre consumidores e fornecedores.

Com essas ações, o PROCON/TO reafirma seu compromisso com a defesa dos consumidores, a promoção da cidadania e o fortalecimento das relações de consumo, contribuindo para um mercado mais justo e equilibrado.

2. SISTEMA PENITENCIÁRIO

A Política de Execução Penal, conduzida pela Superintendência de Administração dos Sistemas Penitenciários e Prisionais (SASPP), desenvolve ações estratégicas em diversas áreas, como Políticas de Reintegração Social, Trabalho e Renda do Preso, Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional, Alternativas Penais e Assistência à Pessoa Privada de Liberdade.

Recentemente, as unidades penais do Tocantins foram contempladas com mais de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) em equipamentos de segurança, doados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen). Essa iniciativa visa fortalecer o aparelhamento das unidades e garantir maior proteção tanto para os internos quanto para os servidores.

No âmbito nacional, a Secretaria da Cidadania e Justiça (SECIJU) marcou presença em eventos relevantes, como o VI Seminário Nacional de Trabalho no Sistema Penal, promovido pelo Senappen em Brasília. Nesse encontro, foram debatidas políticas de trabalho e ressocialização externas ao sistema prisional.

Projetos inovadores da Unidade Penal do Paraíso, com foco na saúde e na qualidade de vida dos servidores, também ganharam destaque em mostras naci-

onais. Essas iniciativas reafirmam o compromisso com a melhoria das condições de trabalho no sistema penitenciário.

Além disso, policiais penais do Tocantins atuaram em ações humanitárias no Rio Grande do Sul, prestando assistência às vítimas de enchentes e outras calamidades. Essas ações garantiram a solidariedade e o compromisso dos servidores com o bem-estar social, extrapolando os limites do sistema penitenciário.

Para o ano de 2024 a Secretaria da Cidadania e Justiça tinha como meta destinada ao Sistema Penitenciário e Prisional e construção de 29,53% do Complexo Prisional Serra do Monte do Carmo no município de Aparecida do Rio Negro, no entanto, devido às necessidades de ajustes no projeto arquitetônico, a obra ficou atrasada e realizou 0,61% da meta.

Também tinha como meta a realização de estudo, publicação de edital e realização de prova do concurso público para a carreira da Polícia Penal, no entanto, ainda aguarda finalização da parte preliminar para publicação do edital.

2.1 Política Estadual de Alternativas Penais

A Política de Alternativas Penais é executada através das Centrais de Penas e Medidas Alternativas – CEPEMA, que são equipamentos públicos de gestão compartilhada entre os Poderes Executivo e Judiciário, vinculadas a Secretaria de Cidadania e Justiça, responsáveis por acolher, acompanhar e orientar as pessoas com alternativa penal, através dos serviços psicossocial e jurídico, além de garantir atendimentos e dinâmicas interdisciplinares e grupais e também através das Centrais de Monitoração Eletrônica de Pessoas – CME, que atua frente a política de desencarceramento, onde coordena a monitoração eletrônica de pessoas no estado, gerenciando a utilização de tornozeleira eletrônica e dispositivo de proteção à vítima de violência doméstica, fiscalizando o uso adequado dos equipamentos e reportando aos órgãos de controle as informações pertinentes ao monitoramento.

Em 2024 a Política de Alternativas Penais foi ampliada, devido ao fomento do Governo Federal na ampliação do atendimento às decisões judiciais de fornecimento de tornozeleiras eletrônicas e da estruturação da Central de Alternativas Penais de Tocantinópolis, além da manutenção das que já existiam nas cidades de Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, o que gerou mais de 30 mil atendimentos às pessoas em cumprimento de pena alternativa à prisão.

Atualmente, existem 3 convênios celebrados com a Secretaria Nacional de Políticas Penais destinados à Monitoração Eletrônica e 1 convênio para as Centrais de Alternativas Penais, além do repasse anual através de Fundo a Fundo que atende às diversas necessidades do Sistema Penitenciário e Prisional do Estado do Tocantins.

As alternativas penais foram reforçadas ao longo do ano como medidas eficazes para a ressocialização de indivíduos fora do regime fechado. Entre essas alternativas, destacaram-se a prestação de serviços comunitários e a participação em programas educativos. Essas medidas não apenas aliviaram a superlotação das unidades prisionais, mas também promoveram um impacto social positivo ao integrar os apenados em atividades que contribuem para o bem-estar da sociedade. Projetos

de reinserção com acompanhamento psicológico e educacional também foram fortalecidos, assegurando o cumprimento da pena de forma mais humanizada.

No âmbito das CMEs, a expansão do uso de tornozeleiras eletrônicas foi uma das principais medidas implementadas pela SASPP em 2024. Este dispositivo, utilizado como alternativa ao encarceramento, permitiu que apenados em regime semiaberto ou prisão domiciliar cumprissem suas penas com dignidade e sob supervisão. A monitoração eletrônica mostrou-se eficaz tanto na redução da superlotação carcerária quanto no acompanhamento mais próximo do cumprimento das penas. O sistema ainda garantiu maior segurança à sociedade ao monitorar, em tempo real, o deslocamento dos apenados cerca de 1.948 pessoas utilizando tornozeleira eletrônica e 120 Dispositivos de Proteção à Pessoa destinado às vítimas de violência contra a mulher, distribuídos nas 3 Centrais de Monitoramento: Palmas, Araguaína e Gurupi.

2.2 Política de Assistência às Pessoas Privadas de Liberdade

A Política de Assistência à Pessoa Privada de Liberdade atua diretamente nas 26 unidades prisionais, através da assistência à saúde, assistência religiosa e social, promovendo atendimentos às pessoas indígenas, LGBTI, ciganas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros pertencentes aos grupos específicos, além realização de mutirões de assistência à saúde, distribuição de Bíblias, atendimento espiritual, entre outros.

Apesar de grande parte das atividades realizadas serem custeadas com recursos do Tesouro Estadual, a Secretaria da Cidadania e Justiça possui um convênio celebrado com a Senappen destinado à estruturação de Unidades Básicas de Saúde nas unidades penais e ainda está em execução durante este ano.

Em 2024 foram atendidas mais de 3.170 pessoas privadas de liberdade de forma ampla nas unidades prisionais, além do atendimento aos familiares, o que gerou mais de 11 mil atendimentos ao todo.

- Fiscalização e entrega de itens adquiridos através de convênio;
- Atendimento para enfrentamento de doenças crônicas como hipertensão, diabetes mellitus e obesidade, com apoio das Equipes de Atenção Prisional, além de campanhas de vacinação e exames para prevenção à doenças;
- Rodas de conversa e atendimento individualizado para prevenção ao suicídio e fortalecimento da saúde mental durante o mês de setembro;
- Testagem rápida em parceria com equipes municipais, para ISTs/AIDS e hepatites virais;
- Emissão de documentação civil, incluindo certidão de nascimento e carteira de identidade;
- Assistência funeral, prestada quando necessário.
- Assistência religiosa/espiritual, promovida com apoio institucional.
-

2.3 Reintegração Social, Trabalho e Renda do Preso

A Política de Reintegração Social, Trabalho e Renda do Preso desenvolveu durante o ano de 2024 atividades nas áreas de educação formal, educação não formal, educação profissional e trabalho ao preso de regime fechado.

Para atendimento às necessidades da política, a Seciju possui convênio com a Senappen para realização de oficinas de capacitação e aquisição de equipamentos para os cursos. Além disso, recursos do tesouro estadual e repasses pela modalidade de fundo a fundo são essenciais para execução e manutenção das atividades aos internos das unidades prisionais.

Estão vinculadas a esta ação, as políticas de assistência educacional, formação profissionalizante e trabalho e renda, as quais são executadas mediante parcerias com outros órgãos como o estadual (Secretaria de Estado da Educação), os municipais (Secretarias Municipais de Educação) e Sistema S (Senar, Senai, Senac).

Apesar de o Sistema Penitenciário ser rotativo, com a constante entrada e saída dos custodiados, foi possível realizar atividades para mais de 3.800 pessoas privadas de liberdade, através de ações como:

- Trabalho Interno nas Unidades Penais com serviços de acordo com as aptidões e conhecimento de cada interno;
- Trabalho Externo com reformas, construção e pavimentação de órgãos públicos com serviços de pedreiro, pintura, elétrica e saneamento.
- Artesanato com a produção de várias peças decorativas e itens de utilidade diária e produtos comuns. Os produtos artesanais produzidos são disponibilizados aos seus familiares e eventos.
- Matrícula de 552 reeducandos na Educação Básica e 17 no Ensino Superior.
- Aplicação do ENCCEJA e ENEM nas 25 Unidades Penais, onde aproximadamente 1.186 reeducandos realizaram as provas;
- Realização da 5ª Jornada de Leitura no Carcere com a participação de 330 custodiados;
- Projeto Ler para Libertar, beneficiando 3.860 custodiados;
- Realização de cursos profissionalizantes para mais de 640 custodiados com 4.608 horas/aula.

A SASPP obteve avanços expressivos no campo da ressocialização, oferecendo cursos profissionalizantes em diversas unidades penais. Em parceria com o Senac, detentos e detentas participaram de capacitações em áreas como maquiagem, panificação e corte de cabelo. Esses cursos visaram não apenas a aquisição de novas habilidades, mas também a promoção da autoestima e da confiança dos internos em sua capacidade de recomeçar.

No contexto da geração de trabalho e renda, programas de incentivo ao empreendedorismo dentro das unidades foram estruturados, capacitando os internos em gestão financeira e desenvolvimento de pequenos negócios. Além disso, foram firmadas parcerias com empresas privadas para a contratação de apenados, ampliando significativamente as oportunidades de reinserção no mercado de trabalho após o cumprimento da pena.

Essas contratações de apenados geram recursos para o Fundo Rotativo que se mantém através da destinação de 25% da remuneração para a manutenção de projetos, atividades e ações nos estabelecimentos penais.

2.4 Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional

Os Escritórios Sociais são equipamentos públicos de gestão compartilhada entre os Poderes Judiciário e Executivo, estando vinculados à Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça, os serviços ofertados são: acolhimento

e inclusão; entrevistas de singularização; matriciamento; trabalho em grupos; atividades culturais; inserção ao trabalho e capacitações profissionais; regularização de documentos civis; encaminhamento para a rede de apoio psicossocial, dentre outros.

Durante o ano de 2024 houve expansão da política do egresso, onde foram realizados mais de 700 atendimentos às pessoas egressas do Sistema Penitenciário, através de buscas ativas, reuniões intersetoriais, acompanhamentos, encaminhamentos e outras, por meio do Escritório Social de Palmas.

Além das atividades rotineiras, o Tocantins sediou o Encontro Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional, reunindo estados da Região Norte para discutir temas relacionados aos egressos do Sistema Penal, onde discutiu ações voltadas para a reintegração de egressos do sistema prisional.

A Política também fomentada por recursos provenientes de convênio com a Senappen para implantação do Escritório Social em Gurupi e utiliza recursos do tesouro estadual para manutenção do escritório de Palmas.

3. Defesa e Proteção dos Direitos Humanos

A Política de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos é vinculada à Superintendência de Direitos Humanos e Políticas de Drogas – SDHPD e atua através da Promoção à Diversidade Religiosa e de Gênero, Promoção à Igualdade Racial, à Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, Ações de Prevenção contra as Drogas e Tratamento e Reinserção Social ao Dependente Químico.

Tem como finalidade a promoção das 15 políticas atendidas pela Secretaria da Cidadania e Justiça e tem vinculados à sua estrutura conselhos de direitos que desenvolvem as políticas públicas, quais sejam:

- 1) Direitos da Pessoa Idosa
- 2) Direitos Humanos
- 3) Prevenção às Drogas
- 4) Conselho Penitenciário
- 5) Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT)
- 6) Promoção da Igualdade Racial
- 7) Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Tocantins (COETRAE)
- 8) Promoção à Diversidade Religiosa e de Gênero
- 9) Pessoa com Deficiência
- 10) Diversidade e Inclusão Social
- 11) Tratamento e Reinserção Social ao Dependente Químico
- 12) População em Situação de Rua
- 13) Programa de Proteção a Crianças e Adolescente Ameaçados de Morte - PPCAM
- 14) Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte - PROVITA

A SDHPD se destacou em 2024 pela implementação de ações voltadas para o fortalecimento dos direitos humanos no estado do Tocantins. Campanhas de conscientização foram realizadas com foco no combate à violência de gênero e à discriminação racial, bem como na promoção da igualdade de direitos. Essas cam-

panhas contaram com ampla participação da população, alcançando escolas, comunidades urbanas e rurais.

Ademais, foram promovidas oficinas e cursos de capacitação voltados para lideranças comunitárias, visando fomentar o protagonismo local na defesa de direitos fundamentais. Essas atividades tiveram como pilar a educação em direitos humanos e a disseminação de práticas inclusivas. Por meio de parcerias estratégicas com organizações não governamentais e instituições públicas, foi possível ampliar a abrangência das iniciativas, impactando positivamente milhares de pessoas.

No que tange às políticas sobre drogas, a SDHPD consolidou programas de reabilitação para dependentes químicos, oferecendo suporte psicossocial e oportunidades de reinserção social. Essas iniciativas foram acompanhadas por campanhas educativas que buscaram conscientizar jovens e adultos sobre os riscos associados ao uso de substâncias psicoativas.

Nas escolas, as ações preventivas foram intensificadas, com palestras e workshops que discutiram o tema sob diferentes perspectivas, desde a saúde pública até as questões legais. Também foram firmadas parcerias com organizações da sociedade civil, ampliando a rede de acolhimento e atendimento às famílias impactadas pela dependência química.

Apesar da Política de Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas desenvolver suas atividades através de inúmeras parcerias com outros órgãos da administração estadual e municipal, bem como, de parcerias com Sistema S, os recursos financeiros são, majoritariamente, de origem do tesouro estadual.

3.1 Superintendência de Direitos Humanos e Políticas de Drogas (SDHPD)

3.1.1 Participação em Eventos Nacionais e Reuniões Estratégicas:

- Encontro Nacional do Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) para implementação no Tocantins.
- Participação na 2ª Reunião da Comissão Interfederativa Permanente do CONAD e Reunião do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD).
- Participação no Fórum de Presidentes de Conselhos Estaduais sobre Drogas, discutindo integração entre conselhos e o poder público.

3.1.2 Capacitações e Oficinas:

- Realização de oficinas e palestras para gestores e operadores na área de Direitos Humanos.
- Oficinas de capacitação para rede de gestores estaduais.

3.1.3 Atividades Locais e de Suporte:

- Visitas a autoridades policiais e suporte a vítimas e familiares em casos de agressão.
- Participação em eventos educacionais, workshops, e reuniões para fortalecimento de conselhos estaduais.

3.2 Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH)

3.2.1 Fortalecimento e Formação:

- 2º Curso de Formação de Conselheiros de Direitos Humanos para alinhamento conceitual e fortalecimento do conselho.
- Fórum de Diálogos sobre a conjuntura e desafios dos Direitos Humanos.

3.3 Conselho Estadual sobre Drogas

3.3.1 Atividades de Prevenção e Discussão de Políticas:

- Realização do 2º Fórum Estadual de Políticas sobre Drogas, com membros da sociedade civil e governo.
- Visitas técnicas a centros de tratamento e recuperação no estado, incluindo Miracema e Palmas.

3.3.2 Educação e Mobilização Social:

- Palestras preventivas sobre uso de drogas em escolas estaduais.
- Blitz educativa em Palmas durante o Dia Nacional de Combate às Drogas e Alcoolismo.

3.4 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/TO)

3.4.1 Conferências e Participação Nacional:

- Realização da 5ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, promovendo inclusão e discussões políticas no estado.
- Participação na 5ª Conferência Nacional, em Brasília, para fortalecimento de políticas públicas inclusivas.

3.4.2 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIPI/TO)

3.4.2.1 Mobilização Municipal e Capacitação:

- Visitas a todos os 139 municípios para fortalecimento e criação de conselhos municipais dos direitos da pessoa idosa.
- Participação em evento técnico nacional para discussão de estratégias de captação de recursos e alinhamento de políticas públicas.

3.4.2.2 Eventos e Conscientização:

- Ações no Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, com palestras e mobilização regional.

3.5 Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura

3.5.1 Criação de Estruturas Operacionais:

- Criação e aprovação do regimento interno do comitê e organização do edital para seleção de peritos do Mecanismo Estadual de Combate à Tortura.
- Participação em lives e seminários de capacitação.

3.6 Diretoria de Prevenção contra as Drogas

3.6.1 Eventos Educativos e Preventivos:

- Palestras em escolas para jovens de Araguaína e Monte do Carmo.
- Produção e distribuição de materiais informativos de prevenção a 138 municípios.

3.6.2 Atuação em Comunidades e Parcerias:

- Participação em mutirões como o “Defensorias do Araguaia” na Ilha do Bananal.
- Colaboração em eventos de conscientização em comunidades indígenas e terapêuticas.

3.7 Diretoria de Diversidade e Inclusão Social

3.7.1 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos:

- Reuniões com gestores estaduais para discussão de políticas de inclusão e adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).
- Organização do Fórum Estadual da Igualdade Racial e ações para mobilização em diversos municípios do Tocantins.

3.7.1 Gerência de Promoção à Igualdade Racial, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência

3.7.1.1 Fórum e Ações de Igualdade Racial:

- Organização do Fórum Estadual da Igualdade Racial, com eleição do Conselho Estadual em Palmas.

- Reuniões sobre adesão ao SINAPIR, apresentando o processo e seus benefícios a diversos municípios, como Palmeirópolis, Gurupi e Aliança.

3.7.1.2 Defesa das Pessoas com Deficiência:

- Participação no 5º Encontro Nacional das Pessoas com Deficiência, em Brasília, para discutir propostas de políticas inclusivas.
- Reuniões com gestores municipais em Araguaína e Tocantinópolis para adesão ao SINAPIR.

3.7.1.3 Gestão de Políticas para PCD:

- Criação do Fórum Nacional de Gestores de Políticas para Pessoas com Deficiência (FNGPPCD) durante evento em Brasília.

5. Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente

No âmbito da defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente, esta Pasta atua na articulação da rede estadual promovendo ações para a capitalização da temática junto à sociedade, bem como efetivando parcerias para garantir o acesso aos direitos básicos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SASPDCA) realizou em 2024 uma série de ações voltadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente, com ênfase no atendimento socioeducativo, na proteção contra violências e na articulação intersetorial para fortalecimento de políticas públicas.

Encontros regionais foram realizados para promover a articulação intersetorial entre diferentes órgãos e instituições envolvidas na proteção infantil.

Esses eventos resultaram na criação de diretrizes que visam padronizar os atendimentos e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

No âmbito do sistema socioeducativo, a superintendência promoveu a educação como eixo central para a reintegração social. Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas participaram do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL), ampliando suas oportunidades de acesso à educação superior e ao mercado de trabalho.

Adicionalmente, foram organizadas atividades culturais e esportivas que incentivaram a autoestima e o fortalecimento dos vínculos familiares. O apoio às famílias dos socio educandos também foi uma prioridade, com eventos que proporcionaram momentos de convivência e reflexão.

Além disso, a Seciju tinha como prioridade para este ano atender a meta de construção de 49,47% do Centro de Atendimento Socioeducativo Case, no entanto atingiu apenas 27,87% da meta, executando 22,65% do recurso destinado. O atraso da meta se justifica devido a condições adversas de clima e tempo o que prejudicou o bom andamento da obra.

Por fim, além de utilizar recursos do tesouro estadual para manutenção e estruturação da política de proteção à criança e adolescente, a Secretaria da Cidadania e Justiça celebrou convênio com o Ministério dos Direitos Humanos e a Cidadania, com a finalidade de adquirir equipamentos eletrônicos e mobiliário para

estruturar as unidades do Sistema Socioeducativo. Também é parte fundamental no repasse de emendas parlamentares que são destinadas à Organizações da Sociedade Civil que executam atividades para crianças e adolescentes.

4.1 Sistema Socioeducativo:

A gestão do Sistema Socioeducativo executou suas ações com êxito nas 10 unidades socioeducativas do estado foram voltadas à atenção a saúde do adolescente, escolarização, profissionalização, esporte, cultura, lazer e espiritualidade, objetivando assegurar aos adolescentes e jovens que estejam no Atendimento Socioeducativo, seus direitos, de acordo com suas demandas específicas e em consonância focando em:

4.1.1 Atendimento integral aos adolescentes:

- Cuidados com saúde, escolarização e profissionalização.
- Oferta de atividades culturais, esportivas e espirituais.
- Fortalecimento dos vínculos familiares por meio de visitas e programas

de apoio.

4.1.2 Investimentos:

- Entrega de equipamentos como aparelhos DE ar-condicionado, refrigeradores e materiais permanentes (violões, livros e máquinas de cortar cabelo).
- Gasto total de R\$ 2.127.414,15 em diferentes itens e serviços, incluindo alimentação, material de consumo e assistência psicológica.

4.1.3 Núcleo de Apoio ao Egresso e Família:

- Realização de 167 atendimentos a adolescentes egressos e suas famílias em 26 municípios.
- Produção de cartilhas informativas e acompanhamento presencial e virtual.

4.2 Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

As campanhas educativas alcançaram milhares de pessoas em todo o estado, com destaques para:

- “Não Desvie o Olhar – Carnaval 2024”: Sensibilização sobre violência sexual e trabalho infantil, alcançando 2.500 pessoas em Palmas e Gurupi.
- “Faça Bonito – 18 de Maio”: Campanha presencial e online, beneficiando 2.000 pessoas.
- Capacitações sobre violência sexual e doméstica:
 - Cursos presenciais beneficiaram 106 profissionais de 15 municípios.
 - Formações EAD do SIPIA atenderam 525 conselheiros tutelares e técnicos em 103 municípios.

4.3 Promoção dos Direitos da Primeira Infância:

- Campanhas de sensibilização:
 - “Neste Verão, Não Desvie o Olhar” alcançou 2.500 pessoas em regiões de praias e rios.
 - Seminários virtuais e eventos presenciais mobilizaram mais de 500 participantes em temáticas da primeira infância.
- Articulação para Planos Municipais da Primeira Infância:
 - Suporte técnico a vários municípios para elaboração de planos locais, promovendo políticas integradas para crianças de 0 a 6 anos.

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETAS, tem a missão de Promover as Políticas de Desenvolvimento Social e Trabalho, gerando a inclusão social, a proteção à família, aos indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e aos trabalhadores.

O relatório que ora apresentamos está em consonância com os objetivos propostos no Plano Plurianual 2024 a 2027, destacando-se os seguintes resultados, no tocante ao exercício de 2024.

Política de Segurança Alimentar

A política de segurança alimentar visa promover o acesso à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional como direito fundamental do ser humano, reduzir o desperdício de alimentos e melhorar a qualidade de vida da população tocantinense. Com objetivo de promover a adoção de hábitos alimentares saudáveis, estimulando a produção e o consumo de alimentos regionais e o uso de plantas alimentícias não convencionais para enriquecer a alimentação.

142 pessoas foram capacitadas em oficinas de Promoção da Alimentação Saudável em 06 municípios, são eles: Cristalândia, Gurupi, Itacajá, Itapiratins, Santa Terezinha e Tocantínia.



Município de Gurupi TO



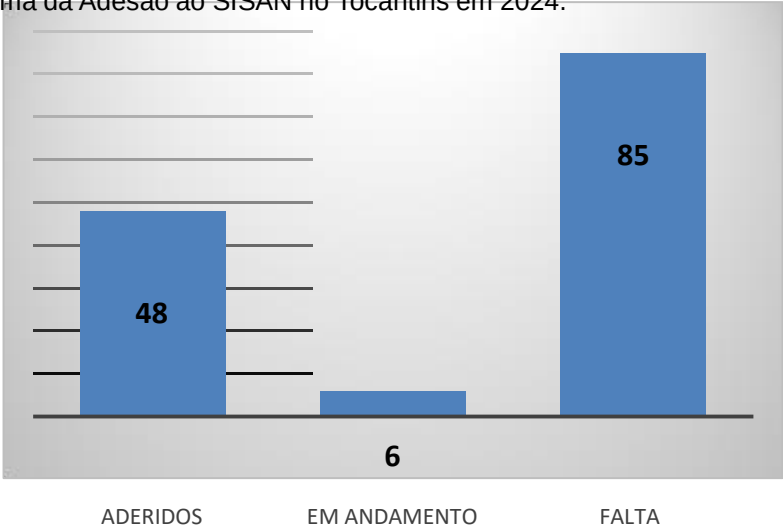
Município de Santa Terezinha TO



Município de Tocantínia TO

No SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, 25 municípios realizaram adesão em 2024, totalizando 48 aderidos, são eles: Abreulândia, Ananás, Angico, Aragominas, Araguacema, Araguatins, Arapoema, Babaçulândia, Brejinho de Nazaré, Buriti do TO, Cachoeirinha, Caseara, Colinas do Tocantins, Couto Magalhães, Cristalândia, Darcinópolis, Divinópolis do Tocantins, Dueré, Fátima, Goiatins, Gurupi, Itapiratins, Itaporã, Jaú do Tocantins, Juarina, Luzinópolis, Marianópolis, Maurilândia, Miranorte, Muricilândia, Nazaré, Nova Olinda, Palmeirópolis, Palmas, Piraquê, Presidente Kennedy, Riachinho, Rio dos Bois, Santa Maria do TO, Santa Terezinha do Tocantins, São Salvador, São Sebastião do TO, São Valério, Sítio Novo do TO, Tabocão, Taguatinga e Talismã.

Gráfico – Panorama da Adesão ao SISAN no Tocantins em 2024.



Fonte: Informações da GSAN, elaboração GPC, Whátina Mota dez/2024.

Realização de visitas técnicas em 41 municípios para acompanhamento do funcionamento das Centrais de Abastecimento da Agricultura familiar e orientação técnica quanto à adesão ao SISAN Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, são eles: Aliança do Tocantins , Ananás, Angico, Arraias, Aurora, Bandeirante do TO, Brasilândia, Brejinho de Nazaré, Chapada de Areia, Colinas do Tocantins, Colméia do TO, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Fátima, Guaraí, Gurupi, Itacajá, Itapiratins , Lagoa da Confusão, Lagoa do Tocantins, Lajeado do TO, Luzinópolis, Marianópolis do Tocantins, Miranorte, Novo Acordo, Novo Jardim, Oliveira de Fátima, Palmeiras do TO, Paraíso do Tocantins, Paranã, Pindorama, Pium, Presidente Kennedy, Rio dos Bois, Rio Sono, Santa Tereza, São Miguel do TO, Silvanópolis, Tocantínia, Tocantinópolis, Tupiratins.



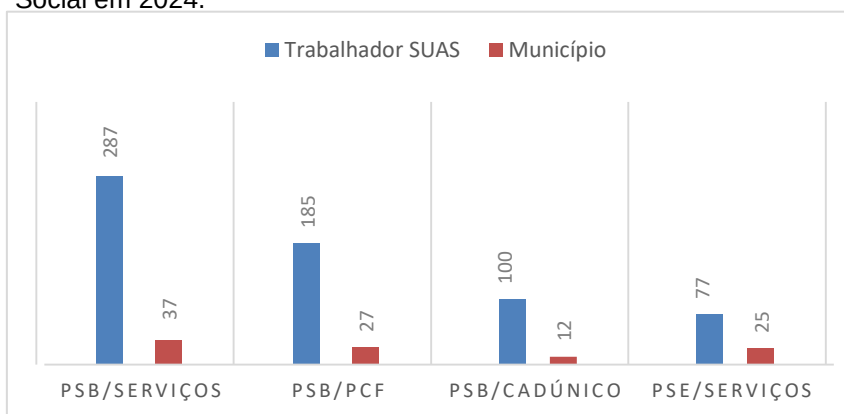
Município de Ananás TO

Política de Assistência Social

A política de assistência social compreende a garantia da proteção social aos cidadãos e cidadãs, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

649 trabalhadores do SUAS, entre gestores de Assistência Social e técnicos de 74 municípios receberam visitas técnicas de alguma equipe estadual dos Serviços da Proteção Social Básica e Especial, Programa Primeira Infância no SUAS, Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família.

Gráfico – Número de municípios visitados e trabalhador do SUAS orientado por área da Assistência Social em 2024.



Fonte: Relatório das áreas, elaboração Gerência de Planejamento, Whátina Mota, dez/2024

Realização de visitas técnicas para orientação de 287 trabalhadores do SUAS (gestores e técnicos do CRAS), quanto a oferta dos serviços da Proteção Social Básica em 37 Unidade de CRAS: Abreulândia, Aparecida do Rio Negro, Araguacema, Barra do Ouro, Barrolândia, Caseara, Colméia, Crixás, Divinópolis, Dois Irmãos do Tocantins, Fátima, Filadélfia, Goianorte, Itaporã do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Marianópolis, Miracema, Miranorte, Monte do Carmo, Nova Olinda, Oliveira de Fátima, Paraíso CRAS Pouso Alegre e CRAS Terezinha Benício), Pequizeiro, Piraquê, Pium, Porto Nacional (CRAS Esperança, CRAS Nelcirene

Rodrigues Soares, CRAS Santino Dias e CRAS União), Rio dos Bois, Santa Rita, Santa Tereza Silvanópolis e Tocantínia.



CRAS de Fátima TO.



CRAS de Abreulândia TO

Realização de visitas técnicas em 27 municípios para orientação de 185 trabalhadores do SUAS (gestores e técnicos), quanto a oferta do Programa Primeira Infância no SUAS, são eles: Araguacema, Araguanã, Arapoema, Arraias, Babaçulândia, Barra do Ouro, Barrolândia, Bom Jesus, Campos Lindos, Caseara, Colinas, Conceição do Tocantins, Cristalândia, Divinópolis, Dois Irmãos, Goiatins, Lagoa do TO, Muricilândia, Novo Acordo, Pau D'Arco, Ponte Alta do Bom Jesus, Ponte Alta do TO, Rio Sono, Silvanópolis, Taguatinga, Tocantínia e Xambioá.



Silvanópolis TO.



Goiatins TO.

Realização de visitas técnicas em 12 municípios para orientação de 100 trabalhadores do SUAS (gestores e técnicos), quanto a Gestão do Cadúnico e Programa Bolsa Família/PBF, são eles: Araguaçu, Araguaína, Augustinópolis, Dueré, Ipueiras, Paraíso do Tocantins, Piraquê, Porto Alegre do Tocantins, Pugmil, Rio dos Bois, Santa Rosa do Tocantins e Sucupira.



Santa Rosa TO



Ipueiras TO.

Realização de visitas técnicas em 25 municípios para monitoramento/orientação aos 77 trabalhadores do SUAS (gestores e técnicos), acerca da realização das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI e da execução dos Serviços de Proteção Social Especial de média e alta complexidade, são eles: Ananás, Angico, Aparecida do Rio Negro, Bom Jesus, Cachoeirinha, Chapada da Natividade, Combinado, Couto Magalhães, Darcinópolis, Itapiratins, Lavandeira, Novo Acordo, Novo Jardim, Pau D'arco, Pedro Afonso, Pequizeiro, Piraquê, Ponte Alta do Bom Jesus, Rio da Conceição, Rio Sono, Santa Maria, Taguatinga, Tupirama, Wanderlândia e Xambioá.



Couto Magalhães TO



Chapada da Natividade TO

Quanto aos serviços ofertados nos 3 CREAS Regionais, em 2024 foram realizadas 144 visitas pelas equipes técnicas dos serviços para acompanhamento de 111 famílias no PAEF – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos e o Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto.

Os 3 Serviço Regionalizados de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e Adolescentes. Em 2024 5 crianças foram acompanhadas, destas 3 foram desligadas do serviço e 2 continuam em acompanhamento. O Serviço conta com 09 Famílias Cadastradas, a saber: 1 nos em Lagoa do Tocantins, Ponte Alta, Paranã, Pindorama, Santa Tereza, São Félix e Mateiros; e 2 em Taguatinga. Em 2024 foram realizadas reuniões de divulgação do serviço e mobilização para captação de Famílias Acolhedoras nos municípios vinculados.

Realização de 31 eventos direcionados à Política de Assistência Social, entre 05 Capacitações e 26 Orientações Técnicas na modalidade online e presencial sobre a Política de Assistência Social, totalizando 3.070 vagas para a gestão municipal de Assistência Social, quanto a Gestão do SUAS e oferta dos serviços da Proteção Social Especial, Proteção Social Básica, Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz e Benefícios socioassistenciais.

Relação de Capacitação

SQ.	CAPACITAÇÃO	Nº PESSOA	MUNICIPIOS
1	Capacitação presencial - SIBEC 5 turmas, pela Caixa Econômica Federal com apoio da SETAS, abr/2024.	120	72 municípios
2	Capacitação presencial - V7 - 03 turmas, Sistema do Cadastro Único realizada pela Caixa Econômica Federal com apoio da SETAS, jun/2024.	72	52 municípios
3	Capacitação sobre os municípios Prioritários - MUP's pela equipe técnica estadual SETAS, SEDUC, SES e CEAS, mai a set/2024.	417	10 municípios
4	Capacitação presencial sobre o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes jun/2024.	104	47 municípios
5	Capacitação presencial dos Formulários do Cadastro Único realizada nos municípios polos de Araguatins, Natividade e Guaraí set e out/2024.	81	49 municípios
	TOTAL DE VAGAS	794	

Relação de Orientação presencial

SQ.	ORIENTAÇÃO PRESENCIAL	Nº PESSOA	MUNICIPIOS
1	Encontro de formação sobre o processo de implantação e funcionamento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes, aos Técnicos do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – NUDECA, mar/2024.	03	01 município
2	Oficina de Orientação Técnica presencial acerca dos Serviços da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade dos Serviços Regionalizados - CREAS e Acolhimento em Família Acolhedora com sede em Palmas/TO, jun/2024.	15	9 municípios
3	Encontro FNAS PELO BRASIL Etapa Tocantins, em parceria a SNAS Secretaria Nacional de Assistência Social, Palmas TO, jun/2024.	370	121 municípios
4	Orientação presencial para o município de Palmas, sobre os Serviços de Proteção Social Básica de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, ago/2024.	25	1 município
5	Orientação presencial sobre o preenchimento do Censo SUAS/2024 Posto de Cadastramento, aos Coordenadores municipais do CadÚnico dos 139 municípios, bloco J da UFT/Palmas TO, out/2024, out/2024.	55	53 municípios
6	Orientação presencial sobre o preenchimento do Questionário Censo SUAS CRAS, aos Coordenadores e/ou técnicos das unidades de CRAS dos municípios, bloco J/SALA 306 da UFT/Palmas TO, out/2024	91	64 municípios
7	Orientação presencial sobre o preenchimento do Censo Suas/2024 Gestão/ Fundo/ Conselho na UFT/Palmas TO Secretário/a, Técnico da gestão e CMAS, out/2024.	131	66 Municípios
8	Orientação técnica quanto ao preenchimento dos questionários do Censo SUAS de Acolhimento Institucional, na Universidade Federal do Tocantins – UFT, out/2024.	12	6 municípios
9	Orientação técnica quanto ao preenchimento dos questionários do Censo SUAS Família Acolhedora, na Universidade Federal do Tocantins – UFT, out/2024.	07	5 municípios
10	Orientação técnica quanto ao preenchimento dos questionários do Censo SUAS CREAS, na Universidade Federal do Tocantins – UFT, out/2024.	26	14 municípios
11	Orientação técnica quanto ao preenchimento dos questionários do Censo SUAS de Centro Dia e Similares, na Universidade Federal do Tocantins – UFT, out/2024.	01	1 municípios
	TOTAL DE VAGAS	736	

Relação de Orientação online

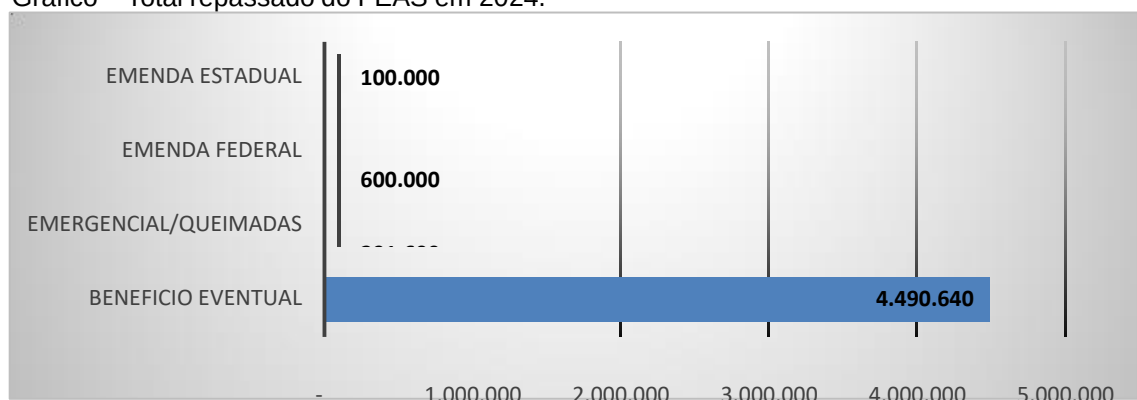
SQ.	ORIENTAÇÃO ONLINE	Nº PESSOA	MUNICÍPIOS
1	Orientação Técnica on-line para alinhamento quanto à execução dos Serviços Regionalizados de CREAS de Pedro Afonso, Taguatinga e Palmas, jan/2024.	8	03 municípios
2	Orientação on-line, sobre cadastro e ativação das equipes municipais de referência do Programa pela Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz no sistema E-PCF, jan/2024.	95	63 municípios
3	1ª Orientação on-line com Novos Coordenadores CadÚnico, fev/2024.	168	60 municípios
4	2ª Orientação on-line com Novos Coordenadores CadÚnico, sobre Ação de Qualificação Cadastral de 2024, fev/2024	303	58 municípios
5	2 Orientações Técnica on-line para alinhamento na execução do Serviço Regionalizado de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes com sede em Xambioá – TO, fev e set/2024.	3	1 município
6	Orientação on-line de Apoio Técnico às Equipes de Referência do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz (PI-SUAS/CF), mar/2024.	206	57 municípios
7	Orientação on-line para os coordenadores dos municípios prioritários MUPS, mar/2024.	57	10 municípios
8	Orientação on-line de Apoio Técnico às Equipes de Referência do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz (PI-SUAS/CF), sobre instrumentais de trabalhos dos pilares estruturantes do PI-SUAS/CF como: Visita Domiciliar, Intersetorialidade e os formulários, abr/2024.	188	52 municípios
9	2 Orientações Técnica on-line para alinhamento na execução do Serviço Regionalizado de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes com sede em Taguatinga – TO, abr/2024.	03	01 município
10	Orientação Técnica on-line para alinhamento quanto à execução dos Serviços Regionalizados de CREAS de Pedro Afonso, mai/2024.	12	05 municípios
11	3º Seminário Estadual online em alusão ao Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, dia 12 de junho, com o Tema: O Tocantins Diz não ao Trabalho Infantil - “CRIANÇA QUE TRABALHA NÃO CRESCE, ATROFIA”, jun/2024.	49	35 municípios
12	Reunião online para avaliação e alinhamento das ações realizadas dos Serviços Regionalizados de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes com sedes em Taguatinga e Xambioá, ago/2024.	06	02 municípios
13	Orientação online com os(as) Técnicos(as) de Referência (Pessoa de Referência) da Proteção Social Especial, quanto a oferta dos serviços da PSE, set/2024.	116	63 municípios
14	Orientação online sobre o sistema Gestão BB Ágil, set/2024.	174	83 municípios
15	Orientação online sobre o preenchimento do Demonstrativo Sintético Físico Financeiro/2023, out/2024.	152	81 Municípios
	TOTAL DE VAGAS	1.540	



O Programa Criança Feliz - PCF atende gestantes e crianças de até seis anos, incluídas no Cadastro Único e crianças de até 6 seis anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A SETAS apoia tecnicamente as equipes municipais para gestão e execução do Programa nos 65 municípios com adesão ativa ao programa no estado. Em 2024 foram realizadas 284.423 mil visitas com atendimento para 10.920 pessoas. Dentre o público atendido estão contemplados: 9.325 famílias, 9.349 crianças de 0-36 meses, 26 de 37-72 meses e 1.545 gestantes, segundo o sistema nacional de acompanhamento do programa.

REPASSE FINANCEIRO DE R\$ 5.582.240,00 PARA 133 MUNICÍPIOS DO FEAS – FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENTRE COFINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, EMENDA FEDERAL E ESTADUAL.

Gráfico – Total repassado do FEAS em 2024.



Fonte: Relatório das áreas, elaboração Gerência de Planejamento, Whátina Mota, dez/2024.

Repasse financeiro (cofinanciamento) de R\$ 4.782.240,00, sendo R\$ 4.490.640,00 para 133 municípios, referente à parcela regular de 2024, destinado aos Benefícios Eventuais (famílias com auxílio natalidade, funeral e auxílio temporal e calamidade pública) e R\$ 291.600,00 em caráter emergencial em decorrência das queimadas para 9 municípios, são eles: Araguañã, Carmolândia, Centenário, Formoso do Araguaia, Pequizeiro, Pugmil, Sampaio, São Miguel do Tocantins e Tocantínia, conforme Decreto 6.840 DO 6649 e Resolução CEAS/TO DO 666

9.

Informo que em decorrência da ausência de prestação de contas à SETAS, 6 municípios não receberam a parcela regular de 2024: Axixá, Esperantina, Muricilândia, Palmeirante, Sandolândia e São Félix.

Está em andamento o repasse financeiro de R\$ 600.000,00 beneficiando

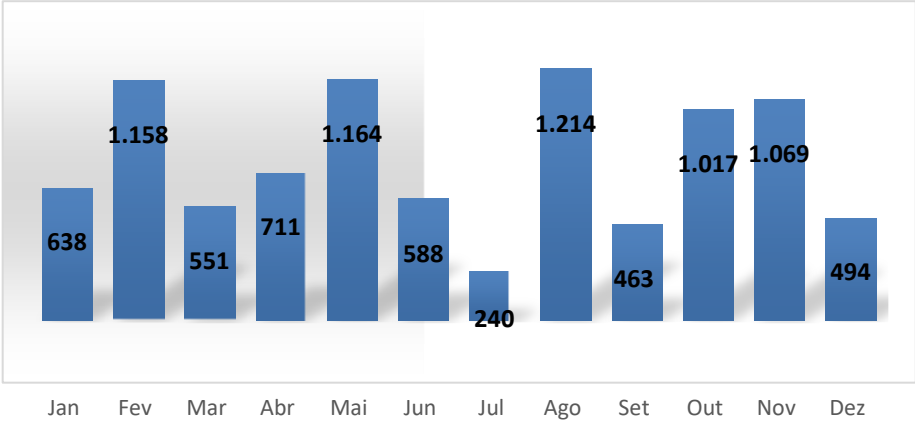
12 APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Estado do Tocantins, sendo R\$ 50.000,00 para cada, aos seguintes municípios: Aliança, Alvorada, Araguaçu, Araguaína, Barrolândia, Colinas, Colmeia, Dois Irmãos, Guaraí, Paraíso, Porto Nacional e Tabocão. O Recurso de Emenda Parlamentar Federal da Senadora Professora Dorinha Seabra, que totaliza R\$ 1.948.641,00 para atender o total de 36 APAE e 24 estão em análise para posterior execução.

Repasse financeiro de R\$ 100.000,00 referente a Emenda Parlamentar Estadual do Dep. Leo Barbosa à APAE de Porto Nacional para aquisição de 01 automóvel.



Entrega de 9.307 Cartões do Idoso em 2024, demonstra o compromisso do Estado com a garantia dos direitos da pessoa idosa. Com objetivo de assegurar a gratuidade em transportes intermunicipais, contribui para a promoção da cidadania e da inclusão social, alinhada aos princípios da dignidade humana e do envelhecimento ativo.

Gráfico - Número de Cartão do Idoso Entregue em 2024.

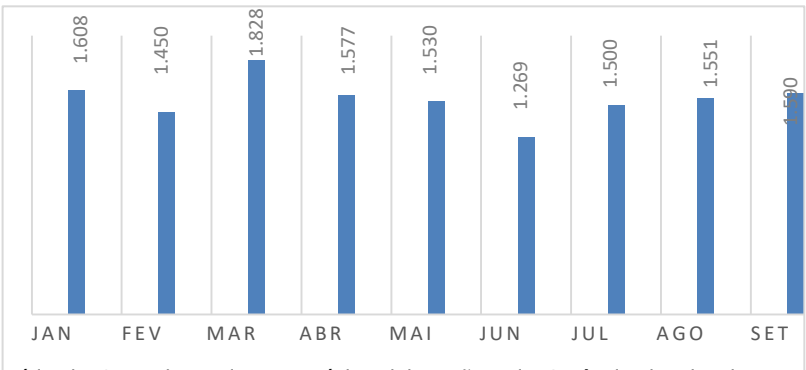


Fonte: Relatório da área - Benefícios Eventuais, elaboração Gerência de Planejamento, Whátina Mota, 10 dez/2024.



Em 2024 – 17.135 usuários foram atendidos na Casa de Apoio Vera Lúcia Pagani, além do fornecimento de 35.254 refeições entre almoço e jantar, ref. nov/2024. A estrutura física da Casa é composta por mais de 120 leitos equipados com beliches e ar-condicionado, cozinha, brinquedoteca, sala interdisciplinar, parquinho, área de convivência e capela.

Gráfico - Número de atendimento na Casa de Apoio Vera Lúcia Pagani exercício 2024.



Fonte: Relatório da Casa de Apoio Vera Lúcia, elaboração pela Gerência de Planejamento e Convênios/Whátina Mota, nov/2024.

Política de Economia Solidária

Compreende ações e programas que favorecem a inserção no mundo do trabalho, do empreendedorismo ou de empreendimentos da economia solidária. Em 2024, 147 foram capacitadas em 12 cursos de Geração de Renda e 1.936 pessoas

atendidas em ações de divulgação e oficinas dos cursos ofertados de Inclusão Produtiva em 20 municípios, a saber: Aragominas, Araguatins, Brejinho de Nazaré, Gurupi, Marianópolis, Mateiros, Muricilândia, Novo Acordo, Palmas, Pedro Afonso, Pindorama, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional, Santa Fé do Araguaia, Santa Tereza, São Félix do Tocantins e Tocantínia.



Novo Acordo TO



Gurupi TO



Itapiratins TO

Realização de 4 Conferências Intermunicipal de Economia Popular e Solidária, nos municípios de Araguatins, Marianópolis, Ponte Alta do Tocantins e Porto Nacional e participação de 324 pessoas. O evento destacou eixos como fomento ao cooperativismo, formações, oficinas, palestras, rodas de conversa e apresentações musicais.

Realização de 2 Plenárias Estadual de Economia Solidária de 2024, em Araguacema e Porto Nacional. O evento foi organizado pelo Fórum Estadual de Economia Solidária, com o apoio da COMSAÚDE, além de parceiros do governo estadual/municipal e dos Empreendimentos Solidários, que contou com a presença de 135 participantes.

Repasse financeiro de R\$ 100.000,00 referente a Emenda Parlamentar Estadual da Dep. Janad, para atender à Ação Social Arquidiocesana de Palmas, para realização de capacitação de geração de renda.

Política do Trabalho

A política de Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Tocantins inclui diversas ações voltadas ao apoio dos desempregados, como o seguro-desemprego e o abono salarial, além de iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra dos trabalhadores. Conforme dados da Base Geral de Intermediação de Mão de Obra – BGIMO, no exercício de 2024, realizaram diversos atendimentos relacionados aos serviços de intermediação de mão de obra (ref. nov/2024), sendo:

- 65.243 Procedimentos de atendimentos ao trabalhador;
- 1.120 Trabalhadores colocados no mercado de trabalho;
- 8.197 Vagas Captadas;
- 15.831 Trabalhadores/as encaminhados/as ao mercado de trabalho.

Nos 9 Postos do SINE: Araguaína, Araguaatins, Colinas do Tocantins, Guaraí, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Luzimangues.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregos e Desempregos – CAGED, de outubro de 2024, o Tocantins registrou um desempenho positivo no mercado de trabalho, com a criação de 1.316 novos empregos formais. O Estado contabilizou 11.780 admissões e 10.464 desligamentos, resultando em uma variação relativa de 0,51%, superior à média nacional de 0,28%. Em termos proporcionais, o Tocantins destacou-se como uma das Unidades Federativas com maior variação relativa (+0,51%) no estoque de empregos em comparação ao mês anterior.

Foram realizadas 85 atividades formativas de orientação profissional e pessoal que beneficiaram 5.743 trabalhadores e servidores vinculados à Superintendência do Trabalho e Emprego. Com o objetivo de oferecer orientações práticas para a vida profissional e pessoal, além de proporcionar oportunidade de descobrir e aprimorar suas habilidades. As ações desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de competências que aumentam a empregabilidade.



Em 2024 o Tocantins contratou **2740 jovens de 16 a 21 anos por meio do Programa Jovem Trabalhador**, desenvolvido pela SETAS, que se consolidou como o maior programa de inclusão do estado. Com foco em tecnologia e impacto social, o programa oferece qualificação profissional, promove a inclusão e garante acesso ao primeiro emprego para jovens em situação de vulnerabilidade (ref. dez/2024).

Atualmente 30 jovens em medida socioeducativa em 11 municípios estão inseridas no programa jovem trabalhador, com idade entre 16 e 20 anos, 20 gestantes perpassando por meses diferentes em relação ao período gestacional a partir dos 16 anos de idade em 18 municípios e 68 jovens que faz parte do público PCD, com características de limitações físicas, mentais, intelectuais diversificadas, porém ao mesmo tempo subjetivas necessitando assim de articulações diversas e adaptativas a cada realidade.



Jovens do Programa Jovem Trabalhador, 2024.

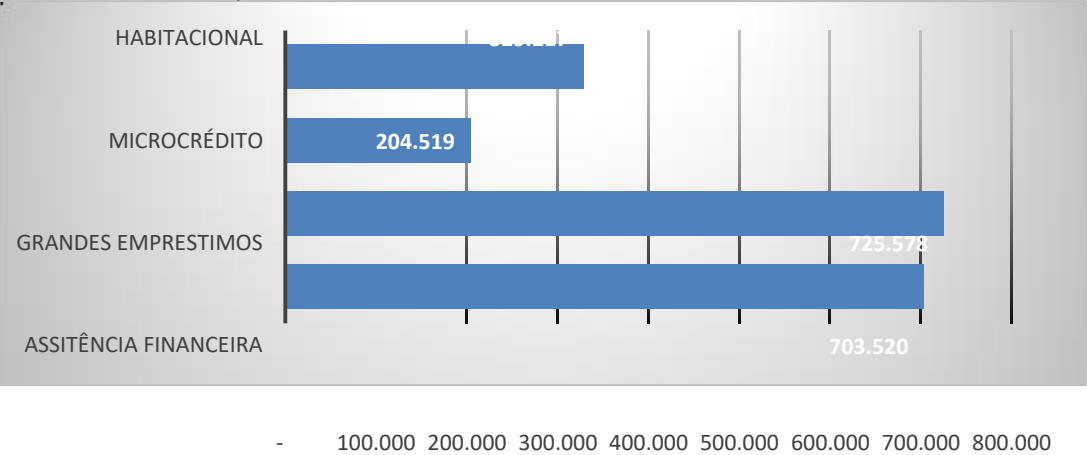
10 jovens do Programa Jovem Trabalhador foram selecionados para representar o Estado em um Intercâmbio cultural na Espanha de 15 a 22 de março de 2025 “Partiu, Barcelona”.



Programa de Crédito aos Empreendedores Formais e Informais e Assistência Financeira aos Servidores Estaduais

Em relação aos recursos de Recuperação de Crédito no exercício de 2024 referente ao Microcrédito corresponde o valor de R\$ 204.519; Assistência Financeira R\$ 703.520; Habitacional R\$ 329.217 e Grandes Empréstimos R\$ 725.578 totalizando 1.962.836,00 (um milhão novecentos e sessenta e dois mil oitocentos e trinta e seis reais), vinculado ao FUNDES Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, ref. nov/2024.

Gráfico – Valor recuperado no FUNDES no exercício 2024.



Fonte: Relatório da Diretoria de Microcrédito, elaboração pela Gerência de Planejamento e Convênios/Whátina Mota, nov/2024.

Ouvidoria SETAS

Os atendimentos da Ouvidoria/SETAS em 2024 contabilizaram 41 registros de manifestações formalizados na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – FalaBR, perfazendo o percentual de 87,5% (35 registros) concluídos, 4 arquivados e 2 em andamento.

SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Apresentamos o relatório anual das ações e resultados da Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional - SECIHD destacando que durante o último ano, nossa equipe dedicou esforços significativos para promover a excelência na execução e o fortalecimento das ações em diversos municípios tocantinsenses. Por meio de programas, projetos e parcerias, buscamos proporcionar qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável presente em todo o Estado do Tocantins.

Para retratarmos tudo aquilo que foi realizado no decorrer desse ano de 2024, relatamos abaixo as prioridades e metas com vistas a apresentar as principais ações e atividades que foram desenvolvidas durante o exercício de 2024 neste órgão, em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA), com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e com o PPA – Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o exercício de 2024.

Promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável das cidades.	Transferir recursos de convênios para execução de obras do Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego e Renda.
	Subsidiar 50 municípios na elaboração e execução de projetos, construções e reformas de obras públicas.
	Atualizar a Política Estadual de Saneamento Básico.

1. Chamamento MCMV – FAR/ARSO
92

1.1 Finalizamos a etapa de contratação junto a CAIXA ECONOMICA FEDERAL, RODES, ESTADO E PREFEITURA DE PALMAS, com a assinatura do contrato. Em sequência foram realizadas formalidades que viabilizaram o início das obras do empreendimento. Atualmente o empreendimento está em início das obras no terreno e os procedimentos processuais estão finalizados com aprovação.



Assinatura do contrato com Caixa Econômica Federal e Construtora Rodes para construção de 176 novas unidades habitacionais verticais na ARSO 92.



*Início dos trabalhos de obras para construção de 176 unidades habitacionais na quadra ARSO 92 em Palmas
TO. Captação de Recursos no valor total de 31 milhões.*

2. Programa Habitacional do Governo do Estado – TO EM CASA:

2.1 Em continuidade a ações para criação, lançamento e implantação do programa habitacional do estado “TO em Casa (outro nome conforme a gestão demandar), as formalidades estão em andamento nos seguintes termos: A Lei de criação do programa encontra-se em fase de aprovação junto à SEFAZ/SEPLAN para manifestação quanto a custo da isenção do ITCD; posteriormente será encaminhado para manifestação da Casa Civil, e será remetido para votação na Assembleia Legislativa, publicação.

2.2 Em relação aos recursos que subsidiarão o programa na primeira fase, estamos acompanhando as tramitações do processo que autoriza a destinação de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões). O processo está em análise no STN. LEI Nº 4.050, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022. Publicado no Diário Oficial nº 6.233 de 20/12/2022. Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal.

3. Seleção PAC Regularização Fundiária em Paraíso do Tocantins:

3.1 Contrato assinado, conforme documento CE GIGOV/PM 5665/2024 - ESTADO DO TOCANTINS - TC 965967/2024 - Operação 1096842-68. 3.2 Contratação de empresa que realizará ações do procedimento de regularização fundiária em andamento: produção do termo de referência, licença ambiental e declaração de sustentabilidade.

4. Programa Minha Casa Minha Vida, FNHIS-SUB 50:

4.1. Apoiamos o município de Pugmil que solicitou a propositura de 25 unidades habitacionais. A proposta de número 56000005666/2024, no valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil) foi inserida na plataforma do Transfere.GOV.

5. Capacitações

5.1 Participamos da 29ª edição do Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União realizado em Palmas;

5.2 Participamos das reuniões ofertadas pelo Ministério das Cidades no âmbito dos programas NOVO PAC e MCMV.

5.3 A Superintendência teve uma participação especial no evento do Tribunal de Contas do

Estado do Tocantins – TCE. Oficializamos 87 gestores quanto a necessidade de que estes nos encaminhem suas demandas, nas áreas de atuação da SECIHD, a fim de produzirmos levantamentos, diagnósticos, pesquisas e proposição de projetos para captação de recursos.



Figura 3: Participamos das reuniões ofertadas pelo Ministério das Cidades no âmbito dos programas NOVO PAC e MCMV.



Figura 4: Fórum Regional de Fortalecimento da rede de parcerias – Etapa Tocantins

6. Perspectivas

2025:

6.1 Para o segundo semestre, propomos concluir as demandas até aqui iniciadas e viáveis de conclusão. E daremos andamento em novos projetos que estão em fase de estudo, diagnóstico, estruturação de projetos das áreas técnicas, tais como projetos de captação

de recursos. As demandas vão de projetos de engenharia específicos a convencionais que se destinam a: Povos Indígenas, Povos Tradicionais e Mulheres em situação de vulnerabilidade e idosos, bem como população de que se enquadre nos perfis de programas de interesse social do governo do estado e do governo federal. Os projetos estão alinhados com o governo federal e estão sendo formalizadas tratativas para implantação do programa habitacional a ser lançado pelo governo estadual pelo qual será oportunizado acesso a moradia e aos demais programas de governo nas áreas de atuação da SECIHD. A seguir alguns dos trabalhos em andamento: Realizar levantamento das demandas dos 139 municípios, a fim de obter diagnóstico das prioridades que devem constar nos projetos de captação de recursos para todas as Superintendências.

6.2 Colaborar e Participar na Conferências das Cidades, buscando contribuir na formalização das prioridades, demandas urgentes, gargalos e pontos a serem trabalhados nas prioridades de busca de recursos no âmbito da SECIHD.

6.3 Proposta para a construção da infraestrutura, urbanização e ambiental do setor lago norte na cidade de palmas (projetos iniciados). Propor fazer adequações à Superintendência de Habitação/Obras.

6.4 Requalificação de infraestrutura, urbanização e soluções ambientais para o projeto loteamento Taquari na cidade de Palmas – Tocantins (projetos iniciados). Propor fazer adequações a Superintendência de Habitação/Obras. Construção de novas unidades habitacionais no loteamento Taquari – T23; construir proposta para captação de recursos nos terrenos que o estado ainda tem disponível no loteamento; propor fazer adequações a Superintendência de Habitação/Obras.

6.5 Construção de novas unidades habitacionais horizontais na quadra ARSO 92 em Palmas – TO (SECIHD propor projetos e fonte de recursos à gestão superior); propor adequações a Superintendência de Habitação/Obras.

6.6 Articular com as demais superintendências projetos para propositura de captação de recursos, a fim de colaborar para cumprir as atribuições da Secretaria. Buscar na plataforma de Transfere.GOV programas que anualmente são disponibilizados e providenciar estudo e projetos para captação de recursos.

6.7 Articular com as áreas técnicas, formalizar projetos e possível demanda para captação de recursos que visem a construção, reforma e requalificação de banheiros para atender famílias com perfil econômico de enquadramento em habitação de interesse social, juntamente com setores de saneamento e engenharia.

6.8 Projetos visando a captação de recursos para Habitação, Saneamento, Irrigação e Desenvolvimento Urbano.

6.9 Instado a manifestar a respeito da solicitação em epígrafe, mas especificamente no contexto Prioridade e Metas, ratifico, Promoção do Desenvolvimento Ordenado e Sustentável das Cidades:

a) Transferiu com regularidade os recursos de Convênios para execução das obras do Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego;

b) Subsidiado com plena efetividade os municípios na elaboração, execução de projetos, construções e reforma de obras públicas;

c) Em que pese as dificuldades de trabalharmos e orientarmos os municípios Tocantinenses no setor de Saneamento, face ao processo eleitoral de 2024, avançamos razoavelmente com os prefeitos o processo de parcerias e atualização de demandas no Desenvolvimento Urbano Municipal.

6.10 Em relação a atualização da Política Estadual de Saneamento Básico, ficou um pouco prejudicada, face a continuidade da consultoria disponibilizada pelo Ministério das Cidades aos Estados Brasileiros em 2024 que visava apoiar tecnicamente os mesmos no Processo de Regionalização do Saneamento Básico.

Quanto o acompanhamento da Meta: **Subsidiar 50 municípios na elaboração e execução de projetos, construções e reformas de obras públicas**, foi identificado ao longo de 2023 que são 13 os municípios que possuem Plano Diretor, 3 possuem Plano de Mobilidade e Acessibilidade sendo dois deles por lei Municipal e possuem Plano Municipal de Saneamento Básico, no entanto, neste ano de 2024, não houve mudanças significativas em relação à implantação da política pública voltada a subsidiar os municípios na elaboração dos planos, de modo que, o atingimento da competência institucional de Desenvolvimento Urbano, com vistas à atingir o desenvolvimento ordenado e sustentável das cidades, depende diretamente do formulação dos citados instrumentos de foram planejada e conjugada com os princípios e diretrizes delineados pela Política Nacional. Em resumo, para o ano de 2025, a SECIHD, por meio desta diretoria, com os seus respectivos servidores, está em constante reuniões internas, no sentido de produzir/elaborar um projeto/programa, cujo objetivo é atender os municípios na elaboração dos planos municipais.

No entanto, dentre os principais aspectos contemplados, destacam-se a promoção e estímulo à diversificação econômica, a melhoria das condições de infraestrutura e acesso a serviços básicos, bem como a preservação ambiental.

Assim, a relatamos a formalização de inúmeros convênios, repasses financeiros, oriundos de programas de governo, com vistas a execução de projetos, construções e reformas de obras públicas, sendo pago o valor total de R\$ 692.957,76 (Seiscentos e noventa e dois mil e novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos) reais para o município de Augustinópolis – TO.

A obra cujo objeto é o **Repasse Financeiro para a Construção do muro de contenção de aterro do balneário no município de Augustinópolis-TO** se encontra concluída – 100% executada, conforme fotos a seguir.



Figura 1: Obra Finalizada: Construção do Muro de Contenção de Aterro do Balneário – Augustinópolis – TO

1) Principais Realizações:

✓ 29º Fórum Regional:

Tem o principal marco, a parceria entre entidades e redes federativas, aperfeiçoamento da gestão pública e da participação social em torno dos processos de transferências e parcerias da União, efetuados por meio da plataforma Tranferegov.br, gerida pelo Ministério da Gestão e Integração - MGI.

O Fórum se mostrou essencial para fortalecer a rede integrada de desenvolvimento e aprimorar o uso dos recursos disponíveis. A cada edição, observa-se o impacto positivo da união promovida pelo evento, mobilizando servidores em todo o país. O Governo Federal atua como catalisador, mas o trabalho principal é realizado pelos servidores que executam esses recursos diretamente para a população.

- ✓ Realização de ações iniciais para a 6ª conferências das Cidades Estadual e Municipal e seus conselhos. Em continuidade a execução da conferência, a criação do conselho estadual das cidades e comissão executiva.



Figura 2: Participação da diretoria no 29º Fórum Regional

Regularização Fundiária do município de Paraíso com recursos do Orçamento Geral da União – OGU no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), os procedimentos técnicos de contratação da empresa que executará os serviços, bem como os levantamento e produção dos documentos técnicos estão andamento.



Figura 3: Equipe Secihd: Desen. Urbano, Obras e Social – REURB Paraíso

Participação no evento do Tribunal de Contas do Estado – TCE, Transição Municipal Segura e Transparente. A participação da SECIHD no evento teve como objetivo orientar e solicitar que sejam disponibilizadas informações das demandas dos municípios junto aos prefeitos. Com isso, a secretarias das cidades com os municípios poderão formalizar mapeamento das cidades, levantamentos, e subsidiar processo de catação de recursos.



Figura 4: Oportunidade de orientar e solicitar Indicação demandas à SECIHD

Figura 5: Participação no evento do Tribunal de de contas do Estado – TCE, Transição Municipal Segura e Transparente

Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego e Renda - PROFEGE

O Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego foi idealizado e implantado na atual gestão com o principal propósito de fortalecer a economia, bem como gerar empregos e renda para a população nos 139 municípios.

Com o compromisso e transparência, apresentamos a relação de convênios executados, oriundos do Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego – PROFEGE transferidos no presente ano.

Dos 46 processos em execução, foram transferidos recursos financeiros para 16 (dezesesseis) municípios tocaninenses em 2024, com investimentos na ordem de R\$ 2.849.702,56 (dois milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, setecentos e dois reais e cinquenta e seis centavos) (relação de pagamentos em anexo), com recursos oriundos do Governo do Estado por meio do Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos –PROFEGE, prezando sobretudo pelo atingimento do Programa de Governo, PROFEGE (Programa de fortalecimento da economia e geração de emprego e renda), estando ainda vigentes e com prazo de execução prorrogadas, sobretudo em razão da não conclusão das obras, o que tem sido acompanhado pelos fiscais de convênio designados.

Dentre as entregas, foram revitalizados espaços públicos e quiosques em praças de municípios, construídos espaços de convivência, portal de entrada, ciclovias e pista de caminhada, mercados públicos, dentre outros objetos que proporcionaram a estes municípios o desenvolvimento econômico sustentável e o alcance da justiça social para sua população, conforme relação abaixo dos

As competências relacionadas ao saneamento foram atribuídas à SECIHD pela Lei 4.238, de 16 de outubro de 2023. A estrutura administrativa da Secretaria relacionada diretamente a essas competências consiste na Diretoria de Saneamento Básico, vinculada à Superintendência de Cidades e Desenvolvimento Urbano. A Lei Federal 11.445/2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Assim, temos que os serviços de saneamento básico compreendem: (i) abastecimento de água potável, (ii) esgotamento sanitário, (iii) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e (iv) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Assim, observando os diferentes eixos definidos pela legislação federal, a Diretoria de Saneamento se desdobra em três gerências: (i) Gerência de Água e Esgoto, (ii) Gerência de Gestão Estratégica de Resíduos Sólidos e (iii) Gerência de Drenagem, Controle, Mitigação e Prevenção de Riscos Urbanos.

Entre as significativas mudanças trazidas pela Lei Federal 14.026/2020, destacam-se a definição do prazo de 2033 para a universalização dos serviços de saneamento e a obrigatoriedade da regionalização dos serviços. Aqui, é importante destacar que, em virtude de característica inerentes e singulares dos serviços de água e esgoto, a regionalização não é um objetivo final, mas sim um instrumento, ou estratégia, para alcançar a universalização dos serviços.



Figura 01: Buscando inovação para projetos sustentáveis

A seguir, elencamos algumas das atividades relacionadas aos serviços de água e esgoto realizadas em 2024:

1. Seminário de Sensibilização, voltado especialmente aos gestores municipais, apresentando os principais pontos do Marco Legal do Saneamento, com destaque para a regionalização dos serviços;
2. Participação em agenda institucional promovida pela ATR com visita da AGESAN-RS e visita conjunta à ETE Norte, em Palmas;
3. Parceria com as prestadoras BRK Ambiental/Saneatins e Hidro Forte Saneamento para participação na Agrotins 2024;
4. Participação na inauguração da expansão de ETE em Gurupi;
5. Visita a comunidades indígenas em Tocantínia, para avaliação da possibilidade de projetos direcionados a comunidades de povos originários e tradicionais;
6. Reuniões institucionais e solicitação de documentação e informações às prestadoras que atuam no Tocantins, como subsídios para iniciar a elaboração do diagnóstico da situação dos serviços públicos de água e esgoto em cada um dos municípios;
7. Participação da Gerente Água e Esgoto na Brazil Water Week 2024, evento bienal promovido pela ABES, com palestrantes brasileiros e estrangeiros apresentando as melhores soluções e inovações, referências no setor;
8. Reunião inicial sobre a viabilidade de cooperação técnica com a Secretaria das Cidades do Ceará, referência no Brasil para o saneamento, em especial em soluções para áreas rurais;
9. Participação em reunião entre ATR, TCE e Saneatins/BRK sobre os procedimentos do Tribunal relacionados às atividades de regulação e fiscalização da Agência;
10. Participação no seminário de discussão sobre os impactos da Reforma Tributária no Saneamento, em Brasília;
11. Participação no Seminário Universalizar, promovido pela AESBE, em Brasília;
12. Participação no 1º Congresso Nacional de Saneamento Rural, em Juazeiro-BA;
13. Alinhamento com o TCE para participação em eventos promovidos pelo Tribunal para os gestores municipais em dezembro/2024 e janeiro/2025 onde tratamos da pauta de resíduos sólidos.
14. Participação em reuniões para a estruturação do aterro sanitário regional no Vale Manoel Alves, projeto conduzido pelas prefeituras em parceria com uma empresa privada e o apoio da SEMARH;
15. Participação em eventos promovidos pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Contas do Estado sobre a obrigatoriedade de encerramento dos lixões até agosto/2024;

16. Reunião de alinhamento com a SEMARH para delinear as competências de cada Secretaria, com a futura elaboração de um plano de trabalho;
17. Participação no webinar promovido pela ANA, com o tema “Avaliação das formas de cobrança dos Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais”;
18. Participação na Audiência Pública nº 04/2024, promovida pela ANA, “Aprimoramento da minuta de Norma de Referência das condições para a estruturação dos serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas da ANA”.

No ano de 2023 foram beneficiadas 132 famílias com habitações de interesse social entregues no Município de Palmas aos moradores da Quadra T -23 no setor Taquari. O investimento total foi de aproximadamente R\$ 5.959.759,73 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e três centavos), na construção das unidades habitacionais. Vale destacar que, apesar de a entrega das unidades habitacionais terem sido realizadas no ano anterior, neste exercício, as famílias seguem acompanhadas pela equipe social com a finalidade de realizar o pós-ocupação, que tem por objetivo monitorar e acompanhar o real cumprimento dos termos pactuados entre o governo do estado e o beneficiário, bem como, orientar e apoiar as famílias, realizar articulação dos serviços das políticas públicas para o fortalecimento comunitário e o pertencimento no território e a sustentabilidade do empreendimento. A continuidade desse trabalho nesse período, também é imprescindível para o processo de regularização fundiária, visando a titulação dos lotes para as famílias. Em 2024, foram entregues 03 unidades habitacionais de interesse social referentes ao contrato nº 0231.421-68/2007 firmado entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal no programa Pró-Moradia, com a gestão da Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, com a finalidade de encerramento, por se tratar de contrato antigo.



Figura 01: Unidades Habitacionais entregues na Quadra T-22, Taquari, Palmas – TO.

Em 2023, o Ministério das Cidades, publicou a Portaria MCID nº 1.482/2023, que define o enquadramento das propostas de acordo com as metas estabelecidas por Estado, na forma da Portaria MCID nº727/2023, e o Estado do Tocantins, por meio desta Secretaria, foi contemplada com apenas um empreendimento de 176 unidades para contratação de recursos oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial- FAR. E em 2024 o contrato foi assinado e a obra iniciada. Do valor total, aproximadamente R\$ 29,6 milhões são da Caixa Econômica Federal, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), com recursos do Fundo de

Arrendamento Residencial (FAR) e, R\$ 2 milhões de contrapartida do Estado, sendo este o valor dos terrenos doados.



Em seu gabinete, o Governador Wanderlei Barbosa assina o contrato de R\$ 31,6 milhões para construção de mais 176 unidades habitacionais em Palmas-TO.

Ainda, consta em andamento a elaboração do Programa Habitacional Estadual, que contará com a utilização de recursos oriundos do tesouro estadual, do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza- Fecoe, do Fundo de Apoio a Moradia Popular, Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental- Fundepam, Fundo de Estadual de Habitação de Interesse Social- FEHIS, operação de crédito, dentre outras.

O programa visa estabelecer produtos variados que atendam às faixas salariais e as necessidades da população tocantinense de acordo com a demanda e em atendimento às legislações correlatas que definem os critérios de seleção e prioridade.

No ano de 2024 foi realizado o Termo de Cooperação com o Governo do Estado do Paraná para compartilhar a expertise e sistema informatizado que possibilitará alcançar os resultados que o Tocantins emerge através do Programa TO em Casa. Além disso, foram realizadas reuniões com o Ministério das Cidades, representantes regionais da construção civil e representantes de Movimentos Sociais e Associações para discutir sobre o Programa TO em Casa.

Ainda sobre o Programa TO em Casa, foram feitas pesquisas diagnósticas para execução dos Projetos Básicos para várias vertentes em que o Programa propõe seguir, tais como: visita na comunidade indígena e reunião com a Secretaria da Mulher.



Treinamento com o Governo do Estado do Paraná.

Em 2024, consta em andamento a obra em que tem como objeto a conclusão de 272 unidades habitacionais verticais na quadra ARSO 92 em Palmas – TO do Programa Pró-Moradia. A entrega das unidades será por etapas, tendo como previsão a primeira etapa entregue no primeiro bimestre do ano de 2025.



Construção de 272 unidades habitacionais na Quadra ARSO 92 em andamento.

PRIORIDADE: Fortalecimento e ampliação da infraestrutura hídrica para irrigação e usos múltiplos.

Fortalecimento e ampliação da infraestrutura hídrica para irrigação e usos múltiplos.	Continuar a implantação da infraestrutura de uso comum do Perímetro de Irrigação Manuel Alves (Dianópolis e Porto Alegre).
	Iniciar as obras civis para Revitalização da Barragem Taboca I, no Projeto Rio Formoso (Formoso do Araguaia).
	Implementar a Política Estadual de Irrigação.

Continuar a implantação da infraestrutura de uso comum do Perímetro de Irrigação Manuel Alves (Dianópolis e Porto Alegre). Estão sendo realizados estímulos à ampliação da área produtiva do projeto, principalmente em lotes empresariais, que estão retomando sua implantação, em conformidade com os planos de exploração apresentados.

Foram retomados os serviços para a conclusão do pátio da usina geradora de energia fotovoltaica do projeto, que irão atender às estações de bombeamento auxiliares (EBA 1, 2, 3 e 4), no Projeto de Irrigação Manuel Alves, a qual se encontra com 94,09% das obras concluídas.



Vista aérea da Usina Fotovoltaica, Projeto Manuel Alves.

META: Iniciar as obras civis para Revitalização da Barragem Taboca I, no Projeto Rio Formoso (Formoso do Araguaia).

Foram realizadas as ações de ajustes no termo do Convênio nº 0.143.00/2020, celebrado entre a SECIHD e a Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, autorizando assim a realização da licitação para Implantação das Obras de Revitalização Parcial do Projeto Rio Formoso, Eixo Taboca 1, localizado em Formoso do Araguaia - TO, a qual ocorreu de forma favorável tendo como vencedora a Construtora S&V LTDA., com contrato assinado no valor de R\$ 33.350.000,00 (trinta e três milhões e trezentos e cinquenta mil reais), com investimento do Estado na ordem de (três milhões e trezentos e cinquenta mil reais), que diz respeito da Contrapartida Estadual, com previsão de emissão de Ordem de Serviços ainda esse ano, restando apenas a liberação dos recursos conveniados.



Vista da tomada d'água da Barragem Taboca I, e do talude, margem esquerda da estrada.

META: Implementar a Política Estadual de Irrigação.

A ação não está sendo executada, tendo em vista que, o plano Estadual de Irrigação não foi regulamentado, que é o requisito básico para que seja implementado. Para o alcance da meta física, há dependência da homologação da Lei estadual de irrigação, que necessita do envolvimento dos gestores públicos no intuito de promover discussão política no sentido da aprovação da referida Lei.

A minuta desta Lei já foi apresentada no Ministério da Integração Nacional juntamente com o Plano Estadual de Irrigação. Há uma necessidade de maior empenho da gestão para que seja aprovada a Lei de Irrigação juntamente com o Plano Estadual de Irrigação, com a finalidade de que seja implantado e sirva de parâmetro para todo o Estado do Tocantins. Pelos motivos expostos, a ação não está cumprindo sua finalidade de manter o controle das áreas irrigadas no Estado do Tocantins, em decorrência de sua implementação depender diretamente da aprovação da Lei Estadual de Irrigação pelo legislativo Estadual.

Relação de pagamentos do exercício de 2024 das obras oriundas do Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego e Renda – PROFEGE.

Item	Conveniente	Convênio	Processo	Objeto	Valor PG 2024
1	Arapoema	225/2021	37010.000046/ 2021	Implantação do parque municipal irmã Rita, no Setor Araguaia, em Arapoema - TO	R\$ 133.333,34
2	Monte Santo	174/2021	2021/37001/00 58	Construção da praça da prefeitura de Monte Santo	R\$ 140.000,00
3	Araguacema	191/2021	37010.000022/ 2021	Construção de uma praça pública com reforma da quadra poliesportiva na agrovila do PA tarumã	R\$ 197.066,37
4	Taboão	232/2021	2021/37001/00 102	Construção praça da igreja católica	R\$ 166.666,68
5	Oliveira de Fatima	293/2021	2021/37001/00 123	Construção de praça no setor central de Oliveira de Fátima - TO	R\$ 333.333,34
6	Colinas	188/2021	2021/37001/00 116	Revitalização de praças no município de Colinas do Tocantins - TO	R\$ 166.666,68
7	Araguacema	355/2022	2022/37001/00 47	Revitalização da praça dos romeiros do povoado do senhor do Bonfim	R\$ 112.636,11
8	Pau D'Arco	295/2021	2021/37001/00 94	Estruturação do parque recanto dos ipês	R\$ 166.666,68
9	Colinas	180/2021	2021/37001/00 64	Ampliação e reforma do mercado municipal no município de Colinas do Tocantins	R\$ 166.666,68
10	Carmolândia	272/2021	2021/37001/00 65	Construção da praça no município de Carmolândia	R\$ 133.333,33

Item	Conveniente	Convênio	Processo	Objeto	Valor PG 2024
11	Chapada de Areia	339//2021	2021/37001/0092	Construção de Praça no Setor central da cidade de Chapada de Areia-TO	R\$ 266.666,67
12	Crixás	336/2021	2021/37001/000070	Implantação de Praça na Avenida aurora augusta e revitalização da praça 08 de março no município de Crixás do Tocantins	200.000,00
13	Ponte Alta do Bom Jesus	337/2021	2021/37001/000129	Implantação de Praça Antônio Carlos França - Localizada na rua palmeiras entro em Ponte Alta do Bom Jesus -TO	333.333.34
14	Caseara	187/2021	2021/37001/000126	Implantação de ciclovia e pista de caminhada na entrada da cidade de Caseara - TO	333.333.34
TOTAL PAGO EXERCÍCIO 2024					R\$ 2.849.702,56

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Este relatório tem o objetivo de contribuir para o melhor entendimento do processo de captação de recursos e, também, melhorar a execução destes recursos, do ponto de vista de eficiência, eficácia e efetividade. Vale observar que processo envolve não apenas obtenção de recursos, mas o processo de projetos públicos: preparação, financiamento, acompanhamento e monitoramento da execução e finalização. Assim, entende-se que é possível contribuir para uma melhor alocação de recursos e a realização ações efetivas para a sociedade.

A razão de captar recursos deriva da necessidade de implementar políticas públicas e investimentos que não seriam viáveis somente com recursos próprios, sejam eles financeiros ou técnicos. Dessa maneira, a captação de recursos nacionais e internacionais garante a entrega de produtos com valor público, gerando benefícios à sociedade na forma de construção e manutenção de estradas, reforma de escolas e aquisição de equipamentos para segurança pública, entre outros, bem como melhorias em processos diversos, como os de gestão de ativos, compras públicas e licenciamento ambiental, por exemplo.

A Secretaria do Planejamento e Orçamento orienta os gestores públicos na elaboração de propostas que atendam aos critérios técnicos e legais exigidos, aumentando as chances de aprovação, consolida informações financeiras e operacionais sobre os convênios estaduais, para subsidiar informações ao Gestor da Pasta a situação das transferências da União, incluindo a organização de relatórios, documentos comprobatórios e outros registros.



A Pasta propõe novos projetos estruturante e estratégicos; realia monitoramento de ações, programas e projetos específicos de obras, apresenta relatório de acompanhamento das obras do Estado por meio das operações de crédito; elabora Carta Consulta para novas operações de crédito, coordenação das ações de emendas parlamentares, participa da elaboração de normativos referente a matéria de transferência de recursos; participação das atividades do Grupo Técnico de Governança e Monitoramento Estratégico.

Em novembro de 2024, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, em parceria com a Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, realizou o 29º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias – Etapa Tocantins com objetivo de reunir representantes de todos os municípios do estado, além das secretarias estaduais e diversas Organizações da Sociedade Civil, fortalecendo a rede de parcerias, desde a área de convênios, emendas parlamentares, transferências “fundo a fundo”, transferências voluntárias, operações de crédito, além da rede de relacionamento entre os órgãos de controle, órgãos de execução do executivo federal, estadual e dos municípios para uma execução mais eficiente e rápida.



Dentre as atividades realizadas em 2024 pela SEPLAN, destacam-se:

- ✓ acompanhar os resultados das metas e dos indicadores previstos nos objetivos dos programas estabelecidos no PPA 2024-2027; acompanhar e avaliar o desempenho dos indicadores de gestão dos objetivos do Planejamento Estratégico do governo estadual e dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta;
- ✓ supervisionar a execução das metas físicas e financeiras das ações orçamentárias, observando o alinhamento da execução com o planejado e os resultados parciais e finais;
- ✓ coordenar a elaboração e revisão dos Planos Plurianuais Anuais – PPAs, em conjunto com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e dos demais Poderes;
- ✓ elaborar minutas de decretos orçamentários, de alteração da Lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e da Lei Orçamentária do Estado – LOA;
- ✓ propor novos projetos estruturantes e estratégicos;
- ✓ monitorar ações, programas e projetos específicos de obras e relatórios de acompanhamento das obras do Estado por meio das operações de crédito;
- ✓ elaborar Cartas Consultas para novas operações de crédito;
- ✓ coordenar das ações de emendas parlamentares;
- ✓ acompanhar transferências de recursos das emendas parlamentares estaduais impositivas para órgãos estaduais, municípios e Organizações da Sociedade Civil – OSC's por meio do sistema TRANSFERE – TO;
- ✓ acompanhar as movimentações financeiras de empenho, liquidação e pagamento, bem como as receitas arrecadadas pelo Estado e suas devidas distribuições, de modo que possa apresentar alternativas que garantam o cumprimento efetivo do planejamento orçamentário previsto para o exercício vigente;
- ✓ supervisionar o gasto público por meio do sistema SIGAP e estruturação de relatórios pelo POWER – BI, com a finalidade de gerar informações para tomada de decisões referentes ao equilíbrio das contas públicas;
- ✓ gerenciar o Orçamento geral do Estado com base no decreto orçamentário (gestão do fluxo da execução das despesas pública e acompanhamento dos grupos de despesas correntes e de investimento e do serviço da dívida pública).
- ✓ acompanhar a regularidade estadual junto a entidades da União;

- monitorar processos de contratações, registro contábil, projeções, elaboração de demonstrativos legais e gerenciais da Dívida Pública Estadual;
- supervisionar a programação, realização e divulgação de estudos e pesquisas socioeconômicas e da gestão territorial;
- coordenar a produção, sistematização, análise e disseminação de informações geográficas, socioeconômicas, cartográficas e de recursos naturais do Estado em apoio à formulação e avaliação de políticas públicas no Estado;
- Elaboração de relatórios mensais cuja finalidade é apresentar de maneira clara e objetiva as Receitas e Despesas do Estado, bem como suas condições atuais e projeções esperadas com base nas movimentações orçamentárias projetadas/realizadas. Ainda é desempenhado por esta diretoria, a Análise dos Resultados Fiscais de maneira bimestral a partir do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – e quadrimestral a partir do Relatório de Gestão Fiscal – RGF.
- Apresentação de análises e avaliações diversas (por intervalo de tempo, por poder, por fonte, por unidade gestora, por Grupo de despesa, elemento e/ou subitem) no que diz respeito as movimentações de Receitas e/ou Despesas Estaduais.

A Secretaria do Planejamento e Orçamento acompanha as movimentações financeiras de empenho, liquidação e pagamento, bem como as receitas arrecadadas pelo Estado e suas devidas distribuições, de modo que possa apresentar alternativas que garantam o cumprimento efetivo do planejamento orçamentário previsto para o exercício vigente.

Apresentação Mensal de janeiro a dezembro;	
Relatório Descritivo da Apresentação Mensal;	
Resultados Fiscais do 1º, 2º, 3º e 4º Bimestre – RREO;	
Resultados Fiscais do 1º e 2º Quadrimestre – RGF;	
Acompanhamento dos repasses do FPE e do FUNDEB por parcela (1ª, 2ª e 3ª parcelade cada mês);	
Curso Online – Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e Contabilidade com a Lei Orçamentária Anual;	
Curso Online – Capacitação em PowerPoint pela Plataforma Hashtag;	
Curso Online – Capacitação em PowerBi pela Plataforma Hashtag;	
Curso Online – Capacitação em Excel pela Plataforma Hashtag;	
Participação no 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade	
Participação no 72º Curso de Administração Orçamentária e Financeira – Gestão de Finanças Públicas Fundamentos e Prática de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal – ABOP;	
Participação na Imersão Power Bi na Era da IA Generativa – Minhas Planilhas;	
Apresentação para o Grupo Gestor referente ao acompanhamento das Receitas e Despesas do Estado;	
Elaboração de relatórios para atender demandas de outros setoriais desta secretaria;	
Auxílio na elaboração de pareceres e nota técnica referente ao Orçamento Público;	
Outros relatórios para atender demandas do Secretário no que concerne às Receitas e Despesas Estaduais.	

Receber, analisar solicitações de novas despesas e solicitações de pagamentos pelo sistema SIGAP Sistema de Gestão e Acompanhamento do Gasto Público (www.gestores.to.gov.br). Organização as reuniões e atas do Grupo Gestor, foram realizadas 59 reuniões no exercício de 2024.

Tabela 3.1: Número de solicitações de novas despesas – 2024

STATUS	Nº DE SOLICITAÇÕES	VALOR (R\$)
Cancelado*	561	1.729.646.660,00

Análise de pagamento (Ang.Pag) **	23	15.991.246,00
Solicitado	81	88.330.544,00
Devolvido***	1.501	3.738.259.951,00
Indeferido	23	46.505.187,00
Parecer	44	90.712.490,00
Deferido	5.526	15.942.637.775,00
TOTAL	7.759	21.652.083.853,00

Fonte: SIGAP- 03/01/2025

Observação:

*Cancelado: Solicitado pelo Órgão

** Análise de Pagamento: Resto a pagar não processados

*** Devolvido: Solicitado pelo Órgão ou devolvido pela Superintendência de Orçamento por algum erro na solicitação.

Tabela 3.2: número de solicitações de novas despesas – 2024

STATUS	Nº DE SOLICITAÇÕES	VALOR (R\$)
Cancelado	309	668.560.303,00
Devolvido	716	1.629.086.223,00
Indeferido	2	113.971.097
Parecer	78	54.208.233,00
Deferido	4.373	5.507.883.697,00
TOTAL	5.478	7.973.709.553,00

Fonte: SIGAP- 10/01/2024

Tabela 3.3: Número de solicitações de pagamento – 2024

STATUS	Nº DE SOLICITAÇÕES	VALOR (R\$)
TOTAL	4.921	2.499.796.562,00
Cancelado	74	429.048.154,00
Solicitado	90	18.043.762,00
Deferido	4.757	2.052.704.646,00

Fonte: SIGAP- 03/01/2025

Tabela 3.4: Número de solicitações de pagamento – 2024

STATUS	Nº DE SOLICITAÇÕES	VALOR (R\$)
TOTAL	3.558	2.587.303.717,00
Cancelado	22	818.759.444,00
Solicitado	34	13.156.393,00
Deferido	3.502	1.755.387.880,00

Fonte: SIGAP- 10/01/2024

- Administrar as demandas do Consorcio da Amazônia Legal, ponto focal, atuação nos créditos de carbono, redução de desmatamento ilegal e queimadas, com elaboração e indicação de projetos, alinhados as demandas do Estado, ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2024-2027 e participação das reuniões.
- Gerir as demandas da Consorcio Brasil Central, focado na compra compartilhada, intermediando ações com área da saúde, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região, de forma integrada e por meio da cooperação entre as Unidades Federativas para assim tornar a região ainda mais competitiva.

Total de Propostas Cadastradas em 2024:

Em 2024, o Governo do Estado do TO cadastrou 54 propostas na Plataforma do Transferegov, sendo 15 do Programa do Novo PAC, o que totalizaria um valor de R\$ 308,6 milhões, sendo R\$ 303,7 milhões de recursos da União e R\$ 4,8 milhões de contrapartida do Estado:

QTD.	ÓRGÃO	VALOR TOTAL (R\$)	REPASSE (R\$)	CONTRAPARTIDA (R\$)
2	CBMTO	3.115.770,54	2.960.000,00	155.770,54
1	FAPT	1.250.000,00	1.000.000,00	250.000,00
4	RURALTINS	9.715.707,69	9.623.575,44	92.132,25
4	PMTO	30.609.030,81	30.485.050,00	123.980,81
7	SEAGRO	7.395.763,20	7.321.805,56	73.957,64
1	SECULT	204.000,00	200.000,00	4.000,00
1	SEDUC	26.894.900,00	26.625.951,00	268.949,00
2	SAPEA	1.959.518,00	1.919.827,64	39.690,36
1	SSP	1.354.614,00	1.353.259,00	1.355,00
2	SESAU	60.676.272,00	60.676.272,00	0,00
3	SEJUV	1.393.641,18	1.335.254,00	58.387,18
1	SEMARH	296.500,00	286.500,00	10.000,00
2	SETAS	9.762.479,47	9.749.812,08	12.667,39
3	SETUR	21.468.702,80	21.371.407,00	97.295,80
5	UNITINS	8.198.111,40	5.996.050,00	2.202.061,40
15	NOVO PAC	124.384.938,35	122.885.671,14	1.499.267,21
54	Total Geral	308.679.949,44	303.790.434,86	4.889.514,58

Fonte: Painéis Gerenciais do Transferegov. Elaboração própria

Fonte: Painéis Gerenciais do Transferegov. Elaboração própria

As situações das propostas encontram-se como Proposta/Plano de Trabalho Aprovados, Proposta/Plano de Trabalho Cadastrados, Proposta/Plano de Trabalho Complementado em Análise, Proposta/Plano de Trabalho Complementado Enviado para Análise, Proposta/Plano de Trabalho em Complementação, e Proposta/Plano de Trabalho Enviado para Análise, conforme informações na tabela abaixo:

SITUAÇÃO PROPOSTA	Nº PROPOSTA
Proposta Aprovada e Plano de Trabalho em Análise	1
Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	24
Proposta/Plano de Trabalho Cadastrados	1
Proposta/Plano de Trabalho Complementado em Análise	4
Proposta/Plano de Trabalho Complementado Enviado para Análise	6
Proposta/Plano de Trabalho em Complementação	8
Proposta/Plano de Trabalho Enviado para Análise	10
TOTAL GERAL	54

Fonte: Painéis Gerenciais do Transferegov. Elaboração própria

Convênios em Execução

Atualmente, o Estado do Tocantins contabiliza a execução de 64 instrumentos de Transferências Voluntárias, sendo 86 operacionalizados através da Plataforma Transferegov e 4 operacionalizados fora da Plataforma, mas que podem ser consultados através do Portal da Transparência do Governo Federal, ou seja, uma injeção na economia tocantinense por volta de R\$ 792,2 milhões, onde já foram devidamente pagos cerca de R\$ 309.4 milhões, dos instrumentos operacionalizados no Transferegov, que totalizam a execução de 39,6% dos recursos.

Nas tabelas abaixo verificamos as Unidades Orçamentárias do Tocantins que possuem instrumentos sendo executados no Transferegov e o resumo de suas atividades:

RELATÓRIO DE CONVÊNIOS FEDERAIS EM VIGÊNCIA OPERACIONALIZADOS NO TRANSFEREGOV

Qtd.	Órgão	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Valor a Desembolsar	Ingresso de Contrapartida	Falta da contrapartida	Saldo em Conta	Valor Pago	% Execução
1	ADAPEC	7.892.118,7	7.500.000,0	282.000,0	441.001,4	282.000,0	0,00	232.649,7	7.365.491,7	93,33%
8	AGETO	59.993.406,1	38.242.747,0	21.750.659,1	31.025.635,8	9.000,00	21.741.659,1	4.679.334,6	3.148.103,0	5,25%
11	ATS	80.272.151,2	79.118.988,1	845.025,6	73.335.325,8	500.000,0	345.025,6	3.083.249,1	4.558.860,7	5,68%
4	CBMTO	6.078.479,6	5.825.100,0	253.379,6	3.825.100,0	249.004,6	4.375,00	976.665,3	1.399.600,8	23,03%
6	RURALTINS	16.233.105,0	15.712.731,5	85.005,92	9.986.516,3	78.220,00	6.785,92	1.312.273,8	5.062.865,1	31,19%
8	PMTO	24.887.696,7	24.538.253,2	349.443,5	15.336.990,9	113.705,6	235.737,8	907.406,9	9.152.320,0	36,77%
6	SEAGRO	11.719.700,4	11.224.478,9	402.451,5	3.483.096,9	402.451,5	0,00	4.237.014,0	4.418.364,3	37,70%
4	SECULT	5.224.804,0	5.117.688,0	107.116,0	4.602.040,0	100.116,0	7.000,00	24.619,08	608.374,8	11,64%
3	SEDUC	24.469.625,7	23.007.259,8	1.462.365,9	22.656.410,4	29.058,04	1.433.307,9	45.083,09	344.981,9	1,41%
1	SECMULHER	300.000,0	250.000,0	50.000,00	250.000,0	50.000,00	0,00	50.251,71	0,00	0,00%
5	SSP	44.165.401,9	43.522.416,5	516.944,6	2.410.604,9	514.097,3	2.847,30	17.261.833,4	29.171.692,8	66,05%
2	SECIHD	154.651.439,7	151.000.000,0	3.651.439,7	151.000.000,0	0,00	3.651.439,7	0,00	0,00	0,00%
12	SECIJU	43.607.054,5	33.109.320,0	501.225,1	2.124.915,1	175.502,5	325.722,6	6.713.372,4	2.908.690,1	6,67%
7	SESAU	26.276.684,2	19.514.579,0	842.105,2	2.962.896,0	56.143,00	785.962,2	519.264,2	112.528,6	0,43%
2	SEJUV	1.440.181,1	1.395.833,3	44.347,76	1.395.833,3	6.013,59	38.334,17	0,00	0,00	0,00%
2	SETAS	20.101.026,0	18.900.000,0	19.210,00	9.600.000,0	9.600,00	9.610,00	2.302.366,2	8.496.732,8	42,27%
4	UNITINS	4.761.933,1	3.569.258,0	1.192.675,1	3.031.212,8	1.007.990,6	184.684,5	1.198.313,2	400.000,0	8,40%
86	Total Geral	532.074.808,4	481.548.653,5	32.355.395,0	337.467.580,0	3.582.902,9	28.772.492,0	43.543.697,1	77.148.607,0	14,50%

Relatório emitido em 06/12/2024

Fonte: <http://gestaoparcerias.paineis.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=siconv%5Cpainel%20siconv.qvw&lang=pt-BR&host=QVS%4017-0112-b-etp>

RELATÓRIO DE CONVÊNIOS EXECUTADOS FORA DO TRANSFEREGOV – 2024

Qtd.	Órgão	Valor Global	Valor Repasse	Ingresso de Contrapartida	Desembolsar - Contrapartida	Valor Desembolsado Acumulado	Valor a Desembolsar
1	AGENCIA DE METROLOGIA, AVALIACAO DA CONFORMIDADE INOVACAO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS	20.462.607,52	20.462.607,52	0,00	0,00	17.626.088,83	2.836.518,69
2	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO TOCANTINS	1.596.733,50	1.197.400,00	0,00	399.333,50	598.700,00	598.700,00
1	SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUARIA E AQUICULTURA	238.162.466,18	214.072.059,67	4.574.266,21	19.516.140,30	214.072.059,67	0,00
4	Total Geral	260.221.807,20	235.732.067,19	4.574.266,21	19.915.473,80	232.296.848,50	3.435.218,69

Relatório emitido em 30/12/2024 através do Portal da Transparência do Governo Federal

2.1. Transferências Especiais

Em 2024, foi repassado ao Estado do Tocantins, recurso por meio de Emenda Parlamentar, na modalidade Transferência Especial, o que totaliza um valor de R\$ 7,8 milhões, sendo R\$ 4,7 milhões para custeio e R\$ 3,1 milhões para investimento:

RELATÓRIO DAS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS – 2024

Órgão	Objeto	Custeio	Investimento
SAPEA	Contribuir para formulação da política estadual da pesca aquicultura.	300.000,00	0,00
SETAS	Aquisição de Cestas Básicas	500.000,00	0,00
RURALTINS	Conclusão da sede própria do Ruraltins	0,00	1.000.000,00
SESAU	Ampliação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde	0,00	500.000,00
SETUR	Contratação de empresa especializada para Infraestrutura e Modernização da Praia Manoel Alves no Município de Dianópolis, Tocantins.	0,00	1.000.000,00
SAPEA	Desenvolvimento da Cadeia Aquícola no Tocantins, através da estruturação da SEPEA e da ATER pública e do fomento a pequenos piscicultores para profissionalização da cadeia aquícola nos municípios tocaninense	0,00	500.000,00
SECIJU	Fortalecer a participação social e aprimorar os recursos e a infraestrutura operacional dos Conselhos Estaduais vinculados à Pasta e coordenados pela Superintendência de Direitos Humanos e Política sobre Drogas.	0,00	100.000,00
SETUR	Realização e promoção do turismo	3.105.737,00	0,00
SICS	Contratação de Empresa Especializada para Construção, Instalação e Aparelhamento de Unidade para Abate e Beneficiamento de Pescados em Araguatins	750.000,00	0,00
SECIHD	Contratação de empresa de consultoria para elaboração de Projeto de Trabalho Social, visando o apoio Organização da Sociedade Civil-OSC's com demanda de unidades habitacional no programa Minha Casa Minha Vida.	100.000,00	0,00
TOTAL GERAL		4.755.737,00	3.100.000,00

*Painel Transferegov. Elaboração própria

Capacitação do Transferegov em 2024

As capacitações do Transferegov iniciaram em abril de 2024 e a DICAP realizou Capacitações no município de Palmas, onde foram oferecidas vagas aos servidores dos órgãos estaduais e municipais, para os 139 Municípios e para as Organizações da Sociedade Civil, capacitando 38 técnicos, sendo 38 no Módulo A - Propostas e Plano de Trabalho e 33 técnicos no Módulo B - Execução e Prestação de Contas, num total de 48 horas de capacitações.

Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias - Etapa Tocantins

Com objetivo de reunir representantes dos municípios e do estado, além das secretarias estaduais e diversas Organizações da Sociedade Civil, o Governo do Estado do

Tocantins em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, realizou no dia 7 de novembro de 2024, o 29º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias - Etapa Tocantins.

O Fórum Regional contou com a participação de 323, dos 586 inscritos. Durante o evento foram abordados temas relevantes para área de gestão e captação de recursos, de forma a integrar os atores envolvidos na cadeia de transferências e parcerias da União e interessados no tema, e, assim, ampliar a comunicação e o acesso à capacitação, à transparência, à integridade e à inovação.



Operações de Crédito

O processo de captação de recursos via operação de crédito é uma atividade que contempla, de um lado, a prospecção de fontes disponíveis para uma determinada condição do Estado de contratação de crédito. Este trabalho envolve um relacionamento com as instituições financiadoras e a aquisição de conhecimento sobre suas políticas e normas operacionais, bem como sobre suas linhas de crédito. Por outro lado, requer o conhecimento das políticas públicas e das necessidades de financiamento das diversas áreas de atuação do Estado.

A confluência do trabalho junto aos órgãos estaduais e às fontes financiadoras normalmente se inicia com a manifestação de interesse do tomador do empréstimo, materializada em carta consulta enviada à Instituição Financeira. O longo caminho da captação de recursos encerra-se somente quando concluída a última prestação de contas e feitas às devidas avaliações, com o encerramento da operação. Após o encerramento, há ainda a auditoria, os esclarecimentos ao financiador em relação à auditoria e o pagamento do financiamento.

PERÍODO	AÇÕES
1º SEMESTRE	Execução e prestação de contas das Operações de Crédito para <i>“pavimentação e recuperação asfáltica das rodovias estaduais e infraestrutura hospitalar”</i>, contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 40/00027-3 e para a implementação do <i>“plano de pavimentação, recuperação e conservação das rodovias tocantinenses”</i>, contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 40/00045-1. Acompanhamento dos PVL's da operação de crédito autorizada pela Lei nº 4.050, de 20 de dezembro de 2022, cujo recursos são destinados ao financiamento de ações nas áreas de saúde, educação, segurança pública, gestão, infraestrutura e habitação, ainda em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional. Acompanhamento do PVL da operação de crédito autorizada pela Lei nº 4.445, de 4 de julho de 2024, cujo recursos são destinados à melhoria e expansão das vias de acesso à capital do Estado, Palmas, garantindo a eficiência no transporte e o desenvolvimento sustentável da região, ainda em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional.
2º SEMESTRE	Execução e prestação de contas das Operações de Crédito para <i>“pavimentação e recuperação asfáltica das rodovias estaduais e infraestrutura hospitalar”</i>, contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 40/00027-3 e para a implementação do <i>“plano de pavimentação, recuperação e conservação das rodovias tocantinenses”</i>, contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 40/00045-1. Acompanhamento dos PVL's da operação de crédito autorizada pela Lei nº 4.050, de 20 de dezembro de 2022, cujo recursos são destinados ao financiamento de ações nas áreas de saúde, educação, segurança pública, gestão, infraestrutura e habitação, ainda em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional. Acompanhamento do PVL da operação de crédito autorizada pela Lei nº 4.445, de 4 de julho de 2024, cujo recursos são destinados à melhoria e expansão das vias de acesso à capital do Estado, Palmas, garantindo a eficiência no transporte e o desenvolvimento

3.1.1- Operação de Credito interna – Em execução:

Und	Nome Da Operação	Valor Do Financiamento	Contrapartida	Execução	Situação	Saldo À Executar	Rendimentos	Total (Saldo + Rendimentos)	Objetos
CONTRATADAS / EM EXECUÇÃO									
AGENTE FINANCEIRO: BANCO DO BRASIL S/A									
1	NFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA HOSPITALAR 40/00027-3 E –	230.000.000,00	0,00	97,33%	Operação em execução	6.144.175,62		6.144.175,62	6ª prestação de contas parcial enviada ao Banco
2	PLANO DE PAVIMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DE RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS TOCANTINENSES – 40/00045-1	1.000.000.000,00	0,00	74,51%	Operação em execução	254.883.917,77		254.883.917,77	5ª prestação de contas parcial enviada ao Banco
AGENTE FINANCEIRO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL									
3	PAC I – PRO-MORADIA	110.980.495,06	15.923.150,00	88,00%	Em Execução	14.731.485,00	-	14.731.485,00	Construção de Unidades Habitacionais.
4	PAC II – PRÓ-TRANSPORTE	211.514.574,38	57.608.381,00	98,00%	Em Execução	8.348.584,00	-	8.348.584,00	Infraestrutura Urbana em Pavimento. Obs: Municípios de Palmas, Araguaína, Porto Nacional, Paraíso e Colinas.
TOTAL		2.934.862.737,44	87.461.868,64	70,13%		284.108.162,39		284.108.162,39	

3.2 - Operação de Credito interna – Em tramitação:

NOME DO PROJETO	ANO PROJETO	VALOR FINANCIAMENTO	AGENTE FINANCIADOR	SITUAÇÃO DA OPERAÇÃO	OBJETO DO PROJETO
Desenvolvimento do Estado	2022	500.000.000,00	CAIXA	PVL's da operação de crédito autorizada pela Lei nº 4.050, de 20 de dezembro de 2022, ainda em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional.	Desenvolvimento de ações nas áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública, Gestão, Infraestrutura e Habitação,
Desenvolvimento sustentável da região central	2024	250.000.000,00	BRB	PVL da operação de crédito autorizada pela Lei nº 4.445, de 4 de julho de 2024, ainda em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional	Melhoria e expansão das vias de acesso à capital do Estado
TOTAL		750.000.000,00		//////////	

Emendas Parlamentares:

A Diretoria de Captação de Recursos (DICAP), por meio da Gerência de Descentralização de Recursos (GEDRE), atua na gestão das Emendas Parlamentares Individuais e de Programas Específicos do Governo do Estado. Essa gerência desempenha um papel fundamental no fluxo de transferência de recursos aos entes credenciados, assegurando a conformidade normativa e a efetividade das ações previstas no planejamento governamental.

Emendas Parlamentares Individuais – 2024

✓ Valores Disponíveis e Requisitos Legais

No exercício de 2024, o valor disponível para cadastramento das Emendas Parlamentares Individuais no sistema TRANSFERETO, conforme o percentual de 1,5% da Receita Corrente Líquida, foi regulamentado pela Emenda Constitucional nº 51, de 31/10/2023. Cada parlamentar contou com um montante de R\$ 7.100.000,00 (Sete Milhões e Cem Mil Reais), com a obrigatoriedade de destinar 25% (R\$ 1.775.000,00) às atividades vinculadas à Saúde.

✓ Atividades Realizadas no Sistema TRANSFERE.TO

O Sistema TRANSFERE.TO processou um total de 1.036 Emendas Parlamentares Individuais no ano de 2024. As emendas incluíram as fases de Cadastramento, Aprovação, Arquivamento e Protocolo, resultando em um valor global de R\$ 170.400.000,00 (Cento e setenta milhões e quatrocentos mil reais), distribuído entre Secretarias de Estado, Municípios, e Organizações da Sociedade Civil.

Resumo das Indicações

As emendas parlamentares foram distribuídas conforme os seguintes critérios:

- ✓ Total por Parlamentar: R\$ 7.100.000,00.
- ✓ Destinação Obrigatória para Saúde: R\$ 1.775.000,00 (25%).
- ✓ Outras Áreas de Aplicação: R\$ 5.325.000,00 (75%).
- ✓ Total Geral: 170.400.000,00
- ✓ Valor mínimo a ser alocado na Saúde: R\$ 42.600.000,00

Segue a tabela com a consolidação dos valores por parlamentar:

Tabela 1 – Indicação das Emendas por Parlamentar	
Parlamentar	Valor Indicado
ALDAIR GIPÃO	R\$ 7.100.000,00
AMÉLIO CAYRES	R\$ 7.100.000,00
CLÁUDIA LELIS	R\$ 7.100.000,00
CLEITON CARDOSO	R\$ 7.100.000,00
EDUARDO DO DERTINS	R\$ 7.100.000,00
EDUARDO FORTES	R\$ 7.100.000,00
EDUARDO MANTOAN	R\$ 7.100.000,00
FABION GOMES	R\$ 7.100.000,00
GUTIERRES TORQUATO	R\$ 7.100.000,00
IVORY DE LIRA	R\$ 7.100.000,00
JAIR FARIAS	R\$ 7.100.000,00
JANAD VALCARI	R\$ 7.100.000,00
JORGE FREDERICO	R\$ 7.100.000,00
LEO BARBOSA	R\$ 7.100.000,00
LUCIANO OLIVEIRA	R\$ 7.100.000,00
MARCUS MARCELO	R\$ 7.100.000,00
MOISEMAR MARINHO	R\$ 7.100.000,00
NILTON FRANCO	R\$ 7.100.000,00
OLYNTHO NETO	R\$ 7.100.000,00
PROF. JÚNIOR GEO	R\$ 7.100.000,00
VALDEMAR JÚNIOR	R\$ 7.100.000,00
VANDA MONTEIRO	R\$ 7.100.000,00
VILMAR DE OLIVEIRA	R\$ 7.100.000,00
WISTON GOMES	R\$ 7.100.000,00
Total Geral	R\$ 170.400.000,00

FONTE: TRANSFERETO

O relatório a seguir apresenta os valores alocados por diferentes Órgãos Estaduais, detalhando a distribuição de recursos e proporcionando uma visão clara do orçamento destinado a cada um:

Tabela 2 – Órgãos Concedentes	
Unidades Gestoras	Indicação
AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO	R\$ 50.000,00
AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	R\$ 1.000.000,00
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	R\$ 450.000,00
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO TOCANTINS	R\$ 2.000.000,00
FUNDO DE RECURSOS DE EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL	R\$ 73.361.000,00
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	R\$ 850.000,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA	R\$ 1.400.000,00
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	R\$ 1.080.000,00
SECRETARIA DA CULTURA	R\$ 1.870.000,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC	R\$ 650.000,00
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO	R\$ 200.000,00
SECRETARIA DA MULHER	R\$ 310.000,00
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	R\$ 50.000,00
SECRETARIA DA SAÚDE	R\$ 43.002.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE	R\$ 11.178.000,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	R\$ 150.000,00
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 300.000,00
SECRETARIA DO TURISMO	R\$ 32.499.000,00
Total Geral	R\$ 170.400.000,00

FONTE: TRANSFERETO

1. A obrigatoriedade da aplicação de 25% na saúde foi cumprida, garantindo recursos prioritários para este setor.
2. O uso do Sistema TRANSFERE.TO promoveu uma gestão eficiente e transparente, facilitando o acompanhamento das indicações e a distribuição dos recursos.

A execução das Emendas Parlamentares Individuais em 2024 reafirma o compromisso do Estado com a aplicação responsável dos recursos públicos. A distribuição eficiente e a observância das prioridades legais contribuíram significativamente para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde e outras áreas essenciais para o desenvolvimento estadual.

Tabela 3 – Valor Empenhado e Pago por Parlamentar		
Deputado	Valor Empenhado	Valor Pago
ALDAIR DA COSTA		
SOUSA(GIPÃO)	6.715.830,00	6.504.830,00
AMÉLIO CAYRES	7.099.995,00	6.899.995,00
CLAUDIA LELIS	7.099.580,00	6.919.580,00
CLEITON CARDOSO	7.099.783,00	6.429.783,00
EDUARD DODERTINS	7.100.000,00	6.900.000,00
EDUARDO FORTES	7.099.330,00	7.099.330,00
EDUARDO MANTOAN	6.287.875,00	4.604.875,00
FABIO GOMES	7.100.000,00	6.361.000,00
GUTIERRE TORQUATO	7.029.490,00	6.929.490,00
IVORY DELIRA	7.099.969,97	6.149.969,97
JAIR FARIAS	7.100.000,00	7.020.000,00
JORGE FREDERICO	7.094.980,00	6.014.980,00
LEO BARBOSA	6.997.293,00	6.849.310,00
LUCIANO OLIVEIRA	7.099.980,00	6.484.980,00
MARCUS MARCELO	6.613.000,00	6.378.000,00
MOISE MARMARINHO	7.050.000,00	6.525.000,00
NILTON FRANCO	7.099.525,00	7.099.525,00
OLYNTON NETO	6.988.560,00	6.613.560,00
PROFESSOR JUNIOR GEO	5.546.042,18	4.230.000,00
PROFESSORA JANAD VALCARI	7.100.000,00	5.975.000,00
VALDEMAR JÚNIOR	6.999.660,00	6.999.660,00
VANDA MONTEIRO	7.098.367,88	5.488.418,00
VILMAR DE OLIVEIRA	6.949.900,00	6.579.900,00
WISTON GOMES	7.098.441,18	6.800.000,00
Total Geral	166.567.602,21	153.857.185,97

FONTE: SIAFE/TO

As Emendas Parlamentares Individuais podem ser indicadas no Sistema TRANSFERE.TO nas seguintes modalidades:

- ✓ Convênios: acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas no orçamento do Estado do Tocantins e tenha como partícipes, de um lado, órgãos e entidades da administração pública estadual, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública municipal, direta ou indireta, visando a execução dos programas de governos previstos no plano plurianual e no orçamento anual, de forma a efetivar a execução de ações, sendo elas, projeto ou atividade que contribuam para o alcance dos objetivos dos programas;
- ✓ Parcerias: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica que envolva, ou não, transferência voluntária de recursos financeiros, entre administração pública estadual e as organizações da sociedade civil, para ações de interesse recíproco em regime de mútua cooperação, formalizados através de Termos de Colaboração, Termos de Fomento ou em Acordos de Cooperação;
- ✓ Transferências Especiais: As transferências especiais são um tipo de emenda individual impositiva, implementado pela Emenda Constitucional 105/2019, onde os recursos são indicados pelos parlamentares e repassados aos municípios, sem uma finalidade definida, sem determinar o objeto a ser executado, onde o município

pode escolher no que aplicar, desde que seja em uma programação finalística, ou seja, em política pública.

- Fundo a Fundo – Saúde: A transferência fundo a fundo é o instrumento de descentralização de recursos que, disciplinado legislação vigente, se caracteriza pelo repasse direto de recursos provenientes de fundos da esfera estadual para fundos da esfera municipal, dispensando a celebração de convênios, atualmente é regulamentado, no Estado do Tocantins, apenas o que concerne à Saúde, implementado através do DECRETO Nº 6.568, DE 27 DE JANEIRO DE 2023 que altera o Decreto no 6.439, de 19 de abril de 2022.

De acordo com as modalidades atendidas no Sistema, podemos dividi-las em Indicação de Emendas Gerais (Convênios e Parcerias), Saúde e Transferências Especiais, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 – Emendas Indicadas			
Parlamentar	Transferência Especial	Saúde	Demais instrumentos
ALDAIR GIPÃO	4.191.000	1.775.000	1.134.000
AMÉLIO CAYRES	4.155.000	1.775.000	1.170.000
CLÁUDIA LELIS	3.325.000	1.775.000	2.000.000
CLEITON CARDOSO	2.825.000	1.775.000	2.500.000
EDUARDO DO DERTINS	2.400.000	1.775.000	2.925.000
EDUARDO FORTES	3.515.000	1.775.000	1.810.000
EDUARDO MANTOAN	2.292.000	2.050.000	2.758.000
FABION GOMES	4.585.000	1.775.000	740.000
GUTIERRES TORQUATO	1.380.000	1.805.000	3.915.000
IVORY DE LIRA	3.905.000	1.775.000	1.420.000
JAIR FARIAS	4.775.000	1.775.000	550.000
JANAD VALCARI	4.875.000	1.775.000	450.000
JORGE FREDERICO	740.000	1.775.000	4.585.000
LEO BARBOSA	1.780.000	1.800.000	3.520.000
LUCIANO OLIVEIRA	2.770.000	1.865.000	2.465.000
MARCUS MARCELO	5.040.000	1.775.000	285.000
MOISEMAR MARINHO	5.075.000	1.775.000	250.000
NILTON FRANCO	3.480.000	1.775.000	1.845.000
OLYNTHO NETO	1.561.250	1.775.000	3.763.750
PROF. JÚNIOR GEO	1.325.000	1.732.000	4.043.000
VALDEMAR JÚNIOR	1.600.000	1.775.000	3.725.000
VANDA MONTEIRO	1.400.000	1.800.000	3.900.000
VILMAR DE OLIVEIRA	1.575.000	1.775.000	3.750.000
WISTON GOMES	4.840.000	1.775.000	485.000
Total Geral	R\$ 73.409.250,00	R\$ 43.002.000,00	R\$ 53.988.750,00

FONTE: TRANSFERETO E SIAFE/TO

Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos

O Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos - PROFEGE foi idealizado e implementado no ano de 2021, com o objetivo central de impulsionar a economia e fomentar a geração de empregos e renda para a população nos 139 municípios do Estado do Tocantins.

O PROFEGE caracteriza-se pelo repasse de recursos por meio de convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios. Esses repasses são destinados exclusivamente a investimentos em obras e equipamentos públicos, visando atender demandas locais e fortalecer a infraestrutura municipal.

Os 139 municípios do Tocantins aderiram ao programa, firmando convênios com as respectivas Secretarias de Estado, de acordo com os objetos pactuados. Cada município teve a flexibilidade de firmar mais de um instrumento de convênio, desde que o valor total consolidado não ultrapassasse o limite de R\$ 2.000.000,00 por município.

Essa organização permitiu que cada município direcionasse os recursos para projetos prioritários e alinhados às suas demandas locais.

Com uma estimativa de R\$ 2 milhões por município, o programa prevê um total aproximado de R\$ 278 milhões em investimentos, beneficiando diretamente os 139 municípios do Tocantins. Este investimento promove:

- **Desenvolvimento econômico local**, gerando oportunidades de negócios;
- **Geração de empregos diretos e indiretos** em diversas frentes, como construção civil, manutenção e ampliação de equipamentos públicos;
- **Melhoria na qualidade de vida da população**, ao possibilitar obras de infraestrutura e a modernização de serviços públicos.

Dentre os objetos pactuados temos:

Tabela 5 – Objetos Pactuados			
Qtd.	Objetos	Total Pago	Total a Pagar
114	Pavimentação de Vias	170.593.434	18.787.559
31	Praça Pública	16.887.343	2.826.670
15	Complexo Poliesportivo	22.592.803	6.007.197
14	Campo de Futebol	6.810.402	1.678.897
9	Ginásio de Esporte	3.516.387	3.079.101
7	Quadra Poliesportiva	3.535.411	1.247.167
6	Feira Coberta	3.001.143	0
6	Parque Público	3.558.112	600.002
5	Orla Pública	3.932.999	817.001
3	Poço Artesiano	200.000	716.000
3	Pontes e Bueiros	2.016.667	333.333
3	Praia Pública	3.159.931	340.069
1	Centro de lazer	466.666	233.334
1	Ciclovía	1.000.000	0
218	Total Geral	241.271.298	36.666.330

FONTE: TRANSFERETO E SIAFE/TO

Por se tratar de um Programa voltado para Investimentos em Obras e Equipamentos Públicos, apenas alguns órgãos são capacitados para executar tais objetos, em consonância com a política pública desenvolvida, diante disso ficou assim distribuído entre os órgãos:

TABELA 6 – UNIDADES GESTORAS CONCEDENTES				FONTE
UG	Valor Conveniado	Valor Pago	Valor a Pagar	
AGETO	190.993.702	171.872.810	19.120.892	
ATS	916.000	200.000	716.000	
ESPORTE	50.167.365	37.921.669	12.245.696	
SEAGRO	2.501.143	2.501.143	0	
SECTUR	2.000.000	2.000.000	0	
SECULT	6.250.000	5.092.931	1.157.069	
SEINF	700.000	700.000	0	
SEINFRA	24.409.418	20.982.745	3.426.673	
Total Geral	277.937.628	241.271.298	36.666.330	
TRANSFERETO E SIAFE/TO				

O Programa foi idealizado de forma regionalizada, dividido em 8 Grandes Regiões: Araguaína, Central – Palmas, Vale do Araguaia, Sul – Gurupi, Bico do Papagaio, Meio Norte Colinas – Guaraí, Jalapão e Sudeste. Dos valores pactuados, já foram pagos cerca de 87 %, aproximadamente R\$ 241 milhões, desses R\$ 22.170.864,06 (Vinte e dois milhões, cento e setenta mil, oitocentas e sessenta e quatro reais e seis centavos) pagos somente em 2024, nas tabelas abaixo demonstramos os objetos e valores pactuados por regional, bem como os valores pagos e a porcentagem executada até o presente momento:

TABELA 7 - REGIONAIS			
Regional	Valor Pactuado	Valor Pago	Valor a Pagar
ARAGUAÍNA	30.000.000	26.999.998	3.000.002
BICO DO PAPAGAIO	49.962.521	49.871.847	90.674
CENTRAL - PALMAS	28.000.000	24.649.997	3.350.003
JALAPÃO	18.000.000	16.066.665	1.933.335
MEIO NORTE-COLINAS/GUARAÍ	49.999.992	43.749.150	6.250.842
SUDESTE	38.000.000	29.171.370	8.828.630
SUL - GURUPI	33.975.115	26.067.572	7.907.543
VALE DO ARAGUAIA	30.000.000	24.694.701	5.305.299
Total Geral	277.937.628	241.271.298	36.666.330
FONTE: TRANSFERETO E SIAFE/TO			

O **PROFEGE** reafirma o compromisso do Governo do Tocantins em promover um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Por meio de parcerias eficazes com os municípios e o apoio das Secretarias de Estado, o programa consolida ações concretas que transformam a realidade da população e impulsionam o progresso em todo o estado.

5. PLANEJAMENTO 2025:
5.1 – Transferências Voluntárias Federais

- ✓ Capacitação Rede de Parcerias em consonância com cronograma de atividade 2025;
- ✓ Implementação do GESTÃO GOV BR;
- ✓ Atualização do Caderno de Projetos para Bancada Federal;

5.2 – Operações de Crédito Internas

- ✓ Contratação das operações de crédito no valor total de R\$700 milhões;
- ✓ Execução e prestação de contas das operações de crédito contratadas;

5.3 – Emendas Parlamentares Estaduais

- ✓ Operacionalização do Sistema de Transferências Estadual do Tocantins para atender as Emendas Especiais; Módulo Fundo e Termo de Execução Descentralizada; proposições elencadas no PROGESTÃO;

Gestão das ações de emendas parlamentares estaduais referentes ao exercício 2025

1.1 Resultados da Gestão da Dívida Pública

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados da gestão no exercício 2024 visando dar transparência da administração dos recursos públicos no tocante ao recebimento de recursos e pagamento do serviço da dívida.

A dívida contratual é gerida pela Superintendência em que compreende as operações de crédito firmadas com instituições financeiras nacionais e internacionais cujos recursos desembolsados foram aplicados diretamente para investimento. Também compreende dívidas decorrentes de parcelamentos junto ao IGEPREV e União, conforme quadro abaixo.

QUADRO 1.1 – Contratos da Dívida Fundada

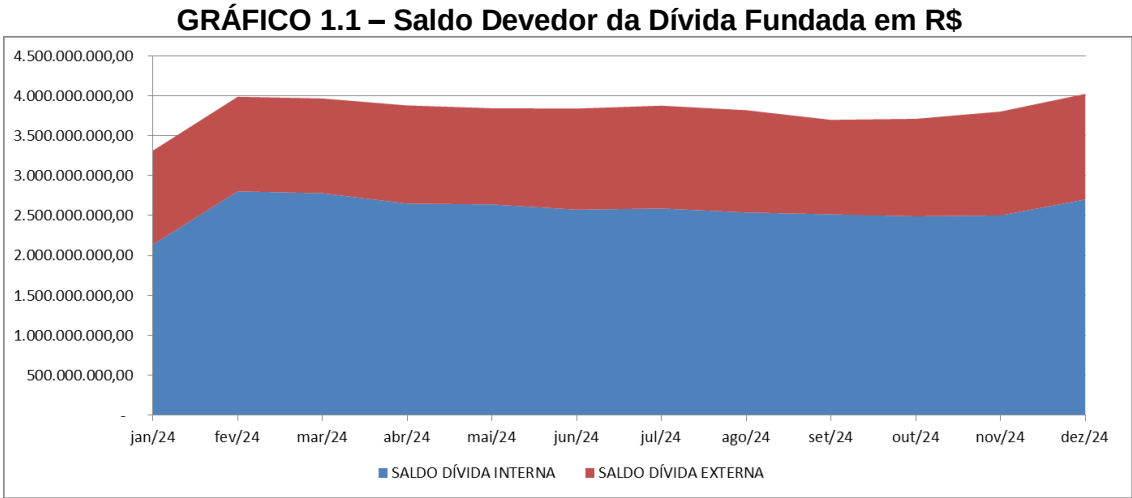
ORIGEM DA DÍVIDA	TIPO	CREDOR	CONTRATOS NOVOS	CONTRATOS ATIVOS	SALDO DEVEDOR
DÍVIDA INTERNA	FINANCIAMENTO INTERNO	SUB - TOTAL	0	40	2.241.967.959,11
		Caixa Econômica Federal	0	34	177.603.977,06
		Banco Brasil S/A	0	5	1.926.745.926,47
		BRB	0	1	137.618.055,58
	PARCELAMENTOS	SUB - TOTAL	0	8	151.233.913,25
		IGEPREV	0	3	116.111.511,29
		UNIÃO	0	5	35.122.401,96
		TOTAL INTERNO	0	48	2.393.201.872,36
DÍVIDA EXTERNA	FINANCIAMENTO EXTERNO	SUB - TOTAL	1	4	1.321.920.534,75
		BID	0	2	158.982.655,63
		BIRD	1	2	1.162.937.879,12
	TOTAL EXTERNO	1	4	1.321.920.534,75	
DÍVIDA TOTAL			1	52	3.715.122.407,11

Fonte: Anexo XVI - Dívida Fundada /dezembro

A Dívida Pública consta a quantidade de 52 contratos ativos, sendo a maior parte concentrados no financiamento interno, 34 contratos junto a Caixa Econômica Federal, 8 parcelamentos e 4 contratos de financiamento externo. Neste exercício tivemos assunção de uma nova dívida externa: contrato de operação de crédito firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – PRÓ-GESTÃO TOCANTINS: Projeto de Eficiência na Gestão do Setor Público.

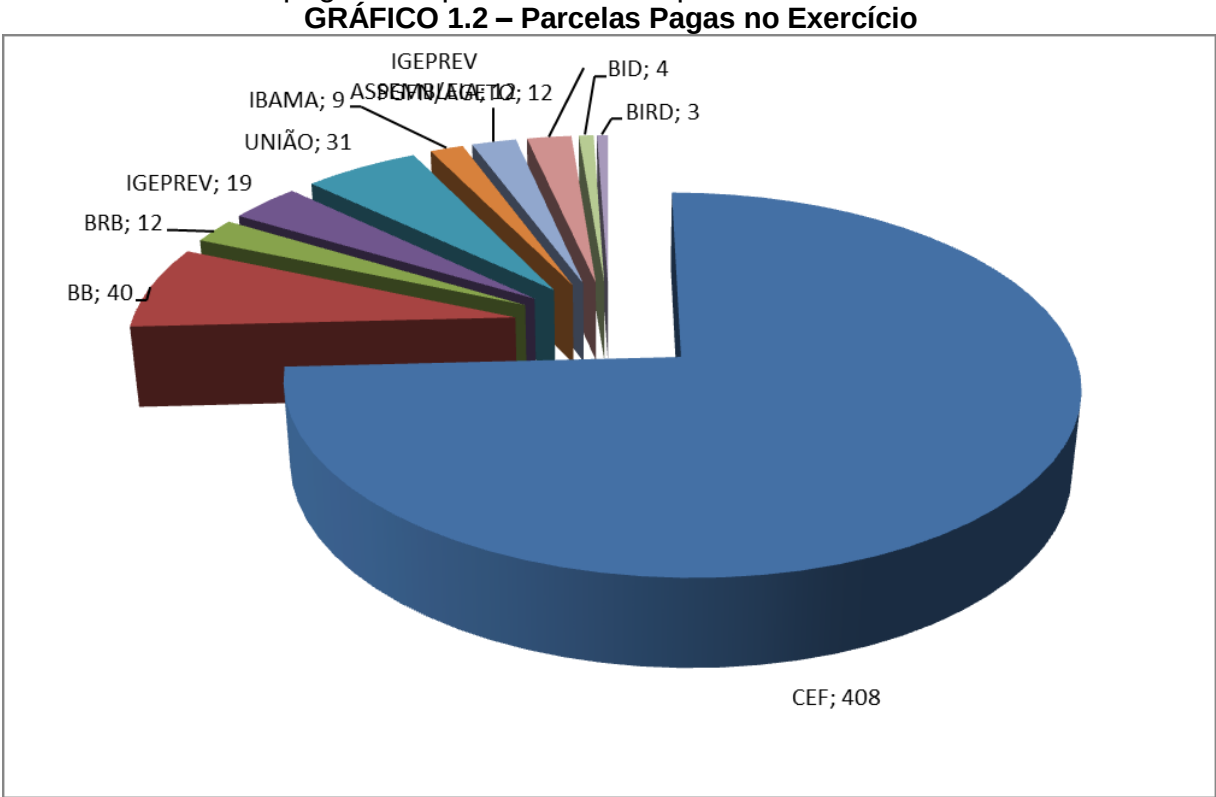
1.1.1 Resultados da Dívida Pública

A dívida pública iniciou o exercício com estoque de R\$ 3,31 bilhões houve um aumento gradual com efeito da variação cambial e incremento das liberações das operações de crédito internas e externa, sendo que o saldo devedor alcançou o montante de R\$ 3,80 bilhões no fechamento de novembro/2024.



Fonte: Anexo XVI - Dívida Fundada /Dezembro

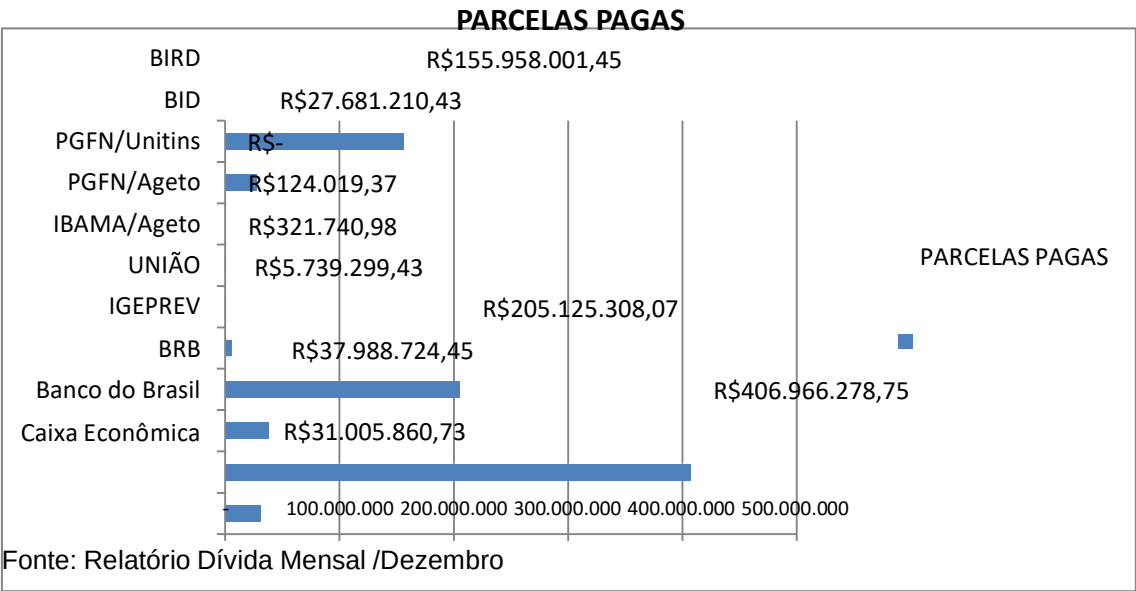
O indicador de meta física das ações orçamentárias de administração da dívida interna, externa e seus serviços é a quantidade de parcelas pagas. Até o final do exercício 2024 foram pagas 550 parcelas de compromissos assumidos.



Fonte: Relatório Dívida Mensal /Dezembro

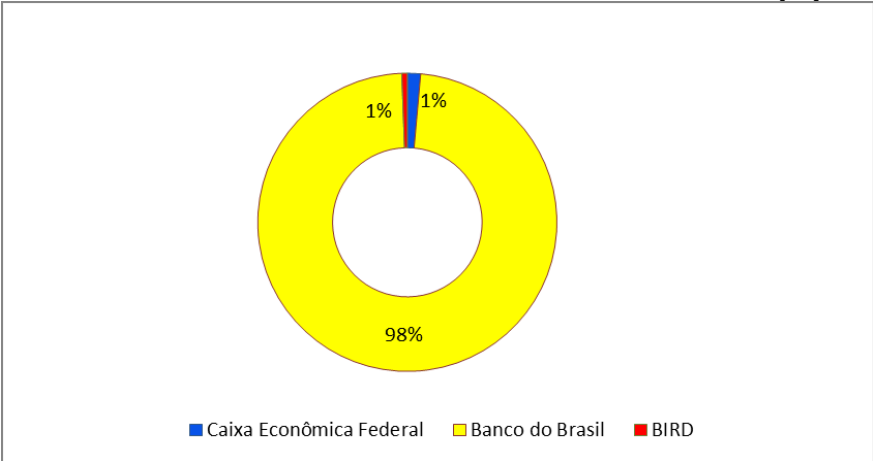
Para realizar o pagamento das parcelas, é acompanhado todo o rito processual: elaboração de nota de empenho, liquidação, programa de desembolso por natureza orçamentária (amortização e encargos) e autorização de pagamento. Até o presente momento foram produzidos 2.200 documentos que garantiram pontualidade no pagamento do serviço da dívida neste exercício.

GRÁFICO 1.3 – Pagamentos Efetuados R\$



Na Dívida Interna o montante pago no exercício foi de R\$ 687,27 milhões, sendo no exercício o maior valor com o financiamento do Banco do Brasil, seguido pelos contratos com parcelamento das contribuições previdenciárias do IGEPREV. Na dívida externa o montante pago é de R\$ 183,63 milhões, e o contrato com maior volume dispendido foi o PDRIS – Banco BIRD no valor de R\$ 155,94 milhões.

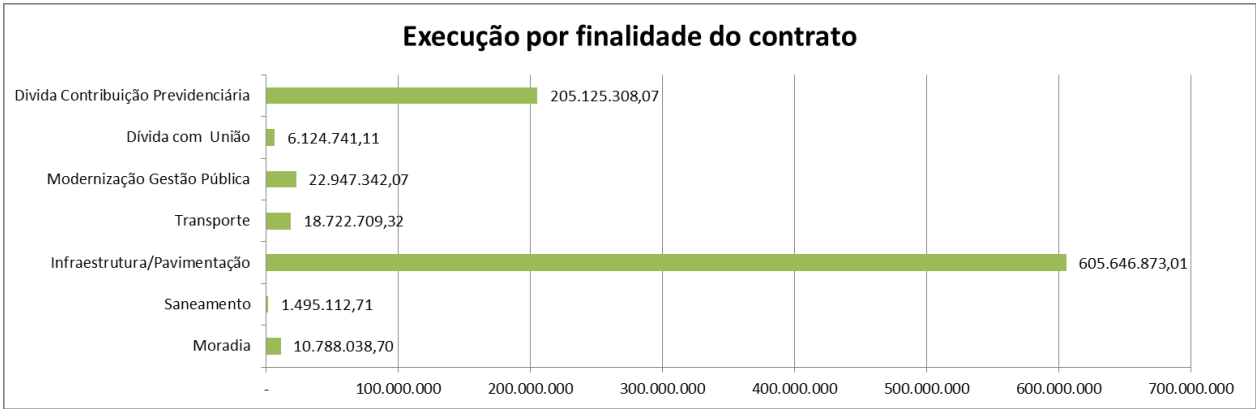
GRÁFICO 1.4 – Desembolsos Realizados (%)



Fonte: Anexo XVI - Dívida Fundada /Dezembro

Neste exercício o Estado recebeu desembolso de operação de crédito no montante de R\$ 589,65 milhões para realização dos investimentos previstos na LOA, sendo R\$ 8,40 milhões recursos da Caixa Econômica Federal e R\$ 577,75 milhões do Banco do Brasil para realização das obras de infraestrutura no Estado. Além disso, ocorreu um desembolso neste ano no total de 3,49 milhões da operação de crédito externa junto ao Banco BIRD – Pro Gestão, direcionado para melhorias na gestão dos serviços públicos.

GRÁFICO 1.5 – Finalidade



Fonte: Anexo XVI - Dívida Fundada /Dezembro

Para demonstrar a execução dos contratos por finalidade no exercício, podemos verificar que a maior execução de pagamento da Dívida Pública está relacionada à infraestrutura e pavimentação do Estado no valor de R\$ 605,64 milhões, seguido de gastos com a contribuição previdenciária no valor de R\$ 200,12 milhões.

GRÁFICO 1.6 – Pagamento Natureza



Fonte: Anexo XVI - Dívida Fundada /Dezembro

Na execução total da Dívida Pública, no montante de R\$ 870,85 milhões, R\$ 497,39 milhões foram destinados à amortização, enquanto R\$ 373,45 milhões corresponderam aos encargos.

1.1.2 – Acompanhamento da Regularidade

Na gerência de projeção e acompanhamento da dívida pública houve o monitoramento dos órgãos da administração pública estadual com o acompanhamento da regularidade Estadual através do CAUC - Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais, o qual disponibiliza informações acerca da situação de cumprimento de requisitos fiscais por parte dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e de organizações da sociedade civil (OSC), necessários à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal.

Foi realizado o planejamento e realização das previsões de pagamento mensal e anual dos serviços da dívida, além de acompanhar o saldo de estoque dos contratos ativos, além disso, subsidiamos a captação de novas operações de créditos do Poder Executivo junto à Caixa Econômica e Banco Regional de Brasília - BRB.

Para atualização das praticas de acompanhamento da regularidade estadual os servidores desta Superintendência participaram do XVIII Fórum Interestadual de Regularidade Fiscal realizado em Fortaleza- Ceará nos dias 08 e 09 de agosto. Nesta ocasião tiveram a oportunidade realizar a troca de experiência com outros Estados quanto à gestão de acompanhamento da Regularidade e instruções de novas exigências legais para os entes da federação, envolvendo os órgãos Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, PGFN, dentre outros.

Entre as temáticas trabalhadas no Fórum que impactam o Estado, destaca-se o fato de que a emissão da Certidão Conjunta PGFN e RFB nem sempre é liberada automaticamente na internet, nesses casos, é necessário solicitar à PGFN a liberação das pendências para emissão da certidão. A Portaria PGFN 838/2023 instituiu o atendimento no portal regularize e atendimento especial no ponto focal, os quais repassaram ao Estado os contatos específicos. Além disso, para negociação de dívidas é possível contratar a nova modalidade transação por adesão em que permite ampliar o prazo em mais de 60 meses (com exceção dos débitos previdenciários).



Em relação ao CADIN a plataforma iniciou em 06/12/2023 com possibilidade de consultar a situação de CNPJ dependente diretamente na página do CADIN, através da consulta à lista de CNPJ, à semelhança do que acontece com o CAUC e agora a inclusão no Cadin far-se-á 30 (trinta) dias após a comunicação ao devedor da existência do débito passível de inscrição naquele Cadastro, fornecendo-se todas as informações pertinentes ao débito.

A Certidão da Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União PGFN/RFB é uma exigência a ser renovada a cada seis meses pra comprovar, regularidade para recebimento de transferências voluntárias ou contratação de operação de crédito.

Informamos que neste exercício foi a primeira vez que todas as certidões foram emitidas antes do vencimento. Além da certidão foi realizado diariamente o acompanhamento do CAUC e as unidades gestoras com pendências foram notificadas para manutenção da regularidade Estadual.

Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público – PRÓ-GESTÃO TOCANTINS:

O projeto Pró-Gestão Tocantins foi assinado em 28 de maio de 2024, firmando um contrato de empréstimo entre o Banco Mundial – BIRD - e o governo do Estado do Tocantins. O Pró-Gestão é um financiamento no valor de US\$ 55 milhões, sendo US\$ 50 milhões de recursos do Banco e US\$ 5 milhões de contrapartida estadual, com prazo de execução de 05 (cinco) anos.

A Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) lidera a implementação do projeto, através da Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP). Como o órgão responsável pela coordenação, a SEPLAN irá monitorar a execução do projeto, decidir questões operacionais relacionadas à implementação e apoiar as demais Secretarias e órgãos executores.

O projeto está estruturado em torno dos seguintes componentes: (i) sistemas de gestão fiscal, financeira e patrimonial para todo o governo; Implementadores: SECAD com RH e Patrimônio; IGEPREV com a Previdência; SEFAZ com Compras Públicas; SEPLAN com Gestão da Dívida (ii) sistemas de gestão fiscal, financeira e patrimonial para setores estratégicos; Implementadores: SEDUC com Sistemas para Gestão da Alimentação e Transporte Escolar; SES com Revisão de Custos e Orçamentos da Saúde; SETAS com Transferência de Fundos Federais na Assistência Social e (iii) gestão do programa e de mudanças; Implementação da SEPLAN

O propósito do projeto é promover melhorias da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, assim como o aumento da eficiência do gasto e do retorno dos recursos investidos. O projeto almeja contribuir para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, assim sendo, todos os componentes e atividades do projeto tem o objetivo de reduzir despesas e melhorar a eficácia e eficiência do serviço público.

Os beneficiários diretos são a Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), Secretaria da Administração (SECAD), Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Secretaria da Saúde (SES), Secretaria da Educação (SEDUC), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS) e Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (IGEPREV). Todas essas instituições e seus colaboradores se beneficiarão por sistemas mais eficientes e efetivos de gestão.

Valores em dólares definidos por
Componente:
Fonte: MANUAL OPERATIVO DO PROJETO – MOP de 6 de junho
de 2024.

COMPONENTE	CUSTO (INCLUINDO CONTRAPARTIDA)
Componente 1: Sistemas de Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial para todo o Governo	US\$ 37.800.000
Componente 2: Sistemas de Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial para Setores Estratégicos	US\$ 15.000.000
Componente 3: Gestão do Projeto	US\$ 2.200.000
TOTAL	US\$ 55.000.000



Missão do Banco Mundial presencial no Estado do Tocantins

A missão teve como objetivo o início da implementação do projeto e a apresentação dos planos de trabalho de todas as equipes técnicas envolvidas nas atividades do projeto. O Banco Mundial e a UGP conduziram uma série de reuniões com os executores do projeto. Nestas reuniões, foram definidas as primeiras aquisições a serem realizadas, além de próximos passos como: elaboração de Termos de Referência (TDR), reuniões técnicas para qualificação do escopo das atividades, estudos e notas técnicas. Assim, foram estruturadas prioridades para cada órgão beneficiário para os próximos 24 meses.



Programa Agrologístico de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar, Turismo Inclusivo e Adaptação às Mudanças do Clima no Estado do Tocantins - TOCANTINS PRODUTIVO

Aprovado pela Resolução COFLEX nº 53, de 26 de setembro de 2024, deliberada na 176ª Reunião, que autorizou a preparação do Programa nos seguintes termos:

Valor do Empréstimo: US\$ 120 milhões

Valor da Contrapartida: 20% do total do projeto US\$ 30 milhões

Valor Total do Projeto; US\$ 150 milhões

Prazo de execução: 08 (oito) anos

Entidade Financiadora: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial - BIRD

Estimativa para assinatura do contrato de empréstimo: Segundo semestre de 2025

O Projeto se propõe a incrementar apoio técnico e fomento a duas das principais atividades de vocação econômica no interior do Estado: Agricultura Familiar e Turismo Inclusivo, além de assegurar infraestrutura de transporte adequado da produção rural, acesso a polos turísticos e deslocamentos seguros para a população. O Projeto tem abrangência estadual, podendo atender potencialmente beneficiários dos 139 municípios, estruturado nos seguintes componentes:

Componente 1 - Implementação da Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura - AGETO

Programa de Recuperação, Manutenção Proativa, Segura e Resiliente, e Pavimentação da Malha Rodoviária Estadual;

Logística e Transporte, incluindo os contratos de obras e manutenção viária, estudos e fortalecimento institucional, e segurança viária.

Componente 2 – Implementação Secretaria da Agricultura e Pecuária – SEAGRO

Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

Articulação com o Instituto de Desenvolvimento Rural – RURALTINS, e a Secretaria da Pesca e Aquicultura – SEPEA, para subsídios na formulação do programa de fomento ao pequeno produtor rural.

Componente 3 - Implementação da Secretaria do Planejamento e Orçamento – SEPLAN

Desenvolvimento regional sustentável

Articulação com a Secretaria do Turismo - SETUR, implantação do Subcomponente 3.1 – Turismo Inclusivo e Sustentável

Articulação com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, implantação do Subcomponente 3.2 – Fortalecimento da Gestão Ambiental Rural

Componente 4 – Implementação da UGP, Unidade de Gestão do Projeto

Gestão do projeto

Valores em dólares estimados por Componente:

No.	Componente	VALOR - US\$
C 1	Programa de Recuperação, Manutenção Proativa, Segura e Resiliente e Pavimentação, da Malha Rodoviária Estadual - AGETO	106,020,000
S 1.1	Obras e manutenção de rodovias com base em desempenho	97,470,000
S 1.2	Fortalecimento institucional	2,550,000
S 1.3	Segurança viária	6,000,000
C 2	Desenvolvimento Rural Sustentável – SEAGRO (RURALTINS/SEPEA)	33,000,000
S 2.1	Fortalecimento dos agricultores familiares através da ampliação dos serviços de assistência técnica	16,500,000
S 2.2	Incentivo a aquisição de insumos das organizações de agricultores familiares	11,220,000
S 2.3	Fortalecimento institucional das organizações de agricultores familiares	5,280,000
C 3	Desenvolvimento Regional Sustentável – SEPLAN (SETUR/SEMARH)	6,900,000
S 3.1	Turismo sustentável - Fomento de atividades turísticas	4,575,000
S 3.2	Fortalecimento da gestão ambiental rural	2,325,000
C 4	Unidade de Gestão do Projeto - UGP	4,080,000
TOTAL GERAL		150,000,000

Fonte: Carta Consulta do Tocantins Produtivo

Missão do Banco Mundial:

Entre os dias 02 e 09 de dezembro de 2024, ocorreu a primeira missão do Banco Mundial no Estado do Tocantins, com participação das equipes técnicas do Banco Mundial e do Estado. A missão teve como principais objetivos: (i) apresentar os membros da equipe do Banco Mundial e da entidades do estado que estarão envolvidas na preparação e execução do projeto; (ii) discutir os detalhes técnicos relacionados aos componentes previstos no projeto; (iii) apresentar os instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais do Banco Mundial, bem como os requerimentos relacionados às áreas de aquisições e gerenciamento financeiro; e (iv) acordar o cronograma do projeto, alinhando os próximos passos para a preparação e implementação.





Projeto de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Tocantins - Tocantins Mais Sustentável

Aprovado pela COFIEIX em 12 de dezembro de 2024, deliberada na 178ª Reunião, que autorizou a preparação do Programa nos seguintes termos:

Valor do Empréstimo: US\$ 100 milhões

Valor da Contrapartida: 20% do total do projeto US\$ 25 milhões

Valor Total do Projeto; US\$ 125 milhões

Prazo de execução: 05 (cinco) anos

Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Estimativa para assinatura do contrato de empréstimo: Primeiro semestre de 2026

Objetivo Geral

+Competitividade + Integração Econômica + Sustentabilidade

O Projeto se propõe a impulsionar a atração de investimentos privados e a promoção do comércio exterior de bens e serviços do Estado do Tocantins. Fortalecer a gestão e promoção do turismo sustentável no Estado, integrando comunidades locais e contribuindo para esforços de conservação de áreas ecológicas e culturais de destaque. Melhorar a produtividade, a adaptação às mudanças climáticas e o acesso a mercado dos pequenos e médios agricultores. E a redução dos custos e tempos de viagem em corredores logísticos, turísticos e agropecuários estratégicos, estruturado nos seguintes componentes:

Componente 1 – Atração de investimentos e promoção de comércio exterior para o desenvolvimento econômico sustentável do Tocantins – Implementação da SICS e da SEPLAN.

Componente 2 – Fortalecimento do Turismo Sustentável e Inclusivo - Implementação Secretaria do Turismo – SETUR

Componente 3 – Fortalecer a sustentabilidade da Agricultura do Tocantins - Implementação da Secretaria da Agricultura e Pecuária – SEAGRO

Componente 4 – Investimento para a Infraestrutura Logística habilitante - Implementação da Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura - AGETO

Componente 5 – Gestão do Projeto – Implementação da UGP

Coordenação Geral do Projeto a cargo da UGP

Uma Missão em conjunto com o BID está sendo programada para fevereiro de 2025 para início da preparação e detalhamento do Projeto

Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas

• **Condução Institucional do Instrumento Zoneamento Ecológico-Econômico no Tocantins:**

Realizada a condução de ações institucionais do instrumento Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em âmbito estadual, destacando-se a revisão, discussão e aprovação da minuta do Projeto de Lei que Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins - ZEE/TO, no âmbito da Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins - CEZEE.

• **Elaboração das Regiões de Planejamento do Estado do Tocantins:**

Elaborado estudo técnico com proposta de nova regionalização para o planejamento governamental do Estado do Tocantins, no intuito de estabelecer um referencial geográfico para aperfeiçoamento das atividades de planejamento, monitoramento e implementação de políticas públicas em âmbito regional.

• **Atualização de Informações Sobre Áreas de Uso Legal Restrito e Potenciais à Conservação Ambiental no Tocantins:**

Foi realizada a atualização da base de informações sobre as áreas legalmente instituídas no Tocantins com finalidade de conservação da natureza, proteção dos povos indígenas e de remanescentes das comunidades quilombolas, delineamento de corredores ecológicos.

A partir da base de dados, a SEPLAN publicou o documento “Áreas de Uso Legal Restrito e Potenciais à Conservação Ambiental”. A publicação está atualizada em sua quarta versão e traz como material inédito e de grande valor para o Tocantins, a sistematização de informações oficiais sobre comunidades de remanescentes de quilombos. O trabalho destina-se a apoiar as atividades de planejamento da gestão territorial, bem como subsidiar o conhecimento sobre a proteção e conservação ambiental, territórios indígenas e comunidades remanescentes de quilombos no Estado. Disponibilizado ao público no mês de outubro no sítio da SEPLAN no endereço <https://www.to.gov.br/seplan/areas-de-uso-legal-restrito/24mbxairz33x>. Registrados 210 downloads.

• **Cartografia das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Tocantins:**

A cartografia dos territórios de remanescentes de quilombos foi desenvolvida pela SEPLAN em parceria com a SECRETARIA DE POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS - SEPOT, com objetivo de subsidiar as políticas públicas destinadas ao planejamento da gestão territorial desenvolvida pelo Estado, e especificamente subsidiar o planejamento territorial desenvolvido no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins. A produção e divulgação de informações oficiais sobre os remanescentes de quilombos no Estado amplifica o reconhecimento legal de seus territórios, valoriza o reconhecimento da identidade cultural e histórica das comunidades e, por consequência, aumenta a sua visibilidade na sociedade.

Como resultado do trabalho foi elaborado o *primeiro mapa oficial de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Tocantins*. O produto está disponível ao público no Geoportal da SEPLAN, no link <https://geoportal.to.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/5df2bc20-1022-4da7-9bdf-09af7b385f10>.

• **Tocantins em Números:**

A publicação **Tocantins em Números**, disponibilizado de forma *online* no site da SEPLAN com frequência mensal, trimestral, semestral e anual, conforme o último dado liberado pelos órgãos competentes, alcançou em 2024 um total de 1.762 downloads no ano. No *ranking* de temas com maior procura foram: 1) População Censitária - 2010 e 2022, 21,2%; 2) Novo Caged - Empregos Formais, 9,5%; 3) Evolução da Produção Agrícola, 9,1%; 4) Balança Comercial, 8,4%; 5) LSPA - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 7,4%.

SECRETARIA DOS ESPORTES E JUVENTUDE

ESPORTES E LAZER

Projeto Esporte Verão

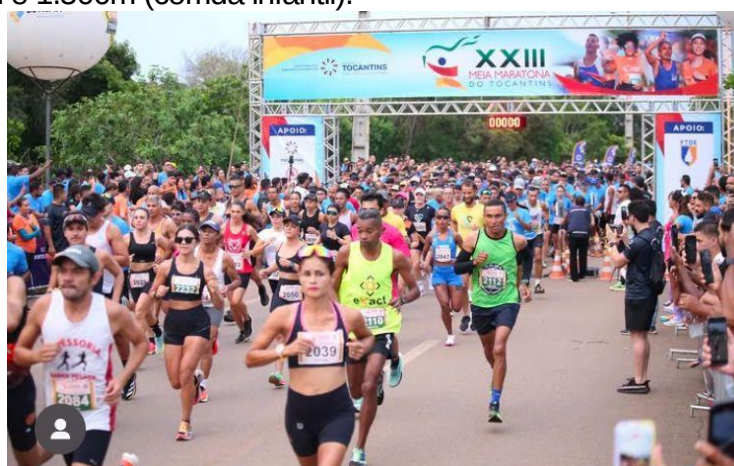
O Governo do Tocantins, por meio da Secretaria dos Esportes e Juventude (SEJU), realizou na temporada de praias, o Projeto Esporte Verão. As ações foram desenvolvidas por meio da prática do *Beach Soccer*, vôlei de praia, *futevôlei* e atividades recreativas.



Governo do Tocantins promoveu esporte e lazer para as praias tocantinenses - Foto: Governo do Tocantins

Meia Maratona do Tocantins

A Meia Maratona do Tocantins evento promovido pelo Governo do Tocantins, por meio da Secretaria dos Esportes e Juventude que reuniu 1200 competidores nas distâncias de 21 km, 10 km, 5 km e 1.500m (corrida infantil).



23ª edição da Meia Maratona do Tocantins foi realizada no dia 1º de dezembro de 2024 - Foto: SEJU / Governo do Tocantins

Copão Tocantins de Futebol Amador

A 3ª edição iniciou no dia 9 de março e encerrou em 12 de julho. A competição reuniu 180 equipes, de 121 Municípios. O campeão de 2024 foi o Íbis Esporte Clube (Paraíso do Tocantins).

A competição aconteceu dentro do esperado e superou as expectativas com relação aos eventos anteriores.



Escolinha Nilton Santos

Na Escolinha Nilton Santos Palmas, como proposto, as atividades ocorrem na modalidade de futebol e são voltadas para alunos de 7 a 17 anos. O objetivo principal consiste na formação de cidadãos. Ao longo das atividades, são trabalhadas a importância de valores como humildade, educação e mente saudável.

A unidade tem atendido as expectativas e realizado com êxito o que foi proposto, atendendo o público-alvo.



Escolinha Nilton Santos em Palmas - Foto: Emerson Silva / Governo do Tocantins

Jogos dos Servidores

Os Jogos dos Servidores envolvem todo o funcionalismo público do Tocantins (municipal, estadual e federal), além dos servidores das Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa, instituições públicas financeiras e entidades parceiras. A competição reúne profissionais de diferentes áreas nas disputas do futsal, futebol Society e voleibol nas regionais e etapa final, além do vôlei de praia, futevôlei, xadrez, tênis de mesa e corrida de rua (5 km) na fase estadual.

A meta proposta foi alcançada os municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi tiveram equipes inscritas e devidamente premiadas as vencedoras.



Copa do Trabalhador de Futsal

A competição iniciou no dia 8 de julho, no ginásio Neblina, em Araguaína, e encerrou no dia 15 de agosto. O evento esportivo movimentou o Ginásio Neblina com a participação de 175 equipes, 13 categorias e cerca de 2.500 pessoas envolvidas diretamente nos jogos.

Entendemos que foram atendidas as expectativas e as metas, alcançadas; os idealizadores do evento foram bem-sucedidos no que lhes foi proposto.



Copa do Trabalhador de Futsal - Foto: SEJU / Governo do Tocantins

TERRÃO SOCIETY ARAGUAÍNA

O Terrão Society Araguaína foi desenvolvido entre o público feminino (sub-15, sub-20, aberto e master 30 +) e no futebol Society masculino (sub-9, sub-11, sub-13, sub-15, sub-

17, sub-20, aberto, master 35+, master 40+ e master 50+). No total foram 168 equipes em 14 categorias.

Execução de Obras/Melhorias

✓ Ginásio Poliesportivo Nilton Barros No Bairro JK, em Araguaína está em reforma com 82% da obra concluída.



✓ Foi realizado o estudo e está em fase de finalização dos projetos executivos para Reforma do Ginásio Poliesportivo Ademar Amorim, em Pedro Afonso – TO.

Articular Políticas de Juventude Municipais com os gestores municipais de Juventude

A articulação de Políticas Públicas de Juventude (PPJ) foi feita através de reuniões com os gestores de juventude, seja durante a visita destes na sede da Secretaria de Estado dos Esportes e Juventude ou através de deslocamento de equipe da SEJU.

Nessas articulações ouviu-se propostas para incorporar no projeto Conecta Jovem, além de debater a viabilidade de implantação de outras PPJ's.

Promover o Projeto Conecta Jovem

O projeto Conecta Jovem além da realizar a emissão de ID Jovem, abordou os direitos da juventude, participação social dos jovens nos ambientes em que estão inseridos, promoveu oficinas e palestras com temas como primeiros socorros, prevenção à incêndio, captação e edição de vídeos pelo celular e juventude e consciência negra. O projeto foi realizado em unidades de ensino da rede estadual de Educação e percorreu o Estado atendendo diretamente mais de 800 (oitocentos) jovens. A ação itinerante esteve

as seguintes cidades: Araguatins, Dianópolis, Guaraí, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Tupirama.

A meta proposta em LDO foi alcançada e a 2ª edição do projeto realizou 10 ações. Cabe ressaltar que em Palmas o projeto foi realizado em duas unidades educacionais e, além disso, recebeu o encerramento da segunda edição do projeto no auditório do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos. Em Araguatins, a ação foi realizada duas vezes.

Encerramento da 2ª edição no Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos



Realizar a Semana Estadual da Juventude

A proposta de realização da Semana Estadual da Juventude foi desempenhada com* outro foco. Tendo em vista a realização do Y20, grupo de juventudes do G20 Social, realizado na cidade do Rio de Janeiro de 10 a 17 de agosto. Com isso, a Semana Estadual da Juventude foi realizada através do Diálogo Regional do Y20 no Tocantins, entre nos dias 02 e 03 de agosto. Durante a realização do Y20 Tocantins, as juventudes tocaninenses debateram propostas em três grupos temáticos, a saber: inclusão e diversidade; transição energética e desenvolvimento sustentável; e inovação e futuro do mundo do trabalho.

Foto 05: Cerimônia de abertura do Y20 Tocantins.



Elaboração do Plano Estadual de Juventude

A elaboração do Plano Estadual de Juventude, passa pela consolidação do Conselho Estadual da Juventude e do Fórum Estadual dos Gestores Municipais de Juventude do Tocantins. Ambos os processos estão em fase análise jurídica na Casa Civil do Estado do Tocantins.

Fórum Estadual de Gestores e Gestoras de Juventude do Tocantins

Para que o fórum seja realizado, é necessário que ele seja instituído via decreto. O processo para criação está aberto e aguardando parecer jurídico da Casa Civil do Estado do Tocantins.

Realização do Encontro Estadual dos Grêmios Estudantis

O encontro do Grêmio Estudantis não foi realizado tendo em vista o calendário de atividades da Secretaria. Porém, tendo em vista a não realização da programação, a SEJU participou da 1ª Oficina para Grêmios e Líderes Estudantis promovido pela Secretaria de Estado da Educação.

SECRETARIA DO TURISMO

O presente Relatório de Resultados tem por desígnio, positivar as principais realizações da Secretaria do Turismo do Estado do Tocantins - SETUR - nos meses de janeiro a dezembro de 2024, compilando e destacando as ações de toda a Secretaria.

A gestão do turismo esteve atenta às questões ambientais, culturais e sociais, buscando minimizar os impactos da atividade e, fazendo com que os moradores locais estejam inseridos economicamente e socialmente. Todas as ações promovidas em 2024, na área turística, buscaram sensibilizar, mobilizar e comunicar à comunidade a importância religiosa, histórica, ecológica, turística e cultural do estado do Tocantins.

1.1. Temporada de Praia

A SETUR realizou uma reunião no Palácio Araguaia, com o Comitê Gestor da Temporada de Praia, para planejamento das ações de 2024 e apresentou o diagnóstico da temporada de praia 2023.



Lançamento da **Temporada de Praia 2024** no Palácio Araguaia
Governador José Wilson Siqueira Campos.

- ✓ Realização de diagnóstico em **41 (quarenta e um) municípios**, abrangendo 43 (quarenta e três) praias;
- ✓ **Realização de pesquisa perfil do turista e movimentação financeira em 15 municípios, atendendo 16 praias;**
- V ✓ Comunicação visual em **20 (vinte) praias.**



Lançamento do Selo Praia Responsável e entrega de premiação aos destinos vencedores:

Selo Praia Responsável: Pedro Afonso Destino Sol e Praia: Araguacema
Evento Sol e Praia: Miracema do Tocantins (Miracaxi)



1.2. Infraestrutura e Sinalização Turística

- ✓ Implantação da sinalização turística na região Encantos do Jalapão, beneficiando os municípios de Mateiros, São Félix do Tocantins e Lagoa do Tocantins;
- ✓ Reposição das placas de sinalização turística na região de Serras Gerais e sinalização turística de Paranã; e
- Implantação de sinalização turística em Paranã.



Projeto para construção do píer de ancoragem para embarcações, na praia do Lago do Rio Manoel Alves, em Dianópolis.



Projeto para construção do trevo e do portal de entrada em Taquaruçu.



1.3. Realização da Promoção Nacional e Internacional do Turismo:

Participação na 34ª BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa/Portugal;

Participação na ITB – Feira Internacional do Turismo de Berlim/Alemanha.



Participação na 16ª Pesca & Companhia Trade Show, em São Paulo – SP;

Participação no 8º Salão Nacional do Turismo, no Rio de Janeiro – RJ; Participação na 51ª ABAV EXPO 2024, em Brasília- DF.



Participação na 8ª AGROSUDESTE em Almas - TO; Participação na 24ª AGROTINS Palmas - TO; e Participação na 1ª edição do Feirão do Turismo Conheça o Brasil, em Palmas – TO.

Realização de press trip para promoção da pesca esportiva do Tocantins nas regiões turísticas Serras e Lafo, Serras Gerais e Lagos e Praias do Cantão, nos meios de Comunicação Fish TV e do influenciador digital @zinhorocabano;

Divulgação da região Encantos do Jalapão, através da influenciadora digital Rayane do Povo;

Participação na 16ª edição do evento AGENTE TA ON 2024, em Belo Horizonte – MG; e Apoio na realização do Reality “Donas do Jogo”.



1.4. Promoção e Realização de Eventos Geradores de Fluxo Turístico

Atuação na realização de eventos de grande porte geradores de fluxo turístico e, conseqüentemente, de emprego e renda, como: I - Apoio a realização da Romaria do Senhor do Bonfim, nos municípios de Natividade e Tabocão do Tocantins; II - Realização do aniversário do estado do Tocantins; Realização do evento Esquenta de Verão, no município de Porto Nacional.



1.5. CADASTUR

Homologação de 1.468 novas empresas junto ao CADASTUR/Ministério do Turismo;

Realização de palestras direcionadas aos empresários locais nos municípios de Lajeado, Miracema do Tocantins e Araguacema.

1.6. Observatório do Turismo

Realização de pesquisas, estudos e elaboração de indicadores, apontados nas figuras abaixo:

Movimentação da Temporada de Praia 2024			
ANO REFERENTE	2023	2024	%
Fluxo turístico	987.925	1.197.030	17,47%
Gasto médio do turista (r\$)	475,52	604,46	21,33%
Movimentação financeira (r\$)	469.778.096	723.556.754	35,07%
Empregos	1.400	2.955	111%
Quantidade estabelecimentos	591	577	-2%

Movimentação de turistas no atrativo Lagoa da Serra - SERRAS GERAIS				Movimentação de turistas no atrativo Lagoa do Japonês - SERRAS GERAIS			
	2023	2024	%		2023	2024	%
Janeiro	840	1260	50%	Janeiro	182	1.650	807%
Fevereiro	730	1131	55%	Fevereiro	310	1.103	256%
Março	890	1352	52%	Março	451	1.123	149%
Abril	978	1515	55%	Abril	585	1.172	100%
Maio	1075	1634	52%	Maio	1.045	1.367	31%
Junho	1120	1691	51%	Junho	1.560	1.511	-3%
Julho	2150	3240	51%	Julho	3.598	2.734	-24%
Agosto	1150	1771	54%	Agosto	1.923	1.495	-22%
Setembro	1085	1714	58%	Setembro	1.429	1.524	7%
Outubro	1035	1531	48%				
TOTAL	11.053	16.839	52%	TOTAL	11.083	13.679	23%

Movimentação de Turistas no Parque Estadual do Cantão			
Ano / Mês	2023	2024	%
Janeiro a Outubro	314	450	30,22%
TOTAL	314	450	30,22%

Movimentação do Aeroporto de Palmas 2024			
	Embarque	Desembarque	Embarque + Desembarque
Janeiro	28234	29543	57777
Fevereiro	24386	23355	47741
Março	27011	26465	53476
Abril	25837	25669	51506
Maio	26803	26812	53615
Junho	28854	28973	57827
Julho	35403	35782	71185
Agosto	34752	33504	68256
TOTAL	231.280	230.103	461.383

1.7. Qualificação

Palestras para servidores da SETUR; Palestras de atendimento ao turista; Oficinas de preparo de café da manhã;
 Curso em Ecoturismo e Turismo de Aventura, realizado em São Félix do Tocantins para 30 (trinta) empresários do *trade* turístico.



Capacitação de 260 Condutores de Pesca Esportiva nos municípios de: Araguacema, Caseara, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Babaçulândia, Lajeado, Peixe, Porto Nacional, São Salvador do Tocantins, contemplando 05 regiões turísticas.



Realização de **03 reuniões** com o Fórum Estadual de Turismo - FOESTUR;
 Realização de oficina de planejamento turístico da região de Serras Gerais, em Paranã;
 Elaboração de **03 Decretos** para a formalização dos Fóruns Regionais de Turismo das regiões: Encantos do Jalapão, Vale dos Grandes Rios e Serras Gerais.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Em 2024, o Governo do Tocantins, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), consolidou avanços significativos na gestão de políticas públicas ambientais, encerrando o ano com um marco histórico: o Tocantins tornou-se o primeiro estado do mundo a submeter oficialmente o Programa Jurisdicional de Redução de Emissões dos Gases de Efeito Estufa por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) ao padrão ART TREES, reafirmando seu compromisso com metodologias rigorosas para validação de créditos de carbono

A submissão ao ART TREES aconteceu durante a 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 29), realizada em Baku, Azerbaijão, em novembro.

Em parceria com a Mercuria Energy Group — uma das maiores empresas globais de commodities —, o Programa possibilitará a aquisição dos créditos de carbono a serem gerados pelo estado até 2030, com uma projeção potencial de mais de 50 milhões de créditos, o que representa uma receita estimada superior a R\$ 2,5 bilhões, caso o estado tenha sucesso na redução do desmatamento e degradação florestal.

Estes recursos serão investidos na implementação de ações, políticas públicas e programas que visem ao alcance dos objetivos do modelo de desenvolvimento de baixas emissões, por meio da Estratégia Tocantins Competitivo e Sustentável -ESTOCS.

Diante de todos estes desafios, o Estado envidou esforços para garantir recursos técnicos e financeiros para os resultados que ora colhemos. Só em 2024, foi desembolsado R\$ 4,9 milhões, e, do total compromissado, foram investidos R\$ 11,8 milhões entre 2023 e 2024, oriundos do acordo técnico e comercial com a Mercuria Energy Trading S/A, para validar e certificar os créditos de carbono jurisdicionais.

Os recursos do investimento foram aplicados para estruturar e garantir equipe técnica especializada no Centro de Inteligência Geográfica de Meio Ambiente (CIG-MA), na modernização e automação do módulo de análise do Sistema de Informação para a Gestão do Cadastro Ambiental Rural (SIGCAR), na estruturação e modelagem do arranjo de governança dos colegiados e escrituração da Tocantins Carbono (TOCAR), bem como para realização das reuniões prévias que estão viabilizando a construção do processo de Consulta Livre, Prévia e Informada com os atores e beneficiários do Programa, entre outras ações necessárias à execução do Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins.

Apesar das dificuldades impostas pelos eventos climáticos extremos, o Tocantins conseguiu avançar em 2024, encerrando o ano com uma redução de 28,2% na área desmatada não autorizada. Entre janeiro e novembro, foram registrados 31.985 hectares impactados, comparados a 44.534 hectares desmatados no mesmo período de 2023. Esses dados são do levantamento realizado pelo CIGMA, com base nos registros do sistema de

alerta deter/Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. No cenário geral, considerando tanto o desmatamento legal quanto o ilegal, a redução foi de 11,8% no mesmo período.

Esse resultado reflete a eficácia da Estratégia de Combate ao Desmatamento Ilegal, que estabelece um compromisso sólido com a preservação ambiental por meio de ações voltadas ao aprimoramento do monitoramento e da fiscalização no estado. Os números mostram que o Tocantins está no caminho certo para cumprir as metas da Política Nacional de Preservação do Cerrado.

Importante destacar ainda a atuação do Grupo de Trabalho para a Orientação das Ações de Combate ao Desmatamento Ilegal com o lançamento do Painel de Monitoramento do Desmatamento do Estado do Ministério Público do Estado – MPE e a Operação Integrada de Fiscalização Ambiental que teve o objetivo de fiscalizar propriedades rurais que desmataram sem a autorização do órgão ambiental.

Mas todo este trabalho só foi possível graças ao apoio do Setor Produtivo, que ao longo de 2024, esteve reunido por diversas vezes para discutir e dar andamento às ações que foram consideradas prioritária pelo Setor na consolidação do Pacto pelo Desmatamento Ilegal Zero.

Em 2024, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos desempenhou um papel crucial na prevenção e combate às queimadas no estado, atuando de forma integrada com as instituições do Comitê do Fogo, adotando medidas emergenciais para combater os focos de incêndio, mobilizando recursos e efetivos para proteger áreas de risco.

Por meio da celebração do Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a Semarh e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO), foram destinados R\$1.081.000,00 (um milhão e oitenta e um mil reais) para a contratação de 80 brigadistas de combate aos incêndios florestais.

No eixo da educação ambiental, o projeto Foco no Fogo 2024 teve seu período ampliado, alcançando 71 municípios com 15.425 pessoas conscientizadas. As ações de educação ambiental também se estenderam às praias, por meio do Projeto Praia Consciente, com a abordagem de 5 mil pessoas, em 24 pontos turísticos.

O Governo do Tocantins, por meio da Semarh, deu início em 2024 ao maior programa de recuperação de nascentes da história do estado, o projeto Plantando Água, lançado em Cariri do Tocantins, no sul do estado, em dezembro. A iniciativa, fruto do contrato nº 17/2024 com a empresa Progaia Engenharia e Meio Ambiente, tem como objetivo revitalizar 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) de nascentes, com investimento de R\$ 3,5 milhões do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Os locais serão monitorados por 36 meses para garantir a recuperação plena das nascentes.

Uma das bacias mais importantes do estado, a Bacia do Rio Formoso também será revitalizada. O Governo do Tocantins irá recuperar 2 mil hectares de áreas degradadas, especialmente, no entorno de nascentes desta Bacia graças ao acordo de cooperação assinado entre o Governo do Tocantins, por meio da Semarh, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso (CBHRF) e a Associação de Produtores Rurais do Sudoeste do Tocantins (Aproest), com o Instituto Espinhaço – Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental.

Em 2024, reforçamos o monitoramento das nossas bacias com a instalação de 17 novas Plataformas de Coletas de Dados Hidrometeorológicos, alcançando 73 plataformas, no total, que apontam o nível, vazão e a qualidade das águas com transmissão por satélite em tempo real em nossos sítios especializados.

Os esforços do Governo do Tocantins, com apoio do setor produtivo, refletem o compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a preservação ambiental e com a implementação de uma política de baixas emissões, assegurando um futuro mais verde para as próximas gerações.

Adensamento da Rede Hidrometeorológica Estadual do Tocantins

O “Projeto de Adensamento da Rede Hidrometeorológica Estadual do Tocantins”, elaborado no ano de 2009, definiu a “Proposta de Adensamento da Rede Fluviométrica Básica”, consistindo o número de estações hidrometeorológicas compatíveis com as dimensões territoriais do Estado, definindo uma proposta de instalação de mais 81 estações hidrometeorológicas distribuídas em localizações do território do Tocantins, totalizando 138 estações, conforme recomendação da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

As estações hidrometeorológicas a instalar foram distribuídas nas áreas com carência de medições, seguindo as sub-bacias indicadas pelo zoneamento, uma vez que as estações em operação, tendo como referência o ano de 2009, na sua maioria, situavam-se localizadas nos cursos principais dos rios do estado. Também, à época, levou-se em consideração as bacias com maior número de outorgas e potencial conflito de uso. Os rios afluentes ao curso principal dos rios Tocantins, Araguaia, Palma, Manuel Alves, Balsas, Sono, Perdida e rio Formoso foram os mais contemplados.

No monitoramento hidrometeorológico realizado pela SEMARH são empregadas Plataformas de Coletas de Dados-PCDs, que monitora e transmite os índices de chuva, nível e vazões dos rios em tempo real, por telemetria via satélite para a sala de situação da ANA e SEMARH, com uma frequência de 15 min. A imagem a seguir apresenta uma PCD, composta por um painel solar, um pluviômetro, e uma antena de transmissão de dados.

Em 2024, foram instaladas 17 (dezessete) novas Plataformas de Coletas de Dados Hidrometeorológicos, sendo 01 (uma) na Bacia Hidrográfica do rio Araguaia, 01 (uma) na Bacia Hidrográfica do rio Tocantins; 02 (duas) na Bacia Hidrográfica do rio Formoso; 01 (uma) na Bacia Hidrográfica do rio Paranã; 2 (duas) na Bacia Hidrográfica do rio Sono; 1 (uma) na Bacia Hidrográfica do rio Pium; 1 (uma) na Bacia Hidrográfica do Rio Manuel Alves Pequeno; 1 (uma) na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Corda; 1 (uma) na Bacia Hidrográfica do rio Piranhas; 2 (duas) na Bacia Hidrográfica do rio Lajeado; 1 (uma) na Bacia

Hidrográfica do rio Bananal; 1 (uma) na Bacia Hidrográfica do rio Manuel Alves da Natividade; 1 (uma) na Bacia Hidrográfica do Rio Manuel Alves Grande; 1(uma) na Bacia Hidrográfica do rio Cunhãs, para monitorar a chuva, o nível e a vazão e a qualidade das águas dos rios nas bacias. Todos os dados por elas gerados são transmitidos por satélite em tempo real e são disponibilizados online por sítios especializados. Com isso, o Estado tem atualmente um total de 73 (setenta e três) plataformas de monitoramento instaladas.



Instalação de Plataforma de Coleta de Dados na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso

Gestão de Eventos Críticos

O Estado do Tocantins realiza o acompanhamento das condições hidrometeorológicas das bacias hidrográficas do Tocantins, por intermédio de uma Sala de Situação.

A Sala de Situação Estadual, instalada na SEMARH, funciona como um centro de gestão de situações críticas e subsidia a tomada de decisão, identificando possíveis ocorrências de eventos hidrológicos críticos por meio do acompanhamento das condições hidrológicas dos principais sistemas hídricos do estado. Dessa maneira, permite a adoção de medidas preventivas e mitigadoras dos efeitos de secas e inundações.

Para tanto, são utilizados dados de monitoramento de chuvas, de níveis e vazões de rios, de operação dos principais reservatórios, de previsões de tempo e clima, de modelos hidrológicos e de registros de ocorrências de situações de emergência ou estado de calamidade pública nos municípios do estado do Tocantins.

Os dados supramencionados são disponibilizados diariamente, no formato de Boletim, na página eletrônica da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, no endereço: <https://www.to.gov.br/semarh/boletim-hidrometeorologico>.

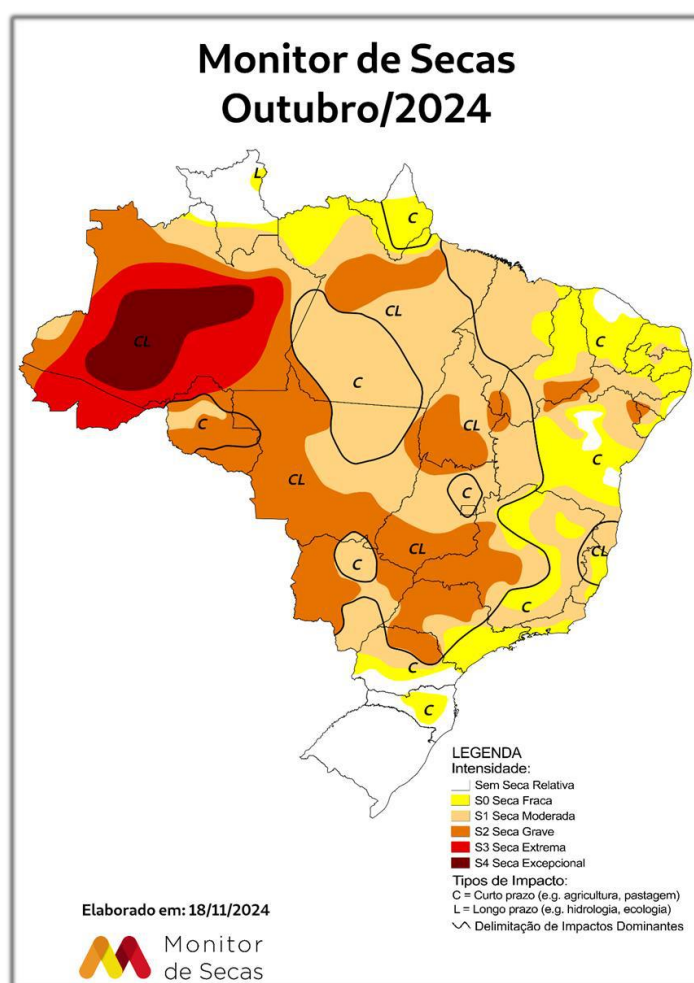
Em 2024, foram publicados 227 (duzentos e vinte e sete) boletins hidrometeorológicos de chuva, nível e vazão dos rios diariamente e 19 (dezenove) boletins semanais.

Monitor de Secas

O Monitor de Secas tem como objetivo integrar o conhecimento técnico e científico já existente em diferentes instituições estaduais e federais para alcançar um entendimento comum sobre as condições de seca, como: sua severidade, a evolução espacial e no tempo, e seus impactos sobre os diferentes setores envolvidos. O Monitor facilita a tradução das informações em ferramentas e produtos utilizáveis por instituições tomadoras de decisão e indivíduos, de modo a fortalecer os mecanismos de Monitoramento, Previsão e Alerta Precoce.

O Tocantins foi o primeiro estado, da região Norte, a aderir ao Monitor de Secas. A entrada do estado inaugurou a chegada da metodologia de monitoramento de secas à Região Norte do Brasil. O Monitor tem o potencial de subsidiar a tomada de decisões e o planejamento para o gerenciamento das situações de seca. Trata-se de um mecanismo de integração da informação de nível federal, estadual e municipal nas áreas de meteorologia, recursos hídricos e agricultura.

Os Mapas do monitoramento de secas estão disponíveis na página da Agência Nacional de Águas, endereço: <https://monitordesecas.ana.gov.br/mapa?mes=9&ano=2024>



Boletim de Monitoramento de Seca no Estado do Tocantins.

Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins

Em 2024, os Comitês de Bacias de Hidrográficas alcançaram os seguintes resultados:

- 2 reuniões do Comitê de Crise;
- 3 reuniões ordinárias do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Santo Antônio e Santa Tereza;
- 3 reuniões ordinárias e 1 extraordinária do Comitê do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso;
- 3 reuniões ordinárias do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Manuel Alves;
- 3 reuniões ordinárias do Comitê da Bacia dos Rios Lontra e Corda;
- 3 reuniões ordinárias do Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas;
- 3 reuniões ordinárias do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Palma;
- 4 Campanhas de Coleta de Sementes do Comitê do Rio Formoso;
- 4 Campanhas de Coleta de Sementes do Comitê do Rio Manuel Alves;
- 2 Campanhas de Coleta de Sementes do Comitê dos Rios Lontra e Corda;
- 2 Campanhas de Coleta de Sementes do Comitê da Bacia dos Rios Santo Antônio e Santa Tereza
- 6.632 kg de sementes coletadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas;
- 51 Espécies nativas do Cerrado coletadas.
-



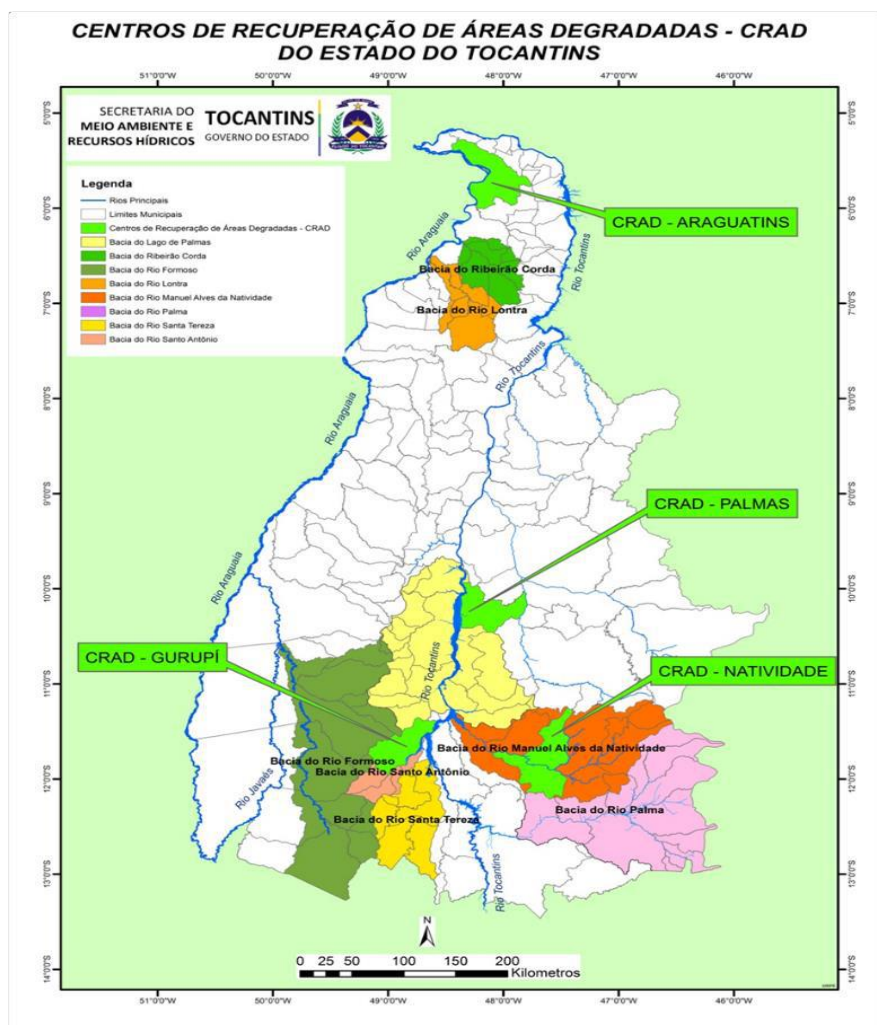
Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Lontra e Corda realizando mutirão de limpeza nas margens do rio Araguaia no município de Xambioá-TO.



1Coleta de Sementes realizada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso.

Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas-CRAD

No ano de 2024, foram produzidas 122.074 (cento e vinte e dois mil, setenta e quatro) mudas de espécies nativas do bioma cerrado, sendo 50(cinquenta) tipos de espécies.



Centros de Referência em Conservação na Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas implantados no Estado do Tocantins.



Semeadura para produção de mudas no CRAD-Palmas



Manutenção de Mudas no CRAD de Gurupi

Plantando Água

Em outubro foi assinado o contrato nº17/2024 com a empresa Progaia Engenharia e Meio Ambiente, para recuperar os 200 hectares de APP's.



Plantio de mudas no Dia de Campo do projeto Plantando Água no Colégio Agrícola de Almas



Inauguração do Centro de Convivência para educação ambiental, com trilha franca, campus da UNIRG (Gurupi)

Em março de 2024 foi inaugurado o Centro de Convivência para Educação Ambiental, com trilha ecológica de 1000 metros nas margens do reservatório do córrego Água Franca, campus da UNIRG. O espaço é destinado a acadêmicos de universidades, estudantes da rede municipal e estadual, para realizarem estudos e momentos de convivência.



Inauguração do Parque Temático da Nascente do Córrego Água Franca, em Gurupi-TO.

Instalação de Plataformas Automáticas de Coleta de Dados- PCD's para compor a rede de adensamento hidrometeorológica do Estado do Tocantins

Em outubro de 2024, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos firmou contrato com a empresa LC Distribuidora e Serviços Ltda, para realizar a instalação de 20 (vinte) Plataformas de Coleta de Dados (PCD's) do Projeto de Adensamento da Rede Hidrometeorológica do Estado.

A instalação dessas 20 novas estações permitirá atingir a meta de 80 pontos, garantindo assim a cobertura em todas as bacias hidrográficas do estado. Essas estações de coleta e transmissão de dados em tempo real sobre chuvas, níveis e vazões dos principais rios do estado têm como objetivo ampliar a rede de monitoramento hidrometeorológico.

As estações fornecerão dados cruciais para a gestão dos recursos hídricos, permitindo que o governo adote medidas mais rápidas e eficazes para prevenir enchentes e secas, além de melhorar o planejamento hídrico e ambiental.



Assinatura da Ordem de serviço autorizando as instalações da Plataformas

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO TOCANTINS – ADAPEC-TOCANTINS

Os principais resultados de 2024:

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), por meio da Diretoria de Defesa e Inspeção de Sanidade Animal e da Diretoria de Defesa e Inspeção de Sanidade Vegetal, garante a sanidade dos rebanhos e lavouras do Tocantins. Dessa forma o Agronegócio do Estado produz dentro dos padrões de qualidade exigidos pelos mercados consumidores.

A ADAPEC protege o patrimônio estadual, atuando na vigilância de doenças dos rebanhos e pragas das lavouras, impedindo a introdução e a disseminação destas nas culturas tocaninenses, controlando o trânsito de animais, vegetais e seus produtos e subprodutos.

A Agência resguarda a saúde da população controlando zoonoses como a Raiva, Brucelose e Tuberculose, bem como inspecionando os produtos e subprodutos de origem animal e vegetal nos estabelecimentos de processamento destes.

A título de comprovação ressaltamos abaixo os principais resultados de 2024.

Defesa Agropecuária – Área Animal

- ✓ Crescimento da agroindústria com a abertura de três novos estabelecimentos no Serviço de Inspeção Estadual - SIE, quais sejam: Laticínio Italat em Itaporã, Laticínio

Palac em Colinas; Frigorífico SRJ em Miranorte. Com isso, o Estado encerra 2024 totalizando 46 estabelecimentos certificados e 18 no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA);

- De janeiro a outubro de 2024 os frigoríficos certificados no SIE abateram 90.181 bovinos, em um total de mais de 33 mil toneladas de carnes comercializadas, 21.505.846 aves, com produção de 38 mil toneladas de carne. Nos laticínios foram processados cerca de 21.147.938 litros de leite. Nas Unidades de Beneficiamento de Produtos Carneos foram processados 4.406.303,00 kg de matéria prima de produtos cárneos, nos Entrepósitos de Pescado foram processados 638.344 kg de peixes;

- O Serviço de Inspeção Estadual (SIE) acompanhou diariamente o abate nos frigoríficos, periodicamente os laticínios e os entrepostos, garantindo a certificação destes produtos e o fortalecimento da produção;

- O sistema de defesa sanitária animal segue vigilante na prevenção das doenças de controle oficial, atendendo todas as notificações de enfermidades que atingem os animais de produção do Estado;

- No combate a produtos de origem animal clandestinos foram realizadas 16 ações em conjunto com demais órgãos de fiscalização na ação do Ministério Público denominada PRÓ-CONSUMIDOR, com apreensão de cerca 1,5t desses produtos;

- A vacinação contra a febre aftosa foi suspensa em cumprimento às exigências do Plano Estratégico de Retirada da Vacinação, estabelecido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). O próximo objetivo é conquistar a certificação internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação, concedida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA). Com um rebanho bovino que cresce a cada ano, o Tocantins encerra este ano com mais de 11,5 milhões de cabeças de gado, reforçando o potencial de expansão do setor pecuário. Os produtores rurais do Estado têm demonstrado grande comprometimento, especialmente na declaração de informações pecuárias, fundamental para alcançar essa meta;

- O Tocantins tem sido destaque na cobertura vacinal contra brucelose (zoonose infectocontagiosa). Em 2023, ocupamos o primeiro lugar no ranking nacional com índice de 95,40%, de vacinação de bezerras bovinas e bubalinas entre três e oito meses de idade. E no 1º semestre de 2024 nosso índice foi de 94,21%, superando o índice de 80% preconizado pelo MAPA. Com uma baixa prevalência para tuberculose (0,162%), o estado está classificado no nível A (risco muito baixo), mostrando a boa sanidade do nosso rebanho e possibilitando com isso abertura de novos mercados para exportação;

- O Estado do Tocantins hoje faz parte das 16 unidades federativas do Brasil que são livres da Peste Suína Clássica-PSC, esse status se deve ao cumprimento das metas

de vigilâncias epidemiológicas propostas pelo Plano Estratégico Brasil Livre de PSC. Além de capacitar nossos técnicos para identificarem uma possível síndrome hemorrágica dos suínos, entre elas temos também a Peste Suína Africana, da qual o Brasil hoje é livre;

- No ano de 2023 houve o primeiro caso de influenza aviária de alta patogenicidade – IAAP no Brasil, o que colocou o país em estado de emergência zoossanitária. Em 2024 o Estado segue vigilante para a enfermidade, pois existe o risco de a doença adentrar no nosso plantel. Através do CONVÊNIO Nº 947481/2023/MAPA/SFA/ADAPEC-TO com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) fortalecemos nossa estrutura, a fim de manter a vigilância e sanear possíveis focos da doença o mais rápido possível;

- ✓ Cumprimos o Plano de vigilância de Influenza Aviária e Doença de Newcastle do MAPA, executando as vigilâncias epidemiológicas em cada componente do plano e assim garantindo a sanidade do nosso plantel avícola. Em 2023, foram produzidos 27.816.923 frangos em granjas de corte;
- ✓ Realizamos vigilâncias epidemiológicas e atendimentos às notificações de enfermidade em peixes, contribuindo com o desenvolvimento da cadeia produtiva e a ampliação deste mercado aqui no Estado;
- ✓ Outras doenças que afetam os animais de produção como a raiva dos herbívoros, a EEB - Encefalopatia Espongiforme Bovina e o mormo se mantêm sob controle e vigilância no Estado;
- O serviço de fiscalização sanitária animal atuou nas barreiras fixas com 94.116 fiscalizações de veículos transportando produtos de origem animal e 20.156 veículos que continham 10.668.833 animais. Nas barreiras volantes foram registrados 18.573 veículos fiscalizados que continham 1.573.724 animais;
- Foram realizadas 20.887 fiscalizações em todos os estabelecimentos que comercializam produtos pecuários, sendo fiscalizações no ato do recebimento de vacinas; cadastramento e licenciamento dos estabelecimentos revendedores e distribuidores de vacinas e/ou produtos veterinários e emissão de laudo técnico de inspeção do estabelecimento. Houve a abertura de 52 novos estabelecimentos de comercialização de produtos pecuários e vacinas;
- Foram emitidos 3.071 laudos de vistoria da estrutura física dos recintos e fiscalização de eventos pecuários. Houve o credenciamento de 3 novas empresas/recintos leiloeiros, totalizando 40 atuantes no Estado.

Defesa Agropecuária – Área Vegetal

- ✓ A soja atualmente é o principal produto de exportação do Estado do Tocantins. A produção de soja sequeiro em 24 anos evoluiu de forma grandiosa, em 1998, a área plantada era de 40,1 mil hectares, já em 2023/2024, a área plantada foi de 1,36 milhões de hectares;
- ✓ O Tocantins plantou na safra 2023/2024 uma área de plantio de algodão de aproximadamente 8.823 hectares, e a ADAPEC realizou ações de monitoramento do vazio sanitário e monitoramento do bicudo do algodoeiro, principal praga que acomete a cultura;
- ✓ A Defesa Vegetal realizou até o momento 145.990 fiscalizações na área de Defesa Vegetal em todo o Estado. Ações como o monitoramento da ferrugem asiática da soja, certificação fitossanitária, comércio e uso de agrotóxicos em propriedades rurais, além de fiscalizações de insumos agrícolas, como a semente;
- ✓ O Estado do Tocantins possui a maior excepcionalidade ao plantio da soja durante o vazio sanitário do Brasil, onde nas várzeas tropicais monitoramos 100% das propriedades rurais aptas a produzirem sementes. Na safra 2024/2024 foi plantado uma área de 52.672 hectares;
- ✓ Aumento de 75,22% no número de embalagens vazias devolvidas pelos pequenos e médios produtores rurais, saindo de 28,5 toneladas em 2023 para 49,9 toneladas em 2024, totalizando 1.330 produtores rurais. A ADAPEC em conjunto com as Associações de Revendas de insumos agrícolas realizou 34 Recebimentos Itinerantes para atendimento ao pequeno e médio produtor rural;
- ✓ Em estabelecimentos agropecuários e propriedades rurais, na área de Agrotóxicos, Sementes e Mudanças, foram realizadas 5.582 fiscalizações;
- ✓ Realização de aproximadamente 130 mil fiscalizações do trânsito de vegetais, seus produtos e subprodutos nos postos fiscais de entrada e saída do Estado, onde conseguimos minimizar a entrada de novas pragas ausentes no Tocantins;

- ✓ Realização de 2.956 fiscalizações no Programa Estadual de Fruticultura. Tais ações abrangem o monitoramento de pragas: Cancro Cítrico e Greening nos citros, Sigatoka Negra, Moco e Mal do Panamá nas bananeiras e da Mosca da Carambola em diversas fruteiras. Essas ações mantêm o Status Fitossanitário de praga quarentenária ausente no Estado para Cancro Cítrico, Greening, Mal do Panamá, Moco da Bananeira;
- ✓ Realização de 2.200 monitoramentos em 100 armadilhas distribuídas em todo Estado, fortalecendo as ações de monitoramento da praga quarentenária da Mosca da Carambola em locais estratégicos, o que mantém o Tocantins sem ocorrência da praga;
- ✓ Realização na Certificação Fitossanitária de 567 fiscalizações, em 23 Unidades de Produção e emissão de 2.781 Permissões de Trânsito Vegetal (PTV);
- ✓ Emissão de 638 Certificados de Registros em 2024 de estabelecimentos comerciais agropecuários cadastrados em território tocantinense, tendo um acréscimo de 3,23% em relação ao ano anterior.

Prioridade da Defesa Agropecuária – 2024

Para 2024 a agência definiu como prioridade o “Reconhecimento Internacional do Tocantins Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2025” e para isso, definimos as seguintes metas prioridade:

Manter 20% do rebanho tocantinense inspecionado

Atualmente o rebanho tocantinense é em torno de 11 milhões de animais e em 2024 foram inspecionados 20% desse rebanho durante as fiscalizações em eventos pecuários, inspeções em estabelecimentos de abate e vigilância ativa em propriedades rurais, conforme pactuado.

Reformar 10 Unidades de Serviços

Atingimos 90% da meta planejada. Foram reformadas/ampliadas nove (9) Unidades de serviços, sendo elas: Unidade Local e Regional de Paraíso do Tocantins, Araguaína e Gurupi, Unidade Local de Santa Maria do Tocantins, Unidade Local de Centenário, Unidade Local de Figueirópolis, Unidade Local de Miracema, Delegacia Regional de Porto Nacional e Unidade Local de Xambioá.

Implantar 20 Unidade de Serviços pré-fabricadas para atender Adapec e Ruraltins.

Não houve êxito nesta meta, pois, a implantação das Unidade de Serviços pré-fabricadas para atender Adapec e Ruraltins, dependiam de emendas parlamentares. Aparelhar 78 unidades de serviços e os 24 postos de fiscalizações (Barreiras fixas)

Atingimos o planejado, pois, através de Convênios com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), recursos do tesouro, próprio e do Fundo Privado de Defesa Agropecuária – FUNDEAGRO, fizemos aquisições para aparelhar as unida-

des de serviços e barreiras fixas que foram contempladas com equipamentos de informática, mobiliários, kits de segurança e outros, proporcionando aos técnicos melhores condições de trabalho e permitindo à sociedade um atendimento de excelência.

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ATR

Em 2024, a Agência alcançou importantes progressos em várias áreas, demonstrando seu compromisso com a eficiência e a transparência.

Fiscalizações de Saneamento

Nas Ações de Fiscalizações em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário são desenvolvidas atividade de vistorias técnicas, coletas de informações, observação de condições operacionais, atividades comerciais, exames de documentos, produção de evidências objetivas atravésde fotos, medições e ensaios laboratoriais.

Como também atender denúncias e reclamações, dirimindo conflitos entre a população e as Concessionárias dos Serviços Públicos, prevenindo e reprimindo o abuso do poder econômico, bem como garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas.



Principalmente, assegurar a qualidade da água distribuída à população, e preservação do meio ambiente com esgotos devidamente tratados. Com resultados positivos na saúde e no meio ambiente.



Ações de Fiscalizações: 45 Ações de Fiscalizações de Saneamento.
Municípios visitados: 45 Municípios Fiscalizados.
Amostras de água analisadas: 433 análises de água para consumo humano.
Aferição de pressão na rede de distribuição: 84 pontos.
Multas aplicadas: 131 multas no valor total de R\$9.914.818,86 (nove milhões, novecentos e quatorze mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos).

Regulação de Saneamento

Foi efetivada a contratação de software de gestão regulatória objeto do processo Nº 2022/38990/000100 sendo que a etapa de implantação está em andamento sendo necessárias adequações no sistema e no formato de envio de informações por parte da prestadora;

Foram realizadas visitas técnicas em diversos municípios em acompanhamento à Equipe de Inspeção do TCE com o objetivo de verificar os investimentos realizados previstos no 2º ciclo.

Foram realizadas visitas técnicas para acompanhamento do CAPEX nos municípios de Aliança do Tocantins, Araguaína, Dianópolis, Gurupi, Natividade, Porto Nacional Taguatinga;

Publicação das Resoluções de Recomposição Asfáltica, Procedimentos de Revisão Tarifária Ordinária, Procedimento de fiscalização de aplicação de sanções aplicadas prestadores individuais e Portaria instaurando o 3º ciclo de Revisão Tarifária da Saneatins; Participação de servidores nos eventos: IV Seminário de Gestão Socioambiental: Com o tema "Atuação em Re em Prol do Lixão Zero no Tocantins", realizado em junho pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) e Rede AUTOSustentável; Seminário para discutir soluções para o fim dos lixões no Tocantins: Realizado Pelo TCE-TO; Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Saneamento Básico (ENCONSAB), realizado Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);

Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (Silubesa) que reuniu especialistas do Brasil e de Portugal, na cidade de Recife/PE para discutir o tema “Água e Nosso Futuro”;

II Seminário Internacional de Boas Práticas Regulatórias do QualiREDE realizado pela CGU em Brasília-DF; Câmaras técnicas de saneamento básico, recursos hídricos - CTSAN de Assuntos jurídicos e institucionais – CTJI da Associação Brasileira de Agências Reguladoras– ABAR. (presencialmente);

Encontro Regional dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Região Norte.

Realização de visitas, em parceria com a Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, aos prestadores dos serviços de saneamento no Estado do Tocantins para mapeamento da situação do saneamento no Estado;

Participação de servidor no curso Economia Circular e os Serviços de Saneamento Básico, oferecido pela ABAR.

Fiscalização de Transportes Públicos e Terminais Rodoviários

A Gerência de Fiscalização de Transporte Público (GFTPTR) realizou diversas ações para garantir o cumprimento da Resolução ATR 05/2016, que regulamenta o sistema de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Tocantins. As ações foram

direcionadas aos usuários, permissionários, administradores de terminais rodoviários, donos de guichês e funcionários.

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO – ATS

A Agência Tocantinense de Saneamento termina 2024 com contratos de concessão ativos em 44 municípios, a saber:

SEQ	NOME	POPULAÇÃO		
		TOTAL	URBANA	RURAL
01	Aragominas	5.290	2.006	3.284
02	Aurora do Tocantins	3.342	2.407	935
03	Barra do Ouro	4.476	2.373	2.103
04	Bernardo Sayão	4.229	2.076	2.153
05	Brasilândia do Tocantins	1.974	1.373	601
06	Carmolândia	2.201	1.733	468
07	Caseara	4.847	2.883	1.964
08	Centenário	2.131	1.249	882
09	Conceição do Tocantins	3.887	2.706	1.181
10	Couto Magalhães	5.331	2.005	3.326
11	Crixás do Tocantins	1.470	820	650
12	Fátima	3.467	2.857	610
13	Ipueiras	1.590	929	661
14	Itaporã do Tocantins	2.404	1.537	867
15	Juarina	2.243	1.039	1.204
16	Lagoa do Tocantins	3.516	2.532	984
17	Lajeado	3.357	2.622	735
18	Luzinópolis	2.717	1.736	981
19	Marianópolis do Tocantins	4.615	2.527	2.088
20	Maurilândia do Tocantins	3.095	1.979	1.116
21	Monte Santo do Tocantins	2.396	517	1.879
22	Muricilândia	3.367	1.923	1.444
23	Nova Rosalândia	3.362	2.201	1.161
24	Novo Acordo	3.969	3.253	716
25	Novo Jardim	2.230	1.612	618
26	Palmeirante	4.798	1.865	2.933
27	Pau D'Arco	4.043	2.911	1.132
28	Piraquê	2.282	877	1.405
29	Pugmil	2.193	1.855	338
30	Recursolândia	3.421	1.807	1.614
31	Riachinho	3.960	1.712	2.248
32	Rio dos Bois	2.738	1.096	1.642
33	Sampaio	4.215	3.835	380
34	Sandolândia	3.723	1.975	1.748
35	Santa Tereza do Tocantins	2.781	1.781	1.000
36	Santa Terezinha do Tocantins	2.406	1.550	856
37	São Bento do Tocantins	5.654	3.333	2.321
38	São Félix do Tocantins	1.783	1.155	628
39	São Salvador do Tocantins	2.385	1.302	1.083
40	Sucupira	1.577	1.001	576
41	Taipas do Tocantins	2.021	1.618	403
42	Tocantínia	7.459	3.272	4.187
43	Tupirama	1.909	1.128	781
44	Tupiratins	1.874	952	922
TOTAL		142.728	83.918	58.810

Ao longo de 2024, executamos projetos e ações que buscavam prioritariamente, conforme definido em nosso PPA 2024-2027, a implantação de sistemas coletivos de abastecimento de água em comunidades rurais, a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto, a realização de reformas e aquisição de reservatórios e a perfuração de poços tubulares profundos.

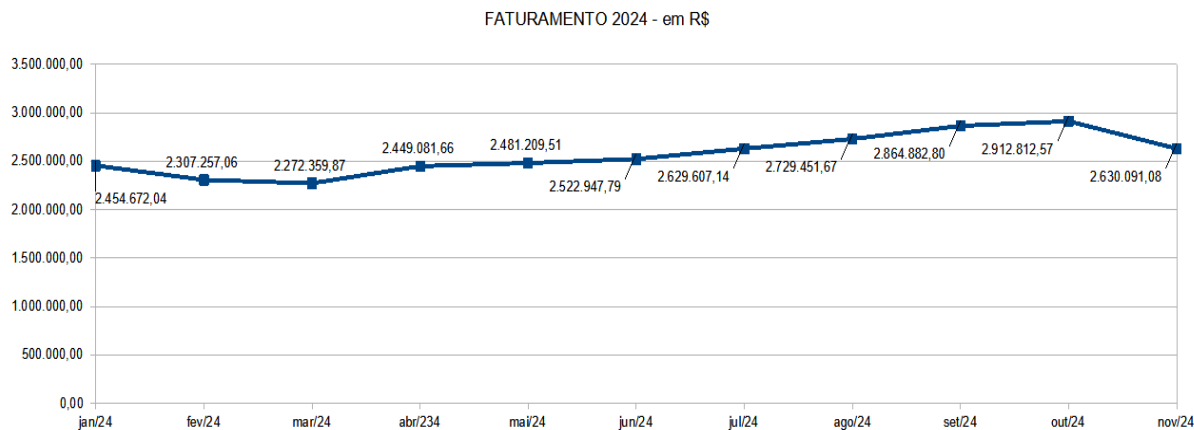
Área Comercial

A área Comercial atuou em campanha de recuperação de créditos, redução da inadimplência e na busca por novos clientes.

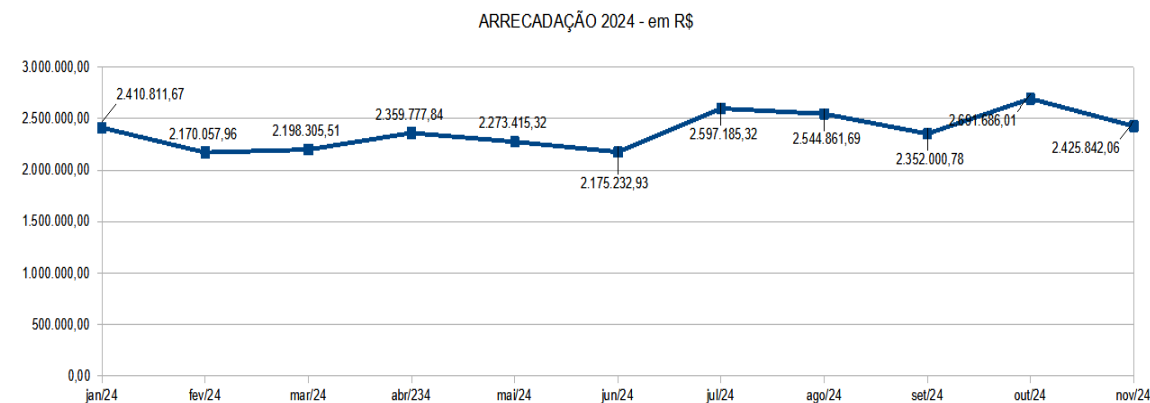
Merecem destaque a evolução dos nossos principais indicadores para a área:

O Faturamento, até nov/24, chegou à R\$ 28.254.373,20, frente a uma arrecadação de R\$ 26.199.177,09, indicando uma inadimplência de 7,27%, se compararmos ao mesmo período de 2023, teremos um crescimento do faturamento equivalente à 6,27%, da arrecadação, crescimento de 5,36% e quanto à inadimplência, um aumento de 12,4%.

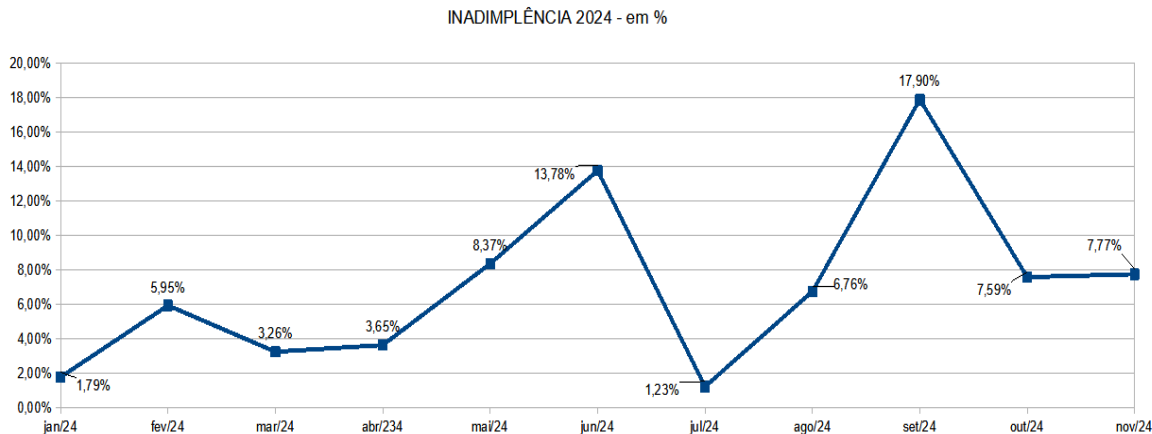
Faturamento



Arrecadação



Inadimplência %



Diretoria de Supervisão, Controle e Fiscalização de Obras

Nossa área de Obras inclui os projetos e ações voltados para atendimento dos sistemas de abastecimento de água na sede dos municípios e nas zonas rurais, através da utilização de recursos próprios, de convênios federais e de emendas parlamentares federais e estaduais. Essas foram as principais ações de 2024, considerando as efetivadas até o mês de nov/24:

- Contratação de projetos de 11 sistemas de abastecimento de água, destinados à pequenos produtores rurais e à comunidades tradicionais e quilombolas, junto ao ministério das Cidades, com valor total de R\$ 7.302.601,96, beneficiando os seguintes municípios: Arraias, Lagoa do Tocantins, Centenário, Colinas, Tupiratins, Maurilândia, Wanderlândia, Carmolândia, Miracema, Miranorte e Pium;
- Perfuração de 68 poços tubulares profundos, totalizando 7.592 metros de perfurados, nos municípios de Santa Terezinha (1), Itaguatins (2), Maurilândia (4), Almas (4), Palmas (5), Centenário (2), Tupirama (1), Barra do Ouro (1), São Félix (2), Aparecida do Rio Negro (6), Tabocão (4), Rio dos Bois (5), Muricilândia (1), Carmolândia (2), Aurora (7), Ponte Alta do Bom Jesus (5), Novo Acordo (3), Itaporã (3), Miracema (2), Palmeirante (1), Luzinópolis (3) e Porto Nacional (4). Para essas perfurações foram gastos cerca de R\$ 4.246.000,00, envolvendo 3 equipes de trabalho, cada uma em uma perfuratriz, totalizando 13 servidores em atividade;
- Contratação de empresa para elaboração de 5 (cinco) projetos de sistema de esgotamento sanitário, nos municípios de Novo Acordo, Santa Tereza,

Fátima, Sampaio e Maurilândia, no valor total de R\$ 911.615,92, já tendo sido executado 56% da elaboração do projeto, recurso conseguido através de convênio firmado com a FUNASA, cujo valor total é de R\$ 10.902.776,80;

- Contratação de empresa para elaboração de 10 (dez) projetos de sistema de abastecimento de água, nos municípios de Aragominas, Brasilândia, Maurilândia, Muricilândia, Nova Rosalândia, Recursolândia, Rio dos Bois, Sandolândia, São Félix, Tupirama e Itaporã, no valor total de R\$ 960.426,92, já tendo sido executado 92% da elaboração do projeto, recurso conseguido através de convênio firmado com a FUNASA, cujo valor total é de R\$ 5.005.005,50;

- Projeto Caixas D'Água licitado, encontrando-se em fase de análise técnica da planilha apresentada. Envolve a instalação de caixas d'água de 500 litros sobre estrutura metálica, totalizando 8.917 famílias a serem beneficiadas, totalizando recurso de R\$ 32.029.366,41;

- Executado 60% de projeto de 16 sistemas de abastecimento de água, resultado de convênio firmado com o ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, O contrato em vigência com a empresa que os implanta totaliza R\$ 2.605.720,64 e beneficia à comunidades dos municípios de Carmolândia, Couto Magalhães, Peixe, Piraquê, Monte do Carmo, Natividade, Pau D'Arco, Ponte Alta do Tocantins e Santa Fé do Araguaia;

- Foram desenvolvidas ações de educação ambiental sustentável em escolas públicas de 24 municípios: Monte Santo, Crixás, Fátima, Caseara, Marianópolis, Rio dos Bois, Riachinho, Luzinópolis, Muricilândia, São Félix, Sandolândia, Pugmil, Itaporã, Tupiratins, Brasilândia, Santa Tereza, Lagoa do Tocantins, Crixás, Novo Jardim, Novo Acordo, Aurora, Taipas, Tocantínia e Conceição;

- Essas ações atingiram a cerca de 1.400 pessoas, entre alunos, professores e servidores das unidades escolares. Trataram de questões relativas ao meio ambiente, importância das árvores na preservação dos mananciais, uso consciente da água, através de palestras e dinâmicas com jogos de perguntas e respostas, cinema ambiental e entrega de brindes.

Diretoria de Produção

Dentre essas atividades, elencaremos, a seguir, as principais, relativas à: Extensão de rede de distribuição, substituição de bombas, serviços de manutenção

em sistemas de abastecimento e captação de água, ativação de poços tubulares profundos, instalação de reservatórios, limpeza/ativação de poço tubular profundo, instalação de clorador e aquisição de reservatórios.

Extensão de Rede de Distribuição: foram instalados 3.344 metros de rede de distribuição em 3 (três) municípios, a saber: Aragominas, Brasilândia e Novo Acordo, com investimento total da ordem de R\$ 3.085.000,00.

Substituição de Bombas: Foram substituídas bombas de poços tubulares profundos em 24 (vinte e quatro) municípios: Aragominas, Barro do Ouro, Bernardo Sayão, Brasilândia, Carmolândia, Caseara, Centenário, Conceição, Couto Magalhães, Lajeado, Marianópolis, Monte Santo, Fátima, Novo Acordo, Novo Jardim, Palmeirante, Riachinho, Sampaio, Sandolândia, Santa Terezinha, Taipas, Luzinópolis, Pau D'Arco e Muricilândia, perfazendo investimento total de R\$ 559.284,51.

Serviços de Manutenção: Realizados em todos os 44 (quarenta e quatro) municípios, totalizando gastos da ordem de R\$ 794.222,14.

Ativação e Perfuração de Poços Tubulares Profundos: Foram realizados serviços de ativação e perfuração em 4 (quatro) municípios: Centenário, Carmolândia, Caseara e Muricilândia, totalizando gastos de R\$ 163.467,98.

Limpeza de Poço Tubular Profundo: Foram realizadas nos seguintes municípios: Riachinho, Caseara e Sandolândia totalizando gastos da ordem de R\$ 34.596,49.

Instalação de Clorador: esses serviços foram realizados nos municípios de Brasilândia, Centenário, Pugmil, Recursolândia e Santa Tereza, totalizando gasto de R\$ 34.483,15.

Aquisição de Reservatórios: Instalados nos municípios de Maurilândia, São Bento e Riachinho, com 75 m³ e no povoado Ronca, em Riachinho, com 20 m³.

Aquisição de Materiais de Laboratório: Para atuarem na análise da qualidade da água, foram adquiridos R\$ 199.201,40 em materiais.

Serviços de Captação, Transporte e Distribuição de Água: Foram realizados no município de Itaporã, em caráter emergencial, totalizando a aplicação de recursos de R\$ 551.803,56.

Dessa forma, somando-se todas essas ações, foram aplicados recursos no montante de R\$ 9.844.547,82, sendo que R\$ 5.427.504,98 com recursos próprios, representando 55,1%.

AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA – AGETO

A Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura – (AGETO), termina o ano de 2024 superando as expectativas na realização de obras e serviços em quase todos os municípios do Tocantins.

Nessa perspectiva, a AGETO administrou, em 2024, uma expressiva carteira de contratos de obras, projetos rodoviários e serviços de engenharia, integrando o rol de prioridades do Governo do Tocantins.

Responsável pelos próprios públicos – prédios sob a jurisdição do Governo Estadual – e por cerca de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias estaduais com e sem pavimento, o Governo do Tocantins trabalha para melhorar, a cada ano, as infraestruturas de governo, bem como as de logística e transporte.

A AGETO desenvolveu ações de melhoramento da trafegabilidade, com obras e serviços nas rodovias estaduais além de desempenhar ações de pavimentação, estruturação de obras de artes correntes e especiais, operações que visem a segurança viária além de dotar o Estado com construção, reformas, manutenções corretivas e preventivas de equipamentos públicos que ofertam serviços à população para que estas tenham conforto e segurança com os serviços prestados pelo Estado.

Consolidando o objetivo de uma administração municipalista, o Governo do Estado, por meio da AGETO, realizou o repasse de recursos financeiros para conclusão das obras do Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos que tem como finalidade injetar recursos financeiros nas economias locais, além da promoção do desenvolvimento regional do Estado.

Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária

A AGETO tem por finalidade dotar o estado do Tocantins de infraestrutura viária de transportes para pessoas e bens necessária ao desenvolvimento econômico e social, por meio da construção de rodovias, adequação de capacidade, manutenção e recuperação da malha pavimentada e não pavimentada e construção e reforma de obras de artes especiais, tanto por iniciativa independente ou em parceria. Com isso, objetiva-se reduzir tempos e custos de deslocamento de pessoas e bens com segurança; ampliar e diversificar a infraestrutura, proporcionando competitividade logística, maior dinamismo e integração das diversas regiões do estado; e ampliar e modernizar a infraestrutura econômica e social.

O Governo do Tocantins tem investido continuamente no aprimoramento da infraestrutura rodoviária estadual, com foco na restauração, recuperação, conservação e manutenção da malha viária. Essas ações têm como objetivo principal oferecer mais segurança à população e uma logística eficiente que atenda a todos os setores da economia tocantinense.

Em 2024, como parte do **Programa Mais Rodovias**, foram restaurados importantes trechos de rodovias, abrangendo aproximadamente **14.227,86 km** da malha rodoviária supervisionados pelas Residências Rodoviárias da AGETO em

diversas regiões do estado. Esses esforços são essenciais para garantir a conectividade entre os municípios e a integração econômica e social no Tocantins.

Região de Araguaína e Meio-Norte

Na Região de Araguaína e Meio-Norte, serviços de conservação foram realizados em várias rodovias estaduais, assegurando melhores condições de tráfego e segurança. As rodovias atendidas incluem:

- **TO-335** (Colinas a Palmeirantes): 74,00 km
- **TO-239** (Presidente Kennedy a BR-153): 2,00 km
- **TO-230** (Bandeirante a BR-153): 78,80 km
- **TO-164** (Carmolândia a Xambioá): 88,30 km
- **TO-010** (Palmeirantes/Entroncamento TO-130): 60,61 km
- **TO-010** (Entroncamento TO-404/Entroncamento TO-201): 7,70 km
- **TO-126** (Sítio Novo/Itaguatins): 26,50 km
- **TO-210** (Tocantinópolis/Entroncamento BR-230): 18,50 km

Esses serviços foram executados pela Residência Viária de Araguaína, com os seguintes resultados:

- **351,2 km** de manutenção em revestimento primário.
- **572 km** de tapa-buracos, recuperando a qualidade do pavimento.
- **205,6 km** de roçagem, melhorando a visibilidade e segurança das rodovias.

Além disso, a Residência Viária de Guaraí realizou:

- **682,4 km** de revestimento primário.
- **170,5 km** de tapa-buracos.
- **402,7 km** de roçagem nas faixas de domínio.

Esses esforços foram fundamentais para preservar a qualidade da infraestrutura rodoviária, especialmente em trechos de alto fluxo de veículos.

Região do Bico do Papagaio

Na Região do Bico do Papagaio, serviços de recuperação e manutenção foram realizados em rodovias essenciais, como:

- **TO-010** (perímetro urbano de Araguatins e trechos até o Entroncamento TO-404).
- **TO-126** (trecho Sítio Novo/ Itaguatins /Maurilândia).
- **TO-210** (Tocantinópolis/Entroncamento BR-230).

Os trabalhos realizados pela Residência Viária de Tocantinópolis incluem:

- **160,7 km** de revestimento primário.
- **184,8 km** de tapa-buracos.
- **205,6 km** de roçagem nas faixas de domínio.

Essas ações fortaleceram a conectividade regional, contribuindo para o transporte de mercadorias e o deslocamento seguro da população.

Região Sul

Na Região Sul, a Residência Viária de Gurupi realizou serviços importantes nas rodovias:

- **TO-070** (Aliança do Tocantins/Dueré): 46,50 km.
- **TO-296** (Paranã/São Salvador): 54,96 km.

Os serviços abrangem:

- **547,00 km** de revestimento primário.
- **788,00 km** de tapa-buracos.
- **652,00 km** de roçagem nas faixas de domínio.

Esses trabalhos garantem a eficiência logística, facilitando o transporte de produtos agrícolas e o deslocamento de passageiros com segurança e conforto.

Região de Porto Nacional

Na Região de Porto Nacional, as rodovias atendidas incluem:

- **TO-247** (Santa Tereza do Tocantins/Lagoa do Tocantins): 31,00 km.
- **TO-050** (Palmas/Porto Nacional): 37,90 km.
- **TO-050** (Porto Nacional/Silvanópolis): 54,70 km.

A Residência Rodoviária de Porto Nacional executou:

- **651,90 km** de revestimento primário.

- **759,30 km** de tapa-buracos.
- **555,40 km** de roçagem.

Região Central Sudeste

Na Região Central Sudeste, destacam-se as ações das Residências Rodoviárias de Dianópolis e Jalapão:

Dianópolis

- **736,00 km** de revestimento primário.
- **767,62 km** de tapa-buracos.
- **294,30 km** de roçagem.

Jalapão

- **1.085,10 km** de revestimento primário.

As ações realizadas em todas as regiões são parte de uma estratégia integrada para melhorar a infraestrutura rodoviária do Tocantins, promovendo segurança, eficiência logística e desenvolvimento regional. O trabalho contínuo das Residências Rodoviárias da AGETO é essencial para preservar a qualidade das estradas e garantir a conectividade entre as cidades e regiões do estado.



Rodovia TO-415 – Santa Terezinha do Tocantins.



Rodovia TO-164 – Carmolândia a Xambioá.



Rodovia TO-255 – Ponte Alta a Mateiros no Jalapão.

Uma das obras entregues no exercício pelo Governo do Tocantins foi a pavimentação da Rodovia TO-247, na Região do Jalapão. O local acolhe o Polo Turístico, que abriga e concentra um importante local de arrecadação do setor ao Governo tocantinense. O trecho que compreende Lagoa do Tocantins ao Quilômetro

50, recebeu da AGETO serviços de terraplanagem, sistema de drenagem, asfalto e sinalização, bem como marcou o início do projeto de pavimentação daquela região onde já começou a pavimentação da Rodovia TO-030, do entroncamento da Rodovia TO-247 ao povoado Prata, registrando um importante marco e conquista à população daqueles municípios.



Pavimentação da Rodovia TO-247 – Lagoa do To ao km 50 (São Félix) Jalapão.

Foram executadas ainda, obras e serviços de pavimentação de rodovias em mais de 30 km de rodovias estaduais, nos seguintes trechos:

1. Rodovia TO-020 - Trecho Campos Lindos / KM 33 - extensão de 33,40 Km - Região Norte.
2. Rodovia TO-201 - Trecho Sítio Novo / Povoado Olho D'Água - extensão de 1,658 km - Região do Bico do Papagaio.
3. Rodovia TO-201 - Trecho de Esperantina / Divisa TO/PA (Rio Araguaia) - extensão de 21,29 km - Região do Bico do Papagaio.
4. Rodovia TO-239 - Trecho Itapiratins (KM 12) / Itacajá - extensão de 32,05 km - Região Nordeste;
5. Rodovia TO-247 - Trecho Lagoa do Tocantins / KM 50 - extensão de 50 km – Região do Jalapão.
6. Rodovia TO-255 - Trecho Lagoa da Confusão / Barreira da Cruz - extensão de 47,29 km - Região Centro-Oeste.
7. Rodovia TO-365 - Trecho Entroncamento BR-153 / KM 50 (Gurupi) - extensão de 50,25 km - Região Sul.
8. Rodovia TO-245 - Trecho Rio Sono / Entroncamento BR-010 - extensão de 2,27 km - Região Centro.
9. Rodovia TO-387 - Trecho Conceição do Tocantins / Taipas – extensão de 39,50 km - Região Sul.
10. Rodovia TO-030 - TO-247 - Trecho TO-030 / Início da Ponte Sobre o Rio Sono - extensão de 25 KM - Região do Jalapão.
11. Rodovia TO-030 – Trecho Entr. Ponte sobre o Rio Sono (TO-030) / São Félix do Tocantins - extensão de 50 Km - Região do Jalapão.
12. Rodovia TO-030 - São Félix do Tocantins / Povoado Prata - extensão de 20 Km - Região do Jalapão.

Outra importante obra concluída no período, foi a da considerada alça viária sul-norte em Palmas, Avenida NS-15. Além de melhorar a trafegabilidade e dar mais opções de mobilidade urbana, essa obra tende a melhorar o acesso às universidades públicas na Capital e às praias da região central, bem como desviar o tráfego de cargas pesadas do centro da cidade.



Conclusão da Avenida NS-15.

Destacamos ainda a conclusão da construção da Ponte sobre o Rio Tocantins, na Rodovia TO-255 entre Porto Nacional e Fátima com extensão de 1.488 metros, sendo 1.088 metros de vão e 400 metros de aterro. A substituição dessa antiga estrutura é fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico do Tocantins, integrando o sistema logístico da região.



Ponte sobre o Rio Tocantins em Porto Nacional – Rodovia TO-255.

No período, executou-se ainda, obras de estruturação de artes especiais e correntes na Rodovia TO-110 sob o Rio Caracol, no trecho que liga os municípios de São Félix à Lizarda; Rodovia TO-134 no trecho que liga Axixá do Tocantins ao Povoado de Juverlândia, assim como na Rodovia TO-247 sob o Rio Vermelho, trechos esses usados para transporte e escoamento da produção agrícola local além do transporte escolar e de passageiros.

Realizou-se também no ano de 2024, os procedimentos licitatórios para contratação de empresa que deverá elaborar o projeto de engenharia e execução das obras de duplicação das vias e da readequação da ponte Governador José Wilson Siqueira Campos, sobre o Lago de Palmas, localizada na TO-080, com extensão de 8,10 km.

Operação e Segurança Viária

Aumento da segurança do transporte rodoviário de pessoas e bens e realizar a operação das rodovias da malha viária sob jurisdição da AGETO, em 2024 a AGETO buscou, em suas múltiplas funções e atividades, propiciar à sociedade um trânsito mais seguro e com maior fluidez. No entanto frente ao contínuo crescimento da relação veículos/pedestres/ciclistas no Estado do Tocantins, vê-se obrigada a vencer desafios cada vez mais complexos e que exigem ações mais eficazes e ágeis.

Ressalta-se que são elevados os números de crianças e jovens vítimas em acidentes de trânsito, tendo como fator determinante o desconhecimento de regras de conduta enquanto usuários da via e ao baixo índice de comprometimento em relação ao trânsito seguro. Na medida em que o desconhecimento da população quanto às regras de conduta, e o baixo comprometimento com trânsito seguro elevam o risco de acidentes, é crucial a realização de campanhas educativas e de ações que resultem no fortalecimento de uma consciência cidadã, com mudanças de atitudes que reduzam os índices de acidentes de trânsitos no Tocantins.

Nesse contexto é que se tomam oportunos o incremento de campanhas educativas e a implementação de ações que resultem no fortalecimento de uma consciência cidadã, com mudanças de atitudes e conscientização, que venham a minimizar significativamente os índices de acidentes de trânsito no Estado, índices esses que seriam maiores, sem o trabalho e comprometimento da AGETO.

Em 2024, a AGETO realizou 06 campanhas educativas e atendeu cerca de 6.389 (seis mil e trezentos e oitenta e nove) pessoas, conforme especificado na tabela abaixo:

MÊS	CAMPANHA	PESSOAS ATENDIDAS
Abril	1ª WORDHOP RODOVIÁRIO (Palestra - Foco em Tecnologia Rodoviárias)	350 Pessoas Inscritas
Maio	MAIO AMARELO (AGROTINS - Escolinha De Trânsito)	338 Crianças Inscritas
Maio	MAIO AMARELO (AGROTINS - Minicursos/Palestras)	163 Participantes
Maio	MAIO AMARELO (Blitz Educativa)	1.907 Veículo Abordados
Setembro	SEMANA NACIONAL DE TRÂNSITO (Blitz Educativa/PPF)	2.881 Veículo Abordados
Dezembro	CAMPANHA DE FINAL DE ANO (Blitz Educativa/PPF)	750 Veículo Abordados

Fonte: Superintendência de Tráfego, Segurança Viária e Faixa de Domínio



Campanhas de Educação para o Trânsito – Blitz Educativas

A operação do trânsito consiste no monitoramento das rodovias e elaboração de planos de circulação, baseados nos conceitos de engenharia de tráfego. Nas rodovias, as condições de fluidez e segurança devem ser primordialmente buscadas com o auxílio da operação de trânsito, que deve zelar:

- ✓ Pela regulamentação das operações de carga e descarga;
- ✓ Pela fiscalização de paradas irregulares na rodovia;
- ✓ Pelo eficiente socorro a acidentes de trânsito;
- ✓ Pelo monitoramento de transporte de produtos perigosos;
- ✓ Pela implementação de desvios para a execução de obras;
- ✓ Pela autorização para a realização de eventos especiais (maratonas, passeios ciclísticos, passeatas, etc.) em vias públicas;
- ✓ Por monitorar a realização de eventos a fim de que os impactos negativos no trânsito sejam minimizados.

Segue abaixo atividades desenvolvidas pela Fiscalização de Trânsito em parceria com o Batalhão de Polícia Militar Rodoviário e de Divisas – BPMRED:

- ✓ Por meio dos Agentes da Autoridade de Trânsito, lotados nos 11 PPF's e foram contabilizados no ano, 111.174 (cento e onze mil e cento e setenta e quatro) veículos abordados. Lavrados 19.483 (dezenove mil e quatrocentos e oitenta e três) Autos de Infração de Trânsito Rodoviário (AITR's);
- ✓ Expedição de 31.605 Autorização Especial de Trânsito (AET);
- ✓ Realização de 265 (duzentos e sessenta e cinco) Ordens de Serviços com diversas Operações de policiamento e fiscalização rodoviária.

O policiamento e fiscalização nas rodovias geridas pela AGETO em parceria com o BPMRED resultou em **22.121** (vinte dois mil e cento e vinte e um) veículos abordados; 6.663 (seis mil seiscentos e setenta e três) pessoas abordadas; 8.566 (oito mil e quinhentos e sessenta e seis) Autos de Infração de Trânsito Rodoviário confeccionados; 04 (quatro) CRLV recolhido, 36 (trinta e seis) veículos roubados/furtados recuperado; 67 (sessenta e sete) pessoas presas em flagrante diversos; 05 (cinco) pessoas presas em flagrante por embriaguez ao volante; 68 (sessenta e oito) Testes de Alcoolemia realizados; 40(quarenta) veículos removidos; 15 (quinze) armas de fogo apreendidas e 179 (cento e setenta e nove) munições apreendidas, 36.546 (trinta e seis mil e quinhentos e quarenta e seis gramas) kg de Entorpecentes.

Foram registradas ainda 5 (cinco) ocorrências de acidente envolvendo vítima fatal pelas equipes do BPMRED, 48 (quarenta e oito) ocorrências com vítimas de lesão por acidente de trânsito e um total de 244 (duzentos e quarenta e quatro) ocorrências diversas.

Em relação à sinalização nas rodovias do Sistema Rodoviário do Tocantins, foram realizadas obras de sinalização horizontal e vertical em importantes trechos de rodovias com grande fluxo de veículos de cargas, passageiros e pessoas como é o caso das rodovias, TO-010 que liga Lajeado ao município de Miracema e da Rodovia TO-342, trecho Miracema a Miranorte.

Todas as medidas acima descritas têm por finalidade aumentar a segurança viária, a fluidez do trânsito de veículos e pessoas e mais conforto aos usuários das rodovias estaduais.

Em relação à sinalização nas rodovias do Sistema Rodoviário do Tocantins, foram realizadas obras de sinalização horizontal e vertical em importantes trechos de rodovias com grande fluxo de veículos de cargas, passageiros e pessoas como é o caso das rodovias TO que liga Lajeado ao município de Miracema e da Rodovia TO-xx, trecho Miracema a Miranorte.

Todas as medidas acima descritas têm por finalidade aumentar a segurança viária, a fluidez do trânsito de veículos e pessoas e mais conforto aos usuários das rodovias estaduais.

Desenvolvimento da Infraestrutura

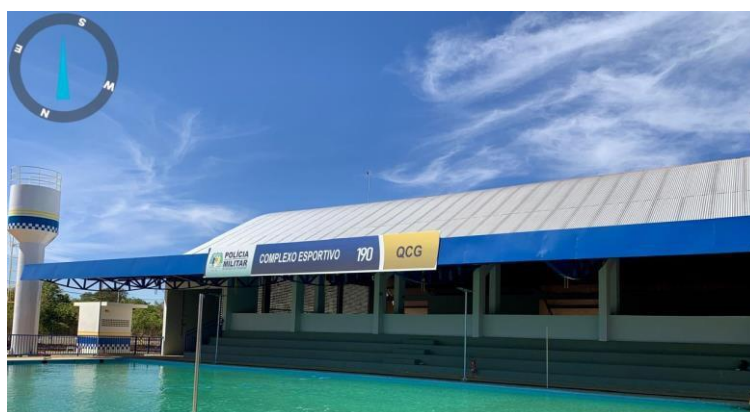
Em 2024, a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura – AGETO, atuou como protagonista em diversas políticas públicas, gerando resultados e melhorias para o Estado. Como resultado desse esforço, podemos citar avanços importantes relacionados ao apoio à infraestrutura estadual, municipal e regional, bem como às obras de edificações públicas.

Com o objetivo de prover a administração pública tocantinense de infraestrutura física adequada para prestação de serviços públicos à sociedade, através de investimentos em serviços de engenharia e obras de construção, reforma, ampliação de edificações, desapropriações e indenizações, a AGETO acompanhou ainda uma gama de projetos estruturantes, visando contribuir para o dinamismo estadual através de ações direcionadas ao desenvolvimento da infraestrutura estadual, municipal e regional.

Ainda em relação ao eixo de obras de edificações públicas, foram geridos em 2024, obras de construção, reformas, manutenções preventivas e corretivas em aproximadamente 123 unidades administrativas pertencentes ao Governo Estadual.

No período foram concluídas 12 estruturações de prédios públicos entre obras e serviços de construção, reforma, manutenção e outros, dentre os quais podemos citar a construção de bloco de saúde e complexo esportivo do QCG, manutenções corretivas e preventivas nos prédios da ADAPEC, SEFAZ, Polícia Civil, e outros.

A AGETO, fiscaliza e supervisiona ainda a construção, reforma e ampliação de 14 edificações públicas pertencentes a outros órgãos da administração pública estadual tais como a Construção do Hospital Geral de Palmas e Araguaína, Reforma e Ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis, Construção do Batalhão de Polícia Militar Rodoviário e de Divisas – BPMRED, Reforma e Adequação da sede da APA do Parque do Lajeado, dentre outras.



Complexo Esportivo do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar



Posto Fiscal em Talismã

Cabe salientar que outros 111 prédios públicos pertencentes ao Governo do Estado do Tocantins estão sendo executadas serviços de manutenções preventivas e corretivas, visando um atendimento de qualidade à população tocanntinense e maior qualidade dos serviços prestados pelo o Governo, tais como Palácio Araguaia, AGETO, SECAD, SEPLAN, SECIHD, etc.

Com a finalidade de atender os municípios com redes de distribuição de energia rural e urbana, bem como promover as infraestruturas do Estado e o desenvolvimento regional com energia eficiente, segura e renovável, a AGETO executou em 2024, 18 obras e serviços de promoção do desenvolvimento energético no Estado do Tocantins, conforme detalhado a seguir:

1. Serviços de manutenção preventiva e corretiva da iluminação das Pontes sobre o Rio Tocantins, Ponte Governador José Wilson Siqueira Campos em Palmas e Ponte Padre Cícero em Lajeado;



Manutenção de iluminação da Ponte Governador Siqueira Campos

2. Implantação de sistema de iluminação pública rural em 13 municípios do Tocantins, através do convênio 897436/2019 com a Caixa Econômica Federal, abrangendo os municípios de Arraias, Carrasco Bonito, Itaporã do Tocantins, Jaú do Tocantins, Lagoa da Confusão, Lajeado, Lizarda, Mateiros, Paranã, Pequizeiro, Porto Nacional, Sandolândia e Tocantínia.

3. Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa para implantação, operação e manutenção de unidades geradoras de energia fotovoltaica no âmbito da geração distribuída e dos serviços de gestão da compensação dos créditos de energia elétrica para o Governo do Estado do Tocantins;

4. Contratação de empresa especializada em engenharia para à execução dos alimentadores prediais, iluminação do estacionamento, IT médico e chamada de enfermagem do Hospital Geral de Gurupi TO;

5. Construção de 01(Um) Posto de Transformação de 112,50 kva com Mureta de Medição para Suprir as necessidades da Academia de Polícia Civil em Palmas/TO.

INSITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS – ITERTINS

Entre os serviços realizados, os títulos definitivos totalizaram mais de 34 mil hectares regularizados, oferecendo às famílias a oportunidade de acessar crédito rural e fomentar a produção agrícola. Além disso, foram emitidos cerca de 80 hectares em licenças de ocupação e convalidadas mais de 4 mil hectares de áreas.



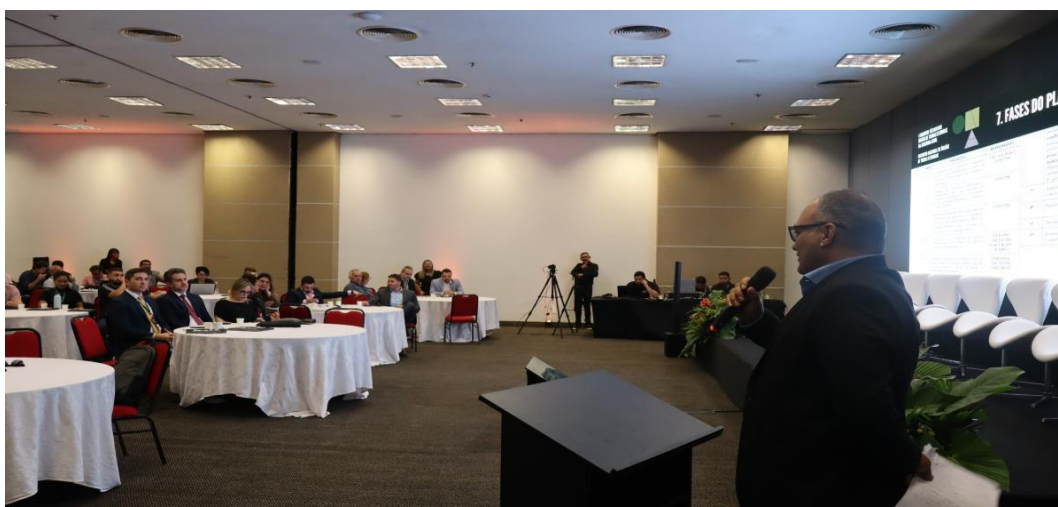
A união do Itertins e do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (Nupref), da Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins em prol da regularização dos Loteamentos Coqueirinho/Tiúba e outros, como Córrego Comprido, Sindicato Rural de Palmas e Áreas I e II do Exército Brasileiro, tem auxiliado para a resolução dessas pendências. Com um plano de trabalho bem definido, as instituições envolvidas realizam o trabalho de vistoria para o levantamento de dados.

Entre os eventos de maior destaque neste decorrente ano, o Itertins esteve presente em diversas feiras agrotecnológicas e eventos estaduais para entregar títulos e aproximar os serviços de regularização fundiária das comunidades mais distantes. Com a participação ativa em feiras por todo o Estado, o Instituto pôde realizar a entrega de títulos definitivos, facilitando o acesso ao documento para os cidadãos que não podem se locomover até Palmas para recebê-lo, além de elucidar dúvidas sobre as etapas da regularização e reforçar a presença do Instituto no estado, mostrando resultados concretos aos tocaninenses. Entre os destaques está a 24ª edição da Agrotins, que beneficiou famílias em várias regiões do Tocantins, como Aurora, Taguatinga e Wanderlândia.

O Instituto de Terras tem desempenhado um papel central na regularização fundiária das áreas na Capital, como Coqueirinho/Tiúba. Atualmente, participando ativamente da 7ª etapa do Plano de Trabalho conduzido pelo Nupref e a Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins. Durante a primeira audiência pública dessa etapa, realizada em novembro, representantes do Itertins e da Procuradoria Geral do Estado trabalharam em conjunto com o Nupref para ouvir proprietários e interessados, promovendo um levantamento detalhado das 49 ocupações e 16 propriedades envolvidas. A partir das informações coletadas, o Itertins está elaborando um parecer técnico conclusivo em parceria com a PGE, avançando para as próximas fases do plano que buscam solucionar definitivamente as sobreposições de propriedades.



O Itertins participou de reuniões com os membros da Amazônia Legal, em Porto Velho (RO) e Brasília (DF). Secretários dos estados envolvidos estiveram em câmaras setoriais debatendo assuntos específicos, abordando os seguintes temas: Governança Fundiária, Agricultura e Economia Verde, Infraestrutura e Transporte, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Segurança Pública. Nas reuniões, o Governo do Tocantins vem debatendo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) com o objetivo de avançar na regularização fundiária local. Este diálogo tem como foco a transferência das terras da União para o estado. A meta do projeto é posicionar o Tocantins como líder nas iniciativas relacionadas à concessão de titularidades territoriais.



Com o apoio de parceiros institucionais, o Itertins busca avançar em processos importantes, como a regularização de loteamentos urbanos e áreas rurais alagadas. O trabalho conjunto com órgãos como Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária da Corregedoria Geral da Justiça do Tocantins (Nupref/CGJUS) e Tocantins Parcerias é essencial para alcançar as metas estabelecidas e beneficiar ainda mais famílias.

Podemos destacar ainda, que houve uma grande demanda de trabalhos internos, das quais: Realização de vistorias técnicas e ocupacionais; Conferência de peças técnicas; Atendimento de ofícios dos Cartórios de Registro de Imóveis, com a finalidade de informações acerca de georreferenciamento de imóveis rurais; Realização de perícias/avaliações, com a finalidade de subsidiar o judiciário na solução de litígios; Notificação dos interessados nos processos de regularização fundiário através de e-mails, correspondências e via telefonemas.

ÁREAS ARRECADADAS	➤ 35.582,3236 ha
CONVALIDAÇÕES	➤ 4.034,2066 ha
TÍTULOS DEFINITIVOS	➤ 114
TOTAL DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS	➤ 500

O ITERTINS fez a aquisição de um Scanner para finalização da digitalização do acervo fundiário analógico do setor de cartografia do Estado do Tocantins, neste sentido, não há data prevista para a conclusão deste trabalho, considerando a amplitude do acervo, sendo estimando em 28 mil mapas a serem digitalizados.

Assim, são resultados desta atividade: a organização e recuperação de mapas físicos, digitalizado de pastas de loteamentos dos municípios do Estado, bem como, a digitalização de Todas as fichas informativas de vistoria e titulação do IDAGO, sendo organizadas em pastas no sistema.

- ✓ Vistorias Técnicas e Ocupacionais – 234;
- ✓ Medições e Demarcações (Georrefenciamento): 1 Medição - Levantamento do Córrego Água Fria com aparelho GNSS;
- ✓ Levantamento com Drones: 6 - em atendimentos de ofícios da Secretária de Turismo SETUR;
- ✓ Análises das Peças Técnicas: 225;
- ✓ Análise de Sobreposições (SIGEF): 166, com base do SIGEF;
- ✓ Trabalhos técnicos finalizados do georreferenciamento e abertura de matrículas dos loteamentos, objetivo de dar continuidade com o processo de regularização fundiária dos lotes internos.

AGÊNCIA DE METROLOGIA, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS – AEM-TO

A Agência de Metrologia recebeu o Laboratório Móvel Rastreável do Inmetro, um caminhão que realiza a calibração das balanças e pesos utilizados nas ações fiscalizatórias. A iniciativa visou calibrar os pesos de 20 kg, 200 kg e 500 kg utilizados no caminhão de fiscalização de balanças rodoviárias de cargas e nas ações do Plano de Trabalho pactuado com o Inmetro.

Os pesos são essenciais para verificar e fiscalizar as balanças operadas no setor público e privado em diferentes ramos de atividade no Tocantins.



Construção da Nova Sede

As obras de construção da sede própria da Agência Estadual de Metrologia – AEM/TO, que serão custeadas exclusivamente com recursos federais, foram iniciadas em agosto de 2018, conforme a Ordem de Serviços publicada na edição nº 5.181, do Diário Oficial do Estado, de 21 de agosto de 2018.

O projeto prevê a execução de uma edificação de 1790,15m² de área construída em um terreno de 12.000,00m², com amplas instalações para atender as atividades de metrologia e avaliação de conformidade que são desempenhadas pela Agência.

Atualmente, a obra está em 88% de conclusão, conforme o projeto previsto.



A Agência de Metrologia participou da assinatura dos Planos de Trabalho e Aplicação RBMLQ-I 2025.

O presidente da AEM, Jerônimo Júnior, participou da reunião, reforçando o empenho da pasta em atuar de forma harmoniosa nas relações de consumo. Na oportunidade, aproveitou o encontro com o presidente do Inmetro, Márcio Brito, para tratar da construção da sede própria da AEM e dos resultados do ano.

A Agência de Metrologia recebeu novos equipamentos de informática completos para ampliação do seu parque tecnológico. Os computadores foram adquiridos pelo Governo do Tocantins com o intuito de melhorar o serviço prestado pela pasta, atendendo às demandas fiscalizatórias em todo o Estado e beneficiando o órgão em **30%** de sua demanda de equipamentos, modernizando os setores e proporcionando atendimento mais otimizado.

A Agência de Metrologia recebeu um novo Micrômetro - instrumento de medição para medidas dimensionais – para a validação das leituras dos cronotacógrafos realizadas pelas empresas permissionárias acreditadas.

O equipamento foi doado pela Superintendência do Inmetro do Rio Grande do Sul (SURRS), com o intuito de melhorar o serviço prestado pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade Inmetro (RBMLQ-I).



AGÊNCIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS – AMETO

No primeiro quadrimestre de 2024, foi realizada a **1ª campanha de campo** (com duração de 5 dias). O objetivo dessa campanha foi a coleta de dados geológicos essenciais para o mapeamento das áreas potenciais para a produção de remineralizadores de solos e a exploração de esmeraldas em Monte Santo. O relatório de mapeamento dessas áreas está em fase de elaboração.

Em outubro de 2024, a 2ª campanha de campo foi realizada, com foco na coleta de amostras adicionais e na complementação dos dados geológicos. A AMETO planeja entregar o Mapa Geológico e o Relatório Final no primeiro quadrimestre de 2025. Esse material fornecerá informações detalhadas sobre os depósitos de esmeralda da região e sobre as rochas potenciais para a produção de remineralizadores de solos, que são cruciais para melhorar a fertilidade do solo e promover a sustentabilidade na agricultura.

Os resultados desse mapeamento são especialmente importantes para as cooperativas de garimpeiros da região de Monte Santo, que não possuem recursos financeiros suficientes para contratar um mapeamento geológico privado. Com o apoio da AMETO e da UnB, essas cooperativas poderão ter acesso a dados geológicos detalhados, que podem contribuir para otimizar a exploração e aumentar a produção de esmeraldas e remineralizadores, impulsionando o desenvolvimento local e a geração de empregos.

Esse projeto reflete o compromisso da AMETO e de seus parceiros com o desenvolvimento sustentável da região e com o fortalecimento das cadeias produtivas locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.



Pesquisa desenvolvida em Monte Santo.



Shaft usado para a pesquisa e extração de esmeralda.

A AMETO, em colaboração com o Instituto Federal do Tocantins (IFTO), está oferecendo vagas para o Curso Técnico em Mineração, com um total de 840 horas na modalidade EAD e 360 horas presenciais. O curso será disponibilizado em polos regionais, com 30 vagas por polo, com o objetivo de formar profissionais qualificados para atuar nas operações de mina, amostragem de rochas e minérios, além da manutenção dos equipamentos usados na mineração.

Foi publicada a Portaria REI/IFTO nº 1201/2023, em 27 de setembro de 2023, que institui a comissão responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mineração. O curso será subsequente ao Ensino Médio, oferecido na modalidade a distância (EAD), com suporte presencial para garantir uma formação completa aos alunos. Essa parceria entre a AMETO e o IFTO visa proporcionar uma educação de qualidade, alinhada com as necessidades do setor mineral, formando técnicos capacitados para atuar em diversas áreas da mineração.

O Centro de Referência de Educação a Distância do IFTO será responsável pela oferta do curso, que se destina a atender à crescente demanda por profissionais qualificados no campo da mineração, além de impulsionar o desenvolvimento do setor no estado do Tocantins.

Com essa iniciativa, a AMETO e o IFTO buscam contribuir para a formação de mão de obra especializada, que atuará diretamente nas operações mineradoras do estado, estimulando a economia local e o desenvolvimento do setor de mineração, ao mesmo tempo em que promove o acesso à educação de qualidade em regiões com forte potencial mineral.

TOCANTINS PARCERIAS

Foram conduzidas pela Tocantins Parecerias ações de apoio e outras atribuições específicas junto ao projeto de Concessão dos Serviços Públicos Lotéricos do Estado do Tocantins.

O procedimento licitatório (modalidade concorrência) foi realizado em 06 de março de 2024 e vencido pelo Consórcio Lototins Serviços Lotéricos do Tocantins SPE S.A, cujo contrato foi assinado em 13 de agosto de 2024, conforme Processo Administrativo nº 2023/25000/000863 (Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins).

A vigência da concessão foi fixada em 20 (vinte) anos, período no qual serão investidos R\$ 25.272.460,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais) pelo Concessionário. O valor estimado em arrecadações para o Estado do Tocantins é de aproximadamente 250 milhões de reais, compreendendo outorga fixa, outorga variável e ônus de fiscalização.

A Tocantins Parcerias também conduziu e orientou atividades junto ao projeto de Concessão Administrativa para a Construção, Gestão, Operação e Manutenção do Hospital da Mulher e Maternidade Estadual. Trata-se de parceria público-privada na qual o Estado do Tocantins disponibilizará à população atendida na unidade a equipe médica-assistencial e a Concessionária arcará com o fornecimento dos demais serviços necessários ao adequado funcionamento do hospital, compreendendo ainda a sua gestão administrativa.

O procedimento licitatório (modalidade leilão) foi realizado em 13 de agosto de 2024, na sede da Arena B3 (Bolsa de Valores), na cidade de São Paulo/SP, com divulgação e participação de interessados em âmbito nacional e internacional.

O Estado do Tocantins se destacou como o primeiro subnacional a submeter oficialmente o Programa Jurisdicional REDD+ do Estado do Tocantins ao Padrão de Excelência Ambiental REDD+ da ART TREES, entidade que fornece procedimentos técnicos e recomendações para a geração e certificação de créditos de carbono.

Neste contexto, a equipe técnica da Tocantins Parcerias desempenhou papel fundamental na análise e elaboração dos documentos que compuseram o processo de submissão do projeto ao ART TREES, além de participar de reuniões com representantes de órgãos governamentais estaduais, federais e organizações não-governamentais envolvidas.

Foram realizadas ações em diversos Municípios do Tocantins, aplicando a Lei federal 13.465/17. Nas aéreas do estado foi elaborado o levantamento topográfico cadastral georreferenciado, registrado os lotes urbanos conforme as matrículas, elaborado o Plano de regularização fundiária Urbano, subsidiando assim os municípios para validação dos cadastros e classificações das modalidades do Reurb. A nova legislação tem como meta desburocratizar, agilizar, simplificar e reduzir o número de etapas da regularização fundiária urbana no país.

Totalizando de 35 ações no interior com inúmeras famílias atendidas

Títulos Entregues, Cadastros e Capacitação no interior do Estado juntamente com a Equipe do NUPREF

- Lizarda = 235 Títulos entregues no dia 18/01/2024.
- Dois Irmãos do TOcantins = 49 Títulos entregues no dia 18/01/2024.

- Chapada de Natividade = 100 cadastros e seminário realizados de 05/02 à 06/02/2024.
- Santa Rosa do Tocantins = 100 cadastros e seminário realizados de 19/02 à 23/02/2024.
- Marianópolis = 49 Títulos entregues no dia 04/03/2024.

Em 2024, mais de 8.300 famílias foram beneficiadas com a Regularização Fundiária Urbana (REURB), fruto de um esforço conjunto entre o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Tocantins Parcerias, Poder Judiciário, através da Corregedoria Geral da Justiça (CGJUS) e do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (NUPREF), junto com os Municípios e Cartórios de Registro de Imóveis.

Outros resultados alcançados:

- Conclusão do relatório diagnóstico do DIMA, consolidando informações essenciais para decisões futuras no perímetro irrigado Manuel Alves.
- Avanços na análise de modelos de gestão e governança para a estruturação do Parque Tecnológico.
- Estabelecimento de diálogos iniciais sobre a ZEN, promovendo articulações com atores governamentais.
- Realização de reuniões estratégicas com a BRK no âmbito da SDW, estabelecendo as bases para colaborações futuras.

✓ Residencial Brisas do Lago - HM 13 perfazendo 09 (nove) tores com 28 apartamentos cada = 252 apartamentos.

Observação: 03 torres = 84 apartamentos devidamente concluídos e entregues aos beneficiários.

06 torres = 168 apartamentos concluídos, mas ainda não foram entregues aos beneficiários.

ALC – NO 33, Lote HM 13
Residencial Brisas do Lago



Residencial Mahanaim Residence - HM 03 = 48 apartamentos em fase de construção.

ARSO 131, HM
– 03
Mahanaim
Residence



Quanto ao eixo de planejamento, promoção e realização de feiras, congressos e eventos atribuído à Tocantins Parcerias, a Diretoria de Administração e Finanças, além das atividades de gestão que lhe são institucionalmente delegadas, firmou parceria com a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins com o objetivo de auxiliar o relacionamento e as ações junto aos expositores da Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins - AGROTINS 2024.

Nesse sentido, a Tocantins Parcerias publicou Edital de Chamamento Público nº 001/2024¹, com objetivo de captar empresas expositoras do segmento da agroindústria, ciência e tecnologia e produtores rurais, gestão ambiental, bancos, instituições financeiras e demais entidades autorizadas pelo Banco Central, além de empresas do ramo de alimentação, empresas de automóveis que desejassem participar do evento, obedecendo ao disposto no referido edital.

Foram disponibilizados 358 (trezentos e cinquenta e oito) espaços destinados à exposição e comercialização de máquinas, implementos, adubos, sementes, alimentação, animais, produtos financeiros, entre outros.

O valor correspondente a cada espaço foi definido em edital, obedecendo aos critérios de categoria e tamanho definidos para os diversos estandes pelos entes organizadores. Além do cadastramento dos expositores, foi conferida à Tocantins Parcerias a gestão dos pagamentos referentes aos estantes. Assim, tornou-se possível o reinvestimento desses recursos em melhorias do próprio parque tecnológico que sedia a Feira.

Dentre as melhorias aplicadas na edição de 2024 temos:

- ampliação dos espaços destinados aos expositores;

- ✓ melhoria nos serviços prestados aos visitantes;
- ✓ melhoria da rede de fornecimento de energia elétrica;
- ✓ melhoria na distribuição de água e fornecimento de saneamento básico sustentável e;
- ✓ efetivação das ações de responsabilidade social da Tocantins Parcerias, especialmente o compromisso com a geração de empregos para a realização do evento.

Atendendo ao seu compromisso de sustentabilidade ambiental, a Tocantins Parcerias forneceu à AGROTINS 2024 8 (oito) unidades de banheiros fixos, instalados em contêineres adaptados e climatizados, com reservatório para coleta de esgoto, com o objetivo de fornecer mais conforto aos expositores e visitantes da Feira, além de garantir a qualidade de saneamento e devido tratamento dos resíduos.

Para as próximas edições, a Tocantins Parcerias pretende ampliar esse projeto, fornecendo mais 8 (oito) unidades de banheiros fixos, instalados em contêineres igualmente adaptados e climatizados para o atendimento do público geral, com impacto direto na segurança, saúde e bem-estar de todos.

Além deste ponto, a Tocantins Parcerias planeja a construção de píer no parque da AGROTINS 2025, com o fim de proporcionar acesso direto de embarcações à exposição, além da instalação de placas de sinalização pelo parque, melhoria e robustecimento da rede de fornecimento de energia elétrica e a criação de um Parque Verde, com área destinada ao plantio e preservação do meio- ambiente local.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS – UNITINS

A Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, consolidada como uma instituição pública de ensino superior de referência, mantém em 2024 seu compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com base nos avanços obtidos, a Instituição busca aprimorar ainda mais a qualidade de suas atividades, visando a formação de profissionais qualificados e a promoção do desenvolvimento social e econômico do Tocantins.

A Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) encerra o ano de 2024 celebrando conquistas históricas em diversas áreas. Um dos destaques é a nota máxima (5) obtida na avaliação do Ministério da Educação (MEC) no processo de credenciamento para oferta de cursos EaD, além da autorização para construção da sede própria em Augustinópolis e a conclusão de 60% da construção do novo Câmpus Dianópolis. Com cerca de 5 mil estudantes matriculados nos cursos presenciais e a distância (EaD) do projeto TO Graduado, a Unitins se consolida como a instituição de ensino superior com maior abrangência no estado do Tocantins.

A Unitins iniciou o primeiro semestre de 2024 com 4.784 estudantes matriculados em seus cursos de graduação presenciais e a distância. O semestre foi

marcado pela expressiva participação dos acadêmicos em eventos de grande porte, como a Agrotins 2024, em que mais de 600 acadêmicos apresentaram projetos inovadores focados no agronegócio durante a Feira na Vitrine Agrotecnológica da Unitins.

No segundo semestre deste ano, 138 professores efetivos assumiram vagas ofertadas no concurso público realizado pela Unitins, o primeiro com vagas para todos os câmpus da instituição. Também no segundo semestre, a Universidade foi premiada com o Selo OAB Recomenda que reconhece a qualidade dos cursos de Direito dos câmpus de Palmas e Dianópolis.

A parceria entre o Governo do Estado do Tocantins e a Universidade Estadual do Tocantins mostrou-se fundamental para o alcance das metas estabelecidas em 2024. O Governador Wanderlei Barbosa celebra os resultados obtidos pela instituição, destacando a importância da educação superior para o desenvolvimento do Estado e reafirmando o compromisso do governo em continuar investindo na expansão e qualificação da Unitins.

O Reitor da Unitins, Augusto Rezende, avalia positivamente os resultados alcançados em 2024. Destacando a conquista da nota máxima no MEC para os cursos EaD e para o curso de Tecnologia em Gestão Pública, ressaltando o compromisso da instituição com a excelência acadêmica. Atribuindo os sucessos obtidos ao trabalho conjunto de servidores, professores, estudantes e parceiros, que contribuíram para consolidar a Unitins como referência no ensino superior do Tocantins.

Investimentos e apoio aos acadêmicos

Em 2024, a Unitins investiu mais de R\$ 300 mil em bolsas voltadas para docentes e acadêmicos envolvidos em projetos de pesquisa, produtividade e participação em eventos acadêmicos. Além disso, a universidade desembolsou R\$ 5 milhões em mais de 4 mil bolsas para projetos nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo as bases de formação acadêmica e o compromisso com a produção de conhecimento.

Outro ponto de destaque foi o incentivo à iniciação científica, com 133 bolsas concedidas para projetos nos Programas Institucionais de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, abrangendo tanto a modalidade presencial quanto EaD.

Pela primeira vez, a Unitins abriu edital para intercâmbio fora do Brasil. Acadêmicos do curso de Direito de todos os câmpus puderam se inscrever para concorrer às 16 vagas abertas. O intercâmbio foi realizado em novembro deste ano na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA/Argentina) com um curso intensivo voltado para o Direito da Integração, Mercosul e Direito Ambiental e além dos acadêmicos, servidores e docentes também participaram do curso.

Avanços estruturais e expansão

Na área de infraestrutura, a Unitins também alcançou avanços expressivos. A construção da sede própria do câmpus Dianópolis atingiu 50% de conclusão,

marcando um progresso importante para a expansão e melhoria das condições de ensino. Além disso, foi assinada a autorização para a elaboração do projeto arquitetônico do câmpus de Augustinópolis, reafirmando o compromisso da universidade em ampliar sua presença e atender a demanda crescente por ensino superior de qualidade.

Os acadêmicos e servidores do Câmpus Araguatins, que completou 10 anos em 2024, iniciaram as aulas e atividades administrativas em sede própria, reformada com um investimento de cerca de R\$ 2 milhões com apoio do governo do estado.

Em Palmas, em breve a Unitins contará com o Centro Esportivo do Câmpus Palmas, um investimento de mais de R\$ 1,5 milhões para uma área de 2.000 m² que já começou a ser construída.

Captação de recursos

Para fomentar ainda mais a ampliação do ensino, pesquisa e extensão na Universidade, neste ano a captação de recursos por meio de editais e projetos foi fundamental e garantiu investimentos que somam R\$ 16 milhões.

A Unitins foi uma das instituições selecionadas no edital 001/2024 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que prevê um investimento total de R\$ 14,5 milhões por meio do Programa de Aceleração do Crescimento para Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs).

Também neste ano, a Unitins passou a ofertar cursos de graduação e pós-graduação pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). A Instituição foi aprovada em edital da Capes, garantiu um investimento de mais de R\$ 1,5 milhão e já está com dois cursos de graduação e um de pós-graduação em andamento, além do curso de Administração Pública que está em fase de seleção.

Somado a estes investimentos, a Unitins também coordena a Escola de Conselhos, vinculada a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex). A Escola contou com o recurso de R\$ 500 mil para formação permanente e continuada de conselheiros dos direitos da criança e do adolescente e conselheiros tutelares, promovendo o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Recorde em vestibulares

Outro marco em 2024 foi o recorde de inscritos nos vestibulares da Unitins, reflexo direto do reconhecimento da qualidade acadêmica e da relevância dos cursos ofertados pela universidade. Mais de 11 mil candidatos se inscreveram nos processos seletivos para os cursos presenciais e do projeto TO Graduado. Este é um indicativo de que os esforços da instituição para aprimorar a formação acadêmica têm alcançado resultados concretos, atraindo cada vez mais estudantes de diversas regiões.

Perspectivas para 2025

Ao projetar os próximos passos da Unitins, o Reitor Augusto Rezende reafirma o compromisso da instituição com a excelência acadêmica e com o desenvolvimento do Estado do Tocantins. Com base nos resultados positivos obtidos em 2024, a Universidade pretende intensificar seus esforços para consolidar seu papel como referência no ensino superior, investindo em infraestrutura, capacitação de servidores e fomento à pesquisa.

Sede Administrativa da Unitins em Palmas (Foto: Nonato Silva/Dicom Unitins)



Governador Wanderlei Barbosa, Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávero no estande da Unitins na Agrotins (Foto: Nonato Silva/Dicom Unitins)



Treinamento para novos professores efetivos da Unitins (Foto: Nonato Silva/Dicom Unitins)



Primeiro intercâmbio internacional ofertado pela Unitins (Foto: Andréia Fernandes/Dicom Unitins)





PRIORIDADES E METAS

Reformar os Câmpus de Araguatins e Palmas e Ampliar o Câmpus de Paraíso do Tocantins

Com um investimento de R\$ 2 milhões, o Câmpus Araguatins foi totalmente reformado e agora oferece melhores condições de ensino e pesquisa aos seus alunos. Em Palmas, a construção do Centro Esportivo, orçada em mais de R\$ 1,5 milhões, demonstra o compromisso da Unitins em promover a qualidade de vida e o bem-estar de seus estudantes e servidores. A ampliação do Câmpus de Paraíso também foi contemplada e concluída em 2024, suprimindo a demanda necessária.

Consolidar o Projeto de Interiorização do Ensino Superior – TO Graduado

A Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), em parceria com o Governo do Estado do Tocantins, instituiu o Projeto de Interiorização Universitária Tecnológica – TO Graduado, por meio da Lei nº 4.003, de 7 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.206, em 9 de novembro de 2022. Previsto para vigorar entre 2022 e 2027, o projeto tem como objetivo principal promover ensino superior de qualidade e inovação, buscando formar profissionais cidadãos e priorizando o desenvolvimento social, econômico, cultural, político e sustentável das cidades do interior do Tocantins.

O projeto disponibiliza três cursos superiores na modalidade de Ensino a Distância (EaD), distribuídos em 15 municípios do estado e conta com um total de 1.822 acadêmicos matriculados. A oferta é organizada da seguinte forma:

- **Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas:** Araguaçu, Arapoema, Caseara, Itacajá, Natividade, Palmas, Paranã, Ponte Alta do Tocantins, Sítio Novo e Xambioá.
- **Tecnologia em Gestão Pública:** Araguaçu, Arapoema, Campos Lindos, Caseara, Colinas do Tocantins, Colméia, Guaraí, Itacajá, Miranorte, Natividade, Palmas, Paranã, Ponte Alta do Tocantins, Xambioá e Sítio Novo.

Tecnologia em Gestão do Agronegócio: Campos Lindos, Colinas do Tocantins, Colméia, Guaraí, Miranorte e Palmas.

A Unitins é a responsável pelo financiamento e manutenção do projeto, com apoio formalizado pela Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (Seduc) por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 001/2023. Esse acordo assegura a infraestrutura necessária para o funcionamento dos polos, incluindo salas de aula, espaços administrativos, laboratórios e áreas de convivência.

Cada polo foi equipado com mobiliário adequado, como mesas, cadeiras e armários, além de laboratórios de informática compostos por 20 computadores modernos, periféricos como fones de ouvido, webcams, projetores, caixas de som e microfones, bem como acesso à internet.

É importante destacar que, ao longo de 2024, a equipe de infraestrutura prestou suporte contínuo aos Polos, realizando melhorias significativas, como reparos nos telhados das salas de aula, laboratórios e corredores de acesso em Guaraí, Ponte Alta do Tocantins e Miranorte.

Além disso, foram efetuadas limpezas preventivas e correções nas máquinas de ar-condicionado em todos os 15 Polos, bem como ajustes na rede elétrica e em alguns quadros de energia. A manutenção de computadores que apresentaram falhas também foi realizada. Paralelamente, os problemas específicos de cada Polo foram mapeados e encaminhados à Diretoria de Obras para as devidas providências.

Com a missão de levar o ensino superior às regiões mais remotas do Tocantins, o Projeto TO Graduado promove inclusão educacional e contribui para o desenvolvimento local. A adequação contínua da infraestrutura física e tecnológica reafirma o compromisso da Unitins e do Governo Estadual em garantir excelência e inovação no processo de interiorização universitária.

Complementando essa iniciativa, o projeto incentiva a participação dos acadêmicos em programas e eventos que enriquecem sua formação, como o PIICT-EaD (Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica na modalidade EaD), o PIBIEX (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão), a Bolsa Atleta, os Jogos Internos da Unitins (Jiuni) e a Feira Agrotecnológica do Tocantins (Agrotins).

Ampliar os sinais de Rádio e TV no Estado do Tocantins

A expansão do sinal da rádio Unitins FM encontra-se condicionada à publicação da portaria ministerial que autoriza a utilização de novas frequências em 38 municípios do Estado. Após a publicação no Diário Oficial da União, serão iniciados os processos de licenciamento e instalação das retransmissoras.

A expansão da cobertura da Unitins TV avançou significativamente. Todas as 23 retransmissoras solicitadas à ANATEL já possuem outorgas e licenciamentos. Atualmente, encontram-se em desenvolvimento os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para cada estação, etapa essencial para a realização das licitações e posterior instalação das retransmissoras.

2024

Relatório de **RESULTADOS**



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO





O presente Relatório de Resultados é norteado pelos princípios da transparência, prestação de contas, responsabilidade e eficiência no serviço público, elaborado a fim de fornecer informações que permitam ao Poder Executivo, acompanhar as principais atividades do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - Igeprev-TO.

O Igeprev tem a função de gerir os ativos financeiros originados das contribuições e demais receitas previdenciárias, visando sua maximização por meio de aplicações no mercado de capitais, em conformidade com as normas específicas, a fim de cumprir suas obrigações previdenciárias, constituídas pelo passivo previdenciário oriundo dos direitos aos benefícios de aposentadorias, reserva remunerada, reformas e pensão por morte pelos dependentes, objetivando assegurar direitos previdenciários.

MISSÃO

Gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins, maximizando seus ativos e assegurando os direitos previdenciários dos segurados e beneficiários.

VISÃO

Buscar a excelência na gestão do sistema previdenciário.

VALORES

Ética, honestidade, transparência, celeridade, espírito de equipe e comprometimento

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

SO BRE

O Regime Próprio de Previdência Social do Tocantins – RPPS-TO, sob gestão do Igeprev, autarquia em regime especial é responsável pela previdência do Poder Executivo Civil e Militar, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública.

Pode ser observado que houve no período de janeiro a outubro de 2024 um aumento no número de segurados ativos do instituto, em dezembro de 2023 haviam 31.138 segurados ativos e atualmente são 31.767, conforme da dados do setor de arrecadação.



31.767
SEGURADOS
ATIVOS DO
IGEPREV
OUT.24



	PLANO FINANCEIRO Quant. Civil	PLANO PREVIDENCIÁRIO Quant. Civil	FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL Quant. Militar	TOTAL
Executivo	17.791	6.509	4.076	28.376
Assembleia Legislativa	223	3	-	226
Ministério Público Estadual	376	140	-	516
Tribunal de Justiça do TO	971	61	-	1.032
Tribunal de Contas do TO	107	221	-	328
Defensoria Pública do TO	84	372	-	456
Unitins	73	131	-	204
TOTAL	19.625	7.437	4.076	31.138

Fonte: Relatório de Contribuições Previdenciárias oriundo de todos os Poderes e Órgãos Autônomos (dezembro/2023)

2023 ↔ 2024

	PLANO FINANCEIRO Quant. Civil	PLANO PREVIDENCIÁRIO Quant. Civil	FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL Quant. Militar	TOTAL
Executivo	15.949	9.023	3.853	28.825
Assembleia Legislativa	204	2	-	206
Ministério Público Estadual	362	192	-	554
Tribunal de Justiça do TO	928	202	-	1.130
Tribunal de Contas do TO	242	53	-	295
Defensoria Pública do TO	97	372	-	469
Unitins	61	227	-	288
TOTAL	17.843	10.071	3.853	31.767

Fonte: Relatório de Contribuições Previdenciárias oriundo de todos os Poderes e Órgãos Autônomos (outubro/2024)

ATEN DIMEN TO



ATENDIMENTO GUICHÊ - 2024/NOVEMBRO

- ✓ 15.830 PALMAS
- ✓ 4.487 ARAGUAÍNA
- ✓ 3.244 GURUPI

SUBTOTAL 23.561

ATENDIMENTO - POR TELEFONE 0800, WHATSAPP E E-MAIL EM 2024/NOVEMBRO

- ✓ 7.495 WhatsApp
- ✓ 11.419 TELEFONE
- ✓ 3.798 E-MAILS

SUBTOTAL 22.712

ATENDIMENTO - FOLHA 2024/NOVEMBRO

- ✓ 3.105 WhatsApp
- ✓ 1.035 TELEFONE

SUBTOTAL 4.140

ATENDIMENTO - CONSIGNADO 2024/OUTUBRO

- ✓ 1.878 TELEFONE
- ✓ 1.932 PRESENCIAL
- ✓ 1.445 E-MAIL

SUBTOTAL 5.255



55.668

ATENDIMENTOS REALIZADOS



PROVA DE VIDA



69% DOS BENEFICIÁRIOS REALIZARAM A PROVA DE VIDA ATÉ 18 DE DEZEMBRO

O processo de atualização cadastral é para todos os aposentados e pensionistas, de caráter obrigatório, é feito de maneira remota, exclusivamente pelo aplicativo Meu RPPS, até o dia 31 de dezembro.

Realizado anualmente, a Prova de Vida ocorre com a finalidade de dar continuidade ao recebimento dos proventos, além de evitar fraudes e pagamentos indevidos. Servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins (RPPS), envolvendo os poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e também Ministério Público (MPTO), Tribunal de Contas (TCE/TO), Defensoria Pública (DPE/TO), bem como os Militares Reformados ou da Reserva Remunerada, e pensionistas, vinculados ao Sistema de Proteção Social (SPSM), devem realizar a Prova de Vida.

Por ser de forma digital, para realização do procedimento, não é necessário comparecer na sede do Instituto em Palmas, ou nas Unidades do Pronto, em Araguaína ou Gurupi. Após a realização da Prova de Vida, pelo celular ou qualquer outro dispositivo móvel, é feita a análise, bem como a checagem de documentos e reconhecimento facial dos beneficiários. Após cinco dias úteis, a validação do procedimento estará disponível para consulta dentro do próprio App Meu RPPS.

A ausência da realização da Prova de Vida, o pagamento será suspenso. É fundamental, que os beneficiários estejam atentos aos prazos e todas as informações disponíveis no site do Igeprev ou no aplicativo Meu RPPS, para a realização da Prova de Vida

Depois de baixar o App, o segurado ou beneficiário deve selecionar o Estado do Tocantins, em seguida, a cidade de Palmas. Logo após, selecionar o Igeprev-TO, independente da localização atual do beneficiário.



Realize a Prova de Vida de forma digital
De 01/11 a 31/12
EXCLUSIVAMENTE
Por meio do App "Meu RPPS"

Evite a suspensão do seu benefício!
Disponível para Android (Play Store) e IOS (Apple Store)
Canais de Atendimento: ☎ 0800 647 0747
WhatsApp 📞 63 99225 9117

20.641 BENEFICIÁRIOS

Novos benefícios CIVIL E MILITAR 2024/novembro

1.084 novos benefícios

681 revisões de benefícios concedidas

indeferimento CIVIL até novembro de 2024

227 revisões de benefícios Indeferidas

indeferimento MILITAR até dezembro de 2024

45 revisões de benefícios INDEFERIDAS

FOLHA DE PAGAMENTO 2023

R\$ 1.790.912.241,54 Bi

Média mensal: R\$ 150 mi

RECEITA ATIVOS, BENEFICIÁRIOS, PATRONAL E COMPENSAÇÃO 2023

2023

R\$ 1.423.616.900,78 bi

FOLHA DE PAGAMENTO 2024

2024 Novembro R\$ 203.238 mi

incremento de 35,49%, comparando
com a média mensal do exercício de 2023

BENE FICIÁ RIOS E FOLHA

INVESTIMENTOS

R\$ 326.557 mi

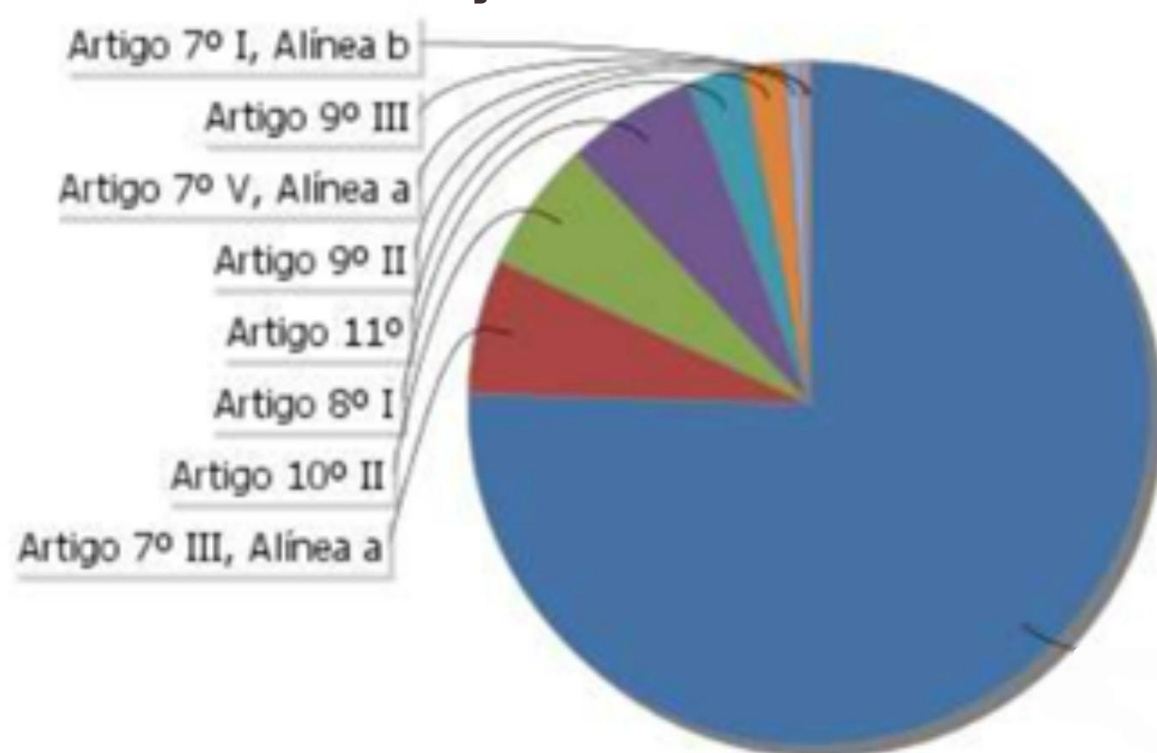
CRESCIMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OUTUBRO 2024

Na Política de Investimento - PI, para 2024 foi estabelecida uma meta atuarial de IPCA + 5,10% = 8,34 a.a., seguindo orientações do Atuário e da Legislação vigente. Todavia, em razão de termos um percentual grande de Títulos do Tesouro Nacional marcados a mercado, 31,03% na carteira, onde em virtude do cenário macroeconômico adverso e uma Política Fiscal inconsistente, levou ao longo do ano uma abertura das curvas de juros, resultando numa performance negativa na maioria dos meses, o que pode ocasionar a não bater a Meta estipulada.

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2024	-0,46	0,80	0,23	-1,08	0,73	-0,34	1,65	1,15	-0,40	-0,27			1,99
IPCA + 5,10%	0,86	1,21	0,56	0,82	0,88	0,61	0,84	0,42	0,86	1,02			8,34
p.p. indexador	-1,32	-0,41	-0,32	-1,89	-0,15	-0,95	0,81	0,74	-1,26	-1,29			-6,35

ALOCAÇÃO POR ARTIGO



Iniciou o ano com **R\$ 4.519.845.971,10 bi**
Até outubro com **R\$ 4.846.403.037,74 bi**
Crescimento de **R\$ 326.557.066,64 mi (7,22%)**
Meta de **5,10%**
Rentabilidade de **1,90%**

COM PEN SA

ÇÃO

PREVI

DÊN

CIÁRIA

R\$ 25.716.871,21 MILHÕES

FORAM RECEBIDOS VIA COMPENSAÇÃO

FINANCEIRA ATÉ NOVEMBRO DE 2024

A Compensação Financeira entre os regimes previdenciários ou Compensação Previdenciária de que trata a Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019, é o ajuste de contas entre estes nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeitos de aposentadorias e pensões, buscando o equilíbrio financeiro dos diversos regimes de previdência, a partir da divisão da responsabilidade decorrente da proporcionalidade das contribuições do servidor aposentado em relação ao agente pagador do benefício.

Assim, a compensação paga pelo regime de origem tem por finalidade auxiliar o regime instituidor, na forma de pró-rata (valor pago mensalmente), na manutenção do benefício que concedeu com cômputo de tempo, mas cuja contribuição não foi recebida para custeá-lo, colaborando assim com o equilíbrio financeiro do regime instituidor

A Compensação Previdenciária entre o Regime Geral (RGPS/INSS) e os Regimes Próprios de Previdência (RPPS) está sendo processada desde a competência dezembro/1999 com o pagamento das compensações devidas pelo RGPS/INSS aos RPPS que haviam firmado o Acordo. Em 2004 foi iniciado o pagamento das compensações devidas pelos RPPS ao RGPS/INSS, mediante o ajuste de contas mensal entre os valores devidos. No Tocantins, as compensações devidas pelo RGPS/INSS ao RPPS/TO estão sendo processadas desde a competência setembro/2000 e o pagamento das compensações devidas pelo RPPS/TO ao RGPS/INSS foi iniciado em fevereiro de 2005.

A Compensação Previdenciária entre os Regimes Próprios de Previdência, regulamentada pelo Decreto nº 10.188/2019, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021. A operacionalização e o controle da Compensação Previdenciária entre os Regimes de Previdência são feitos pelo Sistema de Compensação Previdenciária – Novo Compreprev, disponibilizado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho por meio de Termo de Adesão entre a Secretaria e os Regimes de Previdência e contrato com a DATAPREV.

Com a implementação do Novo Compreprev, o sistema passou a adotar as novas regras previstas no Decreto nº 10.188/2019 e, em relação ao fluxo de pagamento, uma grande mudança foi a substituição do bloqueio de proporcionalidade pela aplicação de juros e multas.

AUMENTO DO PATRONAL

Em 2024, o Governo do Tocantins publicou a Medida Provisória (MP) nº 17, de 26 de junho de 2024, posteriormente a Lei nº 4.505, de 11 de setembro de 2024, referente à contribuição patronal do servidor público ativo do estado, como parte de um conjunto de medidas destinadas a fortalecer a estabilidade financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) estadual.

A Lei elevou a alíquota patronal, apenas no Plano Financeiro, que significa um aumento da contribuição previdenciária dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais, além do Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO), do Ministério Público (MPE-TO) e da Defensoria do Estado (DPE-TO), de 20,20% para 28%, com efeito positivo financeiro de R\$ 16 milhões ao mês para o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (Igeprev-TO).

A iniciativa não afetará as contribuições dos servidores com o Instituto, que continuarão sendo tributados no mesmo valor definido por lei em 2020, que se encontra em 14%. Este alinhamento está seguindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria da Previdência do Ministério da Previdência Social, visando garantir a sustentabilidade do próprio sistema previdenciário estadual.

É uma medida que trará um certo alívio para o regime próprio, uma vez que aumentará a receita arrecadada mensalmente. E também ajuda o Governo do Tocantins a diminuir o valor do aporte repassado para o Igeprev para complementar a folha de benefícios

CARGOS DE DIREÇÃO

Com estrutura de cargos de direção e chefia reduzidos era resultante de uma significativa redução da máquina pública, ocorrida em 2018, onde havia um grande número de gerências vinculadas diretamente à presidência, sem o auxílio de diretorias.

O Igeprev reconquistou no ano de 2024 um novo organograma, que possibilitou uma melhor organização administrativa e operacional capaz que produzir melhores serviços nas áreas fins e meio.

Considerando a complexidade do sistema previdenciário, o crescente número de beneficiários e as demandas cada vez maiores. A nova estrutura de cargos de direção e chefia tem possibilitado aos setores e ao gabinete a melhoria da gestão e maior eficiência e efetividade.

Nos últimos cinco anos, o Instituto ampliou seu campo de atuação, oferecendo novos serviços, e, atualmente, gerindo dois regimes, sendo um para os segurados civis e outro para os militares, além do que a folha de pagamento de benefícios passou a ser uma para cada poder e também para os militares, destacando, ainda, a grande demanda de revisão de benefícios, especialmente em decorrência da concessão das evoluções funcionais aos segurados aposentados.

PATRONAL
-
NOVA
ESTRUTURA
ADM

COM PRA DE VIDA

REVISÃO DA SEGREGAÇÃO DA MASSA

SERÃO REDUZIDOS R\$ 364 MILHÕES ANUALMENTE NO PLANO FINANCEIRO

Buscando o equacionamento do deficit atuarial e financeiro do RPPS-TO, ocorreu a revisão da segregação de massa, utilizando o superávit atuarial do plano previdenciário. Levando assim, o quantitativo de 4.939 beneficiários do plano financeiro para o plano previdenciário, impactando em aproximadamente na redução de 364 milhões do plano financeiro. Fazendo com que houvesse a redução dos valores de aportes financeiros dos poderes e órgãos autônomos.

Em cumprimento ao disposto no artigo 62 da Portaria MTP nº. 1.467/2022, que disciplina as regras para a realização da revisão da segregação da massa dos segurados do RPPS, a equipe FIPE determinou a utilização do valor de R\$ 2.955.830.168,30 (dois bilhões, novecentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e trinta mil, cento e sessenta e oito reais e trinta centavos), do valor total do superávit apresentado pelo Plano Previdenciário, ou seja, será utilizado cerca de 52,89% (cinquenta e dois inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) do valor do superávit do Plano Previdenciário, cumprindo-se assim todos os requisitos impostos pelo artigo 62 da portaria já citada.

Tal valor será representado pela compra de vidas do Plano Financeiro pelo Plano Previdenciário, referente à transferência de todos os servidores aposentados e pensionistas com data de nascimento igual ou anterior à 31 de dezembro de 1953, conforme planilha em anexo ao presente relatório, que dispõe a relação completa dos segurados em tela.

O resumo do quadro de segurados envolvidos na compra de vidas está apresentado na tabela abaixo:

Tabela 10 – Base de Dados dos Segurados – Compra de Vidas

Situação	Quantidade	%	Idade Média	Benefício Médio	Folha de Benefícios	%	Dependentes
Aposentados	4.314	87,35%	75,79	5.884,13	25.384.121,99	89,38%	3.430
Pensionistas	625	12,65%	78,80	4.826,66	3.016.662,01	10,62%	0

Fonte: Elaborado pela Equipe Fipe

EDUC AÇÃO PREV



CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

08/03 - Dia da mulher

13/03 - Apresentação NAP aos RHs

10/04 - 3ª Audiência Pública

12/05 - Dia das Mães

07/06 - Palestra “Estresse”

21/06 - Café Junino

17/06 - Dia do Servidor Público Aposentado

31/07 - 35º Aniversário do Igeprev

09/08 - Dia dos Pais

10/09 - Saúde Mental (auditório Igeprev)

16/10 - Saúde Mental (auditório Palácio)”

24/10 - Encontro de Líderes

13/12 - Confraternização Final de Ano

20/09 a 23/11 Natal Solidário

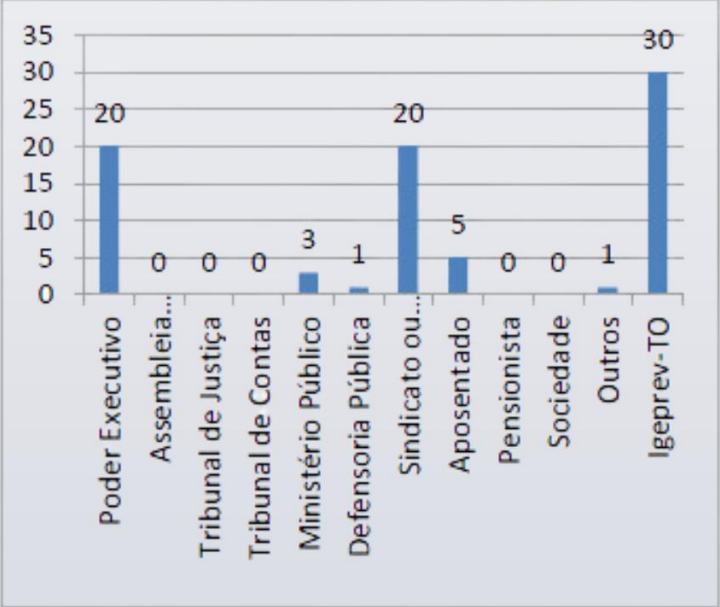


3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E MELHORIAS NA GESTÃO

A ação integrou a política de melhorias na gestão e compõe as iniciativas do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) - Pró-Gestão RPPS. A Audiência Pública aconteceu no auditório do Igeprev, em Palmas – TO com a presença de 80 participantes incluindo inscritos e não inscritos, sendo 50 participantes externos e 30 internos. E por meio de transmissão ao vivo pelo canal do YouTube do Instituto, com pico de audiência ao vivo de 48 pessoas, e até a presente data contabiliza-se mais de 774 visualizações da gravação disponível no canal.

Gráfico 2. Participantes Por Categoria



Fonte: Lista de Presença (2024)

O evento abordou três importantes temas da gestão previdenciária, sendo a avaliação atuarial, com a exposição do consultor atuário do Igeprev-TO Thiago Silveira, exposição governança pública, apresentada pelo presidente do Instituto Sharlles Fernando e painel sobre os Resultados da Política de Investimentos, mediado pelo Dr. Luiz Antônio Francisco Pinto, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins e membro do Conselho de Administração do Igeprev-TO e pelos painelistas Júlio Medeiros, Gerente de Controle e Análise de Risco do Igeprev-TO, Elenora Carvalho, Membro do Comitê de Investimento do Igeprev e Dra. Dilma Campos, Membro do Comitê de Investimento do Igeprev.

AUDIÊNCIA



DIA SERVI DOR APOS ENTA DO

SERVIDOR APOSENTADO DIÁLOGO SOBRE TEMAS RELATIVOS A DIFERENTES ASPECTOS DA VIDA PRÉ E PÓS-APOSENTADORIA E APROXIMAR OS SEGURADOS DO INSTITUTO

Em consonância com a missão do Igeprev e os objetivos do Programa de Educação Previdenciária que está sendo implantado por este Instituto foi realizado evento no dia 17 de junho com ações de bem-estar e saúde, exposição fotográfica com foco na longevidade e palestras alusivo à significativa data, tendo o servidor público aposentado uma importante participação no processo de desenvolvimento do Estado, bem como orientação aos que estão se preparando para aposentadoria.

A aposentadoria é um momento de transição para os profissionais que tiveram grande parte de suas vidas vinculadas a organizações públicas na prestação de serviços públicos em prol da sociedade.

A prestação de um serviço de excelência passa pelo reconhecimento da importância de facilitar o acesso a serviços previdenciários, divulgar informações qualificadas sobre requisitos e benefícios previdenciários, e trabalhar temas relativos a uma aposentadoria sustentável, promover o encontro e troca de experiências.

Foram realizadas palestras sobre temas “Aposentadoria e Longevidade” e Sustentabilidade Financeira na Aposentadoria”. Também ocorreu diálogo com os participantes e informativos previdenciários.

Durante o evento houve ações de bem-estar e saúde, como aferição da pressão arterial, teste de glicemia, usufruir de espaços com Talentos da Maturidade, onde foi apresentado trabalhos desenvolvidos por alguns aposentados, destacando o empreendedorismo, espaço de Beleza, espaço do Procon com orientação aos segurados, e espaço da Secretaria de Administração, informando e orientando quanto ao Clube de Benefícios, programa que busca facilitar e baratear o custo de aquisições de produtos e serviços por empresas diversas.



PARTICIPAÇÃO DE MAIS DE 300 SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS

O Governo do Estado do Tocantins, por meio do Instituto de Gestão Previdenciária (Igeprev), em parceria com a Secretaria da Administração (Secad) e a Escola de Governo (Egov), realizou dia 16 de outubro, o evento “Momento Servidor – Reconhecendo quem faz acontecer”, no auditório do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos. A celebração, voltada ao bem-estar e à saúde dos servidores, foi um sucesso, com uma programação diversificada que incluiu palestras e serviços de saúde e prevenção.

O ponto alto do encontro foi a palestra do renomado psicólogo Rossandro Klinjey, que abordou o tema “Saúde mental – os desafios emocionais da aposentadoria – antes e depois”. Em sua fala, Rossandro ressaltou a importância de ver a aposentadoria como uma fase de transição, e não como um fim. “É essencial que a gente compreenda que essa etapa da vida não é um encerramento, mas uma nova oportunidade de desenvolvimento pessoal e emocional. Precisamos nos preparar mentalmente para ela, enfrentando a ansiedade, as incertezas e reforçando a autoestima para buscar novos interesses que possam tornar a aposentadoria ativa e plena”,

Além das palestras, os servidores tiveram acesso a diversos serviços prestados por órgãos estaduais, como orientações previdenciárias do Igeprev, ações de saúde física e mental oferecidas pela Junta Médica, além de serviços como agendamento de exames preventivos e vacinação. A participação dos servidores foi expressiva, com mais de 300 servidores, e o evento cumpriu com seu objetivo de promover o bem-estar e a valorização dos servidores públicos do Tocantins. Na ocasião, ainda foram sorteados brindes entre os participantes.



DIA DO SERVI DOR

O Instituto buscou ampliar a modernização da gestão no exercício de 2024 ao dar continuidade às ações do Pró-Gestão RPPS, visando manter sua certificação nível II e almejando sua evolução para certificação de nível III, em acordo com o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União.

Destaca-se também, as boas práticas de gestão do RPPS que têm sido adotadas, têm permitido melhorar os resultados na concessão e pagamento dos benefícios, além da busca por excelência no atendimento aos segurados e beneficiários.

No que tange à Política de Investimentos, destaca-se que se manteve conservadora, segura e que buscou maximizar os retornos através de instituições financeiras sérias e de renome nacional (bancos de primeira linha). Os riscos assumidos foram os inerentes ao mercado de investimentos. Todas as realocações realizadas no primeiro semestre de 2024 foram devidamente aderentes à Política Anual de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto, dentro dos limites e exigências da Resolução CMN nº 4.963/2021, atendendo aos procedimentos previstos na legislação vigente, e em conformidade com o assessoramento do Comitê de Investimentos do Instituto.

Com relação aos investimentos estressados, empenhou-se na busca por recuperar e diminuir os prejuízos inerentes a esses investimentos, através de Assembleias de Cotistas, onde buscaram obter dos prestadores de serviços dos Fundos estressados informações concretas sobre os 90 ativos que compõem esses investimentos, realizando assim análises para possíveis liquidações, objetivando prováveis recuperações e minimização de prejuízos.

Simultaneamente, como instrumento de transparência na gestão, o Igeprev-TO realizou em abril de 2024 a Audiência Pública em formato presencial e com transmissão ao vivo, por meio do canal do YouTube Momento Previdência, destacando assuntos relacionados ao Relatório de Governança Corporativa do exercício de 2023, Resultados da Política de Investimentos e Resultados da Avaliação Atuarial. Dessa forma, visou-se ressaltar o compromisso do Instituto com o acesso a informação e as melhores práticas da gestão previdenciária com os segurados, beneficiários e à sociedade civil.

Continuamos empenhados na recuperação e manutenção da credibilidade do Igeprev-TO, com o saneamento econômico-financeiro, modernização dos processos e procedimentos, aperfeiçoamento dos instrumentos e programas de Tecnologia da Informação, postura austera e transparente da Diretoria Executiva, com ações que se transformaram em confiança e proporcionaram a manutenção dos trilhos deste Instituto.

CON CLU SÃO